

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**Entre livros e estantes: a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória  
à luz do inventário de 1769**

André Pequeno dos Santos

Mestrado em História  
História Moderna e Contemporânea

2019

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**Entre livros e estantes: a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória  
à luz do inventário de 1769**

André Pequeno dos Santos

Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea orientada  
pela Professora Doutora Isabel Drumond Braga

2019

## Conteúdo

Agradecimentos .....	4
Resumo.....	5
Abstract .....	6
Siglas e abreviaturas.....	7
Lista de mapas.....	8
Lista de gráficos.....	8
Lista de tabelas.....	9
Introdução.....	10
Capítulo 1 – Estado da Questão .....	15
Capítulo 2 – Regula Benedicti: a consagração da vida monástica e o valor das atividades literárias no mosteiro de São Bento da Vitória .....	31
2.1. Monaquismo e Beneditismo: a inter-relação da Regra com o ideal de vida monástica..	33
2.2. O mosteiro de São Bento da Vitória do Porto.....	44
Capítulo 3 – A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória.....	54
3.1. A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória: Breves considerações gerais da sua sala e livros .....	61
3.1.1. Livros de Teologia.....	76
3.1.2. Livros de Jurisprudência .....	97
3.1.3. Livros de Filosofia .....	105
3.1.4. Livros de Matemática .....	111
3.1.5. Livros de Medicina .....	118
3.1.6. Livros de História.....	122
3.1.7. Livros de Belas Letras .....	142
Capítulo 4 – A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória à luz dos Estados de Tibães: breves considerações sobre a política de desenvolvimento literário da casa.....	158
Conclusão .....	177
Apêndice Documental.....	181
Documento 1.....	182
Documento 2.....	184
Documento 3.....	185
Fontes e Bibliografia.....	186
Fontes Manuscritas .....	186
Fontes Impressas.....	187

## **Agradecimentos**

Meus mais sinceros agradecimentos à Helen, esta incrível companheira, aos meus pais, aos bons amigos de Portugal e Brasil e também à professora Isabel Drumond Braga, a principal responsável em fazer aflorar a delícia das descobertas deste maravilhoso mundo da história.

## **Resumo**

Em 10 de julho de 1769, é publicado pela Real Mesa Censória mais um dos seus editais. E este não era mesmo um qualquer papel. O referido documento tinha como principal objetivo proceder com a inventariação de todas as livrarias e acervos literários, particulares e institucionais, existentes em todo reino e nas suas possessões. A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto, casa religiosa fundada em 1596, era uma delas. Tomando como partida o referido edital – ainda que não restrito exclusivamente a ele – esta pesquisa tem como principal objetivo pesquisar e recuperar a fisionomia da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, partindo da identificação das suas principais linhas de expressão temática e autoral, da sua variação temporal, bem como ainda das marcas de composição dos seus idiomas e de uma geografia literária das obras impressas que enriqueceram a sala de livros do mosteiro portuense. Consequentemente, trata-se ainda de dar a conhecer, a partir dos Estados de Tibães - uma série documental trienal que servia como relatório administrativo dos mosteiros beneditinos - o que entendemos ser uma política de desenvolvimento da livraria mediante as formas e a qualidade dos investimentos dedicados à casa, bem como a relação de algumas das obras compradas, das somas gastas e ainda outras mais atividades relativas à manutenção da sala de livros do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto.

**Palavras-chave:** Livrarias Religiosas, Mosteiro de São Bento da Vitória, Real Mesa Censória, Estados de Tibães.

## **Abstract**

On July 10, 1769, Real Mesa Censória published one of its famous edicts. Its purpose was to proceed with an inventory of all books and literary collections, private and institutional, existing in every part of the kingdom and its possessions. The library of São Bento da Vitória's monastery, a religious house founded in Porto 1596, was among those inventories. Taking as a starting point the mentioned edict - although not exclusively restricted to it - this dissertation aims to research and recover the main aspects of the São Bento da Vitória's library, starting from the identification of its main lines of thematic and authorial expression, their temporal variation and publication languages, so a certain kind of so-called literary geography, based on the printed books city domains. Furthermore, given the documents produced by the Estado de Tibães, some triennial documentary series that served as an administrative report of the benedictine monasteries, this research also intends to understand the so-called development policy made by the librarians in order to pursue e allocate some of the monastery funds to enrich de library. Based on that, this research also seeks to understand how librarians spends the library funds, which books were bought, how much did it cost, and other activities based mainly on the conservation of library and monastic facilities.

**Keywords:** Religious Libraries; São Bento da Vitória Monastery; Real Mesa Censória; Estados de Tibães.

## **Siglas e abreviaturas**

ADB - Arquivo Distrital de Braga

ADP - Arquivo Distrital do Porto

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BNF - Biblioteca Nacional da França

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto

CERL - Consortium of European Research Libraries

cf. – confronto

cx. - caixa

n.(s). – número(s)

OCLC - Online Computer Library Center

p.(p)- página(s)

PRDL – Post-Reformation Digital Library

RBMS - Rare Books and Manuscripts Section

RMC - Real Mesa Censória

s.l. – sem local

s.n. – sem nome

s.p. – sem paginação

vol(s). – volume(s)

## **Lista de mapas**

**Mapa 1:** A geografia literária da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória – Locais de impressão

**Mapa 2:** Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em Portugal

**Mapa 3:** Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em Espanha

**Mapa 4:** Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em Itália

**Mapa 5:** Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória na Alemanha

**Mapa 6:** Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em França

**Mapa 7:** Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória na Holanda e Bélgica

## **Lista de gráficos**

**Gráfico 1:** Variação dos valores recebidos pelo gastador entre os anos de 1719 a 1822

**Gráfico 2:** Variação dos valores recebidos por livros repetidos que se venderam

**Gráfico 3:** Evolução dos provimentos relativos as ltuosas entre 1719-1822

**Gráfico 4:** Variação dos recebimentos gerais da livraria entre os anos de 1719-1822

**Gráfico 5:** Composição dos provimentos da livraria do Mosteiro de São Bento da Vitória pelos livros vendidos, ltuosas e recebimento do gastador



## **Lista de tabelas**

- Tabela 1:** Relação das classes da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória  
**Tabela 2:** Relação temporal geral da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória  
**Tabela 3:** Relação de línguas dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória  
**Tabela 4:** Relação geral dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em Portugal  
**Tabela 5:** Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em Espanha  
**Tabela 6:** Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em Itália  
**Tabela 7:** Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados na Alemanha  
**Tabela 8:** Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em França  
**Tabela 9:** Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados na Holanda  
**Tabela 10:** Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados na Bélgica  
**Tabela 11:** Relação dos livros por língua na secção de Teologia  
**Tabela 12:** Relação dos locais de impressão da secção de Teologia  
**Tabela 13:** Relação temporal dos livros na secção de Teologia  
**Tabela 14:** Relação de línguas da secção de Jurisprudência  
**Tabela 15:** Relação dos locais de impressão das obras de Jurisprudência  
**Tabela 16:** Relação temporal dos livros impressos na secção de Jurisprudência  
**Tabela 17:** Relação das línguas na secção de Filosofia  
**Tabela 18:** Relação temporal das obras publicadas na secção de Filosofia  
**Tabela 19:** Relação geográfica as obras impressas na secção de Filosofia  
**Tabela 20:** Relação de línguas na secção de Matemática  
**Tabela 21:** Relação dos locais de impressão da secção de Matemática  
**Tabela 22:** Relação temporal dos livros impressos na secção de Matemática  
**Tabela 23:** Relação temporal dos livros na secção de Medicina  
**Tabela 24:** Relação dos locais de impressão na secção de Medicina  
**Tabela 25:** Relação de línguas das obras da secção de Medicina  
**Tabela 26:** Relação de línguas da secção de História  
**Tabela 27:** Relação temporal dos livros na secção de História  
**Tabela 28:** Relação dos locais de impressão da secção de História  
**Tabela 29:** Relação temporal da secção de Belas Letras  
**Tabela 30:** Relação dos locais de impressão da secção de Belas Letras  
**Tabela 31:** Relação de línguas dos livros na secção de Belas Letras  
**Tabela 32:** Investimento total e as principais fontes de renda da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Valores em réis

## Introdução

Entre os anos de 2011 a 2014, tive a oportunidade de trabalhar em uma biblioteca religiosa. No complexo monacal dos Agostinianos Recoletos de Ribeirão Preto, a sala de livros, tal como parte de uma realidade presente em praticamente todas as bibliotecas (ao menos as brasileiras), estava situada num espaço que naturalmente não fora pensado para receber livros, todo seu mobiliário, leitores e menos ainda as condições adequadas para uma melhor preservação documental. De todo modo, para quem acabara de se graduar em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, aquela parecia, pois, um começo promissor.

Bibliotecas por vezes parecem confrontar a tradicional representação de ambientes categoricamente organizados, sistematicamente planejados, com pouca ou quase nenhuma discrepância, principalmente no que tange às atividades de catalogação e classificação documental. Afinal, pensemos quão trabalhoso que é buscar por livros de um mesmo assunto – e por vezes de um mesmo autor – e nos depararmos com classificações que fogem dos princípios mais, digamos, sensatos dos sistemas de classificação.

Existe um quê de urgência em certas bibliotecas, e claro, na posição dos bibliotecários, principalmente em países de pouca tradição leitora, na qual tais ambientes são relegados ao quarto, quinto, sexto plano, quando mesmo ao completo esquecimento e descaso. E não raro são os casos em que as bibliotecas mais carecem de uma nova e arrojada reorganização do que uma simples e eficiente manutenção. E por mais zeloso e diligente que seja o bibliotecário, parte do trabalho fica ainda devedor de uma subjetividade que manual nenhum de biblioteconomia parece servir para pôr em evidência qualquer princípio de coesão, de respeito por um «legado» técnico em benefício da causa literária.

Não foi tanto este o cenário encontrado na referida sala de livros dos Agostinianos Recoletos. Ainda que um tanto por toda a parte - e ao longo das duas salas improvisadas de livros - se pudesse notar as marcas dessa subjetividade, e mesmo mais, da falta de recursos necessários a um melhor desenvolvimento de um trabalho que – e com o risco de romantizar demais o meu ofício – é bastante caro à bem-aventurança do conhecimento, o estado geral da coleção e da biblioteca agostiniana parecia gozar de bons termos: existia, pois, um sistema para catalogação dos livros (uma versão gratuita de um software de gerenciamento de coleções, o PHL), tinha-se procedido com a escolha da Classificação Decimal Universal e as diretrizes para um vocabulário controlado de termos e assuntos, ainda que com algumas imprecisões por parte de alguns dos bibliotecários que por ali passaram, eram destacadamente claras e precisas. De mais a mais, o que se tornava missão urgente era mesmo dar fim à falta de padronização nas catalogações, eliminar entradas duplicadas, ajustar o vocabulário controlado, e claro, trabalhar com a pilha de livros que se avolumava a cada semana.

E são por caminhos alternativos que novos sentidos tomam rumos antes não imaginados, que marcam de forma indelével a nossa curiosidade, trabalhando com questões então adormecidas. E quem haveria de imaginar que seria então a partir deste trabalho na biblioteca dos Agostinianos Recoletos que iria surgir, dali a alguns anos, o interesse no presente objeto de pesquisa?

Ao folhear e reorganizar algumas das obras nas estantes da livraria, pude perceber algumas particularidades daquela sala de livros; riquezas escondidas num espaço de aproximadamente 4 por 3 metros, em meio ao calor sufocante de Ribeirão Preto. Tratava-se de publicações de direito canônico (da qual agora infelizmente me escapam nome e autor), ricamente adornadas em couro e em detalhes dourados, uma delas inclusive, portando chave e cadeado, edições latinas que recuavam para anos tão longínquos como 1740, 1745. Talvez uma banalidade para uma realidade portuguesa, em que obras deste período são mesmo mais comuns que nas brasileiras. Mas pensemos aqui o contexto: Ribeirão Preto é uma cidade que dista pouco mais de 300 quilómetros da capital do estado, São Paulo. Tem «apenas» 162 anos de vida (fundada a 18 de junho de 1856)<sup>1</sup>; o complexo monacal dos Agostinianos Recoletos ribeirão-pretano, pouco mais de 55 anos, sendo então da segunda metade do século XX<sup>2</sup>. Como então haveria uma obra latina, impressa no estrangeiro, chegar a cidade de Ribeirão Preto e mais precisamente à igreja e casa dos Agostinianos Recoletos?

E não seriam apenas estes dois livros. Outros mais foram impressos no século XVIII (ainda que em número reduzidíssimo), muitos no século XIX e outros mais no primeiro quartel do XX. Ao indagar um dos frades da casa, sobre a antiguidade de algumas dessas obras, fui mesmo apresentado à três peças ainda mais antigas, que infelizmente, dado ao péssimo estado de conservação (basicamente corroídas por traças e pela ação do mofo), estavam apartadas das demais publicações da sala. Estas datavam do século XVII, e foram impressas, segundo pude me lembrar, em Goa, sendo então embarcadas para a América, por intermédio dos jesuítas, e conhecido, séculos depois, morada definitiva na casa agostiniana por intermédio de um religioso que pela casa ribeirão-pretano passou muito brevemente.

Sendo fiável a história contada pelo prestimoso frade (e não existe aqui motivo para desacreditar o bom religioso), pensemos então todo o percurso dessas obras, quantas desventuras conheceram até finalmente ter como um não desejado fim a fome insaciável das traças e a ação do mofo! Imaginemos então as outras obras existentes na casa: quais seriam os percursos

---

<sup>1</sup> Para uma breve nota biográfica da fundação da cidade e de alguns dos principais doadores de terras, ver: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, «Ribeirão Preto e seus fundadores». Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71fundadores.php>>.

<sup>2</sup> Como marco fundacional, estabelecemos o decreto de 18 de junho de 1960 (coincidentemente ou não, também aniversário de Ribeirão Preto) no qual o Conselho Geral da Ordem instituiu a criação da Província de Santa Rita de Cássia, sendo a casa ribeirão-pretana a cabeça da província. Província de Santa Rita, Agostinianos Recoletos, «A história da Província Santa Rita de Cássia». Disponível em: <<http://www.santarita-oar.org.br/index.php/site-map/quem-somos/nossa-historia>>.

realizados por elas? Seus donos originais, seus intermediários, seus locais de impressão, e num todo, a expressão temática e autoral dessa parte mais antiga do acervo, e porque não, de todo ele!

Eis que os anos passam, e já em Portugal, diante do desafio da escolha de um tema para dissertação, voltam à memória a lembrança destes livros, da igreja e da biblioteca dos Agostinianos Recoletos de Ribeirão Preto. Tudo bem, haviam-se passado apenas três anos, pouco mais que isso. Mas este parecia mesmo um caminho tentador e por demais estimulante a seguir. Seria então a confirmação de duas realidades: a de um bibliotecário, empolgado com a questão dos livros, e a de um «projeto» em desenvolvimento de historiador; uma junção que poderia prestar não tanto um contributo definitivo e exaustivo, mas estudar mais a fundo a questão dos livros, das bibliotecas e salas de leitura, das suas muitas linhas de expressão, das redes comerciais e dos mecanismos institucionais de censura sob uma perspectiva histórica.

Para tanto, era necessário escolher, entre os muitos mosteiros e livrarias religiosas existentes em Portugal, uma que ainda não tivesse de todo sido estudada e que pudesse oferecer um desafio compatível com a grandeza e importância da causa literária, um apelo simbólico, por si só, da relação que tais monumentos do saber prestam para os que se iniciam ou já estão a meia jornada rumo a concretização de uma pesquisa.

A sala de livros escolhida acabou então por ser a do mosteiro de São Bento da Vitória, um dos mais imponentes monumentos religiosos cravados bem no coração da freguesia da Vitória, no Porto. Como morador da Cidade Invicta, muito me impressionava a arquitetura da igreja, os quadros pintados junto ao capítulo, seus dois magníficos órgãos (um deles falso, é verdade); a amplitude da sua nave, e a riqueza da sua decoração interior, ainda que em muito diferente do seu período áureo. Por estar localizada em parte do antigo complexo do mosteiro, o Arquivo Distrital do Porto também nos permite um vislumbre de um dos seus magníficos claustros, bem como nos sinaliza para a dimensão das salas, tanto como no caso da igreja, também perdidas em sua forma natural, desta vez em decorrência das obras de adequação para o recebimento pleno do arquivo e das suas atividades.

Não bastasse a sua evidente beleza, imponência, austeridade e sua posição, encimada num dos pontos de maior destaque na cidade do Porto, tinham mesmo os livros, ou melhor, o seu inventário de livros, parte importante nesse interesse. Os poucos mais de 1.200 títulos existentes até à produção do inventário de 1769 por ordem da Real Mesa Censória, acabariam por se desdobrar para um pouco mais de 2.400 volumes. E pouco a pouco foram revelando, conforme se procedia com a transcrição documental, uma diversidade e particularidades que já por isso mesmo valiam os estudos que então se revelam.

De tal modo que a presente pesquisa tem como grande objetivo não tanto realizar uma análise pormenorizada do acervo dos beneditinos do Porto. Tal tarefa, por mais tentadora que fosse, acabaria por fazer deste um trabalho fadado ao milhar de páginas, algo, penso, pouco adequado à natureza da pesquisa que se pretende apresentar. Antes, procedeu-se a uma pesquisa

dedicada a identificar as principais linhas de expressão da livraria, e que é tanto perceptível pelas suas marcas autorais, temáticas e locais – uma geografia literária introdutória, é verdade, mas que acredito, é potencialmente reveladora no que diz respeito ao alcance e às ramificações literárias dos responsáveis em administrar a livraria portuense.

Mas antes de dar a conhecer a livraria propriamente dita, este trabalho ainda passa por dois capítulos. O primeiro, de carácter introdutório – à parte desta introdução propriamente dita – tem como principal objetivo realizar um ponto de situação dos estudos dedicados às livrarias em Portugal, principalmente de matriz religiosa. É mesmo um capítulo que marca tais estudos numa tradição mais ampla de pesquisa em torno de uma história do livro e da leitura, e que tem nos acervos religiosos subsídios importantes para identificar – mesmo com todos os condicionantes naturais de livrarias que hoje atenderiam por especializadas – uma mentalidade literária, ou mesmo um conjunto delas, dadas as diferenças fundamentais que marcam ordens, suas casas e algumas das instituições intermediárias neste domínio.

O capítulo dois, por seu turno, discorre sobre a Ordem de São Bento, e mais do que isso, sobre a regra consagrada por Bento de Núrsia e seu impacto, tanto na causa dos livros, como na conformação de uma vida no recolhimento dos mosteiros, no qual pretendemos ainda dar a conhecer um pouco da rica história da casa beneditina do Porto, dedicando, por fim, algumas linhas sobre a sua livraria e sobre a problemática questão da sua marca fundacional.

O capítulo três, o mais extenso de todos, trata então da livraria tal qual a conhecemos a partir da análise e transcrição do inventário produzido sob influência do edital de 10 de julho de 1769, da Real Mesa Censória. Antes, à guisa de introdução, uma ou duas palavras acerca da Real Mesa, mas principalmente do seu edital, na nossa opinião, uma das principais peças publicadas pela instituição de censura literária de Pombal e um formidável instrumento de pesquisa, graças à inventariação compulsória, por todo o reino, dos acervos particulares e institucionais. Sobre a livraria beneditina, os estudos procuraram seguir a estrutura do edital, no qual pedia-se a organização dos livros por temas, a saber: teologia, jurisprudência, filosofia, medicina, matemática, história e belas letras. Em cada um deles, procedeu-se a uma análise das principais linhas de força e de expressão literária, tanto a nível de alguns dos seus principais autores, dos seus muitos eixos e sub-eixos temáticos e locais, das expressões de idioma e das marcas temporais, bem como das razões de uso, buscando identificar, sempre que possível, uma razão tanto mais prática quanto apenas a leitura pura e simples dos livros.

O capítulo quatro, último deste trabalho, tem uma natureza mais reduzida, e acreditamos, traz a lume questões importantes referentes a uma política de desenvolvimento literário tocada pelos responsáveis da sala de livros ao longo dos anos. Nos valendo do inestimável contributo dos Estados de Tibães, podemos recuperar, a partir dos seus muitos relatórios, indicações acerca das fontes de renda da livraria, dos valores obtidos, bem como dos valores gastos, das obras

adquiridas e de outras atividades desenvolvidas referentes ao apetrechamento da livraria, bem como da manutenção e melhoramento da sala.

Algumas outras palavras podem ser faladas a respeito do processo de pesquisa e recuperação de algumas das obras existentes no inventário. Foi intuito deste trabalho também dar a conhecer a natureza essencial dessas publicações, ou seja, uma recuperação das suas edições, a partir de pesquisa realizada nos fundos documentais de instituições diversas. Para tanto, a cada livro e autor indicado neste trabalho, realizaram-se buscas, primeiro na Porbase, e consequentemente nos catálogos de bibliotecas como a Nacional de Espanha e de França, bem como no catálogo geral da OCLC (Online Computer Library Center). Ainda para os autores, muitos dos quais apresentavam nomes latinizados, realizámos pesquisa paralela no magnífico tesouro da CERL (Consortium of European Research Libraries). Muitos dos autores de matriz religiosa foram ainda recuperados a partir das buscas realizadas no *site* da PRDL, a Post-Reformation Digital Library, na qual, para além da indicação dos seus autores, listava um apanhando das suas obras, muitas delas disponíveis em linha. De facto, procuramos, sempre que possível, indicar ligações com algumas das obras correspondentes, pelo que podemos nos beneficiar ainda da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal e do rico acervo, tanto mesmo um verdadeiro repositório, da Internet Archives. Quanto a questão da toponímia, procuramos ajustar, ao longo das tabelas, os nomes dos quais as cidades são atualmente conhecidas, bem como «deslatinizar» suas indicações. Para tanto, utilizámos o Latin Places Name, importante ferramenta de localização da RBMS, Rare Books and Manuscripts Section, uma divisão da American Library Association. É claro que, todo o cuidado realizado no melhor tratamento das fontes, e na correção de palavras e termos, livros e autores, não elimina os eventuais erros que este trabalho possa apresentar, questão esta da nossa inteira responsabilidade. De todo modo, foram subsídios valiosíssimos para a pesquisa e importantes ao longo do processo de escrita deste trabalho, principalmente dos seus últimos dois capítulos.

Por fim, acreditamos que este trabalho, a partir dos seus quatro capítulos, possa contribuir para um melhor entendimento da sala de livros do mosteiro de São Bento da Vitória a partir das suas principais linhas de expressão. Longe de uma pretensão que esgote as pesquisas dedicadas à referida livraria, e que esperamos que continuem a se realizar, este trabalho tem como mais valioso contributo se constituir como mais uma peça deste magnífico quebra-cabeça formado pelas bibliotecas (religiosas ou não), seus livros, leitores e demais instituições e personagens. Que as próximas páginas possam ser lidas como um estudo de todo em constante aprimoramento, e dedicado a recuperar, contar e recontar uma história e muitas tantas outras que estão por vir.

## Capítulo 1 – Estado da Questão

Um certo quê de ironia parece acompanhar a boa fortuna das bibliotecas num plano histórico. Sendo sua a prerrogativa máxima enquanto morada do saber, tendo como sua génese, marca distintiva, simbólica, e mais que isso, representada enquanto ambiente metodicamente classificado e organizado, torna-se mesmo curioso imaginar o quanto ainda podemos avançar rumo a um melhor entendimento destas instituições e alguns dos seus principais agentes, monumentos e eventos<sup>3</sup>.

Entretanto, os caminhos já pavimentados em torno de uma história geral da cultura, e que neste contexto, é tanto mais específica sobre uma história das bibliotecas e livros, nos permitem estabelecer vínculos e associações diversas: seja com os próprios livros em si e os seus leitores<sup>4</sup>; seus autores, editores, livreiros e impressores<sup>5</sup>; todo um veio comercial, tradicional ou alternativo (e neste caso envolto em polémicas e sedições)<sup>6</sup> e naturalmente os bibliotecários e/ou bibliófilos,

<sup>3</sup> Seja num movimento interno e direto, ou seja, do que fora legado e preservado por parte das instituições e dos seus profissionais; mas também em sentido externo e indireto, por relatos de jornais, publicações técnicas, frequentadores, leitores etc.

<sup>4</sup> Para um panorama da história do livro e da leitura, tanto em Portugal, quanto num contexto mais amplo, ver, entre outros: A. J. Saraiva; Óscar Lopes, *História da literatura portuguesa*, 17 ed., Porto, Porto Editora, 2017; Manuela D. Domingos (coord.), *Estudos portugueses sobre a história do livro e da leitura (1995-1999)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000; Ana Isabel Buescu, «Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem», *Penélope: Estudos*, Lisboa, n. 21, 1999, pp. 11-32; Artur Anselmo, *Estudos da história do livro, Lisboa*, Guimarães Editores, 1997; Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história, séculos XIII-XIX*, Lisboa, Editorial Verbo, 1987; Teófilo Braga, *História da literatura portuguesa*, 5 vols., Porto, Chadron, 1870-1918; Martin Lyons, *Livro. Uma história viva*, São Paulo, Edições SESC, 2011; Steven Roger Fischer, *História da Leitura*, São Paulo, Editora UNESP, 2006; Roger Chartier, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, São Paulo, Editora UNESP, 2003; Idem, *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*, São Paulo, Editora UNESP, Imprensa Oficial, 1998; Alberto Manguel, *Uma história da leitura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Para uma história mais abrangente da história do livro no Brasil, ver ainda: Laurence Hallewell, *O livro no Brasil. Sua história*, São Paulo, EDUSP 2012.

<sup>5</sup> Para Portugal, ver Fernando Guedes, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*, 2 ed. Lisboa, Verbo, 2005; Idem, *Livreiros franceses do Delfinado em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 2012; Artur Anselmo, «Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII», *Revista Portuguesa de História do Livro*, Lisboa, Ano I, n. 2, 1997, pp. 47-68; António Brásio, «O livreiro Paulo Kraesbeeck», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, vol. 4, n. 15-16, pp. 221-223; Francisco da Gama Caeiro, «Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. 35, 1980, pp. 139-167; Manuela D. Domingos, «Os catálogos de livreiros como fonte de história do livro: o caso dos Reycend», *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, S. 2, vol. 4, n. 1, 1989, pp. 83-102; Idem, «Contratos e sociedades de um livreiro de setecentos: João Baptista Reycend», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, vol. 10, n. 1-2, 1995, pp. 195-219; Idem, *Livreiros de Setecentos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1998; Maria Teresa Payan Martins, «Marcar e falsificar: o caso dos impressores da família Galvão», *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 33, 2014, pp. 109-121; Isabel Drumond Braga, «Leitura e sociabilidade no feminino: Paula de Sequeira no Brasil Quinhentista», *História*, vol. 36, São Paulo, 2017, pp. 1-16; Idem, «Um insólito lugar de leitura: os cárceres do Santo Ofício no Portugal do século XVIII», *Mnemotopie itinerari luoghi e paesaggi della memoria nella lingua portoghese e nelle culture lusofone*, direção de Carlo Pelliccia, Viterbo: Sette Città, 2018.

<sup>6</sup> Entre as obras de destaque, cabe ressaltar Rita Marquilhas, «Produção, circulação e consumo de livros em Portugal no século XVII, as actividades de impressão nas fontes inquisitoriais», In *A faculdade das letras*:

as práticas associadas à leitura E as formas de organização do acervo<sup>7</sup>; as bibliotecas enquanto estruturas físicas, ou seja, os prédios, seus mobiliários, suas cercanias<sup>8</sup>; isso sem contar ainda com os agentes institucionais que se manifestaram sob a forma da censura literária<sup>9</sup> e naturalmente o impacto da atividade impressa a partir da revolucionária invenção de Gutenberg<sup>10</sup>.

---

*leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, pp. 141-228. Manuel Portela, *O comércio da literatura. Mercado & representação*, Lisboa, Antígona, 2003; Maria Teresa Payan Martins, *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Edições Colibri, 2012; Robert Darnton, *O Diabo na água benta. Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012; Idem, *O Iluminismo como negócio. História da publicação da Enciclopédia 1773-1800*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>7</sup> Ver Fernanda Maria Guedes de Campos, *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015. Destacamos a presente obra, pois a autora realiza um trabalho formidável nomeadamente nos aspetos relativos à organização e das marcas de posse das livrarias religiosas.

<sup>8</sup> Para uma história mais abrangente das bibliotecas, ver: Alberto Manguel, *A biblioteca à noite*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006; James W. P. Campbell, *A biblioteca. Uma história mundial*, São Paulo, Edições SESC, 2015; Frederic Barbier, *História das bibliotecas*, São Paulo, EDUSP, 2019. Sobre bibliotecas mais específicas e os seus fundos, vale destacar Academia das Ciências de Lisboa, *Livros quatrocentistas da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992; Idem, *Livros quinhentistas portugueses da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1990; José Augusto Alegria, *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa, catalogo dos fundo musicais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. Vale ainda como registo fotográfico Massimo Listri, *The World's Most Beautiful Libraries*, London, Taschen, 2018. Enfatizamos, neste último livro, duas bibliotecas portuguesas e uma outra que poderia ser considerada como tal: a Biblioteca Joanina de Coimbra, a do Palácio-Convento de Mafra, e o Real Gabinete Português de Leitura localizado no Rio de Janeiro. Por fim, para gabinetes de leitura, ver: Ana Luíza Martins, *Gabinetes de leitura. Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista*, São Paulo, EDUSP, 2014.

<sup>9</sup> Sobre atividades de censura literária, seus mecanismos e particularidades, ver, entre outros: António Baião, «A censura literária da Inquisição no século XVII: subsídios para sua história», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. IX, fasc. 2, 1915, pp. 356-379; Idem, «A censura literária inquisitorial», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. XII, fasc. 2, 1919, p. 473-560; Anselmo Braamcamp Freire, «A censura e o “Dom Duardos” de Gil Vicente», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. XII, fasc. 2, 1918, pp. 561-564; Idem, «A censura e o cancionero geral», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. XIV, fasc. 1, 1920, pp. 158-211; Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Coimbra, [s.n.], 1963; Idem, *Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória*, Lisboa, [s.n.], 1982; Diogo Ramada Curto, Censura e controle da opinião, In *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988, pp. 81-91; Rita Marquilha, «Que todas as pessoas façam Rol de todos os livros que tiverem... Testemunhas seiscentistas de uma leitura privada em Portugal», *Cultura*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. IX, 1997, pp. 45-74; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, A censura, In Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dir.) *Nova história de Portugal*, vol. VII – Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 547-550; Maria Teresa Payan Martins, *O Debate Ideológico na Censura Pós-Pombalina*, Lisboa, Verbo, 2011; Idem, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2005; Rui Tavares, *O censor iluminado. Ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018; Robert Darnton, *Censores em ação: Como Os Estados Influenciaram a Literatura*, São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

<sup>10</sup> Algumas são as obras dedicadas a estudar a dimensão e as proporções da revolucionária invenção de Gutenberg e, por consequência, de toda a atividade impressa. Mas sem sombra de dúvidas duas são as obras de maior relevo: Lucien Febvre, Henri-Jean Martin, *The Coming of the book. The impact of Printing 1450-1800*, London, NLB, Atlantic Highlands, Humanities Press, 1976; Elisabeth Eisenstein, *The printing Revolution in Early Modern Europe*. 2 ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2017. Entre outras obras de destaque, cabe mencionar Andrew Pettegree, *The book in the Renaissance*, London, Yale



Neste plano, as bibliotecas religiosas se colocam como um objeto de estudo formidável, um campo fecundo para realização de pesquisas várias, das quais, em plena integração com o que até então fora estudado, nos permite identificar linhas mais gerais de uma expressão biblioteconómica e histórica de acervos; dos seus principais agentes e de toda uma gama sociocultural que permeia estas instituições. Trata-se, também, de uma integração com todo um universo de uma história cultural do livro na qual as livrarias religiosas, abundantes, graças à disseminação do estilo de vida monacal, se constituíram como algumas das mais influentes entre os séculos XIII-XVIII, rivalizadas, é verdade, pelas grandiosas colecções de nobres<sup>11</sup>, reis<sup>12</sup>, universidades<sup>13</sup> e algumas poucas figuras cimeiras no pensamento político e humanista do quinhentismo<sup>14</sup>.

---

University Press, 2011; Idem, *The invention of news. How the world came to know about itself*, London, Yale University Press, 2014 e Frederic Barbier, *A Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da modernidade Ocidental*, São Paulo, EDUSP, 2018.

<sup>11</sup> Ana Isabel Buescu nos apresenta uma das livrarias de maior expressão no renascentismo português, a de D. Teodósio (1505-1563), duque de Bragança. Seu acervo, composto por mais de 1600 obras, dá certo sentido do crescimento das atividades de coleção e formação de livrarias particulares, que não se dedicavam somente à leitura religiosa, sendo possível identificar na sua coleção seções dedicadas a «historiadores em latim», «historiadores de lingoagem» e «liuros profanos em romance». Os mais de 1600 livros, entre eles preciosidades manuscritas, também tornam evidente o contraste relativo à dimensão das livrarias dos reis portugueses na passagem do século XIV ao XV: D. João I (1357-1433), o fundador da dinastia de Avis, possuía consigo apenas 20 livros, enquanto seu filho e sucessor D. Duarte (1391-1438) tinha pouco mais de 80. Para o estudo detalhado da livraria de D. Teodósio, ver: Ana Isabel Buescu, *A Livraria Renascentista de D. Teodósio I, Duque de Bragança*, Lisboa, BNP, 2016; Idem, «Aspectos da livraria de D. Teodósio: uma grande biblioteca do renascimento». *De todas as partes do mundo. O Património do 5.º Duque de Bragança*. Coordenação de Jessica Hallett e Nuno Santos, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018, pp. 281-299. Para linhas de expressão temática mais específica do acervo ducal, ver: Madalena Esperança Pina, «Os livros de medicina de D. Teodósio», *De todas as partes do mundo. O Património do 5.º Duque de Bragança*. Coordenação de Jessica Hallett e Nuno Santos, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018, pp. 301-306; Bernadette Nelson, «Livros de música na biblioteca de D. Teodósio», *De todas as partes do mundo. O Património do 5.º Duque de Bragança*. Coordenação de Jessica Hallett e Nuno Santos, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018, pp. 307-316.

<sup>12</sup> Sousa Viterbo, em 1901, realizou trabalho a respeito da Livraria Real, dando ênfase aos livros adquiridos nos tempos de D. Manuel (1469-1521), ainda que tal tradição no desenvolvimento de uma biblioteca já se fizesse nos tempos de D. Afonso V (1432-1481) e tenha conhecido seu apogeu com D. João V (1689-1750), notável entusiasta das atividades literárias, sendo as bibliotecas Joanina e do Palácio de Mafra seus dois expoentes. Tratava-se de num movimento que não se fazia desenvolver apenas pelo gosto particular dos monarcas, mas também, conforme salienta Sousa Viterbo, «ao progresso intelectual, tão prodigiosamente coadjuvado pelo descobrimento da arte typographica». O guarda-roupa real de D. Manuel fora ainda investigado por Anselmo Braamcamp Freire, que identificou, a partir do seu inventário, 107 títulos. Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel. Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typographia da Academia, 1901, p. 7; Anselmo Braamcamp Freire, «Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel». *Archivo Historico Portuguez*, vol. 2, 1904, pp. 381-417. Ver ainda Ana Isabel Buescu, «Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI: algumas notas», *eHumanista*, vol. 8, 2007, pp. 143-170.

<sup>13</sup> É este o caso da livraria da Universidade de Coimbra, enriquecida por D. João V em momento de destacada opulência em Portugal, o que lhe permitiu, inclusive, construir o convento de Mafra e dotá-la de uma rica biblioteca, também esta com seus muitos livros proibidos. Sobre a biblioteca da Universidade de Coimbra, ver: Pedro Miguel Ferrão, «A Casa da Livraria da Universidade de Coimbra ao tempo de D. João V», *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. 46/47, Coimbra, 2015/2016, pp.63-72.

<sup>14</sup> Aquiles Estação (1524-1581) é tido por Belmiro Fernandes Pereira como dono da maior biblioteca quinhentista, a despeito da grandiosidade do referido acervo de D. Teodósio. O mesmo autor ainda destaca as colecções de Diogo Mendes de Vasconcellos (1523-1599) e D. Teotónio de Bragança (1530-1602), bem

De todo modo, as bibliotecas religiosas formam um *corpus* rico de análise, que se beneficiam do crescimento dos estudos a elas dedicados para investigar as suas principais características. Não pretendemos aqui esgotar em referências todas as pesquisas realizadas; antes, pretendemos indicar algumas particularidades dos estudos conduzidos acerca destas bibliotecas e que nos permitem dar continuidade na montagem deste quebra-cabeça ainda longe de qualquer encerramento.

Como parte considerável deste trabalho se sustenta a partir de um inventário produzido no âmbito de uma instituição de censura como a Real Mesa Censória – cuja ação de inventariação basicamente tinha como principal objetivo a vigilância literária dos que possuíam livros em todo o reino – nada mais apropriado do que destacar o estudo conduzido por Hugo Lezcano Tosca sobre os livros proibidos que circulavam na famosa biblioteca do Escorial<sup>15</sup>. Somente nesta livraria foram encontradas 1.144 obras com algum tipo de anotação da censura, número de facto bastante expressivo, mas que, de toda maneira, se poderia explicar pelo benefício concedido ao mosteiro de ter no seu prior a figura a expurgar as obras tidas como interditas. Destaca ainda o papel de Arias Montano, bibliotecário do Escorial entre os anos de 1577 a 1592, como um dos agentes de «promoção» das atividades de leitura das obras proibidas<sup>16</sup>. Sua investigação ocupasse de três planos: a análise das anotações manuscritas no corpo das obras, expressando o juízo por parte dos seus leitores sobre o estado de proibição, a própria comunidade de leitura do Escorial, em sua maior parte composta dos então religiosos da casa e por fim nas circunstâncias que permeiam as atividades de impressão dos livros interditos.

Em Portugal, podemos remeter ao Estudo de Hervé Baudry e de como a censura (também) foi utilizada para limitar a circulação de livros médicos a partir dos fundos em sua maioria oriundos do Colégio de Santa Cruz de Coimbra. Tomando por consagrada a relação da censura por seus dois tipos, prévia e proibitória<sup>17</sup>, Baudry nos direciona para uma análise do segundo tipo

---

como o papel desempenhado por ambos enquanto grandes contribuintes no quinhentismo eborense. Ver mais em: Belmiro Fernandes Pereira, «A Livraria de Aquiles Estaço: *Librov m Venator et Hellvo*», *Humanitas*, n. 45, 1993, pp. 255-305; Belmiro Fernandes Pereira, «Duas Bibliotecas Humanísticas: Alguns Livros Doados à Cartuxa de Évora por Diogo Mendes de Vasconcelos e por D. Teotónio de Bragança», *Humanitas*, n. 47, 1995, pp. 845-860.

<sup>15</sup> *A Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial*, fundada em 1565 no reinado de Felipe II, famosa por abrigar alguns dos ícones do humanismo castelhano e aragonês, e que teve como um dos seus principais artífices o cronista Juan Páez de Castro.

<sup>16</sup> Hugo Lezcano Tosca, «Lecturas espirituales prohibidas en la Real Biblioteca de El Escorial (siglo XI)», *Librodelacorte.es*, n. 6, año 5, 2013, pp. 79-85.

<sup>17</sup> Maria Inês Nemésio, ao tratar dessa «censura disciplinar» dos livros, a separava também por um tipo preventivo e repressivo. A primeira tinha então por objetivo se realizar de forma prévia, o que permitiria mais adiante elaborar os famosos índices expurgatórios dos quais, como bem sabemos, a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória possuía duas edições. A censura preventiva era exercida pelo Santo Ofício, Ordinário e a partir de 1576 pelo Desembargo do Paço. A censura repressiva tinha por marca o controlo alfandegário nos portos, bem como as visitas e batimentos em livrarias, lojas e nos acervos particulares, pelo que uma das formas de controlo literário se dava pela concessão dos privilégios de impressão e venda de livros. Maria Inês Nemésio, «Índices de livros proibidos no século XVI em Portugal à procura da ‘Literatura’», Porto, Universidade do Porto, CITCEM, [s.d.], pp. 2-3. Disponível em:

a partir de níveis de controlo macro e micro<sup>18</sup>, que permite ainda identificar, mesmo que em grupo muito reduzido, autores como Gonçalo Cabreira e Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco), segundo Baudry, o «mais censurado dos médicos oriundos deste país [Portugal]»<sup>19</sup>.

J. M. Teixeira Carvalho, se valendo principalmente de cartas, mas também de outros mais documentos, apresenta a relação de obras executadas no referido mosteiro de Coimbra e que teriam impacto direto na sala de livros. Em contrato celebrado por Diogo de Castilho a mando de D. João III, vemos, entre outros indícios, a localização da biblioteca no conjunto do mosteiro (entre as paredes da sala dos dormitórios, até as paredes da igreja de São João), sua largura (23 côvados), comprimento (63 côvados), quantidade de janelas (contam-se em quatro, toda exibindo as armas reais com o «banco de pinchar») e frestas para melhor arejar e iluminar a sala, sendo esta devidamente forrada e ladrilhada, na qual ainda teria duas entradas «uma pelo corredor que ia para o órgão e câro, que ainda hoje se conserva, por uma porte que para ele abria com o seu ferrolho, da casa dos manuscritos que também era a dos livros raros ou proibidos, e que tinha, além dessa porta, uma janela de grades para a sobre-clausura; a outra por uma grande escada exterior que dava para o pátio do mosteiro que se encontrava para além da portaria»<sup>20</sup>. Na mesma obra, o autor ainda referiria os esforços de D. Pedro da Encarnação, bibliotecário responsável da sala a partir de 1748, na criação de um catálogo, ou mesmo um conjunto de livros nos quais se

---

<<http://web.lettras.up.pt/gel/I%20Encontro/Maria%20Inês%20Nemésio.pdf>>. Para um panorama mais destacado do quadro cultural a luz da inquisição, ver: Giuseppe Marcocci, José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa. 1536-1821*, 2 ed. rev. e ampl., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, pp. 77-104.

<sup>18</sup> Macroensura no sentido de contemplar o corpo das atividades presentes e atuantes do aparato da Inquisição, o que indica para os ciclos de produção e distribuição das obras e pela sua eventual supressão e condenação. O nível de microensura, pois, é entendido pelo autor da relação particular e das muitas considerações que se devem ter conta quando de uma abordagem dos vários pontos nodais deste emaranho relacional e seus muitos atores. No que diz às livrarias religiosas respeito, pode-se falar efetivamente de questões como: a quem pertenciam os livros? No seu conjunto, as obras de uma dada livraria se pulverizavam entre muitos donos, ou a marca de posse era mesmo institucional? No domínio particular dos mosteiros, tais livros eram interditos a alguns membros, digamos, os noviços? As obras proibidas chegavam por quais caminhos? Hervé Baudry, «A censura dos livros de médicos portugueses: descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra», *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 30, 2015, pp. 2-3. O mesmo Baudry ainda possui estudo mais detalhado sobre a questão das obras médicas e dos aspetos estruturais da censura (principalmente a micro). Para tanto, ver: Hervé Baudry, *Livro médico e censura na primeira modernidade em Portugal*, Lisboa, CHAM, 2017.

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 4-8.

<sup>20</sup> A relação descritiva da sala prossegue, desta vez com o autor a se valer do relato de D. Pedro da Encarnação, que na altura do seu próprio texto, tinha contabilizado na secção dos livros impressos 24 estantes, das quais cada uma delas possuía 8 caixas, num total de 192. Pedro da Encarnação aponta ainda que na altura que se responsabilizara pela sala (1748), os livros já se contavam para mais de 4000 volumes, e que em meados de 1755, foram recebidas outras tantas mais obras procedentes de Roma, muitas «por troca de parte da impressão das Obras do sereníssimo padre Benedicto XIV [do qual o mosteiro tinha um busto] q lá se mandou fazer: e foy necessário accomoda-los pelo meyo da Livraria sobre bancos». Tanto o relato de D. Pedro da Encarnação, quanto o de Carvalho prosseguem, o que por hora não cabe uma maior reprodução. Entretanto, fica mesmo a impressão, pela leitura do prólogo, de subsídios importantes que o pesquisador dedicado à história dos livros pode encontrar a partir do recurso de documentações epistolares e dos cartórios monásticos, bem como, claro, do processo de desenvolvimento das salas, da sua construção, manutenção e reforma. J. M. Teixeira Carvalho, *A Livraria do Mosteiro de S. Cruz de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. V-XIII.

pudessem dar a conhecer a riqueza documental da sala de livros do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>21</sup>. De facto, foi com tamanha diligência se montaram tanto o acervo da biblioteca, como os seus catálogos. Vemos, por conseguinte, a partir das anotações de D. Pedro da Encarnação, as inúmeras referências a tratados e manuais biblioteconómicos auxiliares no labor técnico, descritivo e organizativo do responsável pela sala de livros<sup>22</sup>. No mais, o trabalho de Teixeira Carvalho se dedica ainda a dar uma ou duas palavras a respeito das obras do catálogo geral, mas principalmente sobre livros dedicados à música, e de forma mais resumida, aos *ex-libris* da livraria.

Retomando as publicações proibidas nos acervos religiosos, em pesquisa paralela que realizámos a partir do inventário da livraria de Santo Elói do Porto, que como a do mosteiro de São Bento da Vitória, também se produziu pelo edital da Real Mesa Censória de 1769, verificamos a anotação de duas obras listadas como proibidas por parte do inventariante: a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> *Suma Theologicae Scholasticae* e 3.<sup>o</sup> *Opusculo Theologico* de Martinho Becano (1.<sup>o</sup> tomo impresso em Ducais, no ano de 1633, e os dois últimos em Paris, ambos em 1644) e *De animae et corporis beatitudine*, de frei Egidio da Apresentação<sup>23</sup> (três tomos impressos em Coimbra, em 1609)<sup>24</sup>.

Ora, a posse, a leitura e a incorporação de livros defesos em acervos, principalmente em livrarias religiosas - caso este que estamos a tratar com maior pormenor - não apontavam, necessariamente, para a falta de comprometimento, de lisura e de decoro por parte dos religiosos contras as prerrogativas e orientações da fé cristã. Pelo contrário, em muitos casos, tais manifestações nada mais tinham como efeito se não explorar os recônditos marginais do conhecimento, de forma a corrigí-los e expurgá-los. Não espanta que muitos homens de fé, como o Cardeal Saraiva<sup>25</sup> se valessem de autorizações especiais<sup>26</sup> para enriquecerem seus acervos<sup>27</sup> de obras desta categoria. No caso deste, tais obras cobriam os domínios da história, filosofia e literatura. No que diz respeito às edições portuguesas, estas foram poucas: apenas 10 (publicadas

<sup>21</sup> Na verdade são quatro: a *Bibliotheca*, livro principal que consiste no inventário da sala de livros do mosteiro; o *Appendice*, o segundo volume do catálogo, mais dois Index, comuns aos dois primeiros livros e que tinham por finalidade «procurar por os nomes dos auctores as obras existentes na livraria e descritas no catálogo». Idem, *Ibidem*, pp. 6-7.

<sup>22</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 6-15.

<sup>23</sup> Os três tomos se encontram digitalizados na página da Biblioteca Nacional de Portugal. Para isso, ver: <<http://purl.pt/23614/4/>>

<sup>24</sup> BPMP, Ms. 373.

<sup>25</sup> Francisco de São Luis Saraiva, beneditino, nascido em Ponte de Lima, 1766, falecido em Lisboa, 1845.

<sup>26</sup> Em pedido realizado à Real Mesa para o Exame e Censura de Livros, e aprovado por D. Maria I em 1792. António M. de Barros Cardoso, «O Cardeal Saraiva e os livros interditos», *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, vol. 14, 1996, p. 430.

<sup>27</sup> Em linhas gerais, o Cardeal Saraiva possuía algo em torno de 2045 livros, sendo a maioria do século XVIII, seguida pelas publicações do século XIX. Possuía, contudo, mais de 300 títulos publicados no século XVI, no que não se identificam data de edição outras 387 obras. António M. de Barros Cardoso, «Frei Francisco de São Luis Saraiva. O homem e os livros», *Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!*, n. 2, maio, 2017, p. 48.

basicamente em Lisboa e Évora, entre os séculos XVII – cinco livros, XVIII – quatro livros, e XIX – um livro apenas), numa cobertura temática que basicamente ia da teologia à história, onde se destacavam obras de cunho nacionalista<sup>28</sup>.

Aires Augusto Nascimento recuou até o século XIII para investigar a partir dos inventários existentes, o acervo da livraria de São Vicente de Fora<sup>29</sup>, tendo ainda o referido autor se debruçado sobre os códices do mosteiro de Alcobaça<sup>30</sup>, de todo modo espalhados por outros muitos fundos documentais posteriores ao período de apogeu do precioso complexo cisterciense<sup>31</sup>. Muitos até se perderam definitivamente, caso dos códices referentes a três obras de Flávio Josefo e à *Chronicom* de João de Valclara<sup>32</sup>, numa estimativa que parece contar a partir de três centenas<sup>33</sup>.

Ainda em Alcobaça, Catarina Fernandes Barreira desenvolveu um interessante e detalhado estudo acerca do carácter funcional da sua livraria, mais precisamente sobre o curso de teologia que ali era ministrado. O *scriptorium* alcobacense auxiliou na produção de pelo menos 466 códices identificados, número formidável se pensarmos que foram poucos os acervos cistercienses que se mantiveram intactos<sup>34</sup>. De facto, os livros necessários para a execução das atividades no interior dos mosteiros «tinham a sua origem, por um lado, na produção do scriptorium e, por outro, na aquisição de manuscritos de origens distintas.»<sup>35</sup> Rui Rasquilho, por

<sup>28</sup> António M. de Barros Cardoso, *op. cit.*, 1997, pp. 437-442.

<sup>29</sup> Aires Augusto Nascimento, «Livros e claustro no séc. XIII em Portugal o inventário de S Vicente de Fora», *Didaskalia*, n. XV, 1985, pp. 229-242.

<sup>30</sup> O mesmo autor ainda publicaria os seguintes estudos sobre a livraria alcobacense: Aires Augusto Nascimento, Os códices alcobacenses na Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural. *Exposição evocativa dos Códices Alcobacenses no VIII Centenário da Fundação do mosteiro de Alcobaça, Lisboa*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979; Idem, «Da poesia rítmica latino-medieval e das suas sobrevivências no Fundo Alcobacense». *Euphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, n. 10, 1980, pp. 173-183; Idem, «Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense, sua importância para a história do scriptorium de Alcobaça», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Número Especial do Cinquentenário, 1983, pp. 136-157; Idem, «Um novo catálogo do Fundo de Alcobaça: das boas intenções ao malogro de um projecto». *Euphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, n. 18, 1990, pp. 347-355; Idem, «A experiência do livro no primitivo meio alcobacense». In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 121-146; Idem, «Le scriptorium d'Alcobaça: identité et corrélations», *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 4, 1992, pp. 149-162.

<sup>31</sup> Aires Augusto Nascimento, «Em busca dos códigos alcobacenses perdidos», *Didaskalia*, n. 9, 1979, pp. 280-284.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 282-285.

<sup>33</sup> Para tanto, Nascimento colhe alguns depoimentos sobre a dimensão da livraria em alguns dos seus momentos (principalmente anteriores a produção do *Index Codicum*): Em 1716, segundo frei Manoel dos Santos, seriam por volta de 500 os códices alcobacenses no corpo da livraria do mosteiro, ao passo que no século XV, conforme apontado por frei João Claro, eram em mais de 600 os códices existentes no mosteiro cisterciense, indicando ainda o autor para outras mais obras existentes nas celas dos monges, não sendo parte obrigatória do fundo da livraria. Para além desta defasagem de mais ou menos 100 códices entre os séculos XV e XVIII, Nascimento alerta para os 300 que de facto se conhecem e se mantêm preservados na Biblioteca Nacional e outros fundos. Idem, *Ibidem*, pp. 285-287.

<sup>34</sup> Catarina Fernandes Barreira, «Questões em torno da unanimidade litúrgica no mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16, Coimbra, 2016, p. 100.

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*, p. 101.

seu turno, em trabalho publicado sobre a mesma livraria, acabou por traçar um perfil das suas transformações, destacando de facto, o carácter cambiante da livraria, num movimento que poderíamos compreender como natural, dada a mobilidade de alguns dos seus frequentadores<sup>36</sup>.

Sobre a livraria da Sé de Viseu, o inventário de 1188 nos apresenta, por exemplo, uma condição diferente da sua sala em relação ao da de S. Vicente de Fora, já referido neste trabalho. Enquanto o último apresenta um «modelo descritivo direccionado tanto para o controle das existências livrarias, quanto para a constituição de um modelo de instrumento de consulta bibliotecária, arrolando a informação de acordo com a lógica escolar e programática», o inventário de Viseu, por seu turno, apresentava a sala de livros «através da descrição de itens que integram os livros no tesouro da catedral»<sup>37</sup>. O inventário arrolava então duas tipologias de *thesaurus*, o «velho» e o «novo», sendo que este último, graças a uma política firme de mecenato protagonizada por D. João Peres, era consideravelmente mais extenso<sup>38</sup>. Segundo Gomes, na altura a biblioteca poderia ser muito bem considerada como «razoável». Nela se contavam, entre outros, no *thesaurus* velho, uma bíblia em dois volumes, um lecionário, um *Moralium* (muito possivelmente a *Excerptio Moraliu*, edição comentada por São Gregório Magno ao Livro de Jó), um antifonário, um volume do *Flores Martyrum*, um sacramentário, um evangeliário, um epistolário, um missal, dois processionários, entre outros, no que totaliza 12 títulos distribuídos em 15 volumes. Outros tantos breviários, epistolários, sacramentários, evangeliários, entre outras acabariam por ser adquiridas por intermédio de D. João Peres, num total de 11 títulos a partir de 18 volumes, sendo então um acervo compatível com as atividades do coro, para celebração das missas e «das obrigações religiosas e canónicas por parte do Bispo e comunidade»<sup>39</sup>.

Partindo de uma premissa semelhante, Isaias da Rosa Pereira realizou, através de tombos dos bens de igrejas, visitas paroquiais e inventários<sup>40</sup>, um trabalho de investigação no qual dava a conhecer mais algumas dessas obras de ofícios litúrgicos no período medieval, algo ainda próximo do que também realizara com publicações do direito no mesmo recorte temporal<sup>41</sup>. Entre

<sup>36</sup> Rui Rasquilho, «A livraria de Alcobaça e suas andanças», *História*, n. 65, março, 1984, p. 78-83. Op

<sup>37</sup> Saul António Gomes, «Livros e alfaia litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188», *Hvmanitas*, vol. 54, 2002, p. 272.

<sup>38</sup> Idem, *Ibidem*, p. 273.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 274-275.

<sup>40</sup> Entre os documentos analisados, contam-se, entre outros, o rol de livros o mosteiro de São Vicente de Fora (produzido no século XIII), o de São Clemente das Penhas (produzido algures entre os séculos XIV e XV), o tombo de bens da Colegiada de Santo Estevão do Santíssimo Milagre de Santarém (produzido no século XVI), o tombo dos bens da Igreja de Santa Iria de Santarém (produzido em 1482), as visitas de Palmela (1510 e 1534), Vila de Ferreira (1510), Alvalade, Casével, Ajustrel, Setúbal (compilados a partir de 1510), entre outros. Cf. Isaias da Rosa Pereira, «Dos livros e dos nomes: Bibliotecas litúrgicas medievais», *Signo Revista de História de la Cultura Escrita*, n. 3, 1996, pp. 134-136.

<sup>41</sup> O trabalho, de facto, conserva muitas semelhanças com o anterior citado por este trabalho. Isaias Pereira da Rosa, a partir de vários recursos documentais, nomeadamente dos róis de livros e testamentos, recupera as linhas de expressão literária e intelectual no direito medieval português. Cf. Isaias Pereira da Rosa, «Livros de Direito na Idade Media», *Lusitania Sacra*, t. VII, 1964/66, pp. 7-60; t. VIII, 1970, pp. 81-96.

as obras e géneros de destaque<sup>42</sup>, alguns antifonários, uma bíblia, breviário, cadernos de ungir e de procissões, do ofício do Corpus Christi, dos mortos, do ofício de Santiago, epistolários, evangeliários, lecionários, um *Flos Sanctorum*<sup>43</sup>, outros mais livros com lendas de santos, homílias, milagres, missas, entre outros<sup>44</sup>.

A Sé de Braga e a Sé de Coimbra, por seu turno, foram alvo de criteriosa investigação por parte de Avelino de Jesus da Costa<sup>45</sup>, que numa pesquisa a partir dos seus inventários, identificou algumas das preciosidades de duas grandiosas livrarias eclesiásticas portuguesas desde os seus movimentos fundacionais. Nelas, eram abundantes as obras religiosas, mas também muitas publicações próximas à história e às belas letras.

Ainda em Coimbra, Pedro Miguel Ferrão se deteria não tanto nos livros, mas sim nas magníficas instalações da biblioteca da Universidade de Coimbra, chamada de Joanina por conta do seu grande financiador, o rei D. João V. Como visto no trabalho do referido autor, temos subsídios para estudarmos as casas de livros através da sua arquitetura (seja um projeto de raiz, como foi mesmo o caso, ou ainda das adaptações e transformações de espaços existentes), dos seus arranjos, dos processos de construção, dos cuidados com o mobiliário, com as decorações e demais elementos que, aparentemente apartados dos livros, compõem com eles, pelo contrário, os elementos de significação, mas efetivamente de utilização e guarda documental digna das maiores preciosidades manuscritas e impressas que então se produziam. Não eram apenas os livros as grandes jóias da coroa – seja ela de facto do rei, ou mesmo uma coroa metafórica dos religiosos e já alguns particulares – mas sim todo um complexo no qual os livros estavam inseridos<sup>46</sup>.

Em capítulo dedicado à disciplina interna no mosteiro de Santo Tirso, baseando-se na visitação ocorrida em 1437, temos a indicação que a livraria do dito mosteiro se encontrava em certo grau de «desleixo»<sup>47</sup>, com uma «vintena de exemplares, na primeira parte deste período [séc.

<sup>42</sup> O autor recorre a breves notas explicativas para recuperar autores ou identificar géneros.

<sup>43</sup> Que nada mais era do que uma edição em pergaminho da *Lenda Dourada* do dominicano Tiago de Varazze (Jacobus de Voragine, 1228-1298). O autor nos dá, de facto, a conhecer uma tradução da obra para o português datada de 1513, a *Ho Flos Sanctorum em linguagem português*. Isáias da Rosa Pereira, *op. cit.*, 1996, p. 147.

<sup>44</sup> Isáias da Rosa Pereira, *op. cit.*, 1996, pp. 136-161.

<sup>45</sup> Avelino de Jesus da Costa, «A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI ao XVI», Coimbra, [s.n.], 1983; Idem, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV ao XVIII*. Braga, [s.n.], 1984.

<sup>46</sup> Para além de destacar a transferência dos fundos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Ferrão nos dá ainda a saber sobre outras questões, tais como a escolha do local (e que hoje nos parece óbvia, é verdade), a reunião de profissionais diversos como «mestres-de-obras, canteiros, entalhadores, pintores, latoeiros, carpinteiros, marceneiros, vidraceiros e outros artífices» que de todo «vão conferindo forma a um projecto que se consubstancia numa das mais sumptuosas e elegantes arquitecturas do período barroco». Pedro Miguel Ferrão, *op. cit.*, p. 66.

<sup>47</sup> Tal era a condição degenerada por altura das visitas, diante das ações dos abades comendatários. Para termos uma ideia, «o Visitador compara a cela do Abade – dir-se-ia hoje – a um casino. E este, na verdade, a um autêntico mestre na dita arte dos prazeres lúdicos... E jogos a dinheiro... De resto, fora vício que se alastrara pelos súbditos. Até os lugares mais sagrados se profanavam com a jogatina: o claustro, a enfermaria, e outras parte mais... Um fermento que, para mal de seus pecados, a toda a massa levedara».

XV]»<sup>48</sup>. O que se via na altura era simplesmente um descaso para com o acervo de tal modo que em nada se poderia esperar dos religiosos da casa no tocante ao melhor apetrechamento da sala de livros. Tal era ainda evidente pela «ausência de interesse palpável pelas ciências menos especificamente religiosas»<sup>49</sup>. Seu estado de ruína era tamanho que, para além da decadência dos livros que ali restavam, poucos, ou praticamente nenhum dos cenobitas tinha, de facto, interesse concreto nos livros que não fosse o prior. Ora, «no catálogo que o Visitador elaborou, encontram-se livros dispersos pelo chão, mal-amanhados. Um outro, que o Visitador não identificaria, mosegado e esfarapado, ou seja, com mutilações e rasgaduras. O edifício mesmo da Biblioteca precisava de obras que se capitulariam»<sup>50</sup>. Os livros, pois, pelo que se pôde identificar, se dividiam entre as seções dedicadas às sagradas escrituras e à exegese, os livros de espiritualidade e litúrgicos, não sendo possível, entretanto, localizar obras de história e clássicos, uma importante lacuna se pensarmos na penetrabilidade, ainda que tímida, destas obras no Portugal quatrocentista, e mesmo antes<sup>51</sup>.

Já Olímpia Maria da Cunha Loureiro, para além da detalhada obra sobre os hábitos da leitura e seus principais atores no Porto do século XVIII<sup>52</sup>, realizou estudo sobre a livraria das monjas do mosteiro de São Bento da Ave-Maria<sup>53</sup>, sendo esta uma casa de modestíssima dimensão, mas que nos legou a Regra de São Bento que utilizamos como referência neste estudo.

Paulo Barata, a partir da análise do processo de inventariação dos mosteiros femininos, mandado fazer junto à Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos e da Torre do Tombo entre os anos de 1887-1897, salienta o facto de que tais bibliotecas se constituiriam mais como organismos de apoio do que necessariamente verdadeiras bibliotecas conventuais, «de conjuntos mais ou menos vastos de livros de suporte às funções e tarefas conventuais». Indica ainda que «Lá aparecem os livros litúrgicos, os livros de teologia, os livros de Moral, as hagiografias, as biografias de religiosos, os sermonários, os exercícios espirituais, os livros de cantochão, os martirológios, as vidas de Jesus, as regras, as histórias e as crónicas das ordens religiosas e dos conventos, e diversas outras obras sobre temas religiosos.»<sup>54</sup> Já para Joaquim de Carvalho,

---

Francisco Carvalho Correia, «Capítulo 1. A disciplina interna no mosteiro de Santo Tirso e a visitação de 1437». In *O Mosteiro de Santo Tirso, de 987 a 1588. A Silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milénaria*. Santo Tirso, Câmara Municipal, 2009, Segunda Parte, A Decadência na baixa Idade Média e os primórdios da Congregação, 1402-1588, vol. 1, pp. 381.

<sup>48</sup> Idem, *Ibidem*, p. 381.

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, p. 382.

<sup>50</sup> Francisco Carvalho Correia, «A organização dos estudos no mosteiro de Santo Tirso», *Humanitas*, vol. 63, 2011, p. 434.

<sup>51</sup> Francisco Carvalho Correia, *op. cit.*, 2009, pp. 382-383.

<sup>52</sup> Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

<sup>53</sup> Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *op. cit.*, 1997, pp. 227-237

<sup>54</sup> Paulo J. S. Barata, «As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer». *Lusitania Sacra*, n. 24, jul.-dez., 2011, pp. 137-138.



«Pela formação e pelo destino, estas livrarias, fossem de regulares ou de seculares, visavam essencialmente os ofícios litúrgicos, a formação eclesiástica, especialmente de pregadores, e a cultura teológica e canónica. Uma ou outra, notadamente a de certo mestre-escola coimbrão e a de Alcobaça, contavam por vezes códices de assunto não eclesiástico, mas a cultura secular, ou mais propriamente, as expressões da sensibilidade literária, o reconto histórico e o que pode designar-se de curiosidade científica, tiveram por lareira outros locais: primeiramente, o paço real, mais tarde, a Universidade e por fim, depois do comércio fácil do livro impresso, as livrarias particulares»<sup>55</sup>.

Quanto aos beneditinos, temos em Geraldo José Coelho Dias contributos substanciais sobre a relação dos devotos de São Bento à boa causa do livro e da leitura. De facto, foram grandes patrocinadores da atividade impressa, no que fica exemplificado pela impressão da Regra de São Bento de 1586 (a mesma que utilizamos no corpo deste trabalho), uma atitude estratégica no plano de difusão e promoção das atividades literárias e culturais por parte dos beneditinos<sup>56</sup>. No que compete às livrarias beneditinas, cita, no plano internacional, as de Monte Cassino, Subiaco, Admont, Kremsmunster e Melk, sem deixar de celebrar os conventos portugueses, como os de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fora, Tibães, Arouca e Lorvão<sup>57</sup>. Para o historiador beneditino, a reformada Congregação de São Bento de Portugal (1566) renovou a ênfase na formação intelectual dos seus muitos monges «associados», pelo que se fez comum os muitos doutoramentos realizados pelos cenobitas, dos quais os Estados de Tibães servem como rico veio documental de análise<sup>58</sup>. As livrarias acabariam por se constituir como pontos centrais neste projeto de renovação e enriquecimento intelectual. Logo foram enriquecidas, aumentadas e aprimoradas (em dimensões, publicações e mobiliário), associadas num conjunto de cargos e oficinas (cargos como o cronista-mor da ordem, diretor de estudos, cartorário-mor), que evidenciavam certa inclinação ao movimento ilustrado, espalhando-se mesmo para além dos muros dos mosteiros ao estimular o ensino «das primeiras letras à gente analfabeta dos meios rurais».<sup>59</sup>

Sobre Tibães, destacam-se os estudos de Maria Teresa Calheiros Figueiredo de Oliveira Ramos que, contudo, buscou circunscrever o seu estudo à livraria do referido mosteiro no século

<sup>55</sup> Joaquim de Carvalho, *Livros de D. Manuel II- Manuscritos, Incunábulos, Edições Quinhentistas, Camoniana e Estudos de Consulta Bibliográfica*, 1950. Disponível em: <<http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/99-Livros-de-D.-Manuel-II-Manuscritos-Incunabulos-Edicoes-Quinhentistas-Camoniana-e-Estudos-de-Consulta-Bibliografica/-pag-1>>

<sup>56</sup> Sobre a relação dos beneditinos com a atividade impressa no conjunto de uma estratégia de promoção literária, ver: Geraldo José Coelho Dias, «O Programa da edição de livros na antiga Congregação Beneditina Portuguesa», *Revista Portuguesa de História do Livro*, ano 5, n. 9. Lisboa, 2001, pp. 77-109.

<sup>57</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, op. cit., 2011, p. 143.

<sup>58</sup> Pelos Estados, permite-se identificar a quantidade de monges que se lançavam ao doutoramento, os custos (6.000 réis) e outras disposições marginais, na compra de material, aluguel de carros de transportes etc. Para isso, ver, entre outros ADB, CSB 104, Estado de Tibães, 1743, 1746, 1752, 1767.

<sup>59</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, op. cit., pp. 143-145.

XVIII, o século das luzes<sup>60</sup>. Ana Paula Azevedo Duarte de Araújo, por seu turno, buscou analisar as obras de origem médica e farmacêutica existentes no acervo da casa de livros de Tibães, e de como se dava a sua integração por parte dos monges que frequentavam o espaço e utilizavam suas publicações<sup>61</sup>.

Por fim, cabe ainda ressaltar as atividades desenvolvidas por frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), bispo de Beja e arcebispo de Évora, figura de relevo nas questões literárias e verdadeiro representante do espírito das letras do século XVIII português. Maria Luísa Cabral, o identifica, ao lado do engenheiro Manuel da Maia (1677-1768), de António Ribeiro dos Santos (1745-1818) e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) como um dos principais artífices na criação do que viria a ser a Biblioteca Pública de Lisboa<sup>62</sup>.

As atividades e preocupações de Cenáculo no universo literário são da mais variada monta: das preocupações arquitetónicas relativas à construção da biblioteca que viria substituir a Livraria Real, destruída pelo terramoto de 1755, da formação do seu acervo e seu amor pela leitura, sintonizados com o espírito das letras típico do Iluminismo; das linhas e contactos estabelecidos com os mais variados agentes literários na Europa<sup>63</sup> e das suas numerosas doações, que fizeram beneficiar bibliotecas em Lisboa, Beja e Évora<sup>64</sup>. Tamanha dedicação acabaria por refletir na sua atividade leitora. E não apenas nos livros que lia por puro deleite, mas também em tratados biblioteconómicos que poderiam lhe auxiliar num melhor plano de ação e desenvolvimento das coleções de livros, da sua classificação e organização, das formas de preservação, e mesmo de uma potencial condição pública expressa na riqueza dos grandes acervos, questão que se tornaria uma das marcas indeléveis do contributo de Manuel do Cenáculo na questão das bibliotecas. Fazem parte destas leituras obras como o *Traitté des plus belles bibliothèques de l'Europe* (1680) de Pierre le Gallois, bibliografo e escritor francês; *Polyhistor, sive de auctorum notitia et rerum Commentarii* (1688) do catedrático alemão Daniel Georg Morhof; e o *De bibliothecis liber singularis* (1680) de Johannes Lomeier, historiador e escritor neerlandês<sup>65</sup>.

Foi então Manuel do Cenáculo um dos principais intervenientes na livraria da Ordem Terceira de São Francisco, outra afetada pelo terrível terramoto, e recuperada quase que

---

<sup>60</sup> Maria Teresa Figueiredo de Oliveira Ramos, «A biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XIII», *Bracara Augusta*. n.º 55, Número monográfico, Braga, 2007, pp. 110-223.

<sup>61</sup> Ana Paula Azevedo Duarte de Araújo, «A matéria médica e farmacêutica na livraria do mosteiro de Tibães». In: *A Arte de Curar no Mosteiro de Tibães*. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2010. Dissertação de mestrado em História (Área de Especialização em Culturas e Poderes), pp. 111-118.

<sup>62</sup> Maria Luísa Cabral, *A Real Biblioteca e os seus criadores*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, pp. 101-206.

<sup>63</sup> Em outras palavras: a «rede tentacular, de influências reciprocas, nas quais sempre nos deparamos com a presença de Cenáculo». Idem, *Ibidem*, p. 154.

<sup>64</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 150-154.

<sup>65</sup> Francisco Vaz, «A ideia de Biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo», *Acervos Patrimoniais novas perspectivas e abordagens*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2012, pp. 84-88.

completamente após o sismo. Cenáculo, de facto, colaborou ainda para a doação de algo entre dois a três mil volumes, números, todavia, abaixo da magnífica doação de sete mil volumes por Manuel de Oliveira Ferreira, o prior de Azaméis<sup>66</sup>. Notável ainda foi o estabelecimento de um curso de línguas orientais no mosteiro e de um plano de estudos, no qual acabaria, evidentemente, por identificar a centralidade dos livros e de uma livraria para o pleno desenvolvimento das atividades dos franciscanos.

Finalmente, caberia ainda a frei Manuel do Cenáculo papel de destaque na criação da Biblioteca Pública de Évora, dando prosseguimento às atividades iniciadas por D. frei Xavier Botelho de Lima «que em 1796 alcançou bula pontifícia e beneplácito régio, e doou a sua valiosa colecção à Livraria. [...] Para frei Manuel do Cenáculo, a Biblioteca de Évora surge como corolário de toda uma vida em que a colecção e aquisição de livros, raridades, obras de arte e peças naturais foi uma constante, tendo sempre em vista criar bibliotecas e museus para instruir o maior número possível de pessoas, através da leitura e da observação de obras de arte ou da natureza»<sup>67</sup>.

De facto, a Biblioteca Pública de Évora se constituía ainda por outras muitas preciosidades, não se restringindo apenas aos livros, demonstrando a verve colecionista do seu grande benfeitor. Numa proposta que parecia ser tanto a junção de uma biblioteca com um gabinete de curiosidades, frei Manuel do Cenáculo acabaria por montar uma formidável coleção de curiosidades e raridades, principalmente das ciências naturais ao melhor estilo da que, anos antes, Hans Sloane montara na Inglaterra no curso das suas expedições e da sua infatigável curiosidade<sup>68</sup>. Facto é que o franciscano dotou a biblioteca de Évora com moedas, pinturas, peças naturais, antiguidades, peças arqueológicas etc.<sup>69</sup>. Quanto aos livros, seus números, por mais discrepantes que possam parecer, espantam:

«Relativamente aos livros impressos e manuscritos, numa carta dirigida ao Príncipe Regente Cenáculo indica 40.000 volumes. O juiz do inventário post mortem, José António de Leão, avaliou a coleção de livros em 50.000 volumes. O mesmo número apontou José Silvestre Ribeiro, incluindo nele os livros já existentes no paço episcopal. Contudo, segundo Túlio Espanca o

<sup>66</sup> Manuel de Oliveira Ferreira, prior de Azeméis, ao ser acometido por grave doença prometeu que, se curado, doaria os mais de 7000 livros de sua livraria para a Ordem Terceira de S Francisco, ingressando ele mesmo na ordem. Ora, o mais impressionante aqui é atentar para o pedido expresso de Ferreira em tornar o seu rico e variado acervo bem público, para usufruto de todos aqueles que pudessem ler e manusear livros. Em Francisco Vaz, «A ideia de biblioteca pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX», *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Avelino de Freitas de Meneses, João Paulo Oliveira e Costa (ed.), Lisboa, Centro de História de Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 171-172.

<sup>67</sup> Francisco Vaz, «A fundação da Biblioteca Pública de Évora», Évora, [s.n.], [s.d.], p. 3.

<sup>68</sup> Para um panorama detalhado da vida de Hans Sloane e da sua missão quanto médico, escravagista e principalmente colecionador tanto na Inglaterra quanto nas ilhas das Caraíbas (nomeadamente Jamaica), ver: James Delbuorgo, *Collecting the World: The Life and Curiosity of Hans Sloane*, Londres, Allen Lane, 2015.

<sup>69</sup> Francisco Vaz, 2013, p. 26.

fundo original da Biblioteca era constituído por 25.000 volumes impressos e manuscritos, de doação particular de Cenáculo e por mais 2.314 livros deixados no Paço pelo prelado antecessor, D. Frei Joaquim Botelho Lima»<sup>70</sup>.

Os números levantados por Cenáculo, e validados por Francisco Vaz, estabelecem em 50.000 os livros doados pelo franciscano. Entre as obras de maior relevo, destacam-se bíblias e comentários bíblicos, edições latinas, em vernáculo, bilíngues, árabe, hebraico, somadas estas a outras tantas de literatura, ciências naturais, clássicos da antiguidade, do renascimento, entre outros<sup>71</sup>. A formação de um fundo documental de destacada riqueza, de facto, não é trabalho dos mais fáceis. Neste sentido, frei Manuel do Cenáculo teve papel fundamental enquanto um dos principais agentes literários do seu tempo. E este é mesmo um ponto curioso. Não foram raras as ocasiões em que frei Manuel do Cenáculo se fazia valer da sua rede de contactos por toda Europa para deitar a mão ao que de mais atual, raro e precioso se apresentava à venda. Neste sentido, o franciscano mais parecia a um titereiro, no qual, pelo puxar das suas cordas fazia movimentar os muitos pontos de alcance da sua influência e dos seus contactos. De facto, tal rede era efetivamente importante para os seus desígnios, pelo que pôde se beneficiar e estabelecer laços (evidenciados pela sua rica epistolografia) com outros prelados, livreiros, autores, impressores etc.

E o mesmo frei Manuel do Cenáculo se comportava ainda como peça ativa de um mercado de compra e venda de obras raras. Seja pelas dívidas que contraía ou ainda por novas empresas das quais necessitava levantar fundos, frei Manuel do Cenáculo colocava à venda algumas das suas preciosidades, como fora o caso de uma *Bíblia Moguntina* que insistentemente estava a tentar passar para seus colegas franciscanos de Lisboa e de Coimbra<sup>72</sup>. Como se pode observar, sua relação com o universo do livro e leitura era mesmo completa, pelo que ainda cabe ressaltar o seu papel na produção do *Plano de Estudos para a Congregação Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal* (1769) e que, de facto, direta ou indiretamente, acabaria por influenciar na produção de um Plano de Estudos semelhantes por parte dos beneditinos.

Neste plano, mais precisamente em sua parte 3, frei Manuel do Cenáculo deixa manifesta suas considerações quanto a melhor planificação e centralidade dos livros e de como e quais<sup>73</sup> destes deveriam ser aplicados nos programas disciplinares da Ordem Terceira. Ora, segundo ele

---

<sup>70</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26

<sup>71</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 26-28

<sup>72</sup> Idílio do Amaral, *As Bíblias e outras raridades das colecções do Frei Manuel do Cenáculo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 19-23.

<sup>73</sup> Cenáculo apresenta, de facto, uma lista de obras, divididas pelas seguintes cadeiras: história literária, metodistas, retórica, latinidade e filologia, língua grega, hebraica, filosofia, cânones, história eclesiástica, teologia moral, teologia, religião revelada e ainda uma categoria da qual «poderá servir-se o Professor da Sagrada Escritura». Manuel do Cenáculo, 1769, *Plano de estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Regia Officina Typografica, 1769, pp.48-63.

«Pareceo coisa tempestiva, e oportuna apontar em cada Faculdade alguns Livros de reputação, para que se conheção os Authores, que hão de substituir as Obras de mau gosto, por que em outro tempo se estudava. Não se recommendão todos os Livros em todas as suas partes, nem que todos seijão necessariamente lidos ; mas deles se extrahir o que for útil. Não se recomenda também este Catalogo como absoluto, mas para que os Livros insinuados se entenda o gosto da Literatura, que deve estudar; e segundo elle seijão buscadas muitas outras Obras, de que seria coisa molesta fazer neste lugar a enumeração»<sup>74</sup>.

Frei Manuel do Cenáculo é apenas uma personagem – importante, é verdade – de todo um universo que, como bem vimos, compreende as várias camadas e subcamadas de uma história cultural do livro que está longe da sua exaustão, do seu encerramento. Bibliófilos e/ou bibliotecários, livrarias, seus principais eixos temáticos e autorais, suas condições de armazenamento e organização, a construção das suas salas, a quantidade e qualidade (ou falta) do seu mobiliário, os processos de apetrechamento e enriquecimento das coleções, os estudos aqui coligidos revelam apenas uma fração de um universo ainda mais rico e que carece de ser mais bem explorado. Nos levam, é verdade, para outros caminhos e sondagens. Ora, quantos estudos podem ser feitos comparando acervos de uma mesma ordem religiosa, digamos, dos beneditinos; e em contrapartida, por que não explorar, sob a mesma ótica, acervos de ordens distintas de modo a penetrarmos nas suas particularidades, nas semelhanças ou diferenças que podem tanto aproximar, quanto diferenciar do ponto de vista cultural, histórico, filosófico e religioso, aspetos fundamentais de uma mentalidade cultural que é tanto particular, circunscrita no plano de uma determina ordem, como também é, de certa forma - e temos de facto uma Inquisição e os Index de livros defesos para provar – coletiva, mediada por tensões decorrentes justamente destas diferenças e de instituições reguladoras, como a referida Inquisição e mais a frente a Real Mesa Censória<sup>75</sup>. Cabe ainda pensar no que ainda pode ser feito para compreender as políticas de desenvolvimento das coleções destes acervos, e que no caso dos beneditinos, graças aos documentos legados pelas reuniões capitulares de Tibães, fornecem material riquíssimo para análise e pesquisas futuras.

Por hora, falaremos apenas da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto. Das suas linhas de expressão temática e autoral, das obras de maior relevo, dos pontos de impressão e da expressividade dos idiomas desta rica coleção. Para tanto, iremos nos basear no inventário produzido sob o edital de 10 de julho de 1769, mandado fazer pela Real Mesa Censória – a mesma

---

<sup>74</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>75</sup> E que podem revelar, por exemplo, certas preferências autorais, temáticas, de idioma e até mesmo temporais. Uma análise mais minuciosa, por exemplo, permitira até mesmo identificar, através dos locais de impressão das obras adquiridas, um roteiro, se não todo bem delineado, mas ao menos indicativo das rotas comerciais pelas quais uma determinada casa religiosa encontrava para adquirir certas publicações, desdobrando a questão sobre o impacto e as relações, diretas ou indiretas, da rede comercial literária que abastecia tais livrarias.

instituição que posteriormente conheceria na figura do referido frei Manuel do Cenáculo o seu presidente, mas também um dos seus principais censores – com objetivo claro de dar a conhecer e vigiar os acervos existentes por todo o reino e suas possessões. Mas antes, uma palavra ou duas sobre o mosteiro de São Bento da Vitória, o complexo monástico encravado no coração da freguesia da Vitória, no Porto.

## Capítulo 2 – Regula Benedicti: a consagração da vida monástica e o valor das atividades literárias no mosteiro de São Bento da Vitória

«Tomem todos cada hum seu liuro da liuraria, os quê leam inteiramente per ordê» (RB, 48, 15)<sup>76</sup>. Esta passagem, juntamente com o capítulo 38<sup>77</sup>, retrata, na *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento*<sup>78</sup>, o papel consagrado às atividades de leitura e, evidentemente, das livrarias na vivência do monaquismo. De facto, a vida consagrada no cenóbio identifica a leitura e o labor como dois componentes essenciais do cenobita, pelo que, ao lermos todo o capítulo 48 da Regra de São Bento<sup>79</sup>, compreendemos bem o porquê. Ora, para Bento de Núrsia, nada pode ser mais danoso à alma do bom homem virtuoso quanto a ociosidade, dita mesmo como a grande e perniciosa inimiga da vida. A prescrição, pois, parece simples: «se deue ocupar os irmãos em o trabalho das mãos, & também em certas horas em lição diuina» (RB, 44)<sup>80</sup>. Destaca, para isso, uma divisão do tempo, a partir do calendário litúrgico<sup>81</sup>, na qual temos a seguinte relação:

<sup>76</sup> Bento de Núrsia, *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento. Tirada de latim em lingoagem portuguesa por industria do muito R. P. F. Placido Villalobos, Geral nesta Congregação de Portugal*, Lisboa, por Antonio Ribeiro, 1586, pp. 33-34.

<sup>77</sup> Importa começar por citar a regra na edição consultada. Trata-se da edição impressa em 1586, sendo o capítulo intitulado *Do Hebdomadairo Leitor*. Outras versões da Regra, como a impressa em 1631 (em Lisboa por Jorge Rodriguez, naturalmente com todas as licenças necessárias), tanto os títulos quanto o texto em si apresentam ligeiras ou mesmo significativas modificações. Entretanto, independente da produção textual dos tradutores e do vocabulário corrente na época, o efeito estilístico da redação não afeta o conteúdo, a mensagem consagrada por Bento de Núrsia e disseminada desde as primeiras cópias procedentes de Monte Cassino. Em todo caso, na Regra de São Bento de 1631, observa-se como título do Capítulo 38 apenas *Do Leitor*. Ao passo que na tradução levada a cabo por D. João Evangelista Enout (com linguagem atual), este mesmo capítulo é apresentado como *Do Leitor Semanário*. Cabe ainda destacar que a edição da *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento - Traduzida de Latim em Portugues*, de 1631, citada anteriormente, encontra-se disponível na Biblioteca Publica Municipal do Porto (BPMP), encadernada com uma Regra adaptada da Cavalaria e Ordem Militar de São Bento de Avis (também impressa em 1631 na cidade de Lisboa, desta feita por Jorge Roijz).

<sup>78</sup> Em linhas gerais, pretendemos, quando for necessário, utilizar citações da Regra impressa em 1586, na cidade de Lisboa por António Ribeiro, por intermédio da reformada Congregação de São Bento, disponível tanto no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), como ainda em linha pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Quanto à Livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, a partir do Inventário produzido pela Real Mesa Censoria em 1769, observa-se a existência de dois livros da Regra, a *A Sta Regra - Traduzida em Portugues pelo P<sup>o</sup>. Thomas do Socorro*, uma segunda edição *in quarto* impressa em Coimbra no ano de 1632 e *A Sta Regra em Latim*, também *in quarto*, mas sem qualquer indicação quanto à edição, local de impressão ou data.

<sup>79</sup> Na Regra de São Bento que tomamos como referência, trata-se do Capítulo *Do trabalho das mãos de cada dia*.

<sup>80</sup> Bento de Núrsia, *op. cit.*, p. 32

<sup>81</sup> A questão da divisão do tempo pelo calendário litúrgico foi examinada, conjuntamente com outros dois tempos, santoral (marcado pela vida dos santos) e escatológico (relativo ao caminho temporal da humanidade até ao Juízo Final), por Jacques Le Goff a partir da Lenda Dourada, obra do dominicano Tiago de Varazze (ou Tiago de Voragine, Iacopo de Voragine, Jacopo de Voragine, a depender da altura em que foi impresso, pelo país, ou mesmo pelo gosto do redator). A obra, publicada originalmente no final do século XIII, gozou de enorme popularidade (Le Goff destaca mesmo que entre os anos de 1470 a 1500 foram impressas 49 edições, 28 entre 1500 a 1530, 13 entre 1531 a 1560) principalmente a partir da invenção revolucionária da imprensa por Gutenberg, quando pôde ser impressa e traduzida massivamente em linguagem vernacular. O mérito de Le Goff reside na apresentação do tempo, por parte de Varazze, pela

«da Paschoa até as Kalendas de Outubro saindo pola menhaã da prima, trabalhem até quasi a quarta hora o que for necessário, & desde a hora quarta até sexta estêm em lição. Depois da Sexta leuantandose da mesa repousem em suas camas cõ todo o silencio, & o que por ventura quizer ler, lea pera si de tal maneira que não desassossegue ao outro. [...] Desde as Kalendas de Outubro até a quaresma estêm em lição até a hora segunda por em cheo, & a hora seû da se diga a terça, & até hora nona todos trabalhaem em suas obras o que lhes for mandado, & feito o primeiro final pera a Noa, deixe cada hum sua obra & estêm aparelhados pera quando se fizer o segundo final. Depois de comer estêm em lição, ou rezem. Em os dias da quaresma tomem todos cada hum seu liuro na liuaria, os quaes leam inteiramente per ordê, & hãoselhes de dar no princípio da quaresma. E ante todas as cousas assinese hum ancião ou dous que corram o mosteiro nas horas em que os monjes estão em lição, & vejam não haja por ventura algum preguiçoso que esté ocioso, ou falando, & não está ocupado em a lição, & não somente dane a si, mas ainda estorue aos outros. [...] Ao domingo todos estêm em lição, saluo aquele que estam deputados para diversos officios: mas se algû for tão descuidado & negligente, que não queira, ou não possa ler, ou meditar, encomendeselhe algũa obra que faça, de maneira que não esté ocioso»<sup>82</sup>.

Ora, a leitura, como percebemos, exerce destacado papel formativo nos monges, pelo que, por conseguinte, acabam as livrarias tendo papel fundamental no ambiente do claustro. De facto, o apotegma monástico cluniacense *Clastrum sine armário est castrum sine armamentário*<sup>83</sup> é bastante ilustrativo quanto à questão. É nas livrarias que assenta boa parte da riqueza cultural dos mosteiros, incrementada pelo apetrechamento dos seus fundos com códices, manuscritos e obras impressas<sup>84</sup>, algumas destas (quando não muitas, se falarmos das livrarias do Colégio de Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça, Tibães, Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, São Francisco da Cidade também em Lisboa, entre outros) de destacado valor e dimensão<sup>85</sup>.

---

passagem e vida dos santos, edificados como tais, pelo martírio ou a vida consagrada à observação exemplar de uma vida devotada a religião. A marcação do tempo, pois, principalmente pelo seu viés litúrgico, é tanto organizativo, como contemplativo, o que fica, acreditamos, também expresso na relação da divisão do tempo consagrado ao trabalho e à leitura por Bento de Núrsia a partir do recurso à Quaresma e à Páscoa. No mais, destacamos ainda a existência de dois títulos de Tiago de Varazze na Livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, a saber: *Sermoens aurei per fratrem Rudolfum Pulucium repuxgati* (na qual consta o nome do autor como F. Jacobus de Voragine, sendo a obra impressa na cidade de Antuérpia, com 6 volumes in-oitavo, publicados em 1709 – vol. 1 – e 1712 – os demais volumes) e *Sermoens aurei* (na qual o autor está identificado como Jacobus de Voragine, sendo a obra impressa em Paris, 1 volume in oitavo, do ano de 1528). Ver: Jaques Le Goff, *Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varazze e a Lenda Dourada*, 2 ed., São Paulo, Civilização Brasileira, 2017.

<sup>82</sup> Bento de Núrsia, *op. cit.*, pp. 33-34. Destaca-se que no texto, o termo «lição» pode ser substituído, sem qualquer prejuízo, pelo termo «leitura», neste caso, de destacado pendor religioso, o que simboliza a condição da *Lectio Divina*.

<sup>83</sup> Em tradução livre: «Mosteiro sem livraria é como acampamento sem arsenal». Geraldo José Amadeu Coelho Dias, «As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa», *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, n. 2, Porto, 2012, p. 139.

<sup>84</sup> Arquivo Distrital do Porto (Org.), *O Mosteiro de S. Bento da Vitória: 400 anos*, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p. 32.

<sup>85</sup> Ora, quanto as livrarias referidas no texto, cabe ressaltar suas dimensões: Colégio de Santa Cruz de Coimbra – OSB (entre 15.000-25.000 itens, ca. 35.000 volumes), Alcobaça – OCist. (ca. 9.000 itens e mais de 20.000 volumes), mosteiro de São Martinho de Tibães – OSB (ca. 5.000 itens, ca. 8.000 volumes), Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa – OFM (mais de 20.000 itens, 32.000 volumes), Convento de São Francisco da Cidade - OFM (acima de 7.000 itens, mais de 20.000 volumes). Em Luana Giurgevich



Mas não são apenas as livrarias que constituem parte do complexo social monástico. No seu conjunto, a organização cenobita é como se fosse uma experiência *proto-federativa*, na qual seus muitos espaços e instituições (pertencentes no corpo de uma superestrutura, neste caso a Ordem de São Bento) operavam de forma relativamente autónoma<sup>86</sup> para o pleno desenvolvimento do monaquismo na sua representação ideal<sup>87</sup>. Mais uma vez, Bento de Núrsia é bastante assertivo quanto à questão. Pois vejamos o que diz a respeito no capítulo 66<sup>88</sup> da Regra: «O mosteiro (se for possível) edifique-se de maneira & em parte que tenha das portas a dentro tudo o que for necessário, couem a saber, agoa, moinho, horta, forno, & e todos os officios se exercitem dentro do mosteiro, porque não tenham os monjes necessidade de andarem vagueando por fora, porque totalmente não couem pera suas almas»<sup>89</sup>.

Voltaremos, pois, à organização dos espaços monásticos mais adiante. Para já cabe destacar alguns aspetos referentes à Regra, sua composição, o seu autor e, evidente, o monaquismo beneditino, elemento central da organização religiosa.

## 2.1. Monaquismo e Beneditismo: a inter-relação da Regra com o ideal de vida monástica

A vida no cenóbio acaba por dever muito a Bento de Núrsia e a sua Regra (ca. 529). Se de facto não é a primeira<sup>90</sup>, ao menos foi a mais disseminada e interpretada no período de maior

---

e Henrique Leitão, *Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*, Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, p. XXI.

<sup>86</sup> É tanto, pois, uma autonomia interior (dos espaços existentes, tais como livraria, hospedaria, botica, etc.), quanto principalmente exterior, expressa, como haveria de ser, pela Regra de São Bento, assente na autossuficiência na gestão das suas atividades frente as cidades e os campos que as abrigam.

<sup>87</sup> Esta autonomia beneditina é colocada em evidência por Antonio Linage Conde, tanto na sua pura manifestação como facto concreto («que faz com que cada mosteiro viva enclausurado no seu próprio mundo») como ainda pelas provas que buscam identificar a verdadeira essência do beneditismo e da sua representação enquanto superestrutura-dupla, autónoma em si mesma ao mesmo tempo que subordinada e interrelacionada aos demais mosteiros pertencentes à Ordem de São Bento. É a Regra, pois, o elemento-fim de ligação da comunidade beneditina, que garante a autonomia monacal dos mosteiros, ao mesmo tempo que faz deles entes subordinados uns aos outros. António Linage Conde, *São Bento e os beneditinos*, Braga, Irmandade de São Bento da Porta Aberta 1989, pp. 95-96.

<sup>88</sup> Intitulado *Do porteiro do mosteiro*.

<sup>89</sup> Bento de Núrsia, *op.cit.*, p. 66.

<sup>90</sup> Ora, o eixo principal de discussão gira em torno da precedência da *Regula Magistri* (título, contudo, atribuído a São Bento de Aniano (727-841), e posterior, portanto, a existência da Regra de São Bento), códice anónimo datado de cerca 527, logo, antes da Regra de São Bento, cujo texto fora publicado por Holstenius em 1661, e integrado por Migne no seu *Cursus Patrologiae Latinae*. Coube à efervescência da discussão o papel desempenhado por dois monges de Silos, Espanha, Dom Mateus Álamo (defensor da prioridade da RM) e D. Justo Perez de Urbel (denodado defensor da Regra de São Bento). Para além deles, o historiador e beneditino Adalbert de Vogüé (1924-2011), também se arvorou como destacado defensor da procedência da *Regula Magistri* sobre a *Regra de São Bento*, facto este que rendeu algumas considerações e análises da sua produção pelo igualmente historiador e beneditino Geraldo José Amadeu Coelho Dias. De facto, De Vogüé chegou mesmo a ser voz corrente – entre outros – a proclamar que a Regra Magistri seria nada mais do que uma primeira versão, de carácter tanto mais desorganizada, ampla, «sobrecarregada, palavrosa, prescritiva e supõe um alargamento do campo legislativo e disciplinar para precisar e determinar com mais rigor e exactidão aquilo que, no capítulo paralelo da Regra de São Bento, é apenas sugerido ou indicado». Geraldo José Amadeu Coelho Dias, «A Regra de São Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em Português. ‘Rectissima norma vitae’, RB. 73.13.,

expansão do monaquismo e das ordens religiosas na Europa. Pelo menos até a tomada das ordens mendicantes, num movimento decisivo na história das ordens religiosas em Portugal, em toda Europa e mesmo além. Ora, mesmo que a existência de uma Regra anterior à de São Bento, coloque em causa a sua originalidade, ou seja, a sua precedência frente às demais, não elimina, contudo, o seu papel enquanto elemento de sistematização e prescrição de orientações espirituais e diretrizes práticas comunitárias pela observância de uma vida regrada e contemplativa no claustro, afastada da mundanidade das cidades<sup>91</sup>, dos seus vícios e corrupções. Não à toa, é verdade, o estabelecimento inicial dos mosteiros na solitude dos campos.

Ora, tal se dá pela própria natureza da Regra de São Bento, das suas orientações e mesmo da figura do seu autor, Bento de Núrsia<sup>92</sup>. A composição da Regra consolida o ideal do princípio

---

*Revista da Faculdade de Letras História*, III Série, vol. 3, Porto, 2002, pp.19-20; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*, Porto, CITCEM, Edições Afrontamento, 2011, pp. 24-42.

<sup>91</sup> Pelo menos num primeiro momento, uma vez que posteriormente, quando o monaquismo beneditino vai cedendo espaço, principalmente para as ordens mendicantes, se observa a instalação de mosteiros no interior das cidades, como é, de facto o caso do mosteiro portuense.

<sup>92</sup> Uma cronologia completa e perfeitamente acurada das atividades de Bento de Núrsia, dado os poucos registos legados, é uma tarefa um tanto quanto árdua, pelo que se permite algumas considerações que originam, na sua maioria, do texto de São Gregório Magno (Papa Gregório I, beneditino), no Segundo Livro dos *Diálogos*. De facto, mesmo o valoroso trabalho do Papa não deve ser tomado totalmente a letra, dado o apelo – natural, pela figura pontifícia de Gregório Magno – edificante dos milagres e da santidade de São Bento. Estas características podem ser observadas – em maior ou menor grau - ao longo dos 38 capítulos do seu segundo livro, como quando ressuscita um jovem noviço, caído morto pelo desmoronamento das pedras onde trabalhava (pelo que podemos entender, tendo as pedras sido açuladas pelo próprio demônio) com seus irmão (Capítulo 11) ou quando Mauro salva Plácido do afogamento, pela graça de São Bento, ao andar nas águas (Capítulo 7), entre outros. De todo modo, parece ser consensual entre os beneditinos e os estudiosos da Ordem e do seu santo fundador, o nascimento de Bento por volta de 480, em Núrsia, um vilarejo montanhoso a nordeste de Roma. Ainda jovem fora enviado pela família (dita mesmo por São Gregório como possuidores de terras) à capital para dar início aos seus estudos quando se deparou com a completa degeneração do que outrora fora o centro do magnífico Império Romano. O jovem Bento resolveu, pois, abandonar seu intento, como que tocado por um chamado corporificado pelo mundo que observara fora da sua Núrsia, e se refugiar em Subiaco, um pouco mais a sudeste de Roma, onde viveu em completa reclusão, assistido, todavia, pelo monge Romanus e sob a regra do Abade Theodacus, que o tutelava. Por três anos então assim viveu, como um virtuoso eremita. Com o passar dos anos, foi descoberto por um grupo de monges (que em um primeiro momento o tomaram por uma besta selvagem, dada a sua vestimenta de peles negras), desejosos de tê-lo como seu líder espiritual. Ora, aqui talvez encontramos os primeiros elementos indicativos, por parte de Gregório Magno, da santidade e miraculosidade de Bento. O rigoroso regime de observância e contemplação espiritual beneditina parece não ter agradado de todo os seus primeiros discípulos, que numa malfadada tentativa, atentaram contra a vida de Bento, tendo este, pela narrativa maravilhada de Gregório, abençoado o fruto do crime, ou seja, do jarro de vinho no qual continha mortal veneno. Logo após abandonar estes seus antigos discípulos, Bento inicia a sua incursão de fé, ao estabelecer 12 mosteiros (com 12 monges) no entorno da capital. Em 529, segundo os relatos, é erigido o mosteiro de Monte Cassino, no qual Bento de Núrsia viria a escrever a sua Regra e legá-la para a cristandade. Por fim, convém lembrar que Gregório Magno escreve esta peça biográfica partindo dos testemunhos de quatro antigos monges e seguidores de Bento, um movimento, acreditamos, que visa a legitimação da sua obra pelo recurso de fontes diretas no estabelecimento e expansão inicial do beneditismo. O Livro de Diálogos de Gregório Magno utilizado neste trabalho encontra-se disponível do site oficial da Ordem de São Bento. Trata-se, pois, de uma tradução em inglês, que remonta primeiro a um tal P. W., em 1608 (detalhe para o facto da obra ter sido impressa em Paris), sendo depois seguidamente reeditada por Edmund G. Gardner (1911) e pela Biblioteca Saint Pachomius (1995). Disponível em: <<http://www.osb.org/gen/greg/>> Utilizamos ainda como referência: Cuthbert Butler, *Benedictine monachism. Studies in Benedictine life and rule*, London, Longmans, Green and Co., 1919, pp. 1-10.

monástico europeu a partir do momento que Bento de Núrsia edifica o mosteiro de Monte Cassino, por volta de 529<sup>93</sup>. Mas o movimento monástico é elementarmente pré-benedictino. Se por um lado, o monaquismo é um fenómeno universal, comum a todas as religiões, no cristianismo, em particular, adquire, para além das suas características principais, elementos mais acentuados de uma dada realidade espiritual e social, na imitação da vida de Jesus Cristo<sup>94</sup>.

Esta imitação<sup>95</sup>, por seu turno, busca a principio o escapismo na vida eremítica, a construção dos eremitérios e a observação contemplativa baseada na solitude, o que se verifica, num primeiro momento, no Oriente cristão. É na *Fuga mundi* que o indivíduo solidifica a sua relação como seguidor de Jesus, «na solidão dos desertos do Egipto, da Palestina, da Síria e da Capadócia, onde se avantajaram os santos, «pais do monaquismo»: São Paulo Eremita de Tebas (†347), cuja vida narra São Jerónimo; Santo Antão (251-356), de quem Santo Atanásio nos deixou uma biografia; São Pacómio (292-346); São Macário, o Velho, e os eremitas ou monges da Tebadia (Alto Egipto); Santo Atanásio (†373); São Basílio (†379); São Simão Estilista (†459), e tantos outros, que procuravam a união íntima, pessoal, com Deus»<sup>96</sup>.

Mas o caminho da salvação, da observação e da servidão a Jesus se coletiviza, torna-se comunitário a partir da construção das primeiras comunidades, e consequentemente, dos primeiros mosteiros. Na transição do monaquismo oriental para o de matriz ocidental, temos, pois, três artífices: Evágrio Pôntico (†339), São Jerónimo (†429) e João Cassiano (†435). Estes influenciaram tantos outros, de tal modo, que o intercâmbio produzido com o movimento monástico do oriente não se fez cessar. Normas e regras de características diversas foram introduzidas na realidade europeia, de tal forma desordenadas que em muitos mosteiros se observava um compilado destas, as *Regulas Mixtas*<sup>97</sup>.

Em todo caso, a vida monástica se fazia organizar de tal maneira que poderia ser representada de forma simbólica por sete personagens da Igreja: Santo Antão, *o Eremita*, São Pacómio, *o Cenobita*, São Jerónimo, Santo Agostinho, São João Cassiano, São Bento e São Gregório Magno. De facto, ao chegar o século V, o monaquismo cristão<sup>98</sup> se alastrara por

<sup>93</sup> António Linage Conde, *op. cit.*, p. 97.

<sup>94</sup> «[...] sobretudo desde que, em 313, o Imperador Constantino deu a liberdade de culto à Igreja Cristã». Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 104.

<sup>95</sup> Ora, em termos práticos, tal imitação nada mais simbolizava que a renúncia e o desprendimento total dos bens e vícios mundanos para viver uma vida em conformidade com a beleza e as lições do Evangelho.

<sup>96</sup> Dias, *op. cit.*, 2011, p. 105.

<sup>97</sup> Idem, *Ibidem*, p. 105.

<sup>98</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, em um dos seus estudos, faz uma categorização das formas de monaquismo, os dividindo pelo espaço. Temos, com isso, o Monaquismo no Norte-África (na figura de Santo Agostinho como seu principal animador); Monaquismo na Gália (com papel mais destacado para São Martinho de Tours (†397) e de São João Cassiano (†430/435?); Monaquismo na Hispânia (com influência de São Martinho de Dume (†572), São Leandro e Santo Isidoro em Toledo e Sevilha, São Braulio em Saragoça, São Frutuoso em Braga); Monaquismo na Irlanda (ligado naturalmente a São Patrício), o Monaquismo na Itália (com o monaquismo de acolhimento de peregrinos nos arredores de Roma e o

praticamente toda a Europa, principalmente pelo território que hoje compreende a Itália e o Sul da outrora Gália. E se não funda de facto o monaquismo, o movimento beneditino dá um novo sentido, dimensão, significado e influência<sup>99</sup> à observância pelas ações prescritivas que preconiza na sua Regra.

Ora, tal influência é mesmo verificada pelo trabalho do Papa Gregório I, *o Magno* (540-604, papado de 590-604)<sup>100</sup>, seu mais destacado biógrafo. Mas não apenas por ele. O maior legado da Regra de São Bento, para além do próprio conjunto de regras<sup>101</sup> – e talvez mesmo, por intermédio destas – foi a representação do mosteiro enquanto ambiente ideal de observação religiosa, um símbolo da autossuficiência no *intra-cenóbio* e da organização das suas atividades pelos princípios de solidariedade, coletividade e simplicidade entre os seus monges habitantes, na qual o labor manual e intelectual exercem papel destacado na sua formação moral e religiosa.

Convém, portanto, imaginar que a Regra de São Bento se disseminou de Monte Cassino para outros tantos pontos, onde virtuosos seguidores erigiam e consagravam mosteiros em nome do patriarca São Bento e da sua regra (quando mesmo não convertiam os mosteiros já existentes e que observavam um conjunto tal de Regras, as *Regulas Mixtas*, para observação pela *Regula Benedicti*).

Mas este foi, contudo, um movimento de propagação curioso. De facto, os focos propagadores se encontram mesmo distantes do seu ponto de partida, uma vez que a invasão iniciada pelos Longobardos<sup>102</sup> colocaria fim à centralidade do sagrado Monte Cassino como grande centro difusor do beneditismo. Estava então em risco a continuação da vida monástica em

---

monaquismo solitário, baseado nas Regras de Eugíprio, dos Quatro Padres, Regula Magistri). Idem, *Ibidem*, pp. 106-107.

<sup>99</sup> Ora e não é apenas no contexto da vida em clausura, que Bento de Núrsia teve impacto. A sua popularidade e apelo podem também ser medidas junto da população «comum», também em certo sentido religioso, mas que faz do santo objeto de culto de características festivas. Para mais detalhes sobre o culto popular a S. Bento, baseado, entre outros, na crença difundida e evidente pelos beneditinos, da sua santidade e capacidade miraculosa (o relato de Gregório Magno, por si só é um elemento riquíssimo), ver: Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O Culto popular de S. Bento: uma forma de terapêutica religiosa”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 10, Porto, 1993, pp. 233-244.

<sup>100</sup> Há quem possa considerar que antes de um beneditino confesso, Gregório Magno pode ter exercido um papel mais beneditinizante, ou seja, como um legítimo propagador do beneditismo. António Linage Conde, *op. cit.*, p. 161.

<sup>101</sup> Em termos estruturais, poderíamos, com auxílio de Dias, dividir a Regra de São Bento a partir de sete partes, de todo modo complementares: 1. Prólogo; 2. Estrutura orgânica e hierárquica do mosteiro (Caps. 1-3); 3. Textos fundamentais da espiritualidade beneditina (Caps. 4-7); 4. Código litúrgico e estruturação do Ofício Divino (Caps. 8-20); 5. Condições normativa e funcional do mosteiro (Caps. 21-57 – Cód. Penal nos Caps. 22-33); 6. Vocações e eleições do Abade e Prior (Caps. 58-66); Apêndice e capítulos posteriores (Caps. 67-73). Dias, *op. cit.*, 2002, p. 30.

<sup>102</sup> Mas em 680 já estariam então convertidos os Longobardos. Mais: Columbano, uma das figuras centrais da irradiação beneditina, principalmente em França, caiu nas graças do Rei Longobardo Agilulfo, e este, em retribuição, concedeu ao monge irlandês a permissão para a construção do mosteiro de Bobbio, de modo a assegurar, à sua maneira (ou seja, não militarmente), as fronteiras da região. António Linage Conde, *op. cit.*, pp. 176-177.

Itália, de certa forma remediada pela ação de Gregório I ao acolher junto de si os muitos refugiados (e mesmo a santa Regra) sobreviventes à ferocidade da invasão estrangeira.

Ora, os focos de irradiação do beneditismo acabariam por se concentrar de início em França, Inglaterra e Sacro Império Romano Germânico, pelo que, num segundo momento, o monaquismo de raiz beneditina se espalharia igualmente pelo Oriente, e claro, pela Península Ibérica.

Não se tratando, pois, de um trabalho sobre a Ordem de São Bento e as realizações fundacionais dos seus muitos monges, não vamos, naturalmente, nos deter em pormenorizados detalhes. Entretanto, destacaremos, a fim de melhor contextualização até ao momento de instalação da Ordem em território português, alguns dos seus principais momentos e personagens.

O ano de 620<sup>103</sup> parece mesmo indicar a primeira menção em França da *Regula Benedicti*, por intermédio de uma carta enviada pelo abade e fundador de Hauterive, Venerando da Altaripa, ao bispo da diocese de Albi, Constâncio. Entretanto, o que se verifica com maior relevância nos princípios de absorção beneditina no contexto religiosos francês, é a observação simultânea das Regras de São Bento e São Columbano, ainda no que poderemos considerar um processo de superação das *Regulas mixtas*. A exigência, no que diz respeito a este tipo de observação, é expressa primeiro em 632, em Solignac, mosteiro aquitano fundado por Santo Elói, mas depois em Rebais-en-Brie; 640 em Besançon e Nivelles; 649 em Fontenelle; 651 em Fleury, 657 em Corbie; 660 em Lérins; 662, Hautvilliers, entre outros. Seria somente entre os anos de 663-680 que se encontraria a promulgação da observação exclusivamente beneditina, por intermédio do bispo de São Leger, no Concílio de Autun<sup>104</sup>. Mas é somente em 690 que a Regra é tomada de forma exclusiva, quando o arcebispo de Rouen concede ao mosteiro local o privilégio de escolher o seu abade segundo as prerrogativas da Regra de São Bento<sup>105</sup>.

No que diz respeito a Inglaterra, a Regra parece ter chegado num momento em que se via misturada a outras formas de observação, destacadamente célticas e gaulesas. De facto, um dos grandes entusiastas do beneditismo na ilha, Biscop Banducing, não incorporou apenas o nome do santo Bento, como ainda fundou os mosteiros de Wearmouth (673) e Jarrow (682). Biscop chegou a viajar por inúmeras vezes para Roma, onde encontrou na observação beneditina fonte das suas muitas inspirações. Ainda que tenha levado a Regra para os seus mosteiros, estes se viram mesclados ainda pelas observâncias célticas e gaulesas acima referidas, mas ordenando, contudo,

<sup>103</sup> Esta data é considerada por António Linage Conde, *op. cit.*, p. 163. Ao passo que Geraldo José Amadeu Coelho Dias, trabalha com um período temporal alargado, 620-630, mas que como vemos, considera o período datado pelo seu colega beneditino. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 109.

<sup>104</sup> Convém, para isso, destacarmos a passagem do décimo quinto cânone deste Concílio, retirado, pois, do texto de Linage Conde: «*de abbatibus vero vel monachis observare convenit ut quicquid... Regula Sancti Benedicti edocet et implere et custodire in omnibus debeant*», que tomamos a liberdade de traduzir, pelo que livremente se lê: «De abades e monges a observar a Regra de São Bento... o que é apropriado para o cumprimento e manutenção de todas as suas vontades». Conde, *op. cit.*, p. 166.

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 163-169; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 109.

que as escolhas dos futuros abades fossem regidas pelas prescrições legadas do grande patriarca Bento de Núrsia. Uma outra personagem deste movimento beneditino em Inglaterra pareceu ser mais assertiva: Wilfrido de York, que em 702 instituiu que todos os seus monges situados nos mosteiros da Nortúmbria, seguissem de imediato e integralmente a *Regula Sancti Benedicti*. Antes disso, a 664, tinha sido figura central no Concílio de Whitby na proposição dos usos e costumes de observância romanos em detrimento dos celtas<sup>106</sup>.

Já o beneditismo alemão se difundiu pela ação evangelizadora do monge Wilfrid – ou São Bonifácio – (672-754)<sup>107</sup>, oriundo da Inglaterra, pelos mosteiros de Exeter e Nursling. Em 719, encontra-se com o Papa Gregório II, que há pouco havia iniciado a reconstrução de Monte Cassino. Por ordem de Roma é enviado, posteriormente, para o território alemão, fundando nesse espaço, vários mosteiros, e entre eles, o de Fulda (744). Em sua viagem, foi ainda auxiliado pelas monjas Lioba e Tecla, também suas parentes, que imbuídas do carácter evangélico, fundaram também mosteiros: o de Tauberbischofsheim (Lioba) e de Kitzingen e Ochsenburg (Tecla)<sup>108</sup>.

Voltamos, então a Itália, e à reconstrução do sagrado Monte, levada a cabo por Petronax, a partir de 717, já sob os auspícios do Papa Gregório II. Decerto, a «Santa Montanha estava no caminho dos peregrinos da Terra Santa e dos que viajavam para o Oriente»<sup>109</sup>, caminho este também realizado pelo referido Petronax, que iniciou a reconstrução deste mosteiro com auxílio de algumas casas companheiras, entre elas o do recém-fundado mosteiro de São Vicente de Volturno. E neste cenário do renascimento cenobita de Monte Cassino, o monge anglo-saxão Vilibaldo também seria personagem importante. Fazia então Vilibaldo viagem de regresso da Terra Santa, tradicional peregrinação entre Ocidente e Oriente, quando, instado pelo Bispo de Cápua, toma um pequeno desvio. Ora, não se tratava de uma visita contemplativa pura e simples, mas de uma peregrinação *Ad sanctum Benedictum*, ou seja, ao sagrado sepulcro localizado em Monte Cassino. E a experiência parece ter-se mostrado reveladora a Vilibaldo, uma vez que por lá ficou por mais de dez anos (ca. 729-739), sendo finalmente convocado a auxiliar na missão evangelizadora de Bonifácio em terras alemãs<sup>110</sup>.

Monte Cassino parecia resplandecer novamente. O Papa Zacarias, segundo consta, chegou mesmo a devolver a Regra original, em respeito à magnificência do seu autor e do local onde fora escrita. E de facto, se verificou em Itália um movimento beneditinizante, com fundações

<sup>106</sup> António Linage Conde, *op. cit.*, pp. 169-174; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 110. António Linage Conde levanta a interessante questão sobre a possibilidade de considerarmos Wilfrido um verdadeiro beneditino ao passo que Bento Biscop, pelo carácter mais liberal e permissivo com o qual trabalhou a Regra de São Bento em observância mista, um agente beneditinizante.

<sup>107</sup> Que de acordo com Conde «o grande apóstolo da Alemanha entre o no de 718 e o seu martírio em 754 [...] a ele sim que o podemos ter por um beneditino sem mais, e por consequência, pregador». António Linage Conde, *op. cit.*, p. 174.

<sup>108</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 110. António Linage Conde, *op. cit.*, pp. 174-176.

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 180.

<sup>110</sup> Vilibaldo estabeleceu missão em Eichstatt, introduzindo aí a Regra de São Bento e a observância da qual foi fortemente influenciado em Monte Cassino. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 111.

e observações da santa Regra um pouco por toda a parte. Contudo, o mosteiro voltaria a ser destruído uma vez mais - desta feita em 883, pelos sarracenos - e ainda tantas outras vezes, sendo sucessivas as tentativas de reconstrução, tal qual se imaginava, num movimento que parecia simbolizar a afamada paciência beneditina, que por tantas vezes colocou à prova o seu monumento máximo.

O que de tudo ainda cabe ressaltar, para passarmos adiante, e destacarmos – ainda que brevemente – a introdução da Regra de São Bento na Península e principalmente em Portugal, é que foi no período carolíngio que a Regra gozou de maior prestígio, para não dizer mesmo de uma legitimação. São Bento de Aniano (750-821) parece ter sido um dos maiores, se não o maior promotor do beneditismo pelas vastas extensões dos domínios de Carlos Magno (768-814), este por seu turno, destacado simpatizante do monaquismo e da sua expressão manifesta pela observação da Regra de São Bento.

Ora, não seria mesmo o próprio Carlos Magno a tentar pôr as mãos no texto original da Regra? E que, por uma série de correspondências trocadas com os *cassinenses* – entre elas a missiva dirigida ao abade Teodmaro – conseguiu de facto dispor para si de uma cópia, que sobreviveu aos nossos dias, o *Codex Sangallensis* 914<sup>111</sup>. De todo modo, o ano de 813 marca o período em que o Imperador reúne os cinco sínodos regionais, determinado a reformar o monaquismo nos seus domínios, indicando para isso um pendor pró-beneditino, na conceção de benefícios e doações, inclusivamente de mosteiros (como os de Fulda e Niederalteich). Mas é com seu filho e sucessor, Luís, o Pio (814-843), contando com a influência destacada de Aniano, que a reforma iniciada por Carlos Magno se intensifica. Se instituí a prerrogativa beneditina como a legítima expressão do monaquismo cristão, um movimento determinante para os posteriores desenvolvimentos da vida cristã no Ocidente.

Ora, não seria então leviano dizer que São Bento de Aniano, tomando as palavras de Geraldo José Coelho Dias, foi um importante actor na difusão do beneditismo europeu, e que suas atividades e critérios adotados formam o «elemento dinamizador de cultura, porque serviu de guia

---

<sup>111</sup> De facto, a Regra original parece ter-se perdido, sobrevivendo apenas algumas das cópias produzidas da mesma. Muitas, inclusive, anteriores ao ano 1000. Este, pois, é o caso do *Hatton 48 de Oxford* (do início do século VIII), o referido *Codex Sangallensis* 914 (datado do principio do século IX), do Códice de São Galo – mosteiro localizado na Suíça (que parece ser uma cópia da cópia, neste sentido, do códice enviado a Carlos Magno) e mesmo o Códice Cassinense n. 175, que é mais um comentário à Regra do que sua cópia integral em si. Em Portugal, tomamos conhecimento dos códices latinos *Regula Sancti Benedicti abbatis* – BNP Cod. Alc. 231/CCC (cópia em pergaminho, final do século XII), *Regula sancti Benedicti abbatis* - BNP Cod. Alc. 281/CCCXXX (cópia em pergaminho, século XIII), *Regula Sancti Benedicti* – ANTT Lorrão, C.F. 17 (em pergaminho, entre os séc. XII-XIII), *Regula Sancti Benedicti* – BPMP Ms. 295 (pergaminho gótico, séc. XIV), *Regula Sancti Benedicti* – BPMP Ms. N. 1164; Manuscritos da Regra em Português, sendo identificados 11 (5 códices alcobacenses e 6 não alcobacenses), para já as muitas edições impressas, como a que utilizamos neste estudo, data de 1586. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2002, pp. 31-40.

para a construção de abadias e mosteiros»<sup>112</sup>, que como bem vimos, são os monumentos de irradiação da observação monástica beneditina.

E o plano de reforma de São Bento de Aniano seguiu com relativa tranquilidade. Mas com o passar dos anos, o relaxamento da observância e costumes beneditinos, os assaltos a mosteiros e a crescente urbanização parecem ter minado o trabalho beneditino. Surgem então importantes movimentos de dissidência e reforma, a começar pelos Cluniacenses, do mosteiro fundado em 909/10, num plano que marcaria a Europa por um tipo incrementado de monaquismo em que «a ideia paternal de abade se aproxima do modelo político senhorial e vai privilegiar os mosteiros, que tanto marcam a paisagem da Europa medieval»<sup>113</sup>.

Mas e na Península Ibérica, nomeadamente em Portugal? Como se deu o curso de penetração do monaquismo, principalmente o beneditino, do lado de cá dos Pirineus? Ora, a experiência monástica peninsular é para já referenciada nos cânones do Concílio de Elvira (304/306), o que demonstra certa antiguidade no estabelecimento de uma vida de consagração isolada à imitação de Cristo, complementada ainda pelos Concílios I de Saragoça (380) e Toledo (400), estes últimos indicando ainda contrariedade pelos elementos heréticos do priscilianismo<sup>114</sup>. Mas é na passagem dos séculos VI e VII que podemos falar de um monaquismo de certo mais amadurecido a serviço da colonização espiritual peninsular, onde se verifica a proliferação de inúmeros mosteiros, casos de Dume e Mértola, onde também destacamos o monaquismo visigótico de São Frutuoso na Galécia (herdeiro de São Martinho de Dume), já entre os séculos VII-VIII. A São Frutuoso se atribuem duas regras, a *Regula Monachorum*<sup>115</sup> e a *Regula communis/Regula Abbatum*<sup>116</sup>.

Pelas regras de São Frutuoso, podemos mesmo vislumbrar o monaquismo a partir de 4 tipos: (1) o que comporta mosteiros regulares ou canónicos, sujeitos à autoridade do bispo e que seguem uma dada Regra, (2) a dos mosteiros dúplices, no qual monges e monjas vivem em espaços separados, sob a autoridade de um superior comum e de uma mesma Regra, (3) dos mosteiros familiares, reservada aos leigos abastados, na qual se ligavam ao monaquismo graças a algum tipo de juramento religioso e uma vivência comunitária, (4) e dos mosteiros próprios

<sup>112</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2002, p. 12.

<sup>113</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, p. 119.

<sup>114</sup> O Priscilianismo foi uma doutrina cristã, de Prisciliano de Avila, desenvolvida na antiga Lusitânia romana. Seu objetivo era tanto mais a reforma da Igreja, pelas práticas ascéticas correntes em que os leigos ensinavam as doutrinas agnósticas e uma vida de rigorosa observação e contemplação religiosa. Para Paula Barata Dias, «O priscilianismo afectou indirectamente a nascente instituição monástica, ao estimular o centralismo e a vigilância da hierarquia eclesiástica sobre a instituição regular». Paula Barata Dias, «O lugar da Regula monástica communis no Monaquismo Hispânico», *Hvmanitas*, vol. LI, Coimbra, 2000, p. 218.

<sup>115</sup> Uma adaptação dos textos legislativos do Oriente, composto por 24 capítulos, marcada pelo empenho disciplinar e austeridade nos seus costumes.

<sup>116</sup> Obra composta de 20 capítulos, realizada, acredita-se, quando São Frutuoso já exercia o papel de Metropolitano de Braga.



fundado por pessoas de posse que se instituíam como donos legítimos das suas construções, as legando aos seus familiares mais próximos<sup>117</sup>.

Ora, um pouco por toda a parte este foi o panorama do monaquismo a existir em Portugal – notadamente na região de Braga e do Entre Douro e Minho – antes da implantação definitiva do beneditismo como grande Regra de observância. As incursões muçulmanas de 711 acabariam por incorporar alguns dos costumes dos seus invasores, num movimento moçárabe, e de tal modo, muitos monges acabaram por se deslocar para o norte, fundando mosteiros a meio do caminho nos domínios de Castela, Aragão e das Astúrias.

Já pela altura da chamada Reconquista, percebe-se mesmo o trabalho dos beneditinos dissidentes de Cluny, estimulados, acredita-se, pelo Rei Afonso VI de Leão e Castela. O Concílio de Coyanza, realizado algo entre os anos de 1050-1055<sup>118</sup> acabaria, por fim, a determinar que a vida monástica deveria ser regida pela santa Regra de Bento, e que em Portugal acabaria por ter um período de observação concreto mais definido entre os anos de 1080 e 1115.

O beneditismo, seja em sua matriz «pura», ou reinterpretado pelos cluniacenses, se ia espalhando pelo então território do Condado Portucalense. Figuras como a de São Geraldo (1096-1108), o primeiro arcebispo de Braga, D. Maurício Burdino (1099-1109), bispo de Coimbra, e D. Bernardo (1128-1146) foram personagens ativas na construção e desenvolvimento de uma plataforma de ação evangelizadora pelos ensinamentos da santa Regra de São Bento.

Outras personagens, como o Conde D. Henrique e sua esposa, a Rainha Dona Teresa, também foram pródigos colaboradores da causa beneditina ao oferecer privilégios, como, por exemplo, as afamadas cartas de couto, passadas, entre outros, para os mosteiros de Santo Tirso (1097), Tibães (1110) e Pombeiro (1110)<sup>119</sup>.

E esta preferência e imposição da Regra de São Bento, do ponto de vista identitário, acabaria por impulsionar e «privilegiar a criação de vastas redes claustrais e propulsionar a reforma ou incorporação de antigos cenóbios o que não deixará, apesar de tudo, de dar origem a um número expressivo de extinções»<sup>120</sup>.

Em trabalho recente - de destacado folego, cabe ressaltar - Fernanda Maria Guedes de Campos nos apresenta um quadro de vivaz relevância e que traça de forma mais acurada as

<sup>117</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, pp. 154-155.

<sup>118</sup> Tal se dá pela existência de duas redações deste Concílio, o castelhano e o português, ambos, contudo, escritos em latim, mas que assinalam datas distintas: 1050 para a redação castelhana, 1055 para a portuguesa. De facto, na redação portuguesa ainda fica opção de observância pela Regra de São Bento ou de São Isidoro. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, p. 157.

<sup>119</sup> Sobre a questão dos privilégios, ditos forais e a distribuição de coutos em benefício dos beneditinos, ver: Geraldo José Amadeu Coelho Dias, «Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, cultura, administração e igreja em Portugal no século XII*, vol. 4, Guimarães, Universidade do Minho, 1996, pp. 31-345.

<sup>120</sup> Fernanda Maria Guedes de Campos, *A ordem das ordens religiosas. Roteiro identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017, p. 18.

estratégias fundacionais verificadas pela Ordem de São Bento em Portugal<sup>121</sup>. Considerou, por isso mesmo, o período acima referido de 1080-1115, no que, pela cronologia fundacional, se verifica efetivamente tanto a conversão de mosteiros observantes de outras regras à beneditina, como ainda outros, erigidos da raiz para este fim. Num total, desde 1080-1115 até o século XVIII, quando se observa a construção do último mosteiro (o de São Bento de Barcelos, feminino, construído em 1717 e fechado em 1843, ano de falecimento da sua última residente, conforme designava o ofício que deu fim às Ordens Religiosas em Portugal), possuía a Ordem de São Bento 92 mosteiros, dos quais 61 masculinos e 31 femininos.

Entre os mosteiros fundados num momento anterior ao movimento beneditino e que adotaram posteriormente a Regra, temos o de São Martinho de Soalhães, Salvador da Torre, Salvador de Lavra, o mosteiro Salvador de Leça do Balio, Salvador de Palme, São Cristóvão de Refojos de Riba da Ave, São Beno e Santa Comba da Várzea, São João de Arga, São Martinho de Vila Nova de Sande, São Pedro de Lomar, Santa Maria de Adaúfe, mosteiro do Salvador de Arnoso, de São Pedro de Canedo, de São João Baptista de Arnóia, mosteiro de São Martinho de Tibães, de Santa Maria do Carvoeiro, Santo Tirso de Riba de Ave, Salvador de Travanca, São Mamede e São Paio Lorrão, mosteiro de Salvador do Paço de Sousa, São Pedro e São Paulo de Arouca, São Pedro de Rates, Santa Maria do Pombeiro, Santo André de Rendufe, mosteiro de São Pedro Pedroso, São Pedro de Cete, São Martinho de Manhente, mosteiro de Salvador de Fonte Arcada, mosteiro de Salvador de Castro de Avelãs e mosteiro de São Cristóvão de Lafões entre os masculinos. Ao passo que nos mosteiros dedicados ao monaquismo feminino temos os de Santa Marinha de Crestuma, mosteiro de São João de Vieira, Salvador de Vairão, mosteiro do Salvador de Tuias, Santa Maria de Semide, Salvador de Bouças e mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo<sup>122</sup>.

Ora, 33 dos 61 mosteiros masculinos se converteram à Regra de São Bento, ao passo que sete de 31 femininos realizaram tal mudança. Proporcionalmente, isto dá uma relação de 54% dos mosteiros masculinos contra 22,5% dos femininos. Por outro lado, 16 dos 61 (ou 26%) mosteiros masculinos fizeram o caminho inverso, em que pese uma maioria deles (13) ter adotado a Ordem de Cister e sua forma de observação beneditina reformada. Dos femininos, apenas dois (6,45%) realizaram mudança na sua observância, sendo curioso destacar o mosteiro de Salvador de Bouças, listado como um dos que adotaram o beneditismo em um momento tardio, mas que, posteriormente, acabaria por abrir mão para a observação baseada nos costumes cistercienses<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> De facto, o livro é uma ilustração perfeita do seu subtítulo: um roteiro identitário de Portugal, mais precisamente das suas ordens religiosas, tão intimamente ligadas à história de formação e desenvolvimento do país.

<sup>122</sup> Fernanda Campos, *op. cit.*, pp. 43-45.

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 44-45.

As restantes fundações de raiz, por sua vez são: São Romão de Neiva, São João Baptista de Tarouca, mosteiro de Sanfins de Friestas, Salvador de Ganfei, Santo André de Vila Boa de Quires, São Miguel de Refojos de Basto, São Cosme e São Damião de Ázere, mosteiro de Santa Maria do Vimieiro, São Martinho do Couto de Cucujães, mosteiro de Santiago de Sever, Santa Maria de Fiães, mosteiro de São Cláudio de Nogueira ou Riba Lima, Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Salzedas, Santa Maria de Ermelo, São João de Cabanas, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Maceira Dão, São Pedro das Águias, São Paulo de Almaziva, mosteiro de Santa Maria de Miranda, Hospício de São João da Foz do Douro, Colégio de São Bento de Coimbra, mosteiro de São Bento dos Apóstolos de Santarém, Colégio Nossa Senhora da Estrela, mosteiro de São Bento da Vitória, São Bento da Saúde e Hospício de São Bento de Braga, todas masculinas<sup>124</sup>.

Ao passo que nas femininas temos: mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, Santa Maria da Várzea de Ovelha, Salvador de Vila Cova, mosteiro de São Jorge Recião, mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, mosteiro de Santa Maria de Jazente, mosteiro de Salvador de Lufrei, de Salvador de Vila Cova de Sandim, de Salvador de Vitorino das Donas, de Santa Maria de Tarouquela, de Santa Maria de Gondar, São Pedro de Merufe, Santa Maria de Valboa, Santa Marinha de Loivo, Santa Marta de Serdedelo, São Bento da Ave Maria do Porto, mosteiro de São Bento de Viana do Castelo, mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Monção, do Bom Jesus de Viseu, de São Bento de Murça, de São Bento de Bragança, de Salvador de Braga, da Nossa Senhora da Purificação e de São Bento de Barcelos<sup>125</sup>.

Os séculos XI e XII parecem concentrar o maior número de mosteiros masculinos fundados. Pelo que a partir do século XIII, destaca-se mesmo a diminuição das fundações (ainda que o século XIV tenha apresentado uma tentativa de estabilidade), um pouco pela renovação cisterciense, as ordens militares e mendicantes e a crescente urbanização e secularização, no que as reformas que levariam à criação da Congregação de São Bento de Portugal em 1567 tardiamente iriam tentar mitigar. Quanto aos mosteiros femininos, observa-se um crescimento acentuado principalmente no século XII, atingindo o seu ápice na passagem do século XIII para XIV mantendo-se praticamente estável - após ligeiro declínio - até 1834<sup>126</sup>.

De facto, sobreviveriam até ao movimento liberal que extinguiria as Ordens Religiosas, nada mais do que apenas 24 mosteiros masculinos, número bastante reduzido, se levarmos em conta os 61 registados anteriormente. Muitos deles, inclusive, para além da mudança na observância das suas regras, foram efetivamente e precocemente terminados, o que parece também indicar uma crise no monaquismo baseado na Regra de São Bento<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 44-45.

<sup>125</sup> Idem, *Ibidem*, p. 45.

<sup>126</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 47-48

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*, p. 48.

Sendo, pois, o monaquismo um fenómeno com essência na solitude, no isolamento, não era invulgar o estabelecimento dos seus muitos mosteiros na tranquilidade dos campos, para além da proteção dos muros e muralhas citadinas do Portugal medieval e moderno. Este é mesmo um componente descritivo fundamental do *fundacionismo* monástico beneditino que no território português se concentra basicamente na porção norte, principalmente nas regiões do Porto, Braga e Viana do Castelo. No século XII, por exemplo, tido como o apogeu do beneditismo lusitano, as três regiões apresentavam, respectivamente, 24, 16 e 12 mosteiros<sup>128</sup>. Os séculos seguintes, ainda que demonstrem a perda de algumas casas (que encontraram tanto o seu fim precoce como a mudança de orientação), acabariam por reforçar o papel central de uma estratégia fundacional e posteriormente ocupacional no Entre Douro e Minho<sup>129</sup>.

Os muitos movimentos reformistas propagados no século XVI, tanto no seio do monaquismo beneditino, como aqueles decorrentes de uma crise geral do cristianismo com as proposições de Lutero e o seu movimento protestante, acabariam por fomentar mudanças significativas na estrutura da observância religiosa e na condição e relação dos mosteiros, seja no seu interior como entre si<sup>130</sup>. Surge, pois, uma reformada Congregação de São Bento de Portugal e com ela, a necessidade de levar a observação beneditina num movimento definitivo para as cidades.

Neste contexto em que o beneditismo parecia entrar num vórtice infundável de retração, estimuladas, entre outras, pelo crescimento e influência avassaladora da Companhia de Jesus, os beneditinos se voltam para o *intramuros* das cidades do Coimbra, Lisboa e Porto. Fundam um colégio na primeira e dois mosteiros nas duas últimas. É, então, chegada a hora de colocarmos algumas considerações a respeito do mosteiro erigido em 1596 na Cidade Invicta. E ao recuperarmos a história riquíssima do mosteiro portuense de São Bento da Vitória, acabamos também por voltar na relação dos seus muitos espaços e de como estes estão integrados na organização, vivência e interação dos seus membros pelo espírito da sua sagrada Regra<sup>131</sup>.

## 2.2. O mosteiro de São Bento da Vitória do Porto

Corria o ano de 1596. A ordem de São Bento, no rescaldo da crise institucional<sup>132</sup> que ocasionaria a extinção de alguns conventos, para não dizer mesmo a conversão de muitos mais outros, tinha-se reformado. A agora Congregação de São Bento de Portugal (1566-1567)<sup>133</sup> tinha

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, p. 51.

<sup>129</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 52-55.

<sup>130</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, op. cit., 2011, p. 142.

<sup>131</sup> Fernanda Campos, op. cit. pp. 42-69.

<sup>132</sup> Entre elas, para além do relaxamento na observância da Regra de São Bento, a questão dos abades comendatários.

<sup>133</sup> O estabelecimento da Congregação de São Bento de Portugal, como bem se sabe, deve muito à figura de D. Sebastião e mais tardiamente ao Cardeal D. Henrique, que de certa maneira acabaria por protelar a reforma tão necessária aos intentos beneditinos. Do Papa Pio IV, D. Sebastião obteve a bula *Eximiae*

como um dos seus principais desafios recuperar terreno perdido, entre outras razões, pelo apelo das ordens mendicantes, que na passagem dos séculos XIII, XIV e XV pareciam melhor compreender o espírito evangelizador que se deveria construir nas cidades, que por sua vez conheciam um ritmo de urbanização sem precedentes ao longo da passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

Cidades como Coimbra, Lisboa e Porto se assomavam como as principais do reino português, que por seu turno, se expandia para além-mar com os domínios indianos, africanos e a descoberta do Brasil, já quase um século antes, pela expedição de Pedro Álvares Cabral.

Ora, se fazia então imperativo o estabelecimento de mosteiros beneditinos no interior destas cidades, dado o espírito reformado da nova congregação<sup>134</sup> e o apelo e influência da *Devotio moderna* para além dos ambientes rurais. O Colégio de São Bento de Coimbra é um exemplo, uma vez que é bastante indicativo na dúplice condição do aprimoramento das atividades intelectual e espiritual no intramuros cidadão<sup>135</sup>. E neste avanço rumo às cidades, a congregação acabaria por estabelecer na antiga judiaria do Porto o mosteiro de São Bento da Vitória.

É pelo Capítulo Geral de Tibães (8/V/1596) que se celebra o nascimento oficial de um projeto que há muito se fazia necessário<sup>136</sup>. A questão então é levada à câmara portuense por frei Basílio de Assunção, o primeiro presidente do mosteiro, e frei Plácido Ferreira, procurador geral da ordem. Em pauta, três localizações possíveis para o futuro mosteiro: Casa de São Mauro em

---

*devotionis* (1562) e o Breve *Ex proximis litteris*, que concediam, respetivamente, o padroado dos mosteiros beneditinos de Portugal e o direito do rei em mandar visitar, vistoriar e corrigir os mosteiros. Ora, o Cardeal D. Henrique então convocou dois monges da Congregação de Valladolid, frei Allonso de Zorilla e frei. Juan de Guzmán, que ao realizar visita pelos mosteiros beneditinos (ao que tudo indica entre os anos de 1562-1565) sublinham o mau estado dos mosteiros, exortando, por parte do rei e de D. Henrique a tomarem medidas junto ao papado, na expedição de bulas que viessem não só remediar, como dar cabo definitivo da situação lastimosa que se encontravam. Tal se dá pela bula *In eminenti* (30/IV/1566), no qual os mosteiros devidamente reformados passariam a integrar uma congregação, tendo em Tibães sede. A bula seguinte, *Regimni Universalis Ecclesiae* (13/VIII/1567), viria, pois, a corrigir a posição vitalícia dos abades, estabelecendo para isso um regime trienal. Por fim, a bula *Ex injuncto nobis desuper* (26/X/1567) extinguiria os mosteiros não reformáveis. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *op. cit.*, 2011, pp. 166-170.

<sup>134</sup> São conhecidas as divisões políticas, as rivalidades internas e certas preferências que de certo modo assumem contornos mais nítidos com a questão filipina e o período de domínio castelhano, no rescaldo do desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir. A formação dos grupos dos Martinetes (de monges relacionados ao mosteiro de Tibães e com aspirações a independência de Portugal) e Nicolaítas (ligados ao Colégio coimbreiro e levemente partidários de D. Filipe I) simbolizam a tensão inicial, que de todo modo não se dissiparia por completo ao longo da existência da congregação. Um estudo mais pormenorizado da questão pode ser lido em: Geraldo José Amadeu Dias, «O Capítulo Geral de Tibães, a alternativa dos DD. Abades Gerais, os "galopins eleitorais" de Camilo Castelo Branco», *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: Actas do colóquio de homenagem a frei Geraldo Coelho Dias*. Coordenação de I. Amorim; H. Osswald; A. Polónia, Porto, IHM Universidade do Porto, 2005, pp. 75-93.

<sup>135</sup> Para uma abordagem mais detalhada do referido colégio, ver: Manuel Augusto Rodrigues, «O colégio de São Bento de Coimbra», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 30, Lisboa, 1985, pp. 187-205.

<sup>136</sup> Basta lembrar os documentos do Bezerra N. 1 das Actas dos Capítulos Geral e ainda do Capítulo Geral de Lisboa (8/V/1593). Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, p. 41.

Cimo de Vila, um conjunto de casas onde habitava Cristóvão da Maia e por fim entre a rua das Taipas.

Ora, foi mesmo nesta última o local escolhido para a edificação da casa<sup>137</sup>, mais precisamente no coração da freguesia da Vitória, entre as ruas de São Miguel e das Taipas, no interior da muralha fernandina, bem junto à Porta do Olival. O mosteiro de São João Baptista de Alpendurada seria, pois, o escolhido para prover o futuro mosteiro de São Bento da Vitória com bens e renda<sup>138</sup>. E esta foi, de facto, uma obra custosa e de muito trabalho. Eram necessárias licenças para construção e a obtenção de terrenos junto ao local designado para o estabelecimento de um mosteiro autónomo, como bem prezava a regra e a vivência cenobita; para não dizer a própria construção em si, e o custo em material, mão-de-obra e o seu magnífico projeto arquitetónico<sup>139</sup>.

Sobre o arquiteto, este parece ter sido Diogo Marques Lucas, mandado trazer de Lisboa pelo abade geral<sup>140</sup>. Mas chegava o ano de 1605 e o mosteiro ainda não tinha, efetivamente, se colocado por construir. De facto, pelo que pudemos observar nos Estados de Tibães relativamente ao mosteiro de São Bento da Vitória, sua construção mais parecia uma obra que nunca se daria a terminar, dado mesmo as reformas, a manutenção, a construção e alargamento dos espaços que se faziam necessários<sup>141</sup> para receber seus cenobitas, organizar suas oficinas e guardar seus mantimentos<sup>142</sup> e animais<sup>143</sup>. De todo modo, podemos falar das obras a partir de três fases: a primeira, da construção da ala nascente, parte da ala sul e claustro - que de todo não foi terminada ao longo desta primeira ronda (1596-1630), a segunda, da construção da igreja e seus anexos

---

<sup>137</sup> A pedra fundamental foi abençoada pelo Bispo Jerónimo de Meneses e colocada pelo Abade Geral frei Baltazar de Braga. Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>138</sup> Ora, mais adiante, como fica expresso no Capítulo de Tibães de 1602, é indicada a ajuda dos demais mosteiros no custeio das obras a partir da provisão de alguns dos seus (muitos) rendimentos. E ao longo dos vários Estados, temos mesmo a indicação deles: Tibães, Colégio de Coimbra, Santo Tirso, Pombeiro, Basto, Rendufe, Travanca, Paço de Sousa, Carvoeiro, Ganfei, Bustelo, Arnoca, Couto, Palme, Miranda e Cabanas. ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761, p. 4.

<sup>139</sup> Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, p. 42.

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>141</sup> Mais precisamente a partir do século XVIII, num movimento de modernização levado a cabo pelos seus muitos monges, com fins de construção de novas salas, num movimento explícito de evocação da grandiosidade que tal monumento merecia junto à cidade e a sua Congregação. Robert Smith, *A Igreja de São Bento da Vitória à luz dos «Estados» de Tibães*, Porto, Gráfica do Porto, 1966, p. 45.

<sup>142</sup> De facto, como não possuía espaço adequado para plantação e cultivo de culturas, o mosteiro de S. Bento da Vitória acabou por incorporar a Quinta do Bicalho entre os provedores dos seus rendimentos e bens (naturalmente alimentares). Entre as muitas culturas plantadas pelos beneditinos, ficamos a saber, por exemplo, dos 36 pés de limões na Quinta do Bicalho, ao passo que na pequena horta do mosteiro foram apenas 18. ADB, CSB n. 105, Estado de 1767. Uma primeira citação a uma quinta, contudo, é mesmo dada já no primeiro Estado que temos conhecimento, celebrado em 1629. A referida quinta estava situada em Massarelos. ADB, CSB n. 104, Estado de 1629.

<sup>143</sup> Ora, os animais eram de facto necessários para o carregamento de cargas, alimentação e, claro, o transporte dos seus ilustres membros. De facto, periodicamente alguns cavalos e mulas eram adquiridos, tendo mesmo em um dos Estados indicado a compra de uma mula para «o Prellado sahir a cidade e as mais assistencias preciozas a sua dignidade no que determina a Constetuição». A dita mula acabaria por custar 80.000 réis. ADB, CSB, n. 104, Estado de 1740.

(1680-1708) e a terceira com a construção dos novos dormitórios, ala poente e claustro dos carros (1741-1780)<sup>144</sup>.

Uma vez que compreendemos o mosteiro como «um conjunto arquitetónico, onde cada corpo ou parte tem a sua finalidade específica»<sup>145</sup>, cabe então evidenciar estes espaços, destacando sua funcionalidade e principais características, em que pese, no caso particular do mosteiro beneditino, seguir ainda as instruções de boa vivência e organização dos espaços conforme a regra consagrada por São Bento.

Dadas então as fases de construção, começam a ser erigidas as alas sul e nascente do mosteiro, avançando simultaneamente nos dois sentidos, fazendo subir dois andares na ala nascente (na rua de São Bento) e mais três na ala sul (sobre a Viela das Taipas), incidindo ainda para a ala poente, já por seu turno voltada à rua da Taipas. A entrada da sua portaria principal, viria a se realizar pela galilé, com a existência de uma porta secundária situada junto à ala nascente, dando-se, por sequência, a construção da igreja.

Ora, a igreja foi pensada como um monumento de destacada grandiosidade e magnificência<sup>146</sup>. Tal fica mesmo evidente pela relação das obras realizadas ao longo dos vários capítulos nos Estados de Tibães do mosteiro de São Bento da Vitória. A sucessão de construções, reformas, ampliações e melhoramentos, por seu turno, visavam este fim. De facto, Smith indica que a Igreja de São Bento da Vitória possuía «uma das maiores colecções de retábulos e outras obras de talha, pratas, móveis e alfaia diversas existentes na cidade»<sup>147</sup>. Mas mesmo a igreja, como se sabe, não foi poupada da demora no conjunto das obras do complexo beneditino no coração do Porto. A compra e cedência de espaços prosseguiram por praticamente todos os lados desta ilha de pedra que se assomava no panorama portuense. Mas foi somente com a influência do D. abade geral, frei Pedro de Ascensão (eleito por dois triênios consecutivos – 1704-1707/1707-1710 – que a igreja viria a ser terminada, ou pelo menos posta em plena funcionalidade, uma vez que as reformas, ampliações e embelezamentos eram mesmo uma rotina na organização monástica beneditina do dito convento<sup>148</sup>.

Entretanto, podemos falar de forma concreta de uma igreja constituída por uma imponente nave (de interior cruciforme), com estilo sóbrio e amplo no que tange a sua distribuição

<sup>144</sup> Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, pp. 41-49.

<sup>145</sup> Idem, *Ibidem*, p. 45.

<sup>146</sup> Ora, e não é que a Regra de São Bento tem mesmo algo a dizer sobre as igrejas monásticas, mais precisamente sobre a sacralidade dos seus espaços. Pois ora vejamos o seu Capítulo 52 - do Oratório ou choro do mosteiro: «Que o oratório seja conforme ao nome que tem, nem se faça nelle outra cousa. Acabado o officio diuino, todos se sayam com summo silencio fazendo reuerencia a Deos, porque se algum irmão quiser porventura orar mais secretamente, não seja impedido pola desinquietação do outro. Mas se algum quiser também orar em segredo, entre sem rumor & ore, não em alta voz, senão com lagrimas & attenção de coração. Portanto o que isto assi não fizer não se lhe permita que acabado o officio diuino fique no choro, pera que (como está dito) não impida ao outro». Regra de São Bento, Capítulo. 52.

<sup>147</sup> Robert Smith, *op. cit.*, p. 13.

<sup>148</sup> Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, p. 52.

espacial. O transepto possui abóboda do cruzeiro, em granito (assim como toda a nave), esférica no centro e cilíndrica nos braços. Quanto à capela-mor, esta se apresenta em sua grandiosidade com desenho retangular, na qual pelas suas laterais, observa-se a existência de três janelões, onde logo abaixo se distribuem o cadeiral dos monges (para os ofícios litúrgicos e solenes), feito do mais puro jacarandá brasileiro. Ora, quanto mais não poderíamos falar dos altares do seu transepto e suas laterais que formam alguns dos elementos decorativos mais expressivos desta igreja, se não mesmo o seu coro alto, espaço privilegiado e no qual ainda se preservam quadros de particular beleza sobre a vida e obra de Bento de Núrsia, o glorioso santo e patriarca da Ordem. Para não dizer os seus dois órgãos, sendo apenas o da direita funcional e o da esquerda uma cópia perfeita que garante ao conjunto da igreja uma harmoniosa sintonia<sup>149</sup>.

Sua fachada exhibe um estilo classicizante, em granito, sendo recortada em quatro entablamentos. Tem à sua entrada, bem ao nível da rua, cinco portas em arco, cabendo à porta central maior destaque e tamanho. Cinco janelas compunham o segundo plano da igreja, pelo que as três centrais foram substituídas pelas figuras de São Bento (ao centro), Santa Escolástica (à esquerda) e Santa Gertrudes (à direita), todas em tamanho natural. No terceiro andar, pois, preserva-se a janela central, cortada por duas colunas, para que se fizesse melhor disposição de calor e iluminação para o coro alto. Por fim, o quarto andar, encurvado, preserva uma imagem de Nossa Senhora. Existiam ainda duas torres de sinos mais o relógio (construído algures em 1767), mas que já não fazem mais parte do complexo<sup>150</sup>.

Mas voltemos ao interior do mosteiro de São Bento da Vitória. Bem ao seu lado, separando de facto os dois claustros do mosteiro, temos a sacristia. Sala espaçosa e dotada de uma coleção de relíquias doadas por frei Matias de Lacerda (abade do mosteiro, 1710-1713), era um espaço composto por uma abóboda de berço em granito, com duas janelas voltadas para o claustro dos carros (tido pelo segundo claustro do mosteiro). As muitas transformações e reformas verificadas indicam mesmo para a construção de um grande lavabo (entretanto retirado para o corredor externo anexo em 1725-1728), um segundo pequeno, mais ainda alguns armários embutidos, um conjunto de espelhos rococó (do qual apenas três sobrevivem), e o arcaz de madeira negra e seus puxadores de bronze, para não dizer, claro, de um pequeno altar, sempre a lembrar a observação religiosa em seus muitos níveis e ambientes<sup>151</sup>.

Da sacristia, vamos então ao claustro. A clausura, pois, é o domínio virtuoso por excelência. No significado original de São Bento tratava-se mais de um conceito cuja expressão residia no isolamento, na solitude do fechamento em si – e de toda uma comunidade – para ter com Cristo uma vida pia e simples. Mas o claustro também assumiu a função de um espaço, «um corpo singular, quadra distributiva da fábrica monástica e ponto de referência para os diversos

<sup>149</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 53-54.

<sup>150</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 54-55.

<sup>151</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 64-65.



corpos do mosteiro»<sup>152</sup>. Seja como for, a mensagem expressa pela regra de São Bento parecia evidenciar a clausura enquanto elemento legítimo da ascese em Cristo e no grande patriarca São Bento. Ora, como não destacar o capítulo 4 da Regra: *Das boas obras que são instrumento para perfeição*, cuja manifestação do caminho virtuoso, regrado e prescritivo do beneditismo sinalizava para o claustro como a oficina de realização superior pela imitação de Cristo?<sup>153</sup> O que aparenta ser apenas um simbolismo se realiza plenamente pela transposição do seu significado moderno que toma o claustro enquanto ambiente. Sendo ponto de referência do mosteiro com os demais espaços do seu complexo, é mesmo a sua artéria principal, símbolo da ascese em todos os seus sentidos e domínios.

Em São Bento da Vitória eram dois os claustros. O claustro nobre<sup>154</sup>, grandiosa construção de dois andares na qual a quadra do rés-de-chão apresenta três arcos em cada um dos seus lados. O andar superior, por seu turno, comportava doze janelas com balaustradas de granito e frontão que alterna ora motivos arredondados ora triangulares. O espaço livre, e, portanto, central do claustro, era adornado por um jardim, no qual bem em seu centro existia um chafariz de Hércules sobre a hidra, obra infelizmente desaparecida<sup>155</sup>.

O claustro dos carros, chamado assim pelo facto de ser aí que se recolhiam os carros que transportavam mantimentos e demais materiais para o mosteiro, era um pátio composto por três lanços de arcos sobre pilastras, já numa fase de ampliação do complexo monástico. As obras que avançaram com este claustro, só viriam a ser terminadas nos anos de 1777 a 1780, altura em que se construíam os últimos dormitórios da ala poente<sup>156</sup>.

O próximo ambiente a ser visitado, nada mais é do que a cozinha. Ora, também a alimentação foi tema das lições de Bento de Núrsia, mas precisamente os seus capítulos 35<sup>157</sup>,

---

<sup>152</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>153</sup> Ora, esta passagem parece ser a mais exemplar e indicativa da tal busca pela perfeição conforme o seu título. Ao seguidor de São Bento, entre outras coisas, cabia amar o próximo, não matar, não cometer adultério, não dizer falso testemunho, nem cobiçar, e mesmo outras, como não ser dado aos prazeres excessivos do vinho e da comida, não se dar aos excessos do sono, muito menos ser preguiçoso; de facto, «não ser amigo de muito falar, nem dizer palavras vãs que prouquem a riso. Não se rir muito, né muy alto». Tudo para no fim exortar aos entusiastas de São Bento que «a oficina onde com diligência ponhamos por obra todas estas cousas he a clausura & encerramento do mosteiro, & a perseverança em Congregação». Bento de Núrsia, *op. cit.*, pp. 8-9.

<sup>154</sup> Chamado ainda de Claustro do Silêncio ou do Cemitério (em dois dos seus lanços estava mesmo reservado espaço para sepultamento dos seus monges). Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, p. 66.

<sup>155</sup> Idem, *Ibidem*, p. 66.

<sup>156</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1777; ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1780.

<sup>157</sup> «Dos hebdomadairos da cozinha». Estabelece o trabalho cooperativo, no qual os irmãos-monges (e noviços) se ajudam uns aos outros nas atividades da cozinha, exceção para os que estiverem para já ocupados com outros trabalhos e os adoentados. Prescreve ainda a lavagem das toalhas aos sábados por um monge a terminar os seus trabalhos neste dia, sem contar os demais objetos utilizados. Aos irmãos cozinheiros, reserva-se o direito de, com uma hora antes, se servirem de vinho e pão para que depois pudessem servir a seus companheiros de casa. RB, Cap. 35.

39<sup>158</sup> e 40<sup>159</sup>, nos quais as prescrições gerais estabeleciam a ajuda mútua nas atividades desta sala e de uma alimentação regrada. No mosteiro de São Bento da Vitória, a cozinha se situava em uma sala contígua à do antigo refeitório, possuindo mesmo alguns bons fogões, forno, depósito para os talheres, frutas e legumes, e sendo objeto (e aqui já não deveríamos estranhar) de muitas reformas e ampliações<sup>160</sup>.

E por falar no refeitório, este era uma sala dedicada à alimentação e à leitura dos textos sagrados por parte dos monges. Se situava na parte sul do claustro, tendo naturalmente passado por algumas renovações. De facto, acabou por ser especificamente ampliada a partir de uma grandiosa sala abobadada, com armários embutidos e decorada com quadros, velas, castiçais, prataria, estátuas e demais objetos de devoção<sup>161</sup>.

Já a sala do capítulo, situada no ângulo das alas nascente e sul, terá sido mais adiante transferida para junto da livraria, no andar superior do complexo beneditino portuense, formando o corpo divisório das duas quadras claustrais. Sua suntuosidade e magnificência se davam pela sua centralidade frente às atividades desenvolvidas no mosteiro. Ora, era na sala do capítulo que se decidiam<sup>162</sup> as questões de vital importância ao andamento da casa: «eleição do abade, conferências do abade e leituras espirituais, capítulo de culpas ou reuniões disciplinares, admissão de noviços ou tomada do hábito, sessões capitulares de escrutínio dos candidatos ou de carácter económico-financeiro em que é preciso ouvir o parecer ou receber o voto dos professores, enfim, todas as questões de importância para a vida conventual»<sup>163</sup>. A sala do capítulo do mosteiro beneditino do Porto possuía um altar, bem como bancos de madeira negra que corriam pelas paredes da sala. Esta era ricamente adornada com uma série de azulejos a narrar a vida de Nossa Senhora, com belíssimas paisagens de rodapé<sup>164</sup>.

Na continuação dos espaços do mosteiro de São Bento da Vitória, temos então os dormitórios. Estes, pelo que podemos interpretar nos documentos dos Estados de Tibães, são em

---

<sup>158</sup> «Da quantidade das iguarias & qualidade do comer» (RB, 39). Estabelece dois pratos de «iguarias» (tendo também em vista os fracos e doentes), acrescentando, se estiverem frescas, frutas e verduras. Prega, acima de tudo, uma vida sem excessos alimentares, pelo que a princípio não é nada bem-vinda a glotonaria, apesar de alguns indícios que parecem apontar ao contrário, colhidos dos muitos Estados. Bento de Núrria, *op. cit.*, p. 29.

<sup>159</sup> «Da medida do vinho» (RB, 40). Assim como a ingestão de alimentos, a Regra de São Bento prega a bebida moderada de vinho, mais precisamente uma hemina de vinho, ou aproximadamente 270 ml. Ora, existe de facto a exceção à regra neste caso, considerada para isso os esforços despendidos pelo labor monástico e o calor. Fica a rigor do abade permitir ou não esse refrescor a mais. Idem, *Ibidem*, p. 29.

<sup>160</sup> Ver para isso o ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1777.

<sup>161</sup> Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, p. 68.

<sup>162</sup> Mais uma vez a Regra de São Bento é assertiva quanto a questão. Pois ora vejamos o que diz a passagem do Capítulo 3 «Dos irmãos que se hão de chamar a conselho»: «Vando algúas cousas graues se ouuerem de tratar em o mosteiro, chame o Abbade e todo o Cōuento, & proponha o que se oferece, & ouuindo o conselho dos irmãos, trateo prudentemente consigo, & faça o que julgar ser melhor». Bento de Núrria, *op. cit.*, p. 7.

<sup>163</sup> Arquivo Distrital do Porto, *op. cit.*, p. 29.

<sup>164</sup> Idem, *Ibidem*, p. 68.

sua maioria celas individuais<sup>165</sup>, naturalmente reformadas e ampliadas, até pelo aumento verificado no número de noviços e monges que o mosteiro iria verificar, principalmente no século XVIII.

Os Estados ainda apontam para uma botica, contudo incorporada à enfermaria, uma barbearia e a hospedaria, situadas em momentos distintos<sup>166</sup>, o que parece evidenciar tanto o carácter incompleto das obras de construção, renovação e ampliação do mosteiro como ainda (e talvez em paralelo) a não necessidade de dispor a casa destes ambientes específicos num primeiro momento<sup>167</sup>.

Chegamos ao final da «vista» ao mosteiro pelo ambiente que nos mais interessa: a livraria. Como bem vimos, os capítulos 38 e 48 da regra de São Bento são bastante ilustrativos na medida de dimensionar a importância dispensada às livrarias (e mesmo às oficinas literárias) no interior dos mosteiros. Se os Estados não auxiliam num estudo completo e definitivamente pormenorizado de todas as etapas de construção desta sala, ao menos nos trazem algumas boas provas sobre o seu demorado processo de construção, ampliação, reformas e ação. Neste presente capítulo, apresentaremos um breve esboço, uma síntese da construção da sua sala, pelo que a partir do capítulo 3, que tratará do inventário principal produzido em 1769 no âmbito do edital da Real Mesa Censória, iremos recuperar a livraria pelas suas obras, políticas de aquisição e outros elementos auxiliares necessários ao seu estudo.

Situada na ala poente, entre a igreja e a escada de Santa Escolástica, os primeiros registos da sua construção datam de 1659, quando se fez a cela da Livraria e a instalação das suas estantes. De facto, o Estado produzido em 1659 indica ainda que «nos caixoes na ditta livraria estao deitados os papeis escritos de mão q nella há», para além dos quatro quadros que adornam a sala («dos quatro doutores q herdou a Caza») e mais duas cadeiras encouradas, um bofete, duas gavetas e a instalação das janelas de vidraças, claro, para oferecer uma luminosidade naturalmente privilegiada, além frescor e conforto<sup>168</sup>.

Mas demoraria muito até que demais obras na sala da livraria voltassem a ser mencionadas, em que pese a ausência de documentação referente aos Estados produzidos entre os anos de 1665 até 1712. Ora, é mesmo no Estado seguinte, o de 1715, que voltamos a tomar conhecimento de mais obras no melhoramento da sala da livraria. Eis então o que nos dizem os Estados sobre a matéria em questão:

---

<sup>165</sup> Em consonância com a prescrição da Regra (RB, 22), na qual estabelece que «Durma cada hum em sua cama, desse lhes a roupa da cama segundo a maneira monastica de viuer, como o Abbade ordenar. Sese poder fazer durmão todos em hum lugar, poré se forem tantos que se não sofra, durmão de dez em dez, ou de vinte em vinte com seus anciãos q tenham cuidado de olhar por eles».

<sup>166</sup> Barbearia em 1722, botica em 1725. ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1722; ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1725.

<sup>167</sup> Ainda que o Capítulo 41, por exemplo, seja bastante elucidativo quanto as formas de se receber monges peregrinos.

<sup>168</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1659, p. 8.

- Fez se hua portada na liuaria e na janela se meterao dous vaos para os almarios, tudo de admirou Architettura q ennobrece m.o magestodo da Caza;
- Compuzerao se as estantes na mesma Casa e se fizerao de novo duas excellentes guardaroupas para guardar repus autor;
- Tem se mandado fazer hum retabolo de talha com um fontal da mesma, para a capelinha da liuaria, que brevemente hade ter<sup>169</sup>.

Em 1716, a livraria é ampliada, pelo que é gravado ainda no mesmo ano a seguinte inscrição sobre a portada do claustro ao lado: «SAPIENTA AEDIFICAVIT // SIBI DOMUM, PROV. 9»<sup>170</sup>. Já em 1722, temos uma das últimas indicações de mudanças estruturais realizadas na sala dos livros, para além das que se realizariam com mais vigor a partir dos primeiros anos do século XIX, principalmente no rescaldo das invasões francesas, que causariam danos incomensuráveis à estrutura de todo o complexo beneditino do Porto. No Estado de 1722, dá-se a conhecer a construção de duas rodas de madeira oleadas e com hastes de ferro necessárias para o melhor corrimento das janelas, uma vez que estas estavam «mui devagar»<sup>171</sup>. Paralelamente – e de maneira curiosa, uma vez que está discriminada como atividade da barbearia – se «puzerão dois bofetes depas de jacaranda de doze palmas, e seis tamboretos razos de moscovia com sua pregaria de metal com (?) que tinha ficado do Trienio do Pe. Mle. Frei Izidoro de Santa Anna»<sup>172</sup>.

Para além disso, para não dizer mesmo antes, mais precisamente em 1719, os Estados passam a listar basicamente os fundos disponibilizados para a livraria pela divisão do gastador do convento, e que compreendem as despesas dos livros comprados, as cópias (repetidas) vendidas, encadeamentos, etc. É somente no triénio de 1780-1783 que voltamos a conhecer modificações na composição da sala da livraria, desta feita com a colocação de novas estantes de madeira e o alargamento da janela do lado da sacada que dá para o claustro dos carros.

Ora, se o período de construções, reconstruções, ampliações e mesmo as atividades e manutenção atestam para a preocupação e necessidade de se dotar a casa de uma livraria, evidenciada pelo conjunto dos documentos legados nos Estados, a afirmação exata a respeito do marco inicial da mesma não é, assim, questão fácil de se resolver.

O ano de 1659 nos parece ser mais indicativo do período inicial de construção de uma sala dedicada à livraria do que de um momento em que esta já se encontrava, a meio caminho da sua formatação, plenamente funcional, composta por livros e demais documentos para os ofícios litúrgicos, intelectuais e administrativos (cabe lembrar que era comum a disposição de cartórios

<sup>169</sup> ADB, OSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1715, p. 3.

<sup>170</sup> Arquivo Distrital do Porto, op. cit., p. 72.

<sup>171</sup> ADB, OSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1722, p. 5.

<sup>172</sup> ADB, OSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1722, p. 8.

no interior dos mosteiros, sendo que a do mosteiro do Porto se localizava juntamente da sala da livraria).

Tampouco o período que compreende os anos de 1719 e 1722 parece ser mais satisfatório. É a partir destes Estados que observamos uma relação de gastos em torno da livraria independente das atividades consagradas à sua construção, ampliação ou reforma. Lista-se, com efeito, que em 1719 «Deu para livros o depozito mil trezentos e quarenta réis» e mais outros 30.000rs para os livros da livraria<sup>173</sup>.

O caráter não uniforme dos relatórios no que diz respeito à livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, por seu turno, coloca ainda mais dúvidas a questão. Se não bastasse a lastimável perda dos documentos dos Estados produzidos de 1665 a 1712, quando a documentação aparece devidamente seriada, é o silenciamento dos monges redatores quanto à livraria que não permite o seu melhor ponto de situação. Tal silenciamento, naturalmente, pode se dar pelo simples facto de não haver nenhuma atividade relativa à livraria (ainda que uma hipótese difícil de acreditar), mas seria este mesmo o caso dos Estados perdidos? E se existirem indícios concretos de atividades anteriores a 1719 (ora, o Estado de 1715 não lista nenhum gasto relativo ao apetrechamento da livraria), discriminando os gastos desta sala, indicando valores a receber, compras de livros, vendas e outros encargos?

Concretamente não temos como saber. Por hora, ficamos com o que os documentos dizem. E o ano de 1719, no qual temos a disposição, marca um ponto fundamental na gestão e no desenvolvimento da coleção da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Para já, trataremos então de a conhecer a partir do inventário produzido por mando da Real Mesa Censória no edital de 10 de julho de 1769. Quais as principais linhas de expressão temática, autoral, local e temporal da livraria? É mesmo o que iremos revelar a partir do próximo capítulo.

---

<sup>173</sup> ADP, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1722, p. 10.

### Capítulo 3 – A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória

No dia 10 de julho de 1769, publicava a Real Mesa Censória mais um dos seus editais. Não se tratava, entretanto, de um qualquer impresso. Para melhor compreendê-lo, convém tomar a palavra do rei D. José I, que expressa melhor do que ninguém os motivos, os objetivos e as justificativas para o sobredito edital.

«Faço saber a todos os que o presente edital virem, que Eu fui informado, que neste Reino, e seus Dominios se introduziram, antes da criação do meu Tribunal da Real Mesa Censória, varios livros corruptores da religião e da moral, destructivos dos direitos, e regalias da Minha Monarquia: E porque seria hum grave discommodo mandar commissarios examinar todas as livrarias, ou fazer transportar com despezas consideraveis os livros dellas para serem examinados: E devendo occorrer aos damnos que se podem seguir de tão prejudiciaes livros por meio da qualificação das mesmas livrarias; e para nellas por huma parte separar os livros, que forem nocivos á religião, e ao Estado; e pela outra parte permitir aquelles, que lhes forem uteis, e que Eu julgar convenientes á saudavel, e proveitosa instrução dos meus vassallos: mando que todos os livreiros, impressores, mercadores de livros, universidades, religiões, comunidades, corporações e pessoas particulares, assim desta corte, como de todos os Meus Reinos e Dominios, sejam obrigados a formarem hum catalogo fiel de todos os livros impressos, ou manuscriptos, scientificos, e literarios, que tiverem nas suas casas, logeas, Officinas, e livrarias»<sup>174</sup>

O objetivo era claro: proceder com a organização – obrigatória, vale lembrar – de inventários para todas as bibliotecas de instituições e acervos particulares existentes nas extensões dos domínios da Coroa, destacando em pormenor a composição dos seus registos literários. Antes, D. José I apresentou os motivos para se proceder com esta colossal empresa: corrigir e obstar ao estado de degeneração literária, que segundo o monarca – e evidentemente Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal – grassava em Portugal, o que de facto, parecia ser apresentado como mais um fruto das muitas conjuras e maledicências engendradas pelos jesuítas<sup>175</sup>. Tratava-se então de – e vamos mais uma vez repetir as palavras do monarca – «por huma parte separar os Livros, que forem nocivos á Religião, e ao Estado; e pela outra parte

<sup>174</sup> ANTT, Real Mesa Censória, cx. 1, Edital de 10 de Julho de 1769.

<sup>175</sup> Ora, tal fica evidente no documento que viria ser a carta de fundação da Real Mesa Censória, uma peça que por si só é merecedora de estudos mais aprofundados. Fiquemos com brevíssimas considerações acerca da relação dos jesuítas e do estado de corrupção moral e degeneração cultural, social e mesmo política que pairava pelo Reino. Neste documento, D. José I deixa bem clara a sua posição: aos jesuítas cabe o papel de agentes protagonistas no estado de «idiotismo» e no desterro «desta Monarquia de toda a boa, e sã literatura». Tal evidencia-se, segundo o monarca, pelas conclusivas provas, retiradas principalmente no corpo de documentos que dão origem à *Dedução Chronologica* (mais precisamente a sua segunda parte a partir da sétima demonstração), dos «dólos, collusoens, obrepçoens, subrepcões, abuzos, e originarias, e insanaveis nulidades» perpetradas pela Companhia de Jesus. Tudo partiu dos limites intramuros do Colégio lisboeta de Santo Antão, numa conjura e maquinação que envolveu a criação de um *Index Expurgatório* que a um só tempo contrariava a soberania temporal do monarca como ainda dos seus três tribunais, responsáveis, entre outras questões, desta sensível matéria que era a publicação literária. De facto, parece recair sobre os jesuítas, mais uma vez, a corrupção moral destas três instituições, que mais tarde, como bem sabemos, viriam a ser reformadas por D. José I e pelo Marquês de Pombal, o que fica mesmo patente ao lermos o *Registro de Ley* na integra. ANTT, Real Mesa Censória, liv. 1.

permitir aquelles, que lhes forem uteis, e que Eu julgar convenientes á saudável, e proveitosa instrução dos meus Vassallos».

Uma vez validado o motivo, podemos prosseguir com o que acreditamos ser a sua justificativa, fundamentada pelo poder real, e que retira da Real Mesa Censória o poder e a obrigação de despender pessoal, recursos, logística e tempo na organização de um «catálogo de todos os catálogos», numa atividade de escala intercontinental de incomensurável magnitude<sup>176</sup>.

Se bem vejamos: o que fora realizado, de forma muito engenhosa, foi a transferência de atribuições de um corpo institucional que fora diluído em microesferas pessoais de nível local no que deveria ser a formulação sistematizada de inventários dos acervos literários pessoais e particulares existentes no Reino e suas possessões o seu objetivo máximo. Ora, lembremos que, de facto, seria «hum grave discommodo mandar commissarios examinar todas as livrarias, ou fazer transportar com despesas consideraveis os livros dellas para serem examinados»<sup>177</sup>.

Não devemos, contudo, levar esse «pessoal» tão ao pé-da-letra, uma vez que instituições como as ordens religiosas e as universidades, por exemplo, não ficaram de fora desta empresa grandiosa de inventariação<sup>178</sup>. Mas dado o volume de documentos que podemos analisar, fica evidente como, em sua maioria, foram produzidos catálogos pessoais/individuais, dos mais

---

<sup>176</sup> A extinção das ordens religiosas em 1834, bem como o sequestro e a inventariação dos seus bens, nos fornece uma dimensão bem viva do quão custosa, conflituosa e complicada tais operações poderiam ser para o erário régio. Sobre esta questão, a partir da perspectiva do processo de inventariação das livrarias religiosas, ver: Paulo J. S. Barata, *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*, Lisboa, Biblioteca Pública de Portugal, 2003.

<sup>177</sup> ANTT, Real Mesa Censória, cx. 1, Edital de 10 de Julho de 1769.

<sup>178</sup> Maria Adelaide Salvador Marques nos apresenta números interessantes, mas aparentemente incompletos à época da publicação do seu estudo sobre a Real Mesa Censória, sua geografia cultural e social, publicado em 1963. A partir das caixas disponíveis na altura, referentes ao processo de inventariação tocado pela Real Mesa Censória, a autora pôde identificar 2.420 livrarias, que mediante uma separação das suas proveniências sociais e profissionais, acabou por propor uma organização por categorias: clero, direito, exército, medicina, profissões menores (barbeiros, sangradores, carpinteiros etc.), artistas, fidalgos, comércio (livreiros, comerciantes de louça, tecidos, carne e etc.), professores e estudantes, empregados de organismos estaduais, senhoras e instituições, sendo esta última a nos interessar neste muito específico caso, uma vez que se tratava das livrarias pertencentes a conventos, recolhimentos, colégios e hospitais. Na ocasião, a autora encontrara apenas 43 inventários ligados às instituições, o que parece de facto ser inconsistente com o número de instituições, principalmente religiosas, existentes em Portugal na altura da publicação do edital. Coligindo estes dados com os produzidos por Fernanda Maria Guedes de Campos, percebemos o quão pouca parece ser a listagem de apenas 43 instituições religiosas. Ora, somando apenas as instituições religiosas pertencentes à Ordem de São Bento e que sobrevieram até à publicação do edital de 1769, temos logo de imediato 50 instituições (algumas delas, de facto, foram convertidas para outras ordens). Apresentando uma relação incompleta ou não (a Torre do Tombo pode ter adquirido e tratado outros tantos documentos neste intervalo), facto é que o trabalho de Maria Adelaide Marques desponta como um dos principais recursos para termos um quadro mais detalhado do panorama sociocultural literário a partir do processo de inventariação da Real Mesa Censória. Concretamente, a mesma autora iria publicar outro estudo em 1982 no qual o número de livrarias inventariadas subiria sensivelmente: de 2.420 para 3.357 (3.334 em Portugal continental, com mais 23 nos seus domínios). Cf., Maria Adelaide Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Coimbra, [s.n.], 1963; Maria Adelaide Salvador Marques, *Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória*, Lisboa, [s.n.], 1982.

variados tamanhos e expressões<sup>179</sup>. Em todo o caso, cabia à Real Mesa Censória, a partir da sua prerrogativa institucional<sup>180</sup>, a jurisdição plena dos papéis que se faziam publicar ou foram já publicados em toda a extensão dos domínios de D. José I. Cobia-lhe então:

«aprovação, e reprovação dos livros, e papeis, que ja se acham introduzidos nestes Reinos, e seus Dominios; dos livros e papeis que nelles entrarem de novo, ou seja pelos portos do mar, ou pelas rayas seccas, dos livros e papeis, que se pertenderem reimprimir posto que antes fossem estampados com licenças dos livros, e papeis de nova composição, de todas as conclusões, que se houverem de defender publicamente em qual lugar destes reinos; e de tudo o mais, que pertence á estampa, impressão, officinas, venda, e commercio dos sobreditos livros e papeis: ordenando, que nenhum Mercador de livros, impressor, livreiro, ou vendedor dos referidos livros, e papeis, ouze vender, imprimir, e encadernar os sobreditos livros ou papeis, obstante por minimos que sejam, sem a aprovação, e licença da sobredita Meza»<sup>181</sup>.

De facto, eram muitas as atribuições da Real Mesa e do seu corpo de funcionários. Da fiscalização em portos e nas alfândegas, para além das lojas e livrarias (e mesmo residências)<sup>182</sup>, existia ainda aquela que era a sua atividade principal, ou melhor, a sua grande finalidade: zelar

<sup>179</sup> Como bem se sabe, os documentos referentes aos catálogos de particulares e de instituições produzidos a partir do edital de 10 de julho de 1769 encontram-se no ANTT (que preserva o que fora estabelecido pelo corpo administrativo da Real Mesa). Aos buscarmos os catálogos de alguns monges que pertenceram ao mosteiro de São Bento da Vitória, podemos identificar, no conjunto dos documentos que formavam cada uma das caixas, os mais variados tipos de catálogos. A partir principalmente das caixas 114 e 128, podemos verificar catálogos em sua maioria pessoais de indivíduos como António Aniceto de Passos, estudante e filho de Lourenço Justiniano da Silva, assistente na Calçada dos Barbadinhos, Lisboa (RMC, Cat. N.4); ou ainda de Antonio Alvarez do Rio, homem de negócios, também morador de Lisboa, na Rua Nova de Jesus (RMC, Cat. N.8); do cônego António de Almeida Rangel Castellor, assistente da Igreja de Santo Estevão de Alfama (RMC, Cat. N.13) que possuía uma livraria de grande dimensão, principalmente se comparada à de António Alvarez, com os seus apenas 13 livros. Outros catálogos de grandiosa expressão são ainda os de Manoel José de Figueiredo, estudante de Teologia na Universidade de Coimbra (RMC, Cat. 2015) e Manoel Pereira Vianna de Lima, sem indicação alguma de profissão, mas morador da rua do Sequeiro das Chagas, na Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação (RMC, Cat. 2018). ANTT, Real Mesa Censória, cx. 114; 128.

<sup>180</sup> Esta, por seu turno, em consoante com uma política geral de reforma e reordenação dos aparatos de censura e de educação. Com isso, Pombal tinha por objetivo “colocar o ensino sob a tutela do Estado, secularizar a instrução e uniformizar os programas”. Maxwell, *O Marquês de Pombal: ascensão e queda*, Lisboa, Manuscrito, 2015, p. 126. Suas reformas tiveram impacto directo no reordenamento no aparato de censura, com a instalação da Real Mesa Censória em substituição ao Tribunal da Inquisição, com a criação da Aula do Comércio (1759), a nomeação de um diretor geral de estudos (1759), a Junta de Providência Literária (1770) e, finalmente, com os novos estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Para um panorama mais detalhado, ver Maxwell, *op. cit.*, pp. 121-139.

<sup>181</sup> ANTT, *Real Mesa Censória*, cx. 1, Edital de 10 de Julho de 1769.

<sup>182</sup> É o que fica evidente a partir do Item 10 do Registro de Ley: «Ordeno que todos os Administradores, Juizes, Officiaes das Alfandegas, Cazas de Despacho, Estalagens, Vendas, ou ainda Cazas particulares, onde legarem livros, ou Papeis, que venham de foram destes Reinos, ou seja por Mar ou seja por Terra, façam nelles apprehensão, e sequestro, e os remetam immediatamente aos Armazens ou Receptaculos que para isso se acharem destinados pela dita Meza Censoria para a segura custodia, e boa conservação dos mesmos Livros, e Papeis; de sorte que os donos delles possam receber em facilidade, e sem avaria aquelles, que forem aprovados». ANTT, *Real Mesa Censória*, Registos de Leis, Decretos, e Avisos Recebidos pela Mesa, liv. 1.



pelo «socego publico» a partir da avaliação das obras que, por escrutínio dos deputados-censores, conheceriam a bem-aventurança da «luz pública»<sup>183</sup>.

Em termos gerais, uma parcela considerável das obras acabava por sobreviver ao escrutínio dos censores, seja por aprovação total, ou mesmo com breves ou severas correções. Em contrapartida, muitos ainda eram os livros suprimidos, e que, pelas linhas gerais de atuação da Real Mesa, eram de facto contrários às prerrogativas de manutenção do bem-estar e do «socego público» tão almejado a partir do texto fundacional da instituição – e mesmo de toda a estrutura das reformas realizadas pelo pombalismo.

Cabia então aos qualificadores - na verdade ao corpo de deputados selecionados e organizados na estrutura hierárquica da Real Mesa - proceder à análise dos papéis, sendo esses de facto os relatores e juízes de merecimento (ou não) das obras literárias, designados, por seu turno, pelo presidente da Real Mesa. A completar a estrutura organizacional-base da Real Mesa Censória, existiam ainda o secretário<sup>184</sup>, o porteiro<sup>185</sup> e os contínuos<sup>186</sup>. De todo modo, as atividades de censura eram muitas, tendo naturalmente no seu corpo administrativo a figura central dos deputados, sendo alguns deles zelosos e produtivos censores, casos de frei Manuel do Cenáculo (que fora, de facto, presidente da Real Mesa entre 1770 a 1777), António Pereira de Figueiredo, Luís de Monte Carmelo e João Baptista de São Caetano<sup>187</sup>.

<sup>183</sup> Sobre as atividades de censura literária, ver Rui Tavares, *O Censor Iluminado: Ensaio Sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

<sup>184</sup> Trata-se do indivíduo que receberá as petições e requerimentos recebidos pela Mesa, as levando ainda ao despacho, pelo que não nos deixamos enganar pela simplicidade da descrição do cargo. É mesmo o secretário quem «tomará entrega dos livros, ou obras manuscriptas, que se oferecem ao exame», dispondo de um cartório na própria Real Mesa para proceder com o registo devido. Apresenta então a relação de obras nas Conferências da Mesa, da qual o Presidente nomeia os censores responsáveis pela análise dos papéis, procedendo com mais uma ronda de registos, desta feita dos censores e dos livros a eles designados. É ainda de responsabilidade do secretario comunicar «as Partes os despachos decisivos da Mesa, restituindo-lhe os livros desembaraçados». Mais: «Pendente o processo não revelará aos Autores, ou Interessado o Estado do exame, nem os Nomes dos Censores. Só lhes comunicará o que expressamente lhe ordenar a Mesa, obtendo-se cuidadosamente de participar a terceiros; para se não manchar indevida, e intempestivamente a fama dos mesmos Autores. Sucedendo prohibisse o Livro ou mandasse expurgar, em nenhum tempo poderá manifestallo a pessoa alguma». É de ainda se destacar alguns dos predicados esperados para um tão importante cargo: preferência para que seja professor de Letras, erudito, temente a Deus, observante do Segredo (administrativo da Real Mesa), zeloso de Religião e amante do bem público. ANTT, Real Mesa Censória, Regimento da Real Mesa Censória, Caixa 1, Ms. 6263.

<sup>185</sup> É nomeado pelo Rei, podendo ser retirado do seu cargo pelo Presidente da Mesa se não for cumpridor dos seus deveres. Possui a chave da Casa e é responsável pela sua limpeza. Executará ainda algumas diligências a mando da Mesa, como a recolha de livros junto à Alfandega, acompanhando os ditos livros até o armazém, onde consequentemente ficarão a cargo do Secretário. De facto, a recolha de livros que os mercadores realizam junto à Alfandega só se realizará diante da presença do Porteiro ou de alguns dos contínuos, para seu correcto despacho e entrega. ANTT, Real Mesa Censória, Regimento da Real Mesa Censória, Caixa 1, Ms 6263.

<sup>186</sup> São em número de dois, que proverão a casa de assistência na disseminação de circulares, avisos, cartas, decretos e demais expedições de recado. São nomeados pelo Rei, mas podem ser removidos de suas funções pelos demais membros da Mesa por mau trabalho e atribuição do dever. ANTT, Real Mesa Censória, Regimento da Real Mesa Censória, cx. 1, ms. 6263.

<sup>187</sup> Figuram como os principais censores da Real Mesa Censória, qualitativa e quantitativamente. Rui Tavares faz um interessante panorama do quadro de «produção» censória, revelando, a partir destes quatro

Tendo os deputados da Real Mesa Censória a prerrogativa das atividades de censura literária<sup>188</sup>, torna-se ainda mais bem fundamentada e engenhosa a alternativa encontrada em transferir para os particulares e possuidores de bens literários, a responsabilidade na inventariação dos seus acervos. Contar-se-iam em seis meses, a partir da publicação do referido edital de 10 de julho, para que todos os possuidores de livros remetessem suas listas, «debaixo da pena de perdimento dos livros, e das mais impostas pelas Minhas Reaes Leis». E não seria de se esperar ou mesmo alegar ignorância, pois D. José I determinara que o edital, depois de impresso, fosse «affixado nos lugares públicos» sendo «logo remetido a todas as cabeças de comarca, e villas notaveis dellas: E a todos os corregedores, e mais ministros mando o façam dar á sua devida execução, remetendo á Secretaria do mesmo tribunal, com toda a segurança, assim as dittas licenças, e breves apostolicos, como os catalogos, que por observancia deste se lhes entregarem, com declaração das pessoas, e lugares, a que pertencem»<sup>189</sup>.

Sendo isto posto, e tendo a cargo de si uma estrutura administrativa centralizada a seu dispor, passa então a Real Mesa Censória a recolher os primeiros inventários. Demonstrando uma das suas facetas mais significativas, a Real Mesa tornava ainda mais flagrante a instrumentalização de um aparato de vigilância literária que se colocava além dos seus próprios agentes naturais<sup>190</sup>. Deslocada do centro das atividades tradicionais de vigilância, este mecanismo alternativo acabaria por complementar – se não mesmo se sobrepor, dado o seu raio de extensão – as atividades centradas na fiscalização dos papéis então apartadas dos leitores. Tinha então a Real Mesa Censória poderes quase que ilimitados no que concerne fiscalização. Esta então era tanto preventiva, quando da atribuição ou não das licenças para impressão e/ou circulação de papeis, e consequentemente atuante, a partir formação de acervos particulares por todo o reino. Em meio aos projetos de onipresença nos termos de uma fiscalização literária, os cuidados necessários para combater uma rede alternativa de escoamento literário, principalmente oriundas

---

censores, toda uma estrutura organizacional efetiva e plural, tanto ainda mais coerente com a maquinaal estrutura do pombalismo. Rui Tavares, *op. cit.*, pp. 167-518.

<sup>188</sup> Vejamos algumas das exigências: «Saberão, e procurarão saber perfeitamente a História Sagrada, Ecclesiastica, Civil, Literaria Universal, e a particular da Nação Portuguesa. Terão conhecimento dos direitos Divino, Natural, e das Gentes, e de todas as especies do Publico Universal, e particular, Canonico, Civil, e dos Meus Reynos. E terão sufficiente instrucção das disciplinas Philosophicas, e da erudição Sagrada, e profana: cultivando muito especialmente a Logica, a Critica e a Hermeneutica que apurarão os seus juizos, e lhes darão utilissimos e necessarios documentos para julgarem com acerto e merecimento dos Authores. A toda esta doutrina ajuntarão huma louvavel probidade; muita prudencia, e madureza de juizo; grande amor da justiça; huma total imparcialidade, e hum zelo ardentissimo do augmento da Religião, e do bem público da pátria». ANTT, Real Mesa Censória, Regimento da Real Mesa Censória, cx. 1, ms. 6263.

<sup>189</sup> ANTT, Real Mesa Censória, cx. 1, mf. 6263, Edital de 10 de Julho de 1769.

<sup>190</sup> De facto, a lei de 5 de abril de 1769 já atribuía à Real Mesa Censória a prerrogativa sobre as licenças de inspecção sobre os papéis, impressos ou manuscritos, incluindo aí os mercadores de livros, livreiros, particulares e impressores. Possuía a Real Mesa toda a jurisdição civil e criminal para atuar nos interesses de Estado no que fosse relativo às atividades literárias. Maria Adelaide Salvador Marques, *op. cit.*, pp. 8-9.

dos prelos estrangeiros, que nem mesmo um aparente eficiente sistema de inspecção dos visitantes herdados do Santo Ofício pôde mitigar<sup>191</sup>.

Sobre os inventários remetidos à Real Mesa Censória, Maria Adelaide Salvador Marques, identificou, num primeiro momento (1963), 2.420 entradas, tendo mais tarde (1982) atualizado este número para 3.357, o que nos permite algumas observações importantes da geografia literária da época. Não nos adiantaremos em discutir em pormenor os resultados alcançados pela autora e que, acreditamos, merecem mesmo continuidade e atualização por parte do pesquisador dedicado aos estudos culturais e sobre a história do livro e das suas instituições em Portugal, mas podemos, a título de uma breve contextualização a partir principalmente do estudo de 1982, demonstrar um quadro geral do processo de inventariação indireto promovido a partir do edital de 10 de julho de 1769. A partir dos inventários de 3.357 livrarias, se estabelece um número aproximado de 85.000 livros (diferente da relação geral de livros no estudo de 1963), algo próximo de uma média de 25 livros por acervo<sup>192</sup>.

A partir das suas províncias, temos a seguinte distribuição: Entre Douro e Minho: 659 inventários, dos quais o Porto fornece 520, Viana 70, Guimarães 48, Barcelos 10 e Valença 11; Trás-os-Montes: 390, dos quais Torre de Moncorvo 19, Miranda 53, Bragança 313 e Vila Real 7; Beira: 1.021, dos quais Coimbra 357, Esgueira 99, Viseu 227, Feira 40, Lamego 55. Pinhel 7, Guarda 78, Castelo Branco 114 e Montemor-o-Velho 44; Estremadura: 1.046, com Lisboa 659, Torres Vedras 90, Alenquer 49, Leiria 31, Tomar 94, Ourém 1, Santarém 72 e Setúbal 50; Alentejo: 94 dos quais Évora 25, Beja 10, Campo de Ourique 1, Vila Viçosa 28, Elvas 17, Portalegre 7, Crato 2, Aviz 4; Algarve: 14, sendo Lagos 6, Tavira 8<sup>193</sup>.

Assumem papel destacado as províncias da Beira e da Estremadura, que aparecem com elevado número de inventários, respetivamente com 1.021 e 1.046, sendo seguidas pelas províncias do Entre Douro e Minho (659), Trás-os-Montes (390), Alentejo (90) e Algarve (14). Quanto as comarcas, pode-se falar da de Lisboa (659), Porto (520), Coimbra (353), Bragança (313), Viseu (227), Castelo Branco (114), Esgueira (99), Tomar (94) e Torres Vedras (90) como as que mais forneceram inventários de livrarias particulares. Em contrapartida, as de Ourém e Campo de Ourique (1), Crato (2), Aviz (4), Lagos (6), Portalegre, Pinhel, Vila Real (7) e Tavira (8), foram as que menos forneceram inventários para a Real Mesa Censória.

---

<sup>191</sup> É particularmente revelador o relato do viajante sueco Carl Israel Ruders sobre a circulação de livros em Portugal, na qual destaca que uma gama de livros supersticiosos e outros tantos importados são encontrados com relativa facilidade, destacando para isso as atividades de contrabando. Idem, *Ibidem*, pp. 10-13. Sobre os relatos de Ruders, ver Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal: 1798-1802*, Lisboa Biblioteca Nacional de Portugal, 2002, 2vols. Sobre a questão do comércio paralelo português: Maria Teresa Payan Martins, *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

<sup>192</sup> Tal relação e média poderiam ser maiores, mas segundo Maria Adelaide Salvador Marques até o presente momento da sua publicação não tinha sido encontrada a relação de livrarias enviadas pela então comarca de Braga. Maria Adelaide Salvador Marques, *op. cit.*, 1982, pp.16-17.

<sup>193</sup> Idem, *Ibidem*, pp.21-24.

De qualquer maneira, seria mesmo de se esperar uma maior concentração nas províncias da Estremadura e Beira, dada a localização de algumas das principais cidades portuguesas, casos de Lisboa e Santarém na primeira; e Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Guarda e Lamego na segunda, e que nos permite indicar para uma certa concentração, ainda que irradiada a partir da extensão das províncias, de três locais, se também acrescentarmos Entre Douro e Minho, que só com o Porto fornece mais outras tantas 520 relações de livrarias.

É de se destacar, igualmente, o que a autora considera a «proveniência social dos detentores das bibliotecas»<sup>194</sup>, a qual, do total dos inventários apresentados, 1.447 eram membros do clero, 760 profissionais de serviços, 96 artífices, fabricantes e próximos e 5 lavradores, indicando para um total de 2.333 inventários, número muito aquém do total coligido pela autora<sup>195</sup>. Em seu estudo anterior, Maria Adelaide Salvador Marques tinha apresentado uma ordenação relativamente mais completa do estatuto profissional e social daqueles que possuíam livros. Contavam-se a partir do Clero (935 inventários), Direito (221), Medicina (126), Senhoras (122), Profissões Menores<sup>196</sup> (104), Professores e Estudantes (63), Exército (54), Instituições (42), Comércio (31), Empregados de Organizações Oficiais<sup>197</sup> (20), Fidalgos (9), Artistas (6) e Não Especificados (696). É mesmo curiosa a relação de inventários produzidos e atribuídos à classe das Senhoras, bibliotecas femininas que, em bom número, foram amealhadas ainda em vida dos seus maridos, ou, em caso muito particular, livrarias pertencentes às reclusas, como as do convento de São Bento de Ave-Maria no Porto (contam-se em 51 as livrarias destas religiosas)<sup>198</sup>.

Por fim, cabe ainda mencionar, a partir do estudo de 1963, a relação dos idiomas. De um universo total de 117.244 livros (números do estudo de 1963), 66.167 são publicações em português (o que corresponde a 56,43% de livros, possuídos por 2.404 indivíduos), 36.851 são obras em latim (31,43%, com 1.573 possuidores), seguidos de muito atrás por publicações em castelhano, com 7.888 livros (6,72%, com 852 donos de livros); francês, 4.826 livros (4,11%, 360 donos de livros); italiano, 883 livros (0,75%, 147 donos de livros); alemão, 314 livros (0,27%, 6 donos); inglês, 159 (0,24%, com 64 donos); holandês, 92 livros (0,08%, 7 donos); grego, 62 livros (0,05%, 34 donos de livros) e hebraico, com 2 livros (0,0017% e apenas 2 possuidores de livros)<sup>199</sup>.

Percebemos, com certa naturalidade, é verdade, uma base literária voltada às publicações em português, fenómeno este que fora posto em maior evidência pela popularização das

---

<sup>194</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>195</sup> Idem, *Ibidem*, p. 30.

<sup>196</sup> Contam-se «todas as profissões em que predominam indivíduos habitualmente, ao tempo, de cultura inferior, como: barbeiros, sangradores, carpinteiros, ferreiros, ourives, criados, soldados, ferradores, etc.». Maria Adelaide Salvador Marques, *op. cit.*, p. 84.

<sup>197</sup> Trata-se dos «empregados de estado ou dele dependentes, como despachantes de alfândega, conselheiros do Santo Ofício, etc.». Idem, *Ibidem*, p. 84.

<sup>198</sup> Idem, *Ibidem*, p.86.

<sup>199</sup> Idem, *Ibidem*, p. 73.

atividades impressas em Portugal (e que não deixa de ser uma realidade para todos os demais países que abrigaram a revolucionária invenção de Gutenberg). Seguem-se às publicações portuguesas, as obras latinas, castelhanas e francesas, numa relação decerto significativa dos meios pelos quais os leitores portugueses tinham para aceder a determinadas publicações<sup>200</sup>.

Ora, facto é que a composição linguística é um importante dado - como bem iremos testemunhar no caso da livraria beneditina - que nos permite investigar pistas mais amplas como, por exemplo, a expansão de uma estrutura comercial livreira por toda Europa, dos seus pontos principais - e suas muitas ramificações - e, naturalmente, das preferências e mesmo a questão associada às classes sociais e profissionais, que no caso português ajuda efetivamente a explicar tamanho domínio do português e latim<sup>201</sup>.

Mas sem mais demora, partiremos então para o inventário do mosteiro de São Bento da Vitória. Situado na província do Entre Douro e Minho, na comarca do Porto, esta é, sem dúvida, uma das maiores livrarias da região. Quais são as suas principais linhas de expressão? Seus autores, títulos e domínios temáticos? Ora, é o que vamos descobrir a partir de agora.

### **3.1. A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória: Breves considerações gerais da sua sala e livros**

A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto pode não ser em termos quantitativos grandiosa como alguma das suas congêneres, principalmente se tivermos em mente algumas de suas «irmãs» e «primas» de Ordem, como as livrarias dos mosteiros de Alcobaça, da Ordem de Cister, na casa dos 9.000 itens e mais de 20.000 tomos, ou do mosteiro de São Martinho de Tibães, cabeça da Congregação de São Bento de Portugal desde 1567, e que possuía algo em torno a 5.000 itens e mais de 8.000 tomos.

Mas nem por isso deixamos nos enganar, pois os seus 1.392 títulos, distribuídos a partir de 2.407 tomos, nos relevam as muitas particularidades de uma sala que abrigava toda uma sorte de autores, títulos e assuntos; ora uma grandiosidade baseada na sua singularidade, como a toda boa sala de livros. Ambientes que nos contam, a partir dos seus impressos e manuscritos, dos seus autores e temas, dos locais de impressão e língua, não apenas uma, como muitas histórias.

---

<sup>200</sup> De forma muito coerente, Maria Adelaide Salvador Marques aponta para um estudo pormenorizado dessas livrarias de modo a concebermos de forma mais adequada os esquemas de leituras de um determinado leitor, ou ainda uma região, uma classe social/profissional. Tal pode ser reforçado, por exemplo, pelo facto de que muitas das obras em alemão eram, efetivamente, posse de freiras germânicas de um convento localizado em Lisboa, o que por si só nos é bastante indicativo das bases de uma preferência linguística e muito possivelmente literária por parte das religiosas a partir das obras que eram publicadas naquele país. Idem, *Ibidem*, pp. 72-73.

<sup>201</sup> Por volta de 1770, o número de professores de gramática latina se contava como sendo praticamente a metade dos professores das chamadas primeiras letras, sendo ainda uma razão muito superior ao das outras disciplinas. Idem, *Ibidem*, p. 73.

Efetivamente, no que diz respeito à sua organização, não temos nenhum indício mais concreto se não o que fora legado indiretamente pelo edital de 10 de julho de 1769 promovido pela Real Mesa Censória, o qual, de forma um tanto quanto prática, determinava como se deveria proceder com a inventariação dos livros. Seriam estes organizados a partir de sete classes: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras. Ora, não era apenas esta separação por classes gerais, vejamos:

«Em cada huma das classes se assentarám por ordem alfabetica, primeiramente os Livros de folio, seguindo-se logo os de quarto, a estes os de oitavo, &c., declarando-se em todos, e cada hum delles os nomes proprios dos authores, principiando pelos primeiros appellidos, e cognomes, ou por aquelles, que os fizerem mais conhecidos; depois do que se especificarám os titulos de cada hum; o numero da Edição, e dos Tomos; o lugar e o tempo da Impressão; e no fim de todos, dentro de cada huma das respectivas classes, com sufficiente separação, se descreverám pela mesma ordem alfabetica os livros anonymos, principiando pelos titulos, sendo tudo feito com certeza, e boa letra»<sup>202</sup>.

Infelizmente, não nos foi possível determinar o verdadeiro método utilizado pelos beneditinos do Porto na organização da sua sala de livros, pelo que, aos propósitos desta pesquisa, teremos mesmo que ficar com a organização inventarial proposta pela Real Mesa Censória e que, de facto, se mostrou um tanto quanto intuitiva e prática. Ora, e foi por intermédio desta organização por 7 classes gerais que chegamos aos seguintes números:

**Tabela 1- Relação das classes da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória**

Categorias	N. de Obras	N. de Tomos
Teologia	828	1519
Jurisprudência	86	151
Filosofia	29	89
Matemática	12	16
Medicina	16	16
História	206	323
Belas Artes	215	293

Ora, como bem podemos observar, os livros agrupados na secção de Teologia fazem dessa a mais representativa, com nada mais do que 828 obras em 1519 tomos; na sequência, temos a secção de Belas Artes, que apresenta uma quantidade maior de obras em relação a História (215), mas perde no total de tomos, com 293; a referida secção de História aparece com 206 obras e 323 tomos; a secção de Jurisprudência aparece como a quarta em extensão, com 86 obras e 151 tomos; seguida pela de Filosofia, com 29 obras e 89 tomos e finalmente as secções de Medicina

<sup>202</sup> ANTT, Real Mesa Censória, cx. 1, mf. 6263, Edital de 10 de Julho de 1769.

com 16 obras e 16 tomos, e a de Matemática, a mais reduzida das classes com apenas 12 obras em 16 tomos.

Outro ponto importante a se destacar neste mapa introdutório da livreria do mosteiro beneditino do Porto é a relação temporal das suas obras, que recua na sua publicação mais antiga até o século XIV, conforme iremos ver, chegando até aos anos antecedentes da publicação do inventário remetido à Real Mesa Censória. Num geral, temos a seguinte relação

**Tabela 2 - Relação temporal geral da livreria do mosteiro de São Bento da Vitória**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XIV	1
Séc. XV	3
Séc. XVI	321
Séc. XVII	1028
Séc. XVIII	861
N.D.	185
Data Imprecisa	8

Ora, como bem visto, a livreria apresenta uma obra publicada no século XIV, a saber um texto na secção de Medicina chamado *Chirurgia* e que, conforme relatado no documento de inventariação, fora datado de 1363; a mesma secção de Medicina possui ainda um dos três livros publicados no século XV, e que vale uma breve menção. Trata-se da obra *Pratica medicinalis alicta breviarium liber de simplici medicina dicus Circa instans a pratica platearii*, publicada em 1497 em Veneza. As outras obras publicadas no século XV na relação do mosteiro beneditino são a *Concilia, Seu allegationes* (?), publicada em 1425 por Nicolaus de Tudeschis Panormitanus (1386-1445)<sup>203</sup> em local que desconhecemos, mas associada à secção de Jurisprudência, e a edição *Viola animae per modum Dialogi de ordinis natura tractans*, publicada em 1499, localizada na secção de Belas Letras, que na referida secção aparece como anónima, mas que acreditamos tratar-se de uma obra de Petrus Diesthemus (1454-1507), teólogo e historiador cisterciense flamengo.

No mais, percebemos uma maior concentração de obras no século XVII, com 1028 livros, que, coincidência ou não, marca o período de estabelecimento, manutenção e desenvolvimento das atividades da sala da livreria<sup>204</sup>. O século seguinte, XVIII, é o segundo em termos de obras publicadas, com um total de 861 livros, sendo seguido pelo século XVI, com 321 publicações, o

<sup>203</sup> Trata-se de um canonista beneditino natural de Catânia, Itália. O Thesaurus do CERL nos dá outras referências de obras publicadas pelo religioso italiano, como *Consilia et Quaestiones*, *Consilia iurisque Responsa Quaestiones et Tractatus* e *Lectura aurea super quinque libris decretalium*.

<sup>204</sup> Ora, não significa tratar de forma automática e inequívoca que o total das obras impressas no século XVII tenham sido compradas neste mesmo período, mas dado as relações de livros adicionados à livreria e discriminados a partir dos Estados de Tibães, temos razões muito razoáveis para acreditar ser mesmo este o caso, ainda que para o século seguinte.

que nos permite adiantar para o que parece ser um facto concreto: ora, se a fundação e consagração do mosteiro beneditino no Porto se deu em 1596/7 e as primeiras menções de uma livraria ocorreram a partir da segunda metade de 1650, podemos então, com boa margem de segurança, afirmar que os beneditinos fizeram uso de muitas obras anteriores à própria existência da sala da livraria. Não sabemos se pela raridade das publicações, ou, e este é mesmo o caso mais possível, pelos assuntos e matérias em si, essências num plano de estudos e validados pela referência dos seus autores. Por fim, a relação apresenta ainda um total de 185 obras cuja data de publicação se desconhece e ainda outras oito das quais não conseguimos identificar dado o estado do inventário e/ou falta de melhores elementos para pesquisa e recuperação posteriores.

Partimos então para a componente de língua das publicações. Em linhas gerais, estas respeitam a ordem de todos os livros inventariados a partir do edital de 10 de julho e que tem no português, latim e castelhano as principais forças idiomáticas em questão. De facto, a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória contaria apenas com outras duas línguas mais na sua composição: o francês e o italiano. Como estariam então distribuídos ao longo de todo o corpo de livros da sala da livraria?

**Tabela 3 - Relação de línguas dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória**

Língua	N. de obras
Português	554
Latim	505
Castelhano	283
Italiano	25
Francês	22
N.D.	3

Ora, as obras em português são as mais presentes na livraria, com 554 livros, o equivalente a 39,65% dos livros da sala, diferença pequena para os livros em latim, que se contam em 505, num total de 36,14%. As obras em castelhano aparecem como a terceira categoria mais popular, com 283 obras, e perfazem um total de 20,2% dos livros existentes do acervo. Em número muito mais reduzido, temos as publicações em italiano: são 25 os livros, num total de apenas 1,78% dos livros da sala, tendo ainda por fim o francês com 22 publicações, ou 1,57% das obras. Três ainda são as obras que não podemos identificar um idioma preciso, o que representa o irrisório valor de 0,21% dos livros da sala beneditina.

A popularização e penetração da atividade impressa colaboraram, de facto, para o declínio do latim frente às línguas vernaculares, o que fica evidente não apenas nos números gerais de todos os inventários remetidos pela Real Mesa Censória, como ainda do caso em



particular da livreria do mosteiro de São Bento da Vitória<sup>205</sup>. Mesmo o latim como segunda língua se permite explicar pela sua predominância na organização e publicação de textos religiosos, o que fica evidente quando notamos que, de um total de 505 obras em latim na composição da livreria, 325 encontram-se na secção de teologia (64,3% dos livros em latim), tendo ainda outras 59 na secção de Jurisprudência, que no seu arranjo temático compreende também publicações dedicadas ao direito canónico. O alto índice de publicações em castelhano frente ao italiano e ao francês nos permite indicar para uma preferência de leitura que pode tanto ter base na facilidade de obtenção dessas publicações (muitas traduzidas a partir de versões latinas, francesas e italianas), como ainda em uma limitação geral por parte dos beneditinos do Porto na leitura de obras em italiano e principalmente em francês.

De qualquer maneira, a relação de línguas da livreria, tal qual fora apresentada, reflete-se na política de aquisição de obras a partir de preferências bem delineadas dos religiosos, entre as quais também não podemos negar a possibilidade de que muitos livros adquiridos só o foram mediante o esgotamento de outras opções. Ora, seria incoerente pensar que não encontrado um determinado volume em português de uma obra, ou mesmo uma edição latina ou castelhana, que os monges portuenses não tenham por fim lançado mão de uma outra em italiano ou francês? Ou mesmo o inverso, ainda que possivelmente com menor frequência. Sem detalhes mais substanciais sobre as obras adquiridas, torna-se um pouco mais complicado determinar com maior grau de certeza as motivações por trás das preferências por línguas na composição da sala de livros. Mas o que sabemos, e o que podemos adiantar é que, de facto, os livros em português foram os mais procurados e desejados, e que, paralelamente, o desenvolvimento de coleções por vezes não respeitava as condições e limitações linguísticas de uma parcela dos seus utilizadores, fatores que tornam ainda mais rico e significativo o estudo de livrerias e salas de leitura no geral.

Por fim, podemos evocar o «mapa» geográfico das publicações da livreria. Muitas foram as cidades e países que forneceram livros à livreria do mosteiro de São Bento da Vitória, pelo que

---

<sup>205</sup> Isabel Drumond Braga nos apresenta um estudo de fôlego acerca das mudanças em curso no panorama cultural português no século XVII e boa parte do século XVIII, cuja língua era um dos princípios norteadores dessa transformação. Em linhas gerais, buscava-se uma racionalização das línguas vernaculares, buscando tanto sua melhor padronização como correções decorrentes de inexactidões do português então falado e escrito. Neste sentido, a atividade impressa acabou por ser um dos principais polos de difusão de uma espécie de reeducação da linguagem. Dicionários, cartilhas, gramáticas e tratados de ortografia foram produzidos, assim como discussões foram travadas no âmbito das academias, como a das Conferências Eruditas, que expunham, entre outras matérias, questões relativas ao vocabulário português. Houve até quem defendesse, como foi mesmo o caso de José de Macedo (mais precisamente nos capítulos três e quatro do seu *Antídoto da Língua*) a superioridade do português frente ao castelhano, pelo que Rafael Bluteau, muito possivelmente um dos principais expoentes dessa geração, não era de todo avesso a essa ideia de superioridade. Como bem iremos testemunhar, o *Vocabulário Português e Latino* de Bluteau figura na relação de obras da livreria beneditina, o que nos remete imediatamente para um preocupação legítima e coerente com o espírito do tempo, em valorizar e aprimorar os usos da língua portuguesa. Cf. Isabel Drumond Braga, «As Realidades Culturais», *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII – Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Coordenação de Avelino de Freitas Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2011, pp. 465-565.

um estudo destes locais e seus impressores por si só poderia fornecer subsídios interessantes para pesquisa.

No geral, foram 79 os locais conhecidos que forneceram obras para a sala de livros do mosteiro de São Bento da Vitória, tendo ainda 219 livros sem qualquer indicação de local de publicação. Os outros 2.188 livros, a partir das suas cidades, dividem-se ainda em 11 países, a saber: Portugal, Espanha, França, Itália, Flandres, atual Bélgica, Holanda, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Luxemburgo e Polónia, cuja cidade de Gdansk é que mais dista da cidade do Porto<sup>206</sup>.

Uma apresentação total da lista das 79 cidades seria demasiado fastidiosa, pelo que pretendemos, ao invés disso, apresentar tabelas individualizadas dos principais países fornecedores de livros para a sala da livraria do mosteiro beneditino. De imediato, para além da cidade de Gdansk, com apenas um exemplar na livraria do mosteiro<sup>207</sup>, outras cidades aparecem isoladas como representantes dos seus países: Londres (dois livros)<sup>208</sup>, Luxemburgo (seis livros)<sup>209</sup> e Basileia (18 livros)<sup>210</sup>.

---

<sup>206</sup> Estamos a designar os países tal qual conhecemos atualmente, bem como buscamos, a partir da representação das cidades, utilizar tanto grafia quanto nomes atuais.

<sup>207</sup> Trata-se da *Perspectiva Politica Regno Poloniae Elaborata* de Andreas de Pilca (ou Andrzej Koryciński), edição in-quarto, impressa no ano de 1652 e que na livraria se encontra na secção de Belas Letras.

<sup>208</sup> São os livros *Sententia et Dogmata Philosophica* cuja autoria no inventário consta como de Cicero Demostenes (edição in-oitavo de 1630) e uma encadernação cujo título aparece listado como *Duas cartas que servem de respostas as q escreverao ao autor da Gazeta Literaria, publicadas no ano de 1763*. Ambas na secção de Belas Letras.

<sup>209</sup> Trata-se da coleção em seis volumes em formato in-fólio de *Magnum Bullarium Romanum a Beato Leone Magno usque ad Benedictum XIII* de Laercius Cherubinus, publicadas entre os anos de 1722-1730. Na livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, se encontram na secção de Jurisprudência.

<sup>210</sup> Entre os livros impressos na Basileia, podemos destacar a *Historia Ecclesiastica* de Eusebius Panfilus, Rufinus Prasbiter, Socrates Scholasticus, Theodoretus Episcopus, Hermius Sosomenus, Evarius Scholasticus (edição in-fólio impressa no ano de 1549), *Opera Omnia* de Santo Ambrósio (edição in-fólio, impressa em 1527), *Opera Omnia* de São Bernardo (edição in-fólio impressa em 1552), *Escala Espiritual* de padre Luís de Granada (edição in-oitavo impressa em 1549), entre outros.





**Tabela 5 - Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em Espanha**

<b>Espanha</b>	<b>N. de Livros</b>
Alcalá de Henares	30
Baeza	1
Barcelona	47
Bilbao	1
Burgos	2
Cádiz	3
Córdoba	5
Cuenca	1
Granada	5
Hirache	1
Huesca	1
Leon	9
Logronho	2
Madrid	228
Medina del Campo	5
Olite	2
Pamplona	2
Santiago de Compostela	1
Salamanca	54
Saragoça	12
Segóvia	3
Sevilha	18
Toledo	3
Valencia	6
Valladolid	11

Temos então cidades como Baesa (um livro), Segóvia (três livros), Olite (dois livros), Logronho (dois livros), Huesca (um livro), Bilbao (um livro) e o caso particular de Hirache (um livro), na verdade a localização de um mosteiro. Por outro lado, indica-se a presença natural de Madrid (228 livros), o principal veio literário castelhano, Salamanca (54 livros), Barcelona (47), Alcalá de Henares (30), Sevilha (18 livros) e Valladolid (11). Ao projetarmos o mapa espanhol, veremos que, um pouco por todo o lado, a atividade impressa foi fator recorrente e marcou uma identidade cultural literária de forma ainda mais densa, principalmente partir do século XVI. Seria possível, a partir de então, traçar as rotas e percursos dos agentes literários espanhóis, ou mesmo ibéricos, dada a marca da sua expansão? Fica mesmo a questão para futuras considerações.

### Mapa 3

#### Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em Espanha



A distribuição das cidades que legaram livros à livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Escala: 1:10.000.000.

De todo modo, o «mapa» literário espanhol, no que diz respeito os livros do mosteiro, não é caso único na geografia cultural dos livros da sala da livraria dos beneditinos do Porto. Os quadros italiano e alemão nos oferecem um panorama em muito semelhante, ainda que em menor número de livros e cidades. Vejamos então o caso italiano.

**Tabela 6 - Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em Itália**

Itália	N. de Livros
Bassano del Grappa	1
Benevento	1
Bolonha	4
Florença	1
Foro (?)	1
Génova	9
Luca	9
Macerata	1
Milão	1
Modena	5
Nápoles	5



Pádua	2
Roma	63
Veneza	194
Verona	12
Vicenza	1
Turim	8

Com 318 livros distribuídos a partir de 17 cidades, a Península Itálica é mesmo um caso em muito semelhante ao castelhano. Possui centros menores, basicamente vilas que, de um modo que infelizmente desconhecemos, publicaram livros que foram chegar para além dos Pireneus. Entre estes casos, vale a pena citar Macerata<sup>212</sup> (um livro), Bassano del Grappa<sup>213</sup> (um livro) e Benevento<sup>214</sup> (um livro), que se misturam a grandes centros impressores como Veneza (193 livros), Roma (63 livros), Gênova (nove livros), Turim (oito livros) e Nápoles (cinco livros).

#### Mapa 4

##### Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em Itália



A difusão de cidades que legaram livros à livreria do mosteiro de São Bento da Vitória em Itália. Escala: 1:10.000.000.

Quanto à Alemanha, sua distribuição é um pouco mais tímida, e levemente menos esparsa. Suas 11 cidades publicaram num total 157 livros, como bem vemos na tabela abaixo:

<sup>212</sup> Trata-se de uma comuna italiana localizada na região dos Marche, província de Macerata, próxima à cidade litoral de Ancona.

<sup>213</sup> Trata-se de uma comuna italiana localizada na região do Veneto na província de Vicenza.

<sup>214</sup> Trata-se de uma comuna italiana da região da Campania, província de Benevento, a nordeste de Nápoles.

**Tabela 7 - Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados na Alemanha**

<b>Alemanha</b>	<b>N. de Livros</b>
Augsburgo	17
Colónia	123
Frankfurt	4
Ingolstadt	1
Mogúncia	3
Munique	2
Nuremberga	1
Oppeinhein	1
Passau	3
Ratisbona	1
Uvestfaliae (região de Dortmund)	1

Nesta relação, cidades como Passau<sup>215</sup> e Oppeinhein<sup>216</sup>, misturam-se à grandes centros difusores da atividade impressa como a cidade de Mogúncia (três livros), Colónia (123 livros), Augsburg (17 livros) e Frankfurt (quatro livros). Mas não se verifica, contudo, a existência de livros publicados em cidades nas proximidades da região de Berlim, ficando mesmo a conhecer no mapa alemão, uma zona em branco a partir de Hanôver rumo a nordeste, tendo assim somente o caso isolado, já bem mais a frente na hoje cidade polaca de Gdansk.

<sup>215</sup> Pequeno município da Baixa Baviera, no estado da Baviera e já próximo dos limites fronteiriços da Áustria.

<sup>216</sup> Município localizado no distrito de Mainz-Bingen, no estado da Renânia.



### Mapa 5

#### Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória na Alemanha



A distribuição das obras publicadas na Alemanha: uma maior concentração na sua porção sul. Escala: 1:10.000.000.

A relação de cidades francesas é, por seu turno, decididamente menor que as anteriores, apenas seis. Em compensação, estas concentram um total de 319 livros publicados, fazendo mesmo da França o terceiro maior polo importador de livros para os beneditinos do Porto. Vejamos então a distribuição dos livros e suas cidades.

**Tabela 8 - Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados em França**

França	N. de Livros
Douai	3
Lyon	145
Mónaco	1
Paris	167
Reims	1
Rouen	2

Como bem vemos, Paris é a cidade francesa que mais forneceu livros ao mosteiro de São Bento da Vitória do Porto. A partir das suas casas de impressão, acabariam por chegar à sala de livros 167 publicações, número relativamente alto e que a coloca como uma das principais cidades fornecedoras entre as 79 observadas. Esta mesma condição também goza a cidade de Lyon, com

145 livros. Mais a noroeste de Paris, temos a cidade de Rouen, que publicou a partir dos seus prelos dois livros, cabendo ainda as cidades mais á nordeste da capital, Reims e Douai, o fornecimento respectivo de um e três livros. Por fim, resta mencionar o principado de Mónaco que legou à livraria portuense um livro.

**Mapa 6**

**Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória em França**



Poucas cidades, mas muitas publicações. Paris e Lyon aparecem como duas das principais fornecedoras de livros para o mosteiro portuense. Escala: 1:10.000.000.

Para finalizar este breve quadro panorâmico da livraria, dois dos principais pólos livreiros europeus entre os séculos XVI a XVIII: os países que compreendem atualmente a Holanda e Bélgica. A primeira apresenta apenas duas cidades, num total de 21 livros publicados em ambas, já a segunda apresenta quatro cidades e um número de livros muito mais expressivo: 166. Vejamos as tabelas abaixo.

**Tabela 9 - Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados na Holanda**

Holanda	N. de Livros
Amsterdão	17
Haia	4

Nesta relação aparecem listadas então as cidades de Amsterdão, com 17 publicações e, mais a sudoeste, a cidade de Haia, com apenas quatro livros. A relação belga, entretanto, é um pouco mais rica e levemente mais densa. Ora vejamos em que sentido.

**Tabela 10 - Relação geral de livros do mosteiro de São Bento da Vitória publicados na Bélgica**

Bélgica	N. de Livros
Antuérpia	133
Bruxelas	17
Liège	15
Lovaina	5

Como podemos observar, a cidade da Antuérpia, que entre os séculos XVI e XVIII foi um dos principais polos livreiros da Europa, não só fez jus à sua reputação, como de facto chegou mesmo a publicar 133 das obras existentes no mosteiro beneditino, sendo uma das cidades que mais publicações forneceu a partir dos seus prelos. Bruxelas e Liège apresentam números semelhantes, 17 e 15 livros, respetivamente, sendo seguidas pela cidade da Lovaina, situada a noroeste de Bruxelas, com 5 livros.



## Mapa 7

### Os locais de impressão dos livros do mosteiro de São Bento da Vitória na Holanda e Bélgica



A exemplo do que ocorre em França, poucas são as cidades a fornecer livros para o mosteiro português, mas uma se destaca: Antuérpia com 133 publicações. Escala: 1:10.000.000.

Fica então, a partir desta apresentação do quadro geográfico dos livros da livraria, a ideia de que, ao longo dos anos, muitas foram as proveniências dos livros que chegaram à sala literária do mosteiro. Isso que ainda temos que levar em conta outros tantos 219 sítios dos quais não temos nenhuma indicação concreta no inventário, sem contar as muitas publicações que, ao longo dos anos, foram sendo substituídas e/ou vendidas para fazer caixa para o depósito da livraria. Para já, é mesmo a hora de iniciar este percurso pelas sete secções definidas pela Real Mesa Censória e descobrir algumas das principais obras existentes no acervo principal dos beneditinos do Porto. Começamos então pela secção de Teologia.

#### 3.1.1. Livros de Teologia

De todas as secções da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, a de Teologia é definitivamente a mais robusta. Natural, uma vez que se trata essencialmente de uma livraria religiosa. Suas 828 obras (das quais 774 possuem indicação de autoria e 54 são listadas como anónimas) estão assim espalhadas a partir de 1519 tomos. Só para termos uma ideia da sua dimensão, somadas, o total de obras das outras secções é de 564, ao passo que o número total de tomos chega a 888 livros. Se é de facto uma secção rica em termos quantitativos, o que

poderíamos dizer sobre sua representação qualitativa? Tantos livros refletem uma riqueza temática e autoral? Quais os assuntos e os autores que cobrem esta importante secção da livraria beneditina?

Ora, para já, podemos antes falar da sua representação em termos de línguas. Essa, de facto, parece ser um pouco mais limitada, o que era mesmo esperado. De todo modo, a secção de Teologia – bem como as demais da livraria – está representada a partir de cinco idiomas: português, castelhano, latim, italiano e francês. A tabela abaixo nos dá uma melhor noção da distribuição dos livros a partir da identificação das línguas, medidas principalmente a partir dos títulos.

**Tabela 11 - Relação dos livros por língua na secção de Teologia**

Língua	N. de Livros
Latim	325
Português	308
Castelhano	164
Francês	14
Italiano	16
Sem Identificação	1

Como podemos observar, os livros em latim constituem o maior filão de obras identificadas na livraria. Contam-se em 325, o equivalente a 39,2% dos livros da secção. Logo na sequência, aparecem os livros impressos em português, que se contam na casa dos 308 itens, ou 37,1% dos livros da secção, sendo seguido pelos livros em castelhano, com 164 obras (19,8% do total da secção), os livros em italiano, com 16 (1,93% do total da secção) e francês com 14 obras (1,69% do total). Temos ainda uma obra não identificada, dadas as dificuldades decorrentes das abreviaturas tanto no título do livro como ainda na indicação do autor. A publicação em questão aparece listada como *Prones*, cuja autoria é de um tal de Jul. Mor. Claud. As muitas tentativas de cruzar nomes – como, por exemplo «Jul.» para Júlio ou Juliano (nome invulgar para a época, inclusive), ou ainda «Mor.» para Moraes, Moreira e «Claud.» para Cláudio - em nada adiantaram. O que sabemos é que o nome parece estar listado a partir do último apelido, algo indicado no edital da Real Mesa Censória, mas definitivamente não respeitado pelo responsável do inventário do mosteiro portuense<sup>217</sup>.

Mas se não sabemos nada sobre o referido autor, sua obra e os assuntos que aborda, o mesmo já não pode ser dito sobre os demais livros que compõem a secção de Teologia da livraria.

<sup>217</sup> O que de facto não é benefício do inventariante do mosteiro beneditino do Porto. Outros inventários monásticos que podemos observar, como o de São Bento da Cidade de Lisboa, Santo Elói no Porto e do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Lisboa também apresentam este problema de (falta de) padronização.

Em linhas gerais, os livros da referida secção versam sobre os mais variados domínios religiosos: existem livros de direito canónico (que de certo deveriam estar listados nas obras de Jurisprudência), de teologia moral, escolástica, livros de sermões e homílias, manuais, pastorais, edições em vulgata da Bíblia, hagiografias, e claro, muitos livros dedicados a edificar a figura de São Bento de Núrsia e sua monumental obra e legado.

Iniciemos, pois, com os sermões. Estas são as obras que aparecem com maior frequência no rol de livros do mosteiro beneditino, sendo mais de 90 os seus títulos. Muitas obras estão indicadas apenas como *Sermoens*, ou ainda seu equivalente em castelhano ou francês, casos de *Sermones*<sup>218</sup> e *Sermons*<sup>219</sup>. Entre seus autores, nas versões dos títulos que aparecem de forma simplificada no inventário, temos os Sermões de frei Álvaro Leitão<sup>220</sup> da Ordem dos Pregadores; de Alvares Cobar<sup>221</sup>, frei Balthazar Paes<sup>222</sup>, D. Antonio Feyo<sup>223</sup>, frei João de Ceita<sup>224</sup>, religioso da

<sup>218</sup> Ver para isso o *Sermones* de frei Andrés Mendo (na livraria beneditina duas edições in-quarto, a primeira em 3 volumes, a segunda em 4, impressas respetivamente em 1677 – primeiros 3 volumes – e 1670, 1664, 1667 e 1668 no segundo nas cidade de Madrid); o mesmo frei Andrés Mendo (1608 – 1684) teólogo e jesuíta castelhano, ainda publicou *Assuntos predicables aplicados a todos los Evangelicos*, edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1663, obra também disponível no acervo beneditino do Porto; o *Sermones* de Joanes Saulerus (ou ainda Johannes Hieronymus Saulers), edição in-oitavo, impressa em Lyon no ano de 1557; frei António Peres e sua edição in-quarto de 1603, impressa na cidade de Medina de 1603; P. Antonio Betancurt e sua edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1739, entre outras.

<sup>219</sup> São os casos das obras que no catálogo aparecem listadas com autores sendo Le Pere de la Rue e Le Pere de Segaud, indicações estas incorretas como bem podemos depois observar. A primeira obra, na verdade, é *Sermons de Le Pere de la Rue*, que acreditamos, trata-se do livro de sermões de Charles de la Rue (1643-1725), destacado orador da Companhia de Jesus. A segunda obra também parece ser de autoria de um Jesuíta, e trata-se do *Sermons du Pere de Segaud*, de Guillaume de Segaud (1675-1748). Sobre a obra de La Rue, esta parece ter gozado de certo prestígio, vista a quantidade de edições e reimpressões da obra. A Biblioteca Nacional de França (BNF) lista os seguintes anos de publicação: 1719 (inclusive uma segunda edição no mesmo ano, a primeira uma edição francesa da livraria de Riguald, in-oitavo; a segunda, uma edição de Lyon, da livraria de Anisson et Posuel, edição in-doze), 1782 (Toulouse, impressa por N.-E. Sens, edição in-doze), 1816 (Paris, impressa por Legrand, edição in-doze) e 1829 (uma edição em dois volumes, impressa em Paris, por A. Salmon, edição in-doze). Na livraria beneditina, estamos, pois, a falar de uma edição in-oitavo de Lyon, impressa no ano de 1751. Sobre o livro de Segaud, temos indicações de publicações de 1750, 1752 (edições de Paris impressas por J. B. Coignard e H.L. Guerin, ambas edições in-doze) e 1760 (Paris, impresso por J. B. Coignard, edição in-doze). Ora, a edição presente na livraria beneditina é mesmo a de 1750, edição in-oitavo. O catálogo geral da BNF nos apresenta para uma publicação semelhante, com data e local de publicação iguais ao livro do mosteiro de São Bento da Vitória. Entretanto, no catálogo da BNF o livro em questão é uma edição in-doze, impressa por Marc Bordelet, impressor e livreiro (com aprovação e privilégios Reais) localizado na Rue de Saint Jacques. Seria este o mesmo impressor da edição in-oitavo da livraria beneditina? Infelizmente não temos como saber.

<sup>220</sup> Trata-se, acreditamos, da obra *Sermoens das tardes das domingos da quaresma. E de toda a semana santa*, que nos registos da OCLC aparece como publicada em 1670 na cidade de Lisboa. Estamos a falar de uma edição in-quarto, ao que tudo indica impressa na Officina de Joam da Costa.

<sup>221</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1671.

<sup>222</sup> Três volumes, edições in-quarto, impressas em Lisboa, nos anos de 1633, 1634 e 1649.

<sup>223</sup> Três volumes, edições in-fólio, impressas em Lisboa nos anos de 1612 a 1615.

<sup>224</sup> Dois volumes, edições in-fólio, impressas em Évora nos anos de 1619 e 1625. Sobre a edição de 1625, encontramos o *Quadragesma segunda: em que se contem os dous sanctos tempos do anno... Advento, & Quaresma com seus introitos com oito sermoens do Sanctissimo Sacramento do Altar*, impressa na Officina de Lourenço Craesbeeck. A BNP disponibiliza em linha uma edição digitalizada. Ver em: <<http://purl.pt/17267>>. Sobre a edição de 1619, que na relação da livraria do mosteiro seria o equivalente ao primeiro tomo, temos como indicação de título *Quadragesma de sermoens em louuor da Virgem e May, e de Christo senhor nosso seu Filho : conforme os euangelhos, que a Igreja canta em suas festas pello*

Ordem dos Frades Menores, Juan de Estrada Gijon<sup>225</sup>, Frei Christoval Avendaño<sup>226</sup> da Ordem de Nossa Senhora de Santa Carmem, Francisco Ignacio de Porres<sup>227</sup>, Bartholomeu de Quental<sup>228</sup>, Frei Thomas da Vega<sup>229</sup>, e muitos mais.

Paralelamente, em outros títulos, o redator do inventário pareceu ser mais atento, indicando num nível maior de detalhamento os títulos das obras: são os casos, por exemplo, de frei Melchior de Santa Maria com os *Sermoens de Quaresma*<sup>230</sup>, as edições dos *Sermones Quadragesimales* de Joannes Reynardus<sup>231</sup> e frei Martin Peraça<sup>232</sup>; os *Sermoens Panegyricos* de frei João Tavares<sup>233</sup>, padre Manoel Najera<sup>234</sup> e frei Pedro del Espírito Santo<sup>235</sup>; os *Sermones Dominicales* de frei Hugo de Prato Florido<sup>236</sup>; os sermões dedicados aos monarcas portugueses,

---

*discurio do anno*, mas com indicação de impressão em Lisboa, na Officina de Pedro Craesbeeck. Existiram ainda na livraria beneditina mais dois tomos de Sermões publicados em 1635, que acreditamos serem os *Sermões das festas da Virgem Santissima, e de Christo Senhor Nosso : com oito do Sacramento, & de alguns Santos, & oito de diffuntos...*, edição in-quarto, impressa em Lisboa na Officina de Lourenço Craesbeeck. A BNP dispõe de uma edição sob a cota RES. 6267 P.

<sup>225</sup> Acreditamos tratar-se dos *Sermones para las fiestas de la Purissima Virgen y Madre de Dios Maria señora nuestra*, edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1672, na Officina de Melchor Sanchez.

<sup>226</sup> Trata-se de uma obra dividida em seis volumes, que na livraria beneditina encontram-se impressos entre os anos de 1624 (3º volume) a 1644 (4º volume). Na livraria, o primeiro volume data de 1628, impresso em Lisboa, bem como os outros três volumes subsequentes. Os dois últimos foram impressos em Barcelona. A BNP possui em seu acervo a edição digitalizada do que acreditamos ser a referida coleção de Sermões, também dividida em 6 volumes, mas que, ao contrário da edição beneditina, tem o seu primeiro tomo impresso no ano de 1626, na reputada oficina de Pedro Craesbeeck. O título completo da obra seria então *Sermones para algunas festividades de las mas solenes de los santos : predicados en la corte de Madrid*. Para a edição digitalizada da BNP, ver: <<http://purl.pt/14173>>.

<sup>227</sup> Na livraria beneditina estão listadas a partir da mesma obra seis tomos, impressos em muitas cidades: Primeiro tomo foi impresso em Madrid (1638), do segundo ao quarto tomo, os livros foram impressos em Lisboa (nos anos de 1644 e 1648), o quinto tomo foi impresso na cidade de Coimbra (1645) e o último tomo, por fim, impresso em Alcalá de Henares (1648). Toda as obras são edições in-quarto da qual infelizmente não podemos recuperar qualquer indicio referente ao tipo de sermão.

<sup>228</sup> Responsável por introduzir em Portugal, no ano de 1668, a Congregação do Oratório fundada por Filipe Neri em Roma no ano de 1564. Sobre o livro de Bartholomeu de Quental na livraria beneditina, consta no rol de livros como sendo dois tomos, edições in-quarto impressas em Lisboa nos anos de 1692 e 1694. Encontramos um livro de sermões de Quental, todavia publicado tardiamente, no ano de 1741, também em Lisboa, edição in-quarto e com dois volumes impressos na Regia Officina Sylviana e na Academia Real. Trata-se dos *Sermões do Veneravel Padre Bartholomeu do Quental ... fundador, e primeiro preposito da Congregação do Oratorio de S. Filippe Neri de Lisboa*.

<sup>229</sup> Membro da Ordem dos Frades Menores, publicou em 1618 na Officina de Pedro Craesbeeck os *Sermões pera todas quartas feiras, sextas, e domingos da quaresma: com outros que se costumam pregar na semana santa*, edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1618. Existe uma cópia disponível do referido livro no acervo da Biblioteca da Universidade Católica de Lisboa sob a cota MC-1114.

<sup>230</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Cuenca no ano de 1635.

<sup>231</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo da qual se desconhece data e local de publicação.

<sup>232</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa na cidade de Salamanca no ano de 1604.

<sup>233</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1729.

<sup>234</sup> Na verdade os *Sermones panegyricos predicados en las Festividades de la Virgen Nuestra Señora*, edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1650. A BNP possui uma edição impressa em 1651 na Officina Craesbeeckiana. Ver cotas L. 72075 P. e L. 72076 P.

<sup>235</sup> As obra, na verdade, chama-se *Sermoens Panegyricos morales*, impressa em Alcalá de Henares, em 1695, uma edição in-quarto.

<sup>236</sup> Hugo de Prato Florido (1262-1322) foi um dominicano alemão. Os *Sermones Dominicales* do autor constam na livraria beneditina sem qualquer indicação de data ou local de publicação, pelo que sabemos somente tratar-se de uma edição in-oitavo.



como *Sermão das Exequias do Sr. D. João 5º* publicados por frei Thomas de Aquino<sup>237</sup>, frei Matheus da Encarnação<sup>238</sup> e padre Antonio da Assumpção<sup>239</sup>; *Sermão no Nascimento do Serenissimo Senhor Principe da Beyra*, de frei José Plácido<sup>240</sup>, frei José da Conceição<sup>241</sup> e frei Caetano de São Payo<sup>242</sup> e *Sermão no feliz Nascimento do Sr D Joze de Manuel de Oliveira Ferreira*<sup>243</sup>; para além de outros dedicados aos santos e as ordens religiosas, como o *Sermão de São Bento* de D. Joze de la Bandera<sup>244</sup> e frei Manuel de São Luis<sup>245</sup>; *Sermão na transladação do Corpo de Sta Roza de Viterbo* de frei José de Jesus Maria<sup>246</sup> e ainda o *Sermão pregado no Cap. Geral dos Conegos Seculares de São João Evangelista* de frei Antonio de São Bernardo<sup>247</sup>, e o curioso *Sermão de Preces por Chuva* composto por frei João Baptista<sup>248</sup>.

Existem ainda figuras eminentes como Jacob de Voragine, ou Tiago de Varazze, com os *Sermoens aurei*<sup>249</sup> e *Sermoens aurei per fratrem Rudolfum Pulucium repuxgati*<sup>250</sup>. E para além do dominicano, a secção de Teologia do mosteiro beneditino ainda contava com as figuras do padre Antonio Vieira com os *Sermoens e Xavier dormindo e acordado*<sup>251</sup> e uma relação de *Sermones vários*<sup>252</sup>; e Rafael Bluteau<sup>253</sup> com os seus *Sermoens*<sup>254</sup>.

Género próximo aos sermões, as homílias também estavam presentes na livraria beneditina. São os casos, por exemplo, da *Humiliae, hoc est Sermoens, jive canciones ad*

<sup>237</sup> Na livraria beneditina do Porto estamos a falar de uma edição encadernada, in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1750.

<sup>238</sup> Edição encadernada, in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1752.

<sup>239</sup> Trata-se de uma edição encadernada, in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1754.

<sup>240</sup> Encadernação in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1763.

<sup>241</sup> Encadernação in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1762.

<sup>242</sup> No inventário apresenta um título ligeiramente diferente: *Sermão no Nascimento do Principe da Beyra*. Trata-se de uma edição in-quarto, encadernada a partir de um prelo Lisboense no ano de 1762.

<sup>243</sup> Trata-se de uma encadernação in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1762.

<sup>244</sup> Encadernação in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1750.

<sup>245</sup> Encadernação in-quarto, impressa na cidade do Porto por um dos beneditinos da ordem a partir de oficina própria no ano de 1757.

<sup>246</sup> Encadernação in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1757.

<sup>247</sup> Encadernação in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1739.

<sup>248</sup> Encadernação in-quarto, impresso em Lisboa no ano de 1757.

<sup>249</sup> Impressa em Paris no ano de 1528, trata-se de uma edição in-oitavo, cujo título é *Sermoens aurei... de Tempore*. Na BNP ver cota R. 19576 P.

<sup>250</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo, dividida em 6 tomos, impressos na Antuérpia entre os anos 1709 (primeiro tomo) e 1712 (os demais).

<sup>251</sup> Trata-se de uma coleção composta por 10 volumes, edições in-quarto, impressas em Lisboa entre os anos de 1672 a 1694.

<sup>252</sup> Trata-se aqui de uma série com 15 tomos publicados todos em Lisboa em edição in-quarto, impressos no ano de 1748.

<sup>253</sup> O mesmo Bluteau que como bem veremos, ainda irá aparecer na composição da livraria beneditina.

<sup>254</sup> Dois volumes, edições in-quarto, impressas em Lisboa no ano de 1676 e 1685. Tais obras parecem tratar-se de facto das *Primicias evangelicas, ou sermoens, e panegíricos*, impressas na Officina de Joam da Costa. Para a edição digitalizada de 1676, ver: <<http://purl.pt/14245>>.



*populum*<sup>255</sup>, obra listada como anônima; a *Humilia Catholica*<sup>256</sup> de São João de Cartagena; a *Humilia Sacro Divi Petri Crisologi sive aurei Sermoens*<sup>257</sup> de Domminicus Atila; as *Humilias de D. F. Jeronymo Baptista de la Luza*<sup>258</sup>, cujo autor é frei João Lourenço Cairoza; e a *Humiliae et sermoens*<sup>259</sup> de Judocus Clichtoveus, ou Josse van Clichtove (1472-1543), teólogo flamengo, sendo um dos mais devotados a combater as doutrinas luteranas, e grande erudito nas matérias de fé e filosofia<sup>260</sup>.

Outro género importante na livraria era o de obras comentadas. Geralmente associadas à interpretação de passagens das sagradas escrituras, vidas de santos e dos evangelistas, tais livros tinham como principal finalidade complementar os estudos dos religiosos como consequência da leitura das obras canónicas. O *Commentario in Sacrum Scripturam*<sup>261</sup> do jesuíta castelhano Didacus Baeza (ou Diego Baeza - 1582–1647), *Commentario in Scripturam*<sup>262</sup> de frei Baltazar Paes e *Commentarius Literalis in Sacram Scripturam a Galico in Latinum translatus a Joanne Dominico Mansi*<sup>263</sup> do padre Augustinus Calmet, historiador beneditino, por exemplo, tratavam, como nos parece evidente, de apontamos sobre as sagradas escrituras<sup>264</sup>.

Por outro lado, existiam textos dedicados a comentar os evangelhos e os evangelistas, como *Commentarium in Joanns Evangelium*<sup>265</sup> de Francisco de Toledo (Toletus Condubensis), teólogo jesuíta associado à escola de Salamanca; *Commentarium in quattor Evangelistas*<sup>266</sup> de Joannes Maldonatius (João Maldonado), jesuíta castelhano; *Commentarium in sacrosanctum evangelium*<sup>267</sup> de padre Joannes Fero; *Commentarii Literaes ad Moraes in Sacram Scripturam*<sup>268</sup> de Didacus Celada, *Commentarios e Discursos sobre los Evangelios*<sup>269</sup> de Gaspar Villaroel, sem

<sup>255</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa na cidade de Colônia no ano de 1539.

<sup>256</sup> Edição última de uma obra em formato *in-fólio*, impressa na cidade de Paris no ano de 1618 da qual a livraria dispunha de 3 exemplares.

<sup>257</sup> Trata-se de uma edição *in-quarto*, impressa na cidade de Bolonha (consta no inventário como Bononiae) em 1648 a partir de dois exemplares.

<sup>258</sup> Trata-se de uma edição *in-quarto*, impressa em Barcelona, no ano de 1626.

<sup>259</sup> Uma série em três tomos, de formato *in-oitavo*, publicados nas cidades de Colônia (tomos 1 e 2) e Paris (tomos 3), nos anos de 1572 (tomos 1 e 2) e 1548 (tomo 3).

<sup>260</sup> Charles Dubray, «Josse Clichtove», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4, New York, Robert Appleton Company, 1908. Ver em: <<http://www.newadvent.org/cathen/04058a.htm>>.

<sup>261</sup> Na livraria beneditina uma edição de 5 volumes *in-fólio*, impressos entre os anos de 1636 e 1644 (os tomos 3 e 4 não apresentam qualquer indicação de data, entretanto) na cidade de Lyon.

<sup>262</sup> São cinco tomos *in-fólio*, impressos entre os anos de 1613 a 1628 na cidade de Lisboa.

<sup>263</sup> Trata-se de uma coleção em 9 tomos *in-fólio*, impressa na cidade de Veneza, entre os anos 1754 a 1756.

<sup>264</sup> Existem registos ainda de livros de autores como frei Joannes de la Haye (6 tomos *in-fólio*, impressos em Lyon – primeiro tomo – e Paris, entre os anos de 1638-1644), Cornelius Lapide (12 tomos *in-fólio*, impressos na Antuérpia, entre os anos de 1670-1687) e frei Joannes Silveira (em 10 tomos, impressos na Antuérpia – 2 tomos – e Lyon, entre 1625 a 1725)

<sup>265</sup> Dois tomos *in-fólio*, impressos em Lyon, no ano de 1589.

<sup>266</sup> Trata-se de uma segunda edição *in-fólio*, impressa na Mogúncia, no ano de 1621.

<sup>267</sup> Trata-se de uma edição *in-oitavo*, impressa na Mogúncia no ano de 1559.

<sup>268</sup> Trata-se de uma edição em seis tomos *in-fólio*, impressas em Lyon entre os anos de 1647-1656.

<sup>269</sup> Trata-se de uma edição *in-quarto*, impressa em Lisboa no ano de 1631.

contar as edições dedicadas à interpretação e comentário dos salmos, como *Commentaria in librum Psalmorum*<sup>270</sup> de Joannes Lorinus. Sobre os evangelhos, constam ainda as *Concideraciones sobre los Evangelios*<sup>271</sup>, *Concideraciones sobre todos los Evangelios*<sup>272</sup> e *Concideracoens sobre os Evangelhos*<sup>273</sup>, que seguem uma linha semelhante a dos *Comentarios* referidos acima.

Os compêndios, ou sínteses sumárias sobre assuntos de matriz religiosa também estavam presentes no corpo da secção de Teologia da livraria do mosteiro beneditino. Entre elas uma edição anónima do *Compendio das Indulgencias concedias á Bazilica do Real Mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*<sup>274</sup>, o *Compendio Manual da regra da Ordem 3.<sup>a</sup> de São Francisco*<sup>275</sup> de João de Seixas Vieira, o *Compendio de la summa de Toledo*<sup>276</sup> de frei João Sotto, e o *Compendio de la summa de Torrecilha*<sup>277</sup> de frei Francisco da Motta, entre outros.

Outro género bastante comum, os discursos evocativos da grandiosidade das sagradas escrituras, ilustram passagens e personagens do «calendário católico», reforçam os evangelhos ou ainda se valem da polémica. Tais são os casos – mas não somente – de obras como os *Discursos Moraes e Evangelicos*<sup>278</sup> de Francisco Ignacio de Torres; os *Discursos para todos os Evangelhos das quaresmas*<sup>279</sup> de Christoval d’Fonseca; *Discursos de la Natividad de Juan Baptista*<sup>280</sup> de frei Francisco Tello; os *Discursos Predicables* de frei Juan de Matta<sup>281</sup>, frei Justinus Miechoviensis<sup>282</sup> e Diego Murillo<sup>283</sup>; para além do Discurso contra a *Heretica perfidia do Judaysmo*<sup>284</sup> de Vicente

<sup>270</sup> Trata-se de uma segunda edição em quatro tomos, impressa em Veneza em 1735.

<sup>271</sup> Trata-se de uma edição publicada por frei Andres Capilla, em formato in-quarto, impressa na cidade de Alcalá de Henares no ano de 1578.

<sup>272</sup> Edição pulcada por frei Hernando de São Thiago, a partir de dois tomos in-quarto, impressos na cidade de Salamanca e Lisboa, respetivamente nos anos de 1597 e 1619.

<sup>273</sup> De autoria de frei Thomas da Veiga, com 3 volumes impressos na cidade de Lisboa no ano de 1749.

<sup>274</sup> Trata-se de uma edição in-doze publicada em Coimbra no ano de 1759.

<sup>275</sup> O título original da obra é *Compendio manual da Regra da sempre illustre, veneravel, & seraphica Ordem Terceyra de Poenitencia de N. S. P. S. Francisco* e trata-se de uma edição in-oitavo, impressa em Coimbra no ano de 1688, a Officina de Joam de Seixas Vieyra. Na BNP ver cota R. 10428 P.

<sup>276</sup> Trata-se de uma terceira edição in-doze, que na livraria beneditina desconhece qualquer indicação de data ou local de publicação. A BNP possui em seu fundo duas edições, uma data de 1615, impressa em Lisboa na Officina de Pedro Craesbeeck, e outra de 1617, impressa por Antonio Alvarez. Contudo, a primeira é uma edição in-doze, ao passo que a segunda uma edição in-26.

<sup>277</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1698.

<sup>278</sup> Trata-se de uma edição em 3 tomos in-quarto, impressos em Lisboa no ano de 1645.

<sup>279</sup> Edição in-quarto, impressa em Madrid em 1614.

<sup>280</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1628.

<sup>281</sup> São seis tomos in-quarto, onde os três primeiros foram impressos em Granada (1634 e 1637 – os dois últimos tomos) e Alcalá de Henares (1637, 1638 e 1639).

<sup>282</sup> Dois tomos *in-fólio*, impressos em Augsburg no ano de 1735.

<sup>283</sup> No inventário lê-se *Discursos Predicaveis*, edição portuguesa em 3 tomos, impressos em Lisboa entre os anos de 1602 e 1604 (dois últimos tomos)

<sup>284</sup> Trata-se de uma segunda edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1623. A BNP possui uma cópia digitalizada do que acreditamos ser a primeira edição da obra, impressa igualmente em Lisboa, na Officina de Pedro Craesbeeck, em formato in-quarto, no ano de 1620. Para tanto, ver: <<http://purl.pt/23583>>.

da Costa Mattos, não sendo o único a atacar o judaísmo ou mesmo a direcionar sua artilharia no processo de conversão dos chamados cristãos-novos. Tal fica ainda evidente pela *Demonstracion Evangelia, e destierro de ignorancia Judaica*<sup>285</sup> de frei Luis de la Aprezenation, *Discurso Catholico no qual hu Christao velho falla com os Judeos Convencendo-os dos Erros*<sup>286</sup> de Antonio Izidoro da Nobrega e a *Sentinela contra os Judeos*, uma tradução vertida para o português por Pedro Lobo Correya do original de Francisco de Torrejoncillo - *Centinela contra judíos* - (?-1704), publicada originalmente em 1674<sup>287</sup>.

Em linha muito semelhante, ou seja, a partir de obras que exaltavam o triunfo e a correção da religião católica, a livraria dispunha ainda das *Demonstraciones Catholicas, em que se funda la verdad de nuestra religion*<sup>288</sup> de frei Juan Batista Fernandez; o *Triunfo da Religiao Catholica*<sup>289</sup> de Fernão Ximenes de Aragão; a *Reformação Christa assim do Pecador como do Virtuozo*<sup>290</sup> do padre Francisco de Castro; as *Exortaciones a la observancia de los Mandamientos de la Ley de Dios*<sup>291</sup> de Félix de Alamin<sup>292</sup>, *Triunfos de lo Reyno de los Angeles com discursos predicables*<sup>293</sup> de Bartholomeu de Soyza, entre outros.

Campo de estudo e análise importante na teologia católica, a teologia moral é representada no acervo da livraria beneditina com uma imensa variedade de publicações das quais nos interessa mencionar brevemente algumas. Ora, tratam-se dos muitos *Promptuarios Morais*,

---

<sup>285</sup> Trata-se de uma edição primeira *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1631.

<sup>286</sup> Trata-se de uma primeira edição *in-quarto*, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1738.

<sup>287</sup> A edição portuguesa, a mesma que consta no acervo dos religiosos beneditinos do Porto, é um livro formato *in-oitavo*, impressa em Lisboa no ano de 1681.

<sup>288</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio* impressa na cidade de Logrõno em 1622.

<sup>289</sup> Trata-se do *Triunfo da religião catholica contra a pertinacia do judaismo ou compendio da verdadeira fé, composto pelo Arcediago Fernão Ximenes de Aragão. Em o qual se mostra... que os judeos andão cegos, errados, e obstinados, e que a religião Catholica he boa, e santa, e que só nella póde haver salvaçaõ...*, edição *in-quarto*, impressa em Lisboa no ano de 1752 na Officina de Antonio Pedroso Galvão. Na BNP ver cota R. 25143 P.

<sup>290</sup> Edição *in-oitavo*, impressa em Lisboa em 1677.

<sup>291</sup> Trata-se da edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1714, da qual a BNP dispõe de uma versão a partir da cota R. 2063 A.

<sup>292</sup> O teólogo e pregador da Ordem dos Capuchinhos também estava representado no corpo da livraria por outras obras: *Falacias del Demonio e de los vicios que apartam del camino Real del Cielo* (edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1714, da qual a BNP possui uma cópia sob a cota R. 2907 A.), *Thezouro de beneficios escondidos en el Credo*, (três tratados de uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1727, da qual a BNP possui uma cópia sob a cota R. 2897 A.) e *La Felicidad o Bienaventuranca natural e sobrenatural del hombre* (uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1723, da qual a BNP possui cópia sob a cota R. 2066 A.)

<sup>293</sup> Edição *in-quarto*, impressa em Sevilla no ano de 1616.

de autores como frei Francisco Larraga<sup>294</sup>, Benito Remigio Noydens<sup>295</sup>, padre Benedictus Pereira<sup>296</sup> e Thomas Stapleton<sup>297</sup>; as muitas publicações intituladas *Theologia Moral*, como a de Corelha<sup>298</sup>, do teólogo francês Jerome de Hangest com sua *Theologia moralis*<sup>299</sup> (na livreria aparece como Hieronymus ab Hangesto), a *Theologia Moralis Regularium*<sup>300</sup> de D. Francisco Thomas do Rozario, a *Theologia Moralis universa* de padre Paulus Gabriel Antoine<sup>301</sup>, a *Morallis Disciplina* de padre Theopilus Reynadus<sup>302</sup>; a *Continuatio, sive tractatus de universa theologia morali*<sup>303</sup>, de Turnelius Honoratus ou Honoré de Tournely (1658-1729), teólogo francês conhecido por ser um grande opositor do jansenismo; algumas publicações do frei Martin de Torrecilla (1635-1709), religioso da Ordem dos Frades Menores, como as *Consultas morales*, e

<sup>294</sup> A obra em questão é o *Promptuario de Theologia Moral*, edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1739. De facto, os muitos registos da obra no acervo da BNP nos permitem afirmar para um relativo sucesso da publicação, que foi conhecendo, ao longo dos anos, novas reimpressões e edições. A entrada mais antiga que podemos identificar foi a de 1727, a partir de uma tradução para o português de Manoel da Sylva Moraes, e que fora impressa em Lisboa na Officina de Pedro Ferreyra. Depois, houve ainda publicações da obra nos anos de 1735 (em Coimbra, na Officina de Antonio Simões Ferreyra), 1749 (na mesma oficina tipográfica coimbrense), uma edição castelhana de 1780; uma primeira edição corrigida e aumentada por D. Francisco Santos e Grosin em 1790 (impresso de Madrid, na Officina de D. Manuel Martin), mais duas edições aumentadas por Grosin, em 1795 e 1798 (a de 1795 impressa em Madrid, e a de 1798 impressa em Lisboa na Officina de Simão Thaddeo Ferreira); uma edição aumentada e corrigida em 1800 (da qual não sabemos se tratar ou não da edição de Grosin), uma nova edição em 1801 (publicada em Lisboa na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira) uma segunda edição da versão expandida por Grosin, publicada em 1803 (em oficina tipográfica do Porto, sendo esta a de Antonio Alvarez Ribeiro), uma nova edição corrigida, desta feita pelo frei Ignácio de São Carlos, datada de 1813 (impressa no Porto na mesma Officina de Antonio Alvarez Ribeiro), sendo a última edição conhecida a de 1817, impressa em Lisboa sob os auspícios da Imprensa Régia.

<sup>295</sup> Sobre os Promptuarios, o religioso e lexicografo castelhano apresenta duas entradas na relação da livreria: o *Promptuario Moral*, uma edição in-oitavo, impressa em Madrid em 1662; e uma outra listada como *Promptuario Moral traduzido, e emendado por Manoel de Faria*, como bem podemos ver, uma versão em português, e que nada mais é do que o *Promptuario moral de questoes praticas e casos repentinos em a theologia moral*, impressa em Coimbra, em formato in-oitavo na Imprensa da Viúva de Manuel de Carvalho no ano de 1675. A Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra possui versão digitalizada, e que se encontra disponível a partir da seguinte página: <[https://almamater.sib.uc.pt/pt-pt/fundo\\_antigo/promptuario\\_moral\\_de\\_questoes\\_praticas\\_e\\_casos\\_repentinos\\_em\\_theologia\\_moral](https://almamater.sib.uc.pt/pt-pt/fundo_antigo/promptuario_moral_de_questoes_praticas_e_casos_repentinos_em_theologia_moral)>.

<sup>296</sup> Trata-se do *Promptuarium Theologicum Morale Secundum jus Commune et Lusitanum*, dois volumes in-fólio, impressos na cidade de Évora nos anos de 1705 e 1707. Acreditamos tratar-se da mesma edição eborense disponível na BNP, que todavia está listada como uma edição de 1703-1707. Existe ainda o que acreditamos ser uma primeira edição dos dois volumes, publicada em Portugal entre os anos de 1671-1676, na Officina de Joannis a Costa. Sobre a edição lisboeta, ver cota R. 1110 V. Já a edição de Évora, ver: TR. 467 A. e TR. 468 A.

<sup>297</sup> Teólogo e polemista inglês, tem na livreria beneditina duas edições do seu *Promptuarium Morale Super Evangelia*. Ambas edições in-oitavo, a primeira é uma impressão de Lyon do ano de 1592, ao passo que a segunda é uma edição posterior de 1603.

<sup>298</sup> A entrada para autor indica apenas o apelido, mas acreditamos tratar de Jayme de Corelha, cuja edição na livreria beneditina se apresenta a partir de 6 tomos in-fólio, impressos nas cidades Lisboa (tomo 1 e 3), Coimbra (Tomo 2 e 6) e Madrid (Tomo 4 e 5), entre os anos de 1701 a 1724.

<sup>299</sup> Trata-se de uma edição in-quarto de Paris impressa no ano de 1540.

<sup>300</sup> Trata-se de uma edição em 3 tomos in-fólio, impressa em Veneza em 1724 na Typographia Balleoniana. A BNP possui em seu acervo uma cópia da mesma obra. Ver para isso a cota R. 6150 A, R. 6151 A, R. 6229 A e R. 6230 A.

<sup>301</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Roma, no ano de 1757.

<sup>302</sup> Trata-se uma edição em dois tomos in-fólio, publicados em Lyon nos anos de 1629 e 1631.

<sup>303</sup> Trata-se de uma edição in-fólio em 7 tomos, todos impressos em Veneza entre os anos de 1746 a 1758.

*exposicion de las proposiciones condenadas por Inocencio XI e Alexandre VII*<sup>304</sup>, *Summa de todas las materias morales*<sup>305</sup> e as *Consultas varias sobre quazi todas as materias morales*<sup>306</sup>; *Theologiae Moralis medulla recens* dos Salmanticenses<sup>307</sup>, que também publicaram institucionalmente o *Cursus Theologiae Moralis*<sup>308</sup>.

Na linha dos *Cursus Theologiae*, a livraria dispunha ainda das publicações de padre Josephus Araújo<sup>309</sup>, do frei Gervasius Briscacensis<sup>310</sup>, frei Dominicus Viva<sup>311</sup> e Honoratus Turnelius, este com o seu *Cursus Theologicus Scholastico Dogmaticus*. A escolástica, por seu turno, aparece através de cursos, livros teológicos e autores cimeiros, como o caso de Tomás de Aquino (aparece listado como D. Thomas Aquinas) com a *Summa sacrae Theologiae*<sup>312</sup> e o *In Tres Psalterii primos Nocturnos Dilucidissimae Expositione*<sup>313</sup>; a *Summa Theologiae Scholastica*<sup>314</sup> e a *Theologica Scholastica*<sup>315</sup> do jesuíta holandês Martinus Becanus (1563-1624), *Scholastica Commentaria in primam partem D. Thomas Aquinae*<sup>316</sup> e a *Scholastica Commentaria in secundam Secundos*<sup>317</sup> de frei Dominicus Bañes, e a *Theologia Scholastica*<sup>318</sup> de Julius Caesar Recupitus (ou Giulio Cesare Recupito), jesuíta napolitano e professor de filosofia e teologia.

Por ser o principal documento legado pela cristandade, era de se esperar que a bíblia fizesse parte do acervo beneditino. Entre os destaques, contam-se a *Biblia sacra cum glosa ordinária*<sup>319</sup>, *Biblia Sacra justa vulgatam Editionem*<sup>320</sup>, a *Biblia sacra veteris, et Novi sacramenti*

<sup>304</sup> Trata-se de uma 5 edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1693 na Impressão de Juan Garcia Infanzon. A BNP possui uma cópia sob a cota R. 4774 A.

<sup>305</sup> Trata-se de uma segunda edição em dois tomos, impressa no ano de 1696 em Madrid.

<sup>306</sup> Trata-se de uma segunda edição em três tomos publicados nos anos de 1702 (primeiro e segundo tomo) e 1703 na cidade de Madrid.

<sup>307</sup> Conhecidos ainda como Complutensis ou a Escola de Salamanca. Designa o grupo de estudiosos em teologia, filosofia escolástica e teologia moral, que tinha como ponto de origem os Carmelitas Descalços do Colégio sediado na cidade de Alcalá de Henares e do Colégio de Teologia de Salamanca, ambos em Espanha. Sobre a obra em questão, trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa na cidade italiana de Bolonha, no ano de 1753.

<sup>308</sup> Trata-se de uma edição em três volumes *in-fólio*, impressa em Veneza no ano de 1728.

<sup>309</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1734.

<sup>310</sup> Na livraria beneditina estamos a falar de uma quinta edição in-oitavo, impressa na cidade de Colônia no ano de 1716.

<sup>311</sup> A obra em questão é o *Cursus theologicus ad usum tyronum elucubratus, et in quotidianis praelectionibus*, impresso em formato in-quarto na cidade de Padua no ano de 1726.

<sup>312</sup> A famosa de *Summa Theologiae* de Thomas Aquino é representada na livraria do mosteiro beneditino como uma edição *in-fólio*, em quatro tomos, impressa na cidade da Antuérpia no ano de 1576.

<sup>313</sup> Publicação *in-fólio* da qual desconhecemos qualquer indicação de data e local de impressão.

<sup>314</sup> Edição *in-fólio* a partir de dois volumes, impressos na cidade de Paris nos anos de 1641 e 1642.

<sup>315</sup> Edição in-oitavo, sem qualquer indicação de local e data de impressão na relação de livros da livraria do mosteiro portuense.

<sup>316</sup> Trata-se da edição *in-fólio* impressa em Lyon no ano de 1588.

<sup>317</sup> Esta, por seu turno, é uma edição in-quarto, impressa em Veneza no ano de 1587.

<sup>318</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa na cidade de Roma no ano de 1637.

<sup>319</sup> Edição em 6 tomos, impressos na cidade da Antuérpia no ano de 1617.

<sup>320</sup> Edição in-quarto, da qual se desconhece responsável pela impressão, local e data de publicação.

*juxta vulgatam editionem Joannis, Benedicti opera et studio emendata*<sup>321</sup>, duas *Biblia sacra vulgata editionis*<sup>322</sup>, sendo uma sem indicação de autoria e outra atribuída a João Baptista du Hamel; *Bibliorum Sacrorum Latino versiones antiquae, seu vetus Italica*<sup>323</sup> de D. Petrus Sebatier e a *Sacrorum Bibliorum vulgata editionis concordantio*<sup>324</sup>, do teólogo dominicano Hugo de Sancto Charo Cardinalis.

Outro género importante, as operas apresentam muito possivelmente os maiores expoentes da secção de Teologia, sendo por característica um género que sintetiza o pensamento fundamental de seus autores. São os casos de São Basílio Magno (330-379 d.C.)<sup>325</sup>, Egidio Romano (1243-1317)<sup>326</sup>, Tertuliano (160-220 d.C.)<sup>327</sup>, Sypriani Carthaginensis Episcopi<sup>328</sup>, Clemente da Alexandria (ca. 150-215 d.C.)<sup>329</sup>, Santo Ambrósio (ca. 340-397 d.C.)<sup>330</sup>, Santo

<sup>321</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Paris no ano de 1563.

<sup>322</sup> A primeira é uma edição in-oitavo, impressa em Colônia no ano de 1638; já a edição de Du Hamel é um impresso de formato *in-fólio*, impresso em Veneza no ano de 1751.

<sup>323</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, três tomos, impressos em Reims e Paris, nos anos de 1743 e 1751 (dois últimos tomos).

<sup>324</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Veneza em 1741.

<sup>325</sup> Basílio da Cesareia, grande referência do pensamento do cristianismo bizantino e que, dada a sua vasta erudição, escreveu obras divididas no dogmatismo, em homílias, obras ascéticas, pedagógicas, epistolário e liturgias. A obra a fazer parte do acervo beneditino é uma edição da sua *Opera Omnia*, publicada em Paris no ano de 1550. A BNP possui uma versão da Opera Omnia de Basílio Magno também impressa em Paris, mas no ano de 1566. Ver a cota R. 6953 A. Ordem de São Basílio Magno, «São Basílio Magno». Disponível em: <<https://osbm.org.br/sao-basilio-magno/>>.

<sup>326</sup> Teólogo e filósofo italiano associado a Ordem de São Agostinho. Na livraria trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1555. Charles Albert Dubray, «Egidio Colonna», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4, New York, Robert Appleton Company, 1908. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/04127a.htm>>.

<sup>327</sup> Cartaginense, um dos principais autores do cristianismo dos primeiros séculos e um dos expoentes da teologia trinitária. Na livraria, estamos a falar de uma edição *in-fólio* dos seu *Opera*, impressa na Antuérpia no ano de 1584. John Chapman, «Tertullian», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 14, New York, Robert Appleton Company, 1912. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/14520c.htm>>.

<sup>328</sup> Trata-se da *Opera cum annotationibus Jacobi Pamelii*, uma edição *in-fólio*, impressa na Antuérpia no ano de 1589.

<sup>329</sup> Teólogo ateniense famoso por ser um dos primeiros e principais catedráticos da Escola de Alexandria. Na livraria, a obra em questão é *Opera illustrata a Gentiano Herveto Aureliano*, edição *in-fólio*, impressa em Paris no ano de 1590. Francis Harvey, «Clement of Alexandria», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4, New York, Robert Appleton Company, 1908. Em: <<http://www.newadvent.org/cathen/04045a.htm>>.

<sup>330</sup> Clérigo da atual Milão, considerado, junto de Santo Agostinho, São Jerónimo e São Gregório um dos Doutores da Igreja, trabalhando no fortalecimento da doutrina cristã do seu tempo, bem como da ética cristã decorrente. É ainda reputado pelos estudos em Mariologia, ou seja, os estudos teológicos dedicados à Maria, mãe de Jesus Cristo. Da livraria beneditina, conta a *Opera omnia* em quatro tomos *in-fólio*, impressa no ano de 1527 na cidade da Basileia. James Loughlin, «St. Ambrose», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 1, New York, Robert Appleton Company, 1907. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/01383c.htm>>.



Agostinho (354-430 d.C.)<sup>331</sup>, São João Crisóstomo (348-407 d.C.)<sup>332</sup>, o referido Hugo de Sancto Charo Cardinalis<sup>333</sup>, entre outros.

Já os livros de orações correspondiam a uma fração menor da livraria, pelo que podemos destacar no conjunto do acervo beneditino mais um texto dedicado à figura do Rei D. João V, no caso, mais uma homenagem póstuma na figura da *Oração Funebre nas Exequias do Snr. D. Joao* 5<sup>334</sup> de frei Antonio das Onze Mil Virgens; as *Oraciones Evangelicas de Advientos, e Quaresmas*<sup>335</sup> e as *Oraciones Evangelicas, e Panegiricos funerales*<sup>336</sup> do pregador castelhano, Hortensio Felis (1580-1633), nobre associado à família nobre dos Pallavicini; o *Oratorio de Religiosos e Exercicio de Virtuozos*<sup>337</sup> do historiador, cronista e moralista castelhano frei Antonio Guevara (1481-1545); tendo ainda a *Orazione Sacre*<sup>338</sup>, edição italiana da obra de Gian Francesco Bartollote.

Ora, dado o magnifico volume de obras da referida secção, podemos nos dar ao direito de mudar sutilmente a abordagem na apresentação de algumas das suas principais obras. Se antes estávamos concentrados nos livros, nos seus géneros e assuntos, passamos agora para uma abordagem voltada para os seus autores. Mais: aqueles que, no conjunto da secção de Teologia,

---

<sup>331</sup> Agostinho de Hipona, um dos mais famosos e importantes filósofos e teólogos dos primeiros anos do cristianismo, desenvolvendo trabalhos sob os mais variados aspetos da religião cristã, tal como a eclesiologia, escatologia, mariologia, Trindade, pecado original, predestinação e muitas outras obras apoloéticas, exegéticas e suas famosas confissões. Na livraria estamos a falar das duas edições da sua Opera: *Opera omnia*, edição em oito tomos *in-fólio*, impressa na Antuérpia no ano de 1576; e a *Opera omnia cum notis Benedictinorum*, também em oito tomos, numa edição *in-fólio*, desta feita impressa em Paris no ano de 1699. Eugène Portalié, «Life of St. Augustine of Hippo», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 2, New York, Robert Appleton Company, 1907. Em: <<http://www.newadvent.org/cathen/02084a.htm>>.

<sup>332</sup> Famoso pela sua oratória (talvez daí venha a relação de «Crisóstomo» ou «boca de ouro») seus sermões e pregações, São João Crisóstomo (São Joannis Chrysostomi na relação da livraria), também desenvolveu uma destacada atividade pastoral, o que de certa lhe rendeu alguns bons problemas, tendo até sido exilado pela imperatriz Eudóxia, mas reconduzido posteriormente pelo imperador Arcádio, que o exila, mais uma vez. Da sua obra temos a *Opera Omnia*, uma edição *in-fólio* de 4 volumes, impressas em Paris entre os anos de 1570 a 1584; e *Opera Omnia cum notis Benedictinorum*, uma edição *in-fólio*, impressa em Paris no ano de 1732. Chrysostom Baur, «St. John Chrysostom», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 8, New York, Robert Appleton Company, 1910. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/08452b.htm>>.

<sup>333</sup> *Opera omnia in universum vetus, et novum testamentum*, uma segunda edição *in-fólio*, impressa na cidade de Colónia no ano de 1621.

<sup>334</sup> Trata-se de uma edição encadernada, impressa em Lisboa no ano de 1751 em formato in-quarto. A Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica possui uma versão da dita obra, todavia impressa em 1754 cujo título completo é: *Oração funebre historica, e panegyrica que nas solemnes exequias do Rey fidelissimo o Senhor D. João V de Portugal celebradas no Convento dos Religiosos da Terceira Ordem de N. Serafico Patriarca São Francisco da Villa de Viana do Alentejo em 30 de Agosto de 1750...*, cuja impressão se deu também em Lisboa, em edição in-quarto na Officina de Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Sobre a dita edição, ver cota GOER-Hc 1375.

<sup>335</sup> Trata-se de uma coleção em 4 tomos, todos impressos em Lisboa, formato *in-fólio*, entre os anos de 1636 a 1647.

<sup>336</sup> Esta por sua vez é uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1646.

<sup>337</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, cuja data de publicação se desconhece e impressa ao que parece em Enveres. A BNP possui 3 edições impressas na cidade de Valladolid, publicadas nos anos de 1542, 1544 e 1546.

<sup>338</sup> Trata-se de uma edição in-quarto impressa em Veneza, no ano de 1741,

aparecem com mais de uma entrada. E esses não são poucos, e decerto refletem certo destaque na composição de uma livraria enquanto figuras de referência e relevo.

Alguns já foram mesmo citados, casos de Santo Agostinho, Bartolomeu de Quental, São João Crisóstomo e a escola dos Salmanticenses. Outros merecem ainda destaque como são os casos do pregador jesuíta Paolo Segneri (1624-1694) com quatro entradas na livraria beneditina: *El Christiano instruido nel sua lege*, *Le Incredule Sensa escuza*, *Quaresimale* e *La Mana dela Anima*<sup>339</sup>; São Francisco de Sales (1567-1622), bispo de Genebra e elevado a santo e doutor da Igreja Católica, igualmente com quatro entradas: *Verdaderos Intertentamientos*, e *Colleciones Espirituales traducido to do de Francez al Castellano por Francisco de Cobilhas*<sup>340</sup>, *Pratica del Amor de Dios*<sup>341</sup>, *Cartas Espirituales*<sup>342</sup> e *Introdução a vida devota*<sup>343</sup>; Juan de Ovando y Godoy (1530-1575), jurista e teólogo castelhano da corte de Felipe II, com duas entradas: *Concideraçoes e exercicios santos*<sup>344</sup> e *Tratado pastoral ordenado por discursos*<sup>345</sup>; frei Diogo Niceno (ou ainda Diego Niseno), religioso da Ordem de São Basílio, com mais quatro entradas: *El politico del Cielo*<sup>346</sup>, *Assumptos Predicaveis*<sup>347</sup>, *El gran Padre de los Crientes Abraam in moral enshenanca*<sup>348</sup>, e uma coleção de *Sermoens*<sup>349</sup>; Luis de Molina (1535-1600), indicado no inventário da livraria como Luduvicus Molina, teólogo castelhano ligado aos jesuítas e fundador da doutrina que viria a ser reconhecida por «molinismo»<sup>350</sup>, com duas entradas: *Commentaria in*

<sup>339</sup> Todos os livros são edições in-quarto, impressos na cidade de Veneza em 1742.

<sup>340</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Barcelona no ano de 1699.

<sup>341</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Barcelona no ano de 1698.

<sup>342</sup> Uma dividia em dois tomos, formato in-quarto, impressas nas cidades de Saragoça (Tomo 1) e Barcelona (Tomo 2), nos anos de 1705 e 1670, respetivamente.

<sup>343</sup> Trata-se de uma edição traduzida para o português, formato in-quarto, impressa em Coimbra no ano de 1729.

<sup>344</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa em 1609, na Officina de Luis Estupinã. A BNP possui a referida edição sob a cota R. 2073 A.

<sup>345</sup> Edição in-quarto, impressa em Salamanca, no ano de 1604.

<sup>346</sup> Obra dividida em duas partes, em formato in-quarto, impressas em Madrid no ano de 1637.

<sup>347</sup> Título completo: *Asuntos predicables para los Domingos, Miercoles, y Viernes de Qvaresma*. Trata-se de uma obra dividia em dois tomos da qual a livraria do mosteiro beneditino do Porto dispõe de cinco exemplares. Seja como for, tratam-se todas de edições in-quarto, impressas em Lisboa no ano de 1628 na Officina de Pedro Craesbeeck.

<sup>348</sup> Estamos a falar de uma edição in-quarto, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1636 na Officina de Antonio Aluarez. Na BNP ver cota R. 13386 V.

<sup>349</sup> Distribuídos a partir de 22 tomos, os Sermões de frei Diego Niseno aparecem com pelo menos três locais distintos de publicação Lisboa (dos tomos 1 ao 4 e depois dos tomos 16 ao 22), Saragoça (tomos 5 ao 9) e Barcelona (tomos 10 ao 15), num intervalos de tempo que vai de 1628 a 1634. Todas são ainda edições in-quarto.

<sup>350</sup> Trata-se de uma doutrina ligada à Divina Providência, na qual procura incorporar – se não mesmo conciliar – tanto a soberania Divina como a ideia do livre-arbítrio por parte do homem. Para mais detalhes sobre o Molinismo e suas principais características doutrinárias, ver o artigo da *Catholic Encyclopedia* na sua versão digital a partir de: Joseph Pohle, «Molinism», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 10, New York, Robert Appleton Company, 1911. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/10437a.htm>.



*primam partem Divi Thomae*<sup>351</sup> e a *Instrucion de sacerdotes*<sup>352</sup>; frei Antonio Arbiol (1651-1726), franciscano castelhano, com mais três entradas: *Dezenganhos Magicos e Dezenganos Mysticos*, que parecem de facto se tratar de uma mesma obra<sup>353</sup> e *La Familia Regulada*<sup>354</sup>; Benito Remigio Noydens, com mais cinco entradas: para além dos Promptuarios já referidos, constam também a *Pratica de Exorcistas*<sup>355</sup>, *Pratica de Curas e Confessores*, e *Doctrina para Penitentes*<sup>356</sup> e *Alivio de las Almas in el Camino del Cielo*<sup>357</sup>; Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), teólogo e bispo francês, um dos principais defensores e artífices do absolutismo concedido pelo direito divino, com duas entradas, de facto edições distintas de uma mesma obra: *Histoire des variacions des Igleles Protestantes*<sup>358</sup> e a sua tradução em português, a *Historia das variaçoens das Igrejas Protestantes*<sup>359</sup>; Joannes Eckius, ou Johann Eck (1486-1543), catedrático da universidade Ingolstadt, teólogo e um dos mais ferrenhos, se não mesmo o principal crítico de Lutero, tendo na livraria, de facto, duas publicações: a *Enchiridian Locorum Communi um adversus Luterum, et alias hostes Ecclesia*<sup>360</sup> e a *Humilia*<sup>361</sup>; entre outros muitos mais.

Ora, mas os grandes destaques em termos de presença autoral na secção de Teologia são outros. Felis Alamin e Martin de Torrecilha, com 6 entradas; Papa Bento XIV com 11 e Jeremias Drexel com 17 formam a «linha de frente» da secção de Teologia da livraria beneditina, e uma olhada nas obras disponíveis dos referidos autores pode nos indicar mesmo o porquê.

Infelizmente não dispomos de muitas informações a respeito da vida e obra de Félix de Alamin. Sabemos tratar-se de um teólogo e pregador castelhano da Ordem dos Capuchinhos, que nascera provavelmente em 1637, tendo falecido, ao que tudo indica, no ano de 1727<sup>362</sup>. Sua obra,

---

<sup>351</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Lyon no ano de 1622.

<sup>352</sup> Infelizmente o inventário da livraria beneditina do Porto não nos oferece mais detalhes da obra. Sabemos apenas o seu título e que se trata de uma edição in-quarto, sendo desconhecido tanto data quanto local de publicação.

<sup>353</sup> Ambas são na verdade o *Desengaños misticos a las almas detenidas o engañadas en el camino de la perfeccion: discurrense las mas principales causas y razones porque siendo tantas las personas que tratan de oracion mental, son tan pocas las que llegan à ser perfectas : se descubren los daños, y se aplican convenientes remedios, para que lo que se trabaja en el camino espiritual, aunque sea poco, vaya seguro, y se libren las almas de los pernicios errores de Molinos...*, sétimas edições, formato in-quarto, impressas na cidade de Saragoça no ano de 1729.

<sup>354</sup> Trata-se da *La Familia regulada con doctrina de la Sagrado Escritura y santos padres de la Iglesia Catolica, para todos los que regularmente componen una casa seglar*, uma sexta edição em formato in-quarto, impressa em Madrid em 1760.

<sup>355</sup> Trata-se de uma primeira edição, formato in-oitavo, impresso em Madrid no ano de 1673.

<sup>356</sup> Trata-se de uma décima segunda edição (o que atesta mesmo para o sucesso editorial da obra), em formato *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1670.

<sup>357</sup> Trata-se de uma segunda edição in-oitavo, impressa em Madrid no ano de 1673.

<sup>358</sup> Trata-se da edição in-oitavo impressa em Paris no ano de 1760.

<sup>359</sup> Obra traduzida da original por D. Miguel Joze Cruz, trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1755, da qual a livraria dispõe de cinco tomos.

<sup>360</sup> Trata-se de uma sétima edição in-doze, impressa em Lyon, no ano de 1538

<sup>361</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo da qual infelizmente desconhecemos data e local de publicação.

<sup>362</sup> Não tivemos como confirmar as informações, retiradas por seu turno do tesouro do CERL. Como fonte, a página indica a publicação *Lexicon Capuccinum*, da qual, a partir da versão disponível no site da Internet Archive, nada encontramos.

pelo que podemos recuperar, é densa, e aborda temas diversos como a questão dos judeus, da moral cristã e dos vícios terrenos ou não (representados por uma imagem pitoresca do diabo), dos mandamentos e a Sagrada Escritura. Cá e lá, tais assuntos acabam por estar representados na coleção particular do autor existente no acervo da livraria beneditina. Ora, são os casos então de *Exortaciones a la observancia de los Mandamientos de la Ley de Dios*<sup>363</sup>, obra que, resumidamente, demonstrava os caminhos virtuosos para a salvação no Reino dos Céus através da observância dos Dez Mandamentos; *La Felicidad o Bienaventuranca natural e sobrenatural del hombre*<sup>364</sup>, obra dividida em oito tratados, cada qual abordando de uma forma distinta do que o autor compreendia ser a felicidade virtuosa; *Thezouro de beneficios escondidos en el Credo*<sup>365</sup>, obra dividida em três tratados, o primeiro sobre «las grandes excelências de la religion», o segundo que declara a doutrina cristã e o terceiro que trata «de los malos christianos, y hereges, que afirman que la Ley de Christo es imposible guardarla; y con razones, y exemplos de Gentiles, se prueba es observable, discurriendo por los diez Mandamientos»; *Puerta de la Salvacion*<sup>366</sup>, *Impugnacion contra el Salmude de los Judios*<sup>367</sup> e *Falacias del Demonio e de los vicios que apartam del camino Real del Cielo*<sup>368</sup>.

Martin de Torrecilla (1635-1709) teólogo castelhano da Ordem dos Frades Menores, por seu turno, tem na livraria beneditina a preponderância de obras de teologia moral. São os casos de: *Das apologias, una sobe la Bulla de la Cruzada, e outra a Cerca de la Trecera Orden Serafica com diversas consulta morales miscilaneas*<sup>369</sup>, *Summa de todas las materias morales*<sup>370</sup>, *Consultas varias sobre quazi todas as materias morales*<sup>371</sup>, *Consultas morales, e exposicion de las proposiciones condenadas por Inocencio XI e Alexandre VII*<sup>372</sup>, para além do que parece ser o Tomo 6º apologetico em que se responde a hua Apologia del P. F. Juan del Olmo<sup>373</sup> e

<sup>363</sup> Trata-se, na verdade, das *Exortaciones a la segura observancia de los Diez Mandamientos de la ley de Dios [...]* da edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1714 na Imprenta de Blás de Villanueva

<sup>364</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade de Madrid em 1723 por Manuel Roman.

<sup>365</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1727 na Imprenta de Lourenço Francisco Mojadas.

<sup>366</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1721 na Officina de Lorenzo Francisco Mojadas.

<sup>367</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1727.

<sup>368</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1714 na Officina de Blas de Villanueva.

<sup>369</sup> Trata-se da edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1699.

<sup>370</sup> Trata-se do *Suma de todas las materias morales: Arreglada a las condenaciones pontificias de nuestros muy Santos Padres Alexandro VII y Inocencio XI*, uma segunda edição *in-fólio*, dividida em dois tomos, impressa em Madrid no ano de 1696 na Officina de Antonio Roman. Na BNP ver cotas R. 1066 V e R. 1067 V para os tomos 1 e 2 respetivamente.

<sup>371</sup> Ao que tudo indica, trata-se das *Consultas, alegatos, apologias, y otros tratados, assi regulares, como de otras materias morales*, na livraria uma relação de três tomos de uma segunda edição *in-fólio*, impressa em Madrid nos anos de 1702 (tomos 1 e 2) a 1703 (tomo 3).

<sup>372</sup> Trata-se de uma quinta edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1693.

<sup>373</sup> O título, na verdade, é ainda mais extenso, e de facto bastante revelador quanto aos seus propósitos: trata-se do *Tomo Sexto. Apologetico, en que se responde a una apologia del muy reverendo padre fray Juan del Olmo religioso de la Regular Observancia sobre el punto de casos reservados: y se explica con graves doctrinas la bula de N. SS. Padre Inocencio XII. En que condena la opinion, que dezia, podia ser elegido el*

*Propugnaculum orthodoxo Fidei*<sup>374</sup>, único título em latim do referido autor na relação de obras em Teologia.

Prospero Lorenzo Lambertini, o Papa Bento XIV (papado de 1740-1758) é a segunda figura autoral mais representativa da secção da livreria, com 11 publicações. Tal se deve, de facto, à fama reputada do Papa como um dos maiores eruditos do seu tempo e dos maiores da história do papado. Grande reformador, publicou muitas bulas e principalmente encíclicas, sendo de facto seu pioneiro difusor<sup>375</sup>. Ora, é muito possivelmente pelas reformas que empreendeu e pela atualidade do seu papado que Bento XIV é ricamente representado na secção de Teologia da livreria do mosteiro de São Bento da Vitória. Suas obras, no seio da livreria beneditina, são as seguintes: *De Servorum Dei Beatificatione et Beatorum Canonisatione*<sup>376</sup>, *Constitutio qua Confirmantur et ampliuntur litero jam edito adversus Confessarios exquirentes nomina Complicum*<sup>377</sup>, *Acta Canonisationis Sanctorum Fidelis a Sigmaringa, Camilli de Lellis, Letxi Regulati, Josephi a Leonissa, et Catharina de Beccis*<sup>378</sup>, *Acta, et Decretia in causis Beatificationum, et Canonizationum*<sup>379</sup>, *Appendices in 4 livros de Servorum Dei beatificatione, et Beatorum Canonisatione*<sup>380</sup>, *Indices Locupletissimi rerum, et nominum, quae Continentur in Opera de Servorum Dei beatificatione et Beatorum Canonisatione*<sup>381</sup>, *De sacrosancto Missio Sacrificio Libri Tres*<sup>382</sup>, *De Vestis Domini Nostri Jesu Christi, Beatae Mariae Virginis et quorundam Sanctorum, in quibus Celebratur Officium Cum Missa in Civitae, et Diocesi Bononiensi Libri tres*<sup>383</sup>, *Institutiones Ecclesiasticae*<sup>384</sup>, *De Synodo Diocesano libri octo*<sup>385</sup> e *Litera Apostolica in forma Brevis in Confirmationem Decreti Conditi Super Facultate Concesa Sacerdotibus Celebrandi tres Missas in die Commemorationis Defunctorum*<sup>386</sup>.

---

confessor en virtud de la Bula de la Cruzada, sin la aprobación del Ordinario en cuya Diocesi se conocia y se trata de las doctrinas que condena y prohíbe el Santo Tribunal de la Inquisicion. Obra muy necesaria para las sagradas religiones, theologos, y moralistas. Trata-se ainda de uma obra dividida em duas partes, sendo então uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1705 na Imprensa de Geronimo Estrada. Sua folha de rosto ainda nos permite identificar que o presente livro se fazia vender na casa do impressor, junto da Porta do Sol.

<sup>374</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1701.

<sup>375</sup> A lista de bulas, encíclicas e demais textos de Bento XIV pode ser acessada a partir da página dedicada ao Papa no site do Vaticano. Ver: <https://w2.vatican.va/content/benedictus-xiv/pt.html>. Sobre a questão de encíclicas, ver Revista IHU, «Bento XIV o inventor de encíclicas». Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579837-bento-xiv-o-inventor-das-enciclicas>.

<sup>376</sup> Trata-se de uma quarta edição *in-fólio*, divididos em 4 tomos, impressos em Roma, nos anos de 1747 (tomos 1 e 2), 1748 (tomo 3) e 1749 (tomo 4).

<sup>377</sup> Trata-se de uma edição encadernada in-quarto, impressa em Roma, no ano de 1746.

<sup>378</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1749.

<sup>379</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1751.

<sup>380</sup> Trata-se de uma terceira edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1749.

<sup>381</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1751.

<sup>382</sup> Edição segunda de uma publicação *in-fólio* impressa em Roma no ano de 1748.

<sup>383</sup> Trata-se de uma segunda edição *in-fólio*, de um livro impresso em Roma no ano de 1751.

<sup>384</sup> Edição segunda, *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1750.

<sup>385</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1748.

<sup>386</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1748.

Por fim, chegamos a figura de Jeremias Drexel ou Jeremias Drexelius (1581-1638), conforme indicado no inventário do mosteiro beneditino portuense. Nascido na cidade de Augsburg, na Alemanha, Drexel fora criado como luterano, tendo-se convertido, já na sua juventude, ao cristianismo, sendo educado por jesuítas, ordem na qual ingressou já na sua vida adulta. Neste tempo, fora professor de retórica e humanidades em Augsburg e Dilligen, tendo alcançado grande reputação pelos seus escritos, que versavam sobre temas diversos tais como a busca pela verdade da fé, as virtudes do homem e, a exemplo da sua obra mais popular, a questão (ou mesmo as muitas questões, uma vez tratar-se das muitas representações) da eternidade<sup>387</sup>. Oral, tal é o livro *Conciderationes de Aeternitate*<sup>388</sup>, presente, naturalmente, no acervo do mosteiro beneditino, e que é, com alguma segurança, o seu maior «sucesso editorial». Ao que tudo indica, a obra alcançara várias edições desde a sua primeira, impressa nas cidades de Munique e Colônia<sup>389</sup>, a partir de 1620 e sendo ainda conhecidas traduções para o inglês (1632 – Cambridge; 1661 – Oxford; 1710 e 1844 – Londres), italiano, francês e polonês.

As demais obras do autor listadas na livreria são: *Rhetorica Celestis*<sup>390</sup>, *Daniel Prophetarum Princeps descriptus, et morali doctrina instructus*<sup>391</sup>, *Aloe amari sed salubris succi jejunium*<sup>392</sup>, *Colum Beatorum, Civitas aeternitatis*<sup>393</sup>, *Beata intentio omnium humanarum actioni*<sup>394</sup>, *Nicetas seu Triumfata Incontinentia*<sup>395</sup>, *Oternitatis Prodromus Mortis nuntius*<sup>396</sup>, *Tobias Moralis doctrina illustratus*<sup>397</sup>, *Infernus Damnatorum, Carcer et regus eternitatis*<sup>398</sup>, *Noe Architetus Arcae*<sup>399</sup>, *Antigraficus, Sive Conscientia hominis*<sup>400</sup>, *Joseph Egipti Prorex descriptus*<sup>401</sup>, *Horologium Auxiliari, Tutelar Angel*<sup>402</sup>, *Horologium Auxiliari, Tutelar*

<sup>387</sup> Thomas Campbell, «Jeremias Drechsel», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 5, New York, Robert Appleton Company, 1909. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/05156a.htm>>.

<sup>388</sup> O livro presente na livreria beneditina é uma edição in-doze, impressa na cidade alemã de Colônia no ano de 1631.

<sup>389</sup> Thomas Campbell, *op. cit.*

<sup>390</sup> Sabemos tratar-se de uma edição in-doze, mas desconhecemos qualquer outra indicação de autoria e local de impressão.

<sup>391</sup> Obra com forte cariz moral, a partir do profeta do Antigo Testamento, Daniel, trata-se de uma edição in-doze, como todas as do autor na livreria beneditina, impressa na cidade da Antuérpia em 1641.

<sup>392</sup> Mais uma edição in-doze impressa na Antuérpia, desta feita no ano de 1658.

<sup>393</sup> Edição in-doze, impressa na cidade da Antuérpia em 1636.

<sup>394</sup> Edição in-doze, impressa na cidade alemã de Colônia no ano de 1631.

<sup>395</sup> Edição in-doze, impressa na cidade de Munique (indicado no inventário como Monachii), no ano de 1628.

<sup>396</sup> Edição in-doze, impressa na cidade de Colônia, no ano de 1630.

<sup>397</sup> Edição in-doze, impressa na cidade da Antuérpia em 1642.

<sup>398</sup> Edição in-doze, impressa na cidade de Colônia em 1633.

<sup>399</sup> Edição in-doze, impressa na cidade da Antuérpia em 1662.

<sup>400</sup> Edição in-doze, impressa na cidade da Antuérpia em 1652.

<sup>401</sup> Edição in-doze, impressa na cidade da Antuérpia em 1640.

<sup>402</sup> Edição in-doze, impressa na cidade de Colônia em 1645.

*Angeli*<sup>403</sup>, *Gasofilatium Christi Eleomosina*<sup>404</sup>, *Palestra Christiana*<sup>405</sup> e o *Rosae Selectissimarum Virtutum*<sup>406</sup>.

A preponderância de obras do jesuíta Jeremias Drexel no corpo da secção de Teologia da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto não é apenas uma mostra significativa de autoridade do teólogo alemão. É, paralelamente, um indício – natural, é verdade – da influência da Companhia de Jesus no plano pedagógico e cultural português. Ora, Drexel é apenas um entre muitos outros jesuítas a enriquecer a livraria beneditina. Antes de ser uma mera predileção pelos autores ligados à Companhia de Jesus, a frequência das suas publicações se explicava mais pela influência legada no rescaldo da Contrarreforma e da sua atividade praticamente monopolista no que tange ao mercado literário português, mais precisamente entre os séculos XVI até a primeira metade do século XVIII quando caem em desgraça graças, principalmente, às atitudes de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Decerto, não foram apenas os jesuítas a gozar do benefício de enriquecer a livraria do mosteiro portuense. Um pouco por todo o lado, teatinos, frades menores, cistercienses, carmelitas, pregadores e beneditinos também estavam presentes na composição não apenas da secção de Teologia, como de toda a livraria dos beneditinos do Porto. E os beneditinos foram alguns dos principais responsáveis (mas não os únicos) pelas publicações dedicadas ao patriarca da mais antiga ordem religiosa da cristandade. Entre algumas obras a tratar da vida, das passagens e dos ensinamentos de Bento de Núrsia santificado, temos a *Emprezas de São Bento* de frei João dos Prazeres (1648-1709)<sup>407</sup>; o *Ceremonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem de São Bento do Reyno de Portugal* dos frei Manuel da Ascensão e frei Pedro de Menezes<sup>408</sup>; o *Pontifical Monastico da Congregação de São Bento deste Reyno de Portugal* de frei Manoel de Santo Antonio<sup>409</sup>; a *Explication de la Santa Regra de São Bento* de Fr Pedro Blanco<sup>410</sup>; as *Advertencias*

---

<sup>403</sup> Edição in-doze, impressa na cidade de Colônia em 1640.

<sup>404</sup> Trata-se de uma edição in-doze, impressa em Munique no ano de 1651.

<sup>405</sup> Edição in-doze, impressa na Antuérpia no ano de 1648.

<sup>406</sup> Edição in-doze, impressa na Antuérpia no ano de 1652.

<sup>407</sup> Nascido na zona ribeirinha do Porto, frei João dos Prazeres ingressou cedo na vida religiosa, vestindo o hábito em Tibães em 1662, tendo ainda concluído seus estudos em filosofia no mosteiro de São Miguel do Basto e teologia no Colégio de São Bento de Coimbra. Já adulto, fora pregador Geral em Lisboa e no Porto, e cronista-mor da então reformada Congregação de São Bento de Portugal (1683), postos que atestam, de facto, para a sua vasta erudição. Sobre a obra presente na livraria, trata-se de uma edição em dois tomos, formato *in-fólio*, impressos nos anos de 1683 e 1690 na cidade de Lisboa. Sobre frei João dos Prazeres e sua vida e obra, ver: Geraldo J. Amadeu Coelho Dias, «Frei João dos Prazeres, O.S.B.: a polémica monástica e a literatura emblemática», *Revista de História*, n. 2, Porto, 1979, pp. 351-364.

<sup>408</sup> Frei Manuel da Ascensão e frei Pedro de Menezes, ambos beneditinos, publicaram esta obra em 1647, a partir de uma edição *in-fólio*, impressa em Coimbra nas Oficinas de Diogo Gomes de Loureiro e de Lourenço Craesbeeck, o que revela, pela dupla autoria e pelas duas casas de publicação, a ambição desta empresa literária dos beneditinos. Na BNP, ver cota R. 2992 A.

<sup>409</sup> Uma edição in-quarto, impressa em Coimbra no ano de 1730

<sup>410</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo de uma coleção em seis tomos, impressos em Madrid entre os anos de 1736 a 1746.

*selectas de la Vida espiritual fundadas en la Regla de São Bento*<sup>411</sup> de frei Alonso de Lion; *El sol del Occidente São Bento: Commentarios literales e Morales sobre su santa Regra* de frei Alonso de São Victor<sup>412</sup>; a *Explicação breve, acomodação laconica da Sta Regra de São Bento* do padre Gabriel Talbot<sup>413</sup>, entre tantos outros.

Ora, esta foi mesmo uma amostra da secção de Teologia. Tal qual fora apresentada neste trabalho, é um indicativo da sua pluralidade, seja de autores, assuntos e títulos. Está inserida, como bem podemos notar na série de publicações do Papa Bento XIV, num plano de atualização geral do acervo e em particular da referida secção, e tem como principal género os sermões, o que talvez explique, de certa forma, a presença de dois exemplares do *Verdadeiro Methodo de pregar* do padre Manoel da Ephiphania<sup>414</sup> e da *Breve Instrução de Ordinandos com hu apendis do Exame dos Confessores e Pregadores* do padre Antonio de Quintana Duenas, algo como obras práticas e complementares à série de sermões e homílias existentes no acervo beneditino.

A mesma riqueza de fontes, autores e assuntos pode ser verificada na relação dos locais de publicação das obras existentes na livraria beneditina, o que revela um painel geográfico amplo, tal qual fica evidente na tabela a seguir.

**Tabela 12 - Relação dos locais de impressão da secção de Teologia**

Local de Impressão	N. de Livros
Alcalá de Henares	18
Antuérpia	104
Augsburgo	11
Baeza	1
Barcelona	40
Basileia	8
Bassano del Grappa	1
Benevento	1
Bolonha	4
Braga	4
Bruxelas	13
Burgos	2
Cádiz	3
Coimbra	58
Colónia	80

<sup>411</sup> Estamos a falar de uma edição in-quarto, impressa em Barcelona no ano de 1637.

<sup>412</sup> Trata-se de uma edição em dois tomos, formato *in-fólio*, impressos em Madrid nos anos de 1645 (tomo 1) e 1648 (tomo 2).

<sup>413</sup> Trata-se da edição in-quarto, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1744 na Officina de Miguel Manescal da Costa. Na BNP ver cota S.C. 3775 V.

<sup>414</sup> Fr Manuel da Ephiphania (1712-1768) foi um teólogo português membro da Ordem dos Frades Menores. Suas obras no acervo beneditino são uma edição in-quarto, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1755; sendo a segunda publicação uma edição in-oitavo, impressa também em Lisboa, mas no ano de 1762, sendo mesmo uma das obras mais recentes da livraria.

Córdoba	3
Cuenca	1
Duaci	2
Évora	19
Florença	1
Foro	1
Gênova	1
Granada	4
Haia	4
Hirache**	1
Huesca	1
Leon	9
Liege	14
Lisboa	332
Load Eburon (?)*	2
Logrõno	2
Lyon	100
Madrid	127
Medina del Ciro (?)*	1
Medina del Campo	2
Milão	1
Modena	5
Mogúncia	3
Munique	2
N.D.	148
Nápoles	2
Olite	2
Pamplona	1
Paris	120
Passau	3
Porto	5
Ratisbona	1
Reims	1
Roma	39
Rouen	1
Salamanca	45
Saragoça	11
Segóvia	3
Sevilha	8
Surnoni (?)*	1
Toledo	2
Uvestfaliae (região de Dortmund)	1
Valência	4
Valladolid	8
Veneza	115

Verona	12
* <i>Localizações não identificadas</i>	

São 62 as cidades, das quais três infelizmente não conseguimos identificar<sup>415</sup>, casos do que parecem ser «Loadic Eburon», «Medina del Ciro»<sup>416</sup> e «Surnoni»<sup>417</sup>. Por seu turno, Hirache (indicada com duplo asterisco), parece tratar de uma localização mais específica: o mosteiro beneditino de Santa María la Real de Irache, localizado entre as cidades de Ayegui e Hirache<sup>418</sup>, na região de Navarra, Espanha.

Entre as cidades com mais livros publicados aparece Lisboa com 332 publicações. Na sequência aparecem ainda Madrid, 127 publicações; Paris, 120; Veneza, 115; Antuérpia, 104; Lyon, 100; Colónia, 80; e Coimbra com 55 livros, sendo a segunda cidade portuguesa em termos quantitativos, e muito a frente das cidades do Porto, com cinco obras; e Braga com quatro. Quanto à distribuição temporal das obras no conjunto da secção de Teologia, temos a seguinte relação:

**Tabela 13 - Relação temporal dos livros na secção de Teologia**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XVI	191
Séc. XVII	707
Séc. XVIII	487
N.D.	126
Data Imprecisa	8

Ora, como podemos observar, o século XVII apresenta uma maior distribuição nas suas publicações – são 707 títulos –, o que, de certa forma, tomando pelo contexto da secção de Teologia, pode ser um indicativo do fortalecimento das ações tomadas a partir do movimento de Contrarreforma e, meio que a roldão, da ascensão dos jesuítas como os principais promotores e difusores de uma cultura literária – principalmente – em Portugal.

<sup>415</sup> Para tanto, utilizamos o valioso recurso da RBMS – *Rare Books and Manuscripts Section*, a partir de um dicionário, por assim dizer, das cidades latinas vertidas para o inglês, da qual, evidentemente adaptamos ao português.

<sup>416</sup> Poderia, de facto, se referir a idade de Medina del Campo. Entretanto, não podemos confirmar essa suspeita pelo que julgamos mais adequado apresentar esta localização a partir do termo recuperado no inventário.

<sup>417</sup> Entretanto, pode se tratar de uma cidade italiana, uma vez que o livro no qual está associado é o primeiro tomo de *Canciones de Joannes Ozorius* (1540-1607), ou Juan Azor, teólogo, filósofo e pregador castelhano associado aos jesuítas. O segundo tomo da obra, fora publicado em Veneza, no ano de 1596, tal qual o primeiro e são ambas edições in-oitavo.

<sup>418</sup> Localizado, mais uma vez, graças ao valioso tesouro do CERL. Para mais informações da localização, ver em: <https://data.cerl.org/thesaurus/cn100003047>. Sobre a obra, produzida muito provavelmente no interior do mosteiro beneditino, esta é *Arte de bien vivir e guía delos camino del Cielo*, de autoria do beneditino frei Antonio de Alvarado.



O século XVIII, inscrito no processo de inventariação da livraria a partir do edital da Real Mesa Censória, representa o segundo período de maior destaque, sendo em 487 as obras publicadas ao longo dos 69 anos examinados. Por fim, temos ainda uma indicação de 191 publicações impressas e publicadas no século XVI, período que já no seu final marca a fundação do que viria a ser o mosteiro de São Bento da Vitória, com muitas obras, inclusive, anteriores à própria igreja e que nos permitem especular – com boa margem de segurança – para a compra dos seus muitos livros já num momento de sagração do mosteiro e de sua livraria. Existem ainda mais 126 livros dos quais não apresentam qualquer data de publicação identificável no inventário, sendo ainda, por fim oito que apresentam datas pouco precisas, pelo que não nos arriscamos ou mesmo não encontramos, a partir de uma tentativa de recuperação das obras, datas fiáveis com as publicações listadas.

Como bem podemos observar, a secção de Teologia oferece à livraria do mosteiro de São Bento da Vitória uma rica variedade tanto a nível autoral quanto temática. Em última instância, essa riqueza poderia nos servir de prenúncio para as demais secções, de modo que poderíamos mesmo esperar a mesma pluralidade nos demais eixos temáticos da sala. Entretanto, as quatro secções que seguem, Jurisprudência, Filosofia, Matemática e Medicina apresentam – principalmente as duas últimas – algumas diferenças, sutilezas temporais, autorais e nos casos específicos dos livros de Matemática e Medicina, diferenças práticas que apontam antes, para secções singulares de uma livraria multitemática e autoral. Daremos então continuidade ao *tour* pela livraria beneditina do Porto, destacando agora as principais publicações da secção de Jurisprudência. Quais são seus principais livros e autores? Quais as suas linhas de expressão? Quais e quantos são os locais de publicação e sua distribuição temporal? Vamos então descobrir.

### **3.1.2. Livros de Jurisprudência**

Com 86 obras distribuídas ao longo de 151 tomos, a secção de Jurisprudência é a segunda a ser apresentada neste roteiro previamente elaborado pela Real Mesa Censória no seu edital de 10 de Julho de 1769. Definitivamente menor que a secção organizada em torno das obras classificadas em Teologia, a secção de Jurisprudência não deixa de ser por isso menos expressiva. Sua variedade temática, espalhada entre os séculos XV a XVIII, pode tanto passar pelas tradicionais obras do direito canónico, como ainda pelas constituições de ordens religiosas (como naturalmente é o caso da de São Bento), leis e ordenações de Estado, peças de anti propaganda e ainda um muito curioso estatuto fabril.

Atentemos, de imediato, para a quantidade de obras em latim em comparação com as demais línguas: contam-se, a partir do total de obras da secção, em 60 (o que equivale à 69,7% das obras de Jurisprudência), quase o triplo das obras em português (21 – ou ainda 24,5%) e ainda muito mais se comparadas a reduzidíssima relação de livros em castelhano (5 – ou 5,81%).

**Tabela 14 - Relação de línguas da secção de Jurisprudência**

Língua	N. de Livros
Latim	60
Castelhano	5
Português	21

Entre as inúmeras obras latinas dedicadas à secção de Jurisprudência, temos como destaque 10 entradas para Augustinus Barbosa (num total de 18 tomos). Nascido na cidade de Guimarães, em 1589, Agostinho Barbosa foi um renomado jurista e canonista, consagrado em Roma como Bispo de Ugento, em 22 de março de 1649, onde sete meses depois viria a falecer. Ao que tudo indica, Barbosa tinha uma memória prodigiosa. Já em Roma e despojado de livros, fez valer a sua natureza afável e humilde para ter, junto dos bibliotecários e livreiros que conheceu, a oportunidade para tomar emprestado alguns livros. Mas tal era sua memória que sempre ao entregar uma dada obra, corria a organizar os seus pensamentos e tecer em letra fria as suas muitas considerações<sup>419</sup>. Talvez foi mesmo por isso que Agostinho Barbosa nos legou uma vasta produção, baseada, evidentemente, em seu domínio do direito canónico.

Do acervo da livraria beneditina, temos conhecimento da *De Officio, et potestate Episcopi*<sup>420</sup>, edição *in-fólio* (todas as outras assim também o são), impressa no ano de 1698 na cidade de Lyon (bem como as demais) e *De potestate Parochi* (1688) sobre as relações do poder episcopal e dos ofícios paroquiais; *Tractatus varii juris Canonici* (1699), um tratado sobre direito canónico; *Collectane in Codicem Justiniani* (1679), obra comentada e dividida em dois tomos sobre o Código de Justiniano e seu impacto ao longo dos séculos<sup>421</sup>; *Collectanea Doctorum, qui in suis operibus Tridentini Loca referentes illorum materiam incidenter tractorunt, et varias quaestiones deciderunt*<sup>422</sup>; *Collectanea Doctorum tam veterum, quam Recentiorum in jus*

<sup>419</sup> Andrew Meeham, «Agostino Barbosa», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 2, New York, Robert Appleton Company, 1907. Disponível em <<http://www.newadvent.org/cathen/02287b.htm>>.

<sup>420</sup> Acreditamos tratar-se da obra *Pastoralis Sollicitudinis, sive de Officio et Potestate Episcopi Tripartita Descriptio* abreviada, pelo que tudo indica, por um possivelmente preguiçoso inventariante do mosteiro de São Bento da Vitória.

<sup>421</sup> De facto, existe ainda outro livro nesta secção a tratar do código de Justiniano. Trata-se da obra comentada de autoria anónima (ou que não se pode identificar por parte do responsável da catalogação da livraria) *Codex justiniani Cum Commentariis Acursii, ac Concii Dionisii, Gothofred, et aliorum nec non Cum notis Jacobi Cujacii*, dois tomos de edições *in-fólio*, impressos na cidade de Lyon em 1612.

<sup>422</sup> Edição *in-fólio* impressa na cidade de Lyon, no ano de 1686.

*Pontificium universum*<sup>423</sup>; *Praxis exigendi pensiones*<sup>424</sup>; *Jus Ecclesiasticum universum*<sup>425</sup>; *Summa Apostolicarum decisionum extra jus Commune vagantium*<sup>426</sup> e *Repertorium juris civilis et Canonica*<sup>427</sup>.

Outros autores que gozaram de mais de uma publicação na secção de Jurisprudência da livraria do mosteiro beneditino foram Emmanuel Rodericus Lusitanus, ou Manuel Rodrigues (1545-1619), teólogo português, com a *Nova Collectio, a Compilatio privilegiorum Apostolicorum, Regularium Mendicantium, et non Mendicantium*<sup>428</sup> e *Quaestiones Regulares, et Canonicae*<sup>429</sup>; frei Antonius a Spiritu Sancto com *Directorium Regularium*<sup>430</sup> e *Consulta varia Theologica juridica, et Regularia*<sup>431</sup>; D. Ascanius Tamborinus com *De jure Abbatum, et aliorum Praelatorum*<sup>432</sup> e *De jure Abbatissarum, et Monialium*<sup>433</sup>; Ioannes Clericatus ou João Clericatus, padre oratoriano, com três obras: *Discordiae Forenses*<sup>434</sup>, *Decisiones Sacramentalis Theologicae, Canonicae, et Legales*<sup>435</sup> e *Via Lactea, sive Institutiones juris Canonici*<sup>436</sup>; e por fim Selinus Sandeus Ferrariensis, ou Sandeus Ferrara (1444-1503), jurista italiano, com *Commentaria in quinque libros Decretalium cum additionibus et apostillis Benedicti vadi foro semproni, Andreas*

<sup>423</sup> Trata-se de seis tomos de uma edição *in-fólio* impressa na cidade de Lyon, no ano de 1688.

<sup>424</sup> Acreditamos se tratar da *Praxis Methodica Exigendi Pensiones, Adversus Calumniantes, ed Differentes Eas Solvere [...]*, que na livraria beneditina foi listada como uma edição *in-fólio*, impressa na cidade de Lyon em 1679. A Biblioteca Nacional de Portugal possui uma edição última, corrigida e aumentada, também impressa em Lyon entre os anos de 1722-1723, em dois tomos que perfazem um único volume. Para a referida obra, ver BNP, R. 6198 A.

<sup>425</sup> Dois tomos de uma edição *in-fólio* impressa na cidade de Lyon, no ano de 1699.

<sup>426</sup> Edição *in-fólio* impressa na cidade de Lyon, no ano de 1680.

<sup>427</sup> Edição *in-fólio* impressa na cidade de Lyon, no ano de 1689.

<sup>428</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade da Antuérpia em 1623, indicada como a última edição impressa da obra na composição do catálogo e que no seu conjunto estabelece considerações de ordem jurídica sobre privilégios concedidos às ordens mendicantes e as demais não mendicantes.

<sup>429</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade da Antuérpia em 1628, indicada como a última edição impressa da obra na composição do catálogo.

<sup>430</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade de Lyon em 1670, indicada como a última edição impressa da obra na composição do catálogo.

<sup>431</sup> Trata-se de uma segunda edição *in-fólio*, impressa na cidade de Lyon em 1675.

<sup>432</sup> Trata-se de uma edição primeira, *in-fólio*, impressa na cidade de Roma em 1641, da qual a livraria dispõe de 3 volumes, e que parece tratar dos direitos e constituições dos prelados.

<sup>433</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma no ano de 1638. Este livro parece tratar sobre direitos e a constituição de abadessas e freiras no contexto das ordens femininas.

<sup>434</sup> Obra dividida em dois volumes *in-fólio*, ambas impressas em Veneza nos anos de 1718 e 1723.

<sup>435</sup> Trata-se da quarta edição de uma obra dividida em cinco volumes *in-fólio*, todas impressas em Veneza entre os anos de 1724 a 1727.

<sup>436</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Veneza no ano de 1727.

*Mocenigo, Filippi Simonete*<sup>437</sup> e *Commentaria praeclarissima in secundum librum Decretalium cum additionibus Benedicti de Vadis de foro Sempronii*<sup>438</sup>.

As edições comentadas acerca dos *Decretalium*, que acreditamos tratar-se da obra original do Papa Inocêncio IV, ainda continuam com as edições de Prosperus Fagnano, *Commentaria in libros Decretalium*<sup>439</sup> e de Filipus Francus com a *Lectura super sexto Decretalium cum additionibus Nicolai Superanti et Colsi Hugonis*<sup>440</sup>. No mais, os livros em latim da secção de Jurisprudência ainda comportam obras de proteção e manutenção das estruturas de fé, como é o caso do livro de Ignatius Lopes, *Pratica Criminalis Canonica Excommunicationis, Irregularitatis, Suspensionis*<sup>441</sup>; do compilado de bulas publicadas pelo Papa Bento XIV, com um livro sem qualquer indicação de autoria, o *Bullarium Benedicti 14*<sup>442</sup> e do *Opusculo das Constituições de Benedicto 14*<sup>443</sup>, de Antonio Ferreira; ou mesmo questões sensíveis da monarquia, como *De Successione Regni Portugaliae Patruis, et Nepotis quaestio*<sup>444</sup>, de autoria de Emmanuel da Costa, e que trata do problema da sucessão real a partir de querelas já existentes na história do reino.

Ainda sobre as questões de Estado e sua problematização na jurisprudentia, a livraria do mosteiro beneditino do Porto comportava outras curiosidades, como as *Leys do Reyno de Hespanha*<sup>445</sup>, *Ordenações, e Leys do Reyno de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Sr. D. Joao 4*<sup>446</sup>, *Ordenações, e Leys do Reyno de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Sr. Rey D. Joao 4 novamente impresso, e acrescentadas por mandado do M. Alto e Poderoso Rey D. Joao 5*<sup>447</sup>, *Repertorio das Ordenações e Leys do Reyno de Portugal novamente Correcto, e*

<sup>437</sup> Edição *in-fólio* impressa em Lyon no ano de 1549. Ao que tudo indica, trata-se de uma obra comentada e editada a partir do *Apparatus in quinque libros Decretalium*, obra seminal do jurista italiano Sinibaldo Fieschi, que também viria se tornar o Papa Inocêncio IV (papado de 1243-1254). Com textos acrescidos de Filippi Simonetti, o que parece mesmo evocar à família Simonetti, influentes a partir da Toscana desde o século XII e Andrea Mocenigo, da família Mocenigo da República Veneziana, que destacou no seio da sua família pelas suas habilidades literárias, sendo mesmo um respeitado historiador.

<sup>438</sup> Trata-se de uma edição comentada, *in-fólio*, impressa em Veneza, no ano de 1504 do livro dois do que acreditamos tratar-se do *Apparatus in quinque libros Decretalium* do Papa Inocêncio IV.

<sup>439</sup> A livraria do mosteiro portuense lista 3 tomos para este livro, todos, ao que parece, edições *in-fólio*, impressas em Veneza no ano de 1742.

<sup>440</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lyon, no ano de 1522.

<sup>441</sup> Trata-se de uma quarta edição publicada na cidade de Alcalá de Henares, formato *in-fólio*, impressa em 1604.

<sup>442</sup> Trata-se de uma obra disponível em 3 tomos, em edições *in-fólio*, impressas em Roma no ano de 1754.

<sup>443</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Coimbra no ano de 1759.

<sup>444</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa na cidade de Coimbra no ano de 1558.

<sup>445</sup> Trata-se de dois tomos de uma segunda edição *in-fólio*, impressa na cidade de Alcalá de Henares em 1569 quando reinava D. Filipe II (que viria a ser Rei de Portugal, dando início à dinastia Filipina em 1681).

<sup>446</sup> Trata-se de uma versão *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1633.

<sup>447</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1747 da qual verifica-se no catálogo, a existência de 3 tomos. Na Biblioteca Nacional, encontram-se disponíveis edições publicadas em 1695 e mandada imprimir, como informa o seu extenso título, por D. Pedro II. A Biblioteca do Senado Federal do Brasil, por seu turno, possui a edição digitalizada do livro existente na livraria do mosteiro beneditino. Esta, entretanto, possui algumas palavras a mais na disposição do seu título (o que pode se dever a algum lapso

*acrescentado e ilustrado*<sup>448</sup>, *Appendix das Leys extravagantes*<sup>449</sup> que se tem publicado desde o ano de 1747 até o de 1761, a que se ajuntaram as referidas nas mesmas leys, e outras mais utilissimas, que se tem descoberto depois da nova impressao das collecoens insertas nas Ordenações do Reyno no feliz Reynado da Augusta Magestade do felicissimo Rey Nosso Senhor<sup>450</sup>, todas curiosamente listadas no catálogo como anónimas<sup>451</sup>.

Existiam ainda livros sobre as leis e constituições de ordens e instituições religiosas, como o *Collectio Bullarum Constitutionum, Brevium et Ordinationum Smi Dni Nostri Innocenti 12 Cum apostillis Marginalibus, et Indice Georgii de Firmannis*<sup>452</sup>, *Constituições Synodales do Bispado de Elvas*<sup>453</sup>, *Constituições Synodales do Bispado do Porto*<sup>454</sup>, *Regimento do Auditorio Ecclesiastico do Arcebispado de Evora*<sup>455</sup>, *Constituições dos Cónegos Regrantes de Stº Agostinho*<sup>456</sup>, *Constitutiones Sanctorum Patrum Pii quarti, et Pii Quinti*<sup>457</sup> e *Institutiones Ordinis Smae Trinitatis*<sup>458</sup>. E naturalmente, por se tratar de uma casa consagrada a São Bento, livros sobre as leis e constituições da ordem dos monges negros, caso da *Privilegia Congregationis Scti Benedicti Portugaliae*<sup>459</sup>, *Constitutiones Monachorum Nigrorum Ordinis Sancti Benedicti*

---

do catalogador), mas conserva na sua essência a data, e a expressão de mandada imprimir por D. João V. Nos apresenta ainda a casa de impressão, o mosteiro de São Vicente de Fora, no bairro da Alfama em Lisboa. Para acessar a versão digital, ver: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242778>>.

<sup>448</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1749, com registo de 2 tomos na livraria do mosteiro de São Bento da Vitória e que acreditamos ser uma versão aprimorada da publicação impressa em 1747 a mando do Rei D. João V.

<sup>449</sup> E no que se consideram «leis extravagantes» no contexto da época, a livraria beneditina ainda apresenta uma outra obra de título semelhante, o *Relatorio das Leys Extravagantes*, edição *in-fólio*, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1569, cujo autor é Duarte Nunes de Leão, gramático, jurista e historiador português. A Biblioteca Nacional de Portugal possui uma relação de obras digitalizadas do referido autor. Para mais detalhes, ver: <<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/47390.html>>.

<sup>450</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1759. É mesmo uma publicação curiosa, pois este mesmo apêndice de *Leys extravagantes* constitui um dos livros/capítulos das Ordenações, e Leys do Reino publicado em 1747, pelo que acreditamos ser a continuação, já sob o reinado de D. José (e mesmo pós-Terramoto de 1755).

<sup>451</sup> Que parece nos levar, invariavelmente, para livros cuja autoria poderia se considerar como institucional.

<sup>452</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Roma em 1594, de autoria anônima ou institucional.

<sup>453</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1631, de autoria anônima ou institucional.

<sup>454</sup> São mesmo duas edições. As duas edições *in-fólio*, igualmente publicadas em Coimbra, mas uma data de 1585 e a outra de 1735.

<sup>455</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade de Évora no ano de 1590 e listada como anônima.

<sup>456</sup> Edição in-quarto, publicada em Lisboa no ano de 1601.

<sup>457</sup> Edição in-quarto, publicada no que parece ser a cidade de Bilbao, no ano de 1583.

<sup>458</sup> Edição in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1501.

<sup>459</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Roma no ano de 1589.

*Regnorum Portugaliae*<sup>460</sup>, *Constituicoens antigas da Ordem de São Bento neste Reyno de Portugal*<sup>461</sup> e as *Constituciones de la Congregacion de São Bento de Hespanha, e Inglaterra*<sup>462</sup>.

Por fim, destacamos mais quatro outras obras: a *Encyclopedia Cannonica, civil, moral, regular e Orthodoxa*<sup>463</sup> de frei Martin de Torrecilla, um compilado exaustivo e ordenado alfabeticamente sobre o Direito em suas muitas esferas; o *Examen de la potestad, e jurisdiccion de los Senhores Bispos*<sup>464</sup> do mesmo Torrecilla, mais o *Gubierno Eccleziastico pacifico e union de los dos Cuchillo Pontificio e Regio*<sup>465</sup> de frei Gaspar Villaroel, que delimitam e discutem as atividades de governação eclesiástica; e o curiosíssimo *Estatuto da Real Fabrica das Sedas*<sup>466</sup>.

Sobre a distribuição territorial das obras impressas, podemos observar os seus muitos pontos de procedência. A tabela abaixo nos dá uma melhor amostragem da referida questão:

---

<sup>460</sup> Edição in-quarto impressa na cidade de Coimbra (muito possivelmente na imprensa do Colégio de São Bento da cidade) em 1629.

<sup>461</sup> Trata-se da edição in-quarto publicada em Lisboa no ano de 1590, semelhante à versão disponibilizada em linha pela Biblioteca Nacional de Portugal. É mesmo um recompilado a partir da aprovação das reuniões dos Capítulos Gerais que instituíram a reforma da Ordem para a Congregação de São Bento de Portugal em 1586. Sobre o livro, que difere em extensão do nome em relação à cópia do mosteiro beneditino, ver: <<http://purl.pt/23116>>.

<sup>462</sup> Edição in-quarto publicada em Madrid no ano de 1671.

<sup>463</sup> Trata-se da edição *in-fólio*, impressa em Madrid em 1721, dividida em dois tomos, da qual a Biblioteca Pública de Portugal conserva um volume. O seu título, encurtado pelo redator do catálogo, manifesta de forma evidente as características, as utilidades e os propósitos da obra. Segue então o seu extenso subtítulo: «Ilustrada com la explicacion de todas las Reglas de el Derecho Canonico, y de las mas cèlebres de el Derecho Civil. Pontificias de nuestros Santissimos Padres Alexandro VII. Inocencio XI. Alexandro VIII. Y de otros Sumos Pontifices. Utilissima, no solo para abogados y Juezes; ni si solo para Canonista, Y Legistas, sino también para Theologos, Moralistas, y para todos los Confessores. Dispuesta por las Letras del Alfabeto». Sobre o livro Disponível na BNP, ver a cota R. 1090 V.

<sup>464</sup> Trata-se de uma segunda edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1693. O nome completo da obra é: *Examen de la Potestad y Jurisdiccion de los Señores Obispos: assi en comun, como de los Obispos Regulares y Titulares, con algunas consultas concernientes a la matéria*. A Biblioteca Nacional de Portugal possui três exemplares desta mesma edição, sob as cotas R. 4940 A, R. 5853 A e R. 6081 A.

<sup>465</sup> Trata-se de uma edição em dois tomos, *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1738.

<sup>466</sup> Criada sob o governo de D. João V, a Real Fábrica das Sedas fez parte de um movimento de (tímida) industrialização portuguesa na primeira metade de 1700. Localizada no Rato, teve sua fundação concedida por alvará de 13 de fevereiro de 1734, com o término das obras do seu grandioso prédio ocorrido somente em 1741. O Terramoto de 1755 acabou por também causar danos – menores, é verdade – ao prédio, que em 1757 passa por reformas internas bem como na sua estrutura administrativa, que motiva a produção dos seus Estatutos. Vale mesmo uma breve vista de olhos nesta curiosa peça do acervo beneditino: trata-se de um livreto de 24 página que começa, naturalmente, com uma exortação de autoria institucional – a Junta do Comércio – que saúda a grandiosidade da Magestade, neste caso D. José I, pela proteção e dedicação incansável em benefício dos seus vassallos. Tal veio mesmo a se confirmar com o resgate, a partir do estado de ruína (e não estamos a fazer nenhuma menção ao Terramoto) deste grandioso monumento do industrialismo português, abandonado pelos seus artífices juntamente com os seus teares. Ora, é mesmo então, graças ao intermédio de Vossa Magestade D. José I, que se pôde, finalmente, criar melhores condições para que a manufatura dos teares retornasse definitivamente, para benefício de toda corte e províncias. O livreto segue com a apresentação do seu estatuto geral, que prevê 17 pontos fundamentais. O documento por fim ainda apresenta uma série de documentos referentes à alvarás régios concedidos em benefício da Real Fábrica de Sedas. Ora, findada a leitura deste breve livretinho, fica-nos ainda mais curioso saber porquê esta peça, em muito particular, tomou parte no acervo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Sobre o referido Estatuto da Real Fábrica de Sedas, ver a versão digitalizada disponível em linha em: <<https://archive.org/details/estatutosdarealf00port>>.

**Tabela 15 - Relação dos locais de impressão das obras de Jurisprudência**

Local de Impressão	N. de Livros
Alcalá de Henares	3
Antuérpia	4
Bilbao	1
Coimbra	7
Colónia	4
Córdoba	1
Évora	1
Frankfurt	3
Lisboa	21
Lovaina	5
Lyon	38
Luxemburgo	6
Madrid	11
Nápoles	3
Paris	1
Roma	16
Salamanca	2
Turim	4
Veneza	16
N.D.	4

Como muito bem se nota, Lyon é a cidade que apresenta a maior quantidade de livros impressos, num total de 38 (contabilizadas a partir dos seus tomos); Lisboa vem logo atrás com 21 livros, com Roma e Veneza na sequência com 16 livros cada, tendo ainda Madrid 11 livros impressos nas suas oficinas. Os muitos pontos nodais de impressão desta secção representam na sua totalidade 19 cidades, numa esfera bastante representativa das localidades que forneceram os seus impressos para o apetrechamento da livraria portuense. Infelizmente, não temos como confirmar todo este percurso de obras que vieram das mais distintas paragens, mas é mesmo uma indicação decerto interessante de como os prelos e suas casas tipográficas estavam num todo a imprimir papéis diversos sobre a matéria em questão, ou seja, sobre as muitas dimensões e *nuances* dos cânones e leis, para além ainda de nos fornecer, a exemplo do que já fora verificado na secção de Teologia, as possíveis extensões de uma rede (ou várias delas) literária das quais os beneditinos do Porto se valiam para enriquecer a sua sala de livros. De todo modo, a partir destas 19 cidades, e de outras possíveis quatro das quais nada sabemos, os livros se espalharam temporalmente da seguinte maneira:

**Tabela 16 - Relação temporal dos livros impressos na secção de Jurisprudência**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XV	1
Séc. XVI	22
Séc. XVII	62
Séc. XVIII	63
N.D.	3

Como podemos observar, o livro mais antigo da secção recua até o século XV, mais precisamente ao ano de 1425, com a obra *Concilia, Seu allegationes*, uma edição *in-fólio*, sem local conhecido de impressão cuja autoria é atribuída à Panormitanus, ou Nicolo de Tudeschi (1386-1445)<sup>467</sup>, canonista beneditino e nomeado arcebispo de Palermo em 1435. O século XVI conhece apenas 22 obras impressas para a referida secção, ao passo que os séculos XVII e XVIII são mais bem representados, com 62 e 63 livros impressos, respetivamente. Por fim, observa-se ainda a existência de dois títulos (no total de três tomos) que não apresentam a data de publicação no inventário. Trata-se da *Privilegia, Facultates, Jurisdictiones, et aliquot gratiae, quas summi Pontifice Regibus Portugaliae, et ad eorum instantiam Capellana Mayori Regio concessierunt e Postillas* (a partir de dois tomos), da qual se desconhecem também os locais de impressão e os seus autores. De facto, não seria incorreto especular que ao menos a obra listada como *Postillas* fosse um compilado de obras ou temas utilizados para os estudos dos monges – por isso mesmo sua notação como simplesmente «postilas» ou «apostilas» –, muito possivelmente parte de um material de apoio para as aulas de doutoramento em Coimbra, e que por si só é termo revelador da junção das dimensões prática e simbólica desta livraria, que de todo modo ainda guardava espaço para polémica.

Ao finalizar esta secção, deixamos reservadas duas obras curiosas, que revelam o quão atentos os beneditinos do mosteiro do Porto estavam com os acontecimentos extramuros. A *Petição de Recurso do Procurador da Coroa Sobre a Clandestina introdução do Breve Apostolicum pascendi*<sup>468</sup> e a *Sentença do Parlamento de Paris em que se prohibem as Escollas publicas aos Padres da Companhia e se mandao queimar varios livros compostos pelos ditos padres*<sup>469</sup> formam o que se pode considerar uma amostragem documental da propaganda antijesuítica organizada por Pombal e intensificada com a mal sucedida tentativa de assassinato do rei D. José I. A petição nada mais é do que um documento contrário à publicação do breve *Apostolicum pascendi minis*, emitido pelo Papa Clemente XII em defesa da Companhia de Jesus,

<sup>467</sup> O Tesouro do CERL, *Consortium of European Research Libraries* nos apresenta ainda outros nomes e variantes, tais quais Nicolaus de Tudeschis, Abbas, Modernus; Abbas, Siculus, Nicolaus, Alamanus, entre outros. Para mais informações, ver: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01879806>>.

<sup>468</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, encadernada, impressa no ano de 1765 em Lisboa.

<sup>469</sup> Edição *in quarto*, sem indicação de autoria, impressa na cidade de Lisboa em 1761.



confirmando assim a sua constituição, seus objetivos e todos os que nela estão abrigados e protegidos. Já a segunda é um breve opúsculo a trazer a sentença do Parlamento de Paris contrária às escolas dos jesuítas e a todos os livros por eles publicados, num movimento propagandístico muito bem engendrado por Pombal que teve na produção, tradução e promoção de impressos estrangeiros, umas das formas encontradas para pôr em descrédito toda a Companhia de Jesus e os seus membros<sup>470</sup>.

Com estes últimos dois exemplos, que ilustram bem a dimensão temática e de atualidade na composição da livraria beneditina, podemos proceder com a próxima secção, a de Filosofia. Esta inicia uma série de três ordenações temáticas um pouco mais enxutas em tamanho, mas que não deixam ainda assim de revelar algumas interessantes peças na composição da livraria do mosteiro dos beneditinos do Porto.

### 3.1.3. Livros de Filosofia

Vamos então à secção de Filosofia. Na livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto, esta é mesmo uma secção de menor dimensão se comparada às anteriores: compreende 29 livros que perfazem um total de 89 tomos. Este desequilíbrio na razão *livros versus* tomos se dá principalmente pela observação de 35 *Postillas de diversos autores*, obras que não reconhecem nenhuma indicação de autoria ou edição, pelo que acreditamos tratar-se de uma compilação de ensaios e textos filosóficos auxiliares às atividades contemplativas e educativas no interior do mosteiro beneditino.

Entre os autores e obras que compõem a secção, muitas – para não dizer sua imensa maioria – são dedicadas ao pensamento aristotélico, caso mesmo de obras imputadas ao afamado pensador, como a *Dialectica*<sup>471</sup>, edição in-quarto, impressa em Lyon no ano de 1558 e *Logica*, por seu turno uma edição in-oitavo, impressa em Coimbra no ano de 1564. Ora, também é o caso das obras *Quaestiones super libros Methaphisicae Aristotelis*, de Chrisostumus Jabelius Canapicius, edição in-oitavo, de Veneza, impressa no ano de 1525; *Philosophia Morale derivata de la Alta*

---

<sup>470</sup> Ver Christine Vogel, *Guerra aos jesuítas. A propaganda antijesuítica de Marquês de Pombal em Portugal e em toda a Europa*, Lisboa, Temas & Debates, 2017; José Eduardo Franco, *O mito do jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, 2 vols, Lisboa, Gradiva, 2007.

<sup>471</sup> De facto, pelo que consta no catálogo da livraria do mosteiro portuense, o título da obra se refere precisamente a *Dialectica Boethio Severino Interprete*, pelo que entendemos se tratar de Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (ca. 480-525), filósofo e poeta romano popularmente conhecido como Boécio (Boethius). O livro de posse dos beneditinos do Porto nos parece, portanto, uma tradução e interpretação do pensamento aristotélico por parte do filósofo romano. A Biblioteca Nacional de Portugal possui alguns exemplares da *Dialectica* interpretada por Boécio, como é o caso das edições de 1553, 1554, 1556 com comentários de Poliziano, impressas respectivamente em Lyon, Salamanca e Alcalá de Henares.

*fonte del grande Aristotile*<sup>472</sup>, de D. Emanuelli Tezauro<sup>473</sup>, edição in-oitavo, impressa em 1675 com indicação de localização de Macerata; *In universam Aristotelis locam quaestiones*, de F. Hiacintus Petronius, uma segunda edição in-oitavo, publicada em Roma no ano de 1620; *Commentarium in 4um librum logicae novae Aristotelis*, cuja autoria é de Ioannes Versorius<sup>474</sup>, edição in-fólio, impressa em Colônia no ano de 1503; duas obras de Dominicus Sotto<sup>475</sup>: *Super octo libros Philocorum Aristotelis Commentaria*, uma segunda edição in-fólio, datada de 1563 e *In Dialecticam Aristotelis Commentaria*, edição póstuma, in-fólio, do ano de 1573, ambas impressas em Salamanca.

Destacamos ainda três livros anónimos que fazem referência direta ao pensamento aristotélico: *Commentari Collegii Conimbricensis in duos libros de generatione, et Correptione Aristotelis* (1597) e *Commentari Collegii Conimbricensis in universam Dialecticam Aristotelis* (1606) impressas em Coimbra e *Commentarii Collegii Conimbricensis in tres libros de Colo Aristotelis Stageritae*, por sua feita impressa na cidade de Lisboa no ano de 1593, todas edições in-fólio, impressas como livros de referência do pensamento do filósofo grego pelos – acreditamos - responsáveis pela cátedra de filosofia na Universidade de Coimbra.

De facto, todas as edições listadas como anónimas na secção de Filosofia da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória são peças produzidas como comentários críticos institucionais, peças de referência validadas pela distinção académica gozada, já naquele tempo, pela Universidade de Coimbra. As obras em questão, *Commentarii Collegii Conimbricensis in octo libros Phisicorum* (1592) e *Commentari Collegii Conimbricensis in tres libros de Anima* (1598), são edições in-fólio impressas na cidade de Coimbra, possivelmente por intermédio da tipografia do próprio colégio. A exceção explícita das obras comentadas pelo colégio coimbreense está na figura das sobreditas «Postilas de diversos autores», em 35 tomos da qual não se conhece nem as datas de publicação, muito menos os locais de impressão, no que já aventamos mesmo a

<sup>472</sup> A Biblioteca Pública do Porto possui no seu acervo de obras raras uma edição traduzida em castelhano e impressa na famosa tipografia lisboeta de Antonio Craesbeeck de Mello, no ano de 1682. Uma edição em italiano, semelhante à da livraria do mosteiro beneditino, consta nos fundos da Biblioteca Nacional, mas é, entretanto, uma edição impressa em Torino, em 1670, edição in-fólio. Para a edição em castelhano da BPMP, ver RES-XVII-A-130. A da Biblioteca Nacional de Portugal é S.A. 555 A.

<sup>473</sup> Ou Emanuele Tesauro, retórico, dramaturgo e poeta italiano, associado ao barroco. Sobre o referido autor, ver: Maria Cavalloro Singer, *Dois teorizadores do Barroco: Emanuele Tesauro e Francisco Leitão Ferreira*, Lisboa, Pap. Fernandes, 1980, pp. 409-420.

<sup>474</sup> Trata-se de Johannes Versor, filósofo francês, membro destacado do corpo catedrático da Universidade de Paris cujo trabalho assentou principalmente na interpretação do pensamento aristotélico, com forte viés tomista e albertista (Alberto Magno, filósofo alemão, também aristotélico e que incorporou tal linha de pensamento à sua teologia cristã).

<sup>475</sup> Trata-se de Domingo de Soto (1492-1560), teólogo dominicano e confessor do imperador Carlos V. Influenciado pelo tomismo, do qual foi um dos principais difusores na Espanha, acabaria por ser um dos artífices da Escola de Salamanca. Sobre o papel do segoviano para o desenvolvimento do pensamento científico renascentista no contexto castelhano (e mesmo português), ver: Juan Jose Perez Camacho, «Domingo de Soto en el origen de la ciência moderna», *Revista de Filosofia*, vol. 7, n. 12, Madrid, 1994, pp. 27-49.

possibilidade de se tratar de manuais e livros de referência aos estudos filosóficos dos beneditinos – e agora, porque não, produzidas sob o mesmo âmbito crítico e analítico dos *Commentari Collegi Conimbricensis*.

Entretanto, consta no inventário da livraria dos beneditinos do Porto, uma obra assinalada pelo jesuíta Antonio Cordeiro (1641-1722), o *Cursus Philosophicus Conimbricensis*, edição in-fólio, impressa em Lisboa no ano de 1714 e que acreditamos se tratar do livro impresso na famosa oficina régia de Valentim da Costa Deslandes<sup>476</sup>. Nos parece também mais uma prova de produção institucional do colégio coimbreense da qual os beneditinos alimentavam a secção de Filosofia da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, o que se reforça pelo facto de Antonio Cordeiro ter sido professor de filosofia e teologia moral na Universidade de Coimbra.

Por fim, ainda sobre as obras explicitamente aristotélicas, temos a *Philosophia Peripatetica*, cujo autor é Ioannes Baptista de Benedictis<sup>477</sup>. Trata-se de uma edição in-oitavo, impressa em Veneza, no ano de 1723 da qual a livraria dispunha de quatro tomos. Esta inclinação pela filosofia aristotélica fazia mesmo dos beneditinos do Porto seguidores, à sua maneira, da escola peripatética. E é mesmo aí que reside uma deliciosa contradição. O movimento peripatético deriva da condição expositiva livre, itinerante, originada dos ensinamentos do grande filósofo, pelo que seus discípulos, para além de incorporar os ensinamentos do mestre, faziam uso do seu método expositivo ao ar livre e de todo o simbolismo que emanava dali. Ora, nada mais contraditório à reclusão observada na vida em cenóbio, da qual os monges gozavam apenas da companhia uns dos outros, cercados pelos limites intramuros concretos dos seus mosteiros, em momentos solenes no qual o silêncio era mesmo uma constante, se não mesmo a regra.

Mas não eram apenas as obras de Aristóteles, ou ainda as que interpretavam e discutiam diretamente o pensamento do filósofo grego a enriquecer esta secção da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. No conjunto das obras, a livraria beneditina portuense apresentava ensaios ou mesmo tratados sobre a história da filosofia e sua relação com o pensamento da época, caso este do livro *Origem antiga da Philosophia moderna* do padre Manuel Regnault, edição in-quarto impressa em Lisboa no ano de 1753<sup>478</sup>.

---

<sup>476</sup> A exemplo dos Craesbeeck, temos mais uma família de impressores reais. Iniciada por Miguel Deslandes, francês radicado em Lisboa desde 1669, estabelece oficina após matrimônio com a filha de seu compatriota Jean de la Coste (João da Costa), impressor, livreiro e editor que lhe cedeu alguns bons materiais tipográficos. Valentim da Costa Deslandes, seu filho, dá continuidade ao trabalho do pai, conferindo à casa tipográfica destacada fama pelas suas gravuras em cobre. É o neto de Miguel Deslandes e João da Costa, Venâncio Deslandes da Costa, que vai escrever a utilíssima obra *Documentos para a Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*.

<sup>477</sup> Encontramos apenas *Philosophia Peripatética* relacionada ao professor alemão Anton Mayr, da qual a Biblioteca Nacional possui edições impressas em 1739, 1746 e 1755.

<sup>478</sup> Está não é a única publicação do jesuíta Manuel Regnault. Vale destacar a nota na edição n. 3 da *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, Lisboa, 17 de janeiro, 1754, na sua secção de advertências: «Sahiu à luz traduzido na língua Portuguesa o livro intitulado origem antiga da física moderna, q se escreveo na Franzeza O P. Manuel Regnault, da Companhia de Jesus, obra eruditíssima, vende-se na Calçada do Gracia na logea de

Já as *Recreações Philosophicas* de Teodoro de Almeida<sup>479</sup>, membro da Congregação do Oratório de São Filipe Neri<sup>480</sup>, tinha um fim ainda mais didático, que é mesmo acompanhado pelo subtítulo da obra: *Dialogo sobre a Filosofia Natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*<sup>481</sup>. Os seus 10 tomos apresentam tópicos diversos que expressavam a sensibilidade filosófica da época. Teodoro de Almeida, como bem dito no prólogo da sua grandiosa obra, atentava para o carácter explicativo e contemplativo da filosofia. Para o Oratoriano, esta nada mais era do que uma ferramenta imprescindível para o entendimento geral dos fenómenos e criaturas com as quais o homem crítico e racional se relaciona. Questiona então o autor:

«Para que he ter ociosa a luz da razão, que Deos nos deo? Os olhos da alma são o nosso entendimento; e assim como ninguém deixa de ver as creaturas, por não tero trabalho de abrir os olhos; assim he enorme a frouxidão dos que por poupar algum trabalho, tem fechadas em perpetua clausura as luzes do entendimento, de que Deos os dotou»<sup>482</sup>.

De todo modo, os 10 tomos da obra de Almeida – da qual, pelo que consta no catálogo da livraria do mosteiro de São Bento, existiam naquela sala apenas 6 – apresentam, entre outras matérias<sup>483</sup>, um breve ensaio sobre a história da filosofia, considerações sobre a filosofia natural e fenómenos tais como os movimentos dos corpos e máquinas<sup>484</sup>, forças e agentes da gravidade, da hidráulica, da luz e os fenómenos de iluminação, do jogo de cores, som, com enfoque na música e na produção dos ecos sonoros naturais e também «de alguns inventos maravilhosos, que a industria dos homens tem descoberto nesta matéria para divertimento dos ouvidos, e enleio dos juízos»; das propriedades do cheiro, das sensações de frio e calor, da sensibilidade do tato e «todas as outras propriedades accidentais dos corpos»<sup>485</sup>. Trata ainda dos elementos e compostos, se utilizando da inventividade humana para demonstrar de forma prática o funcionamento de dados

---

Christovam da Silva, e na de Antonio Henriques na rua nova dos ferros». *Gazeta de Lisboa*, n. 3, 17 de janeiro, 1754, p. 24.

<sup>479</sup> A Biblioteca Nacional de Portugal, a partir do seu repositório digital disponibiliza em linha todos os tomos da obra de Teodoro de Almeida, sendo estas edições bem posteriores às existentes na Livraria do mosteiro de S. Bento da Vitória. As obras pertencentes à livraria portuense datam de 1757, 1758, 1761 e 1762, enquanto os tomos disponibilizados em linha pela Biblioteca Nacional se iniciam a partir de 1786. Para um vislumbre geral da dita obra de Teodoro de Almeida, ver: <<http://purl.pt/13937>>

<sup>480</sup> Como bem não deixa mentir na folha de rosto do seu livro, Teodoro de Almeida, para além de oratoriano, era membro da Real Sociedade de Londres e da de Biscaia.

<sup>481</sup> A edição da qual tivemos acesso, disponibilizada em linha pela Biblioteca Nacional de Portugal, apresenta mesmo uma precificação relativamente convidativa: 400 réis por tomo.

<sup>482</sup> Teodoro Almeida, *Recreação filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*, vol. 1, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1786, p. III.

<sup>483</sup> É mesmo curiosa a divisão temática proposta por Almeyda. O autor se utiliza de uma divisão por «tardes», em cada capítulo, ao longo dos 10 tomos, estabelece princípios críticos e contemplativos da filosofia natural.

<sup>484</sup> Trata-se do estudo de máquinas de peso, tais como a balança romana, alavanca, guindastes etc.

<sup>485</sup> Teodoro Almeida, *op. cit.*, p. V.

fenómenos naturais e artificiais, em estilo não acadêmico, preocupado mais em instruir seus leitores de maneira fluida, não fastidiosa.

A filosofia natural também era assunto principal da obra de Jerónimo Cortez em sua *Phisonomia, e varios Segredos da Natureza*, primeira edição in-oitavo impressa em Coimbra no ano de 1706. Esta era mesmo uma das poucas obras em português a fazer parte da secção de filosofia da livraria dos beneditinos do Porto, a exemplo das *Obras Philosophicas* de Eusébio Nieremberg<sup>486</sup> e da *Philosophia Methodica* de Bento da Victoria<sup>487</sup>. De facto, quanto à distribuição de língua das obras, temos a seguinte relação:

**Tabela 17 - Relação das línguas na secção de Filosofia**

Língua	N. de Livros
Latim	20
Português	7
Italiano	1
N.D.	1

Observa-se uma predominância, natural, até, de obras em latim, sendo mesmo curiosa uma edição em italiano, o já referido *Philosophia Morale derivata de la alta fonte del grande Aristotile* de Emanuelli Tezauro. As obras em latim seguem uma linha tendencial de se espalharem ao longo do século XVI e boa parte do século XVII, período este de transição rumo ao amadurecimento e plena disseminação da palavra impressa e da popularização das obras em vernáculo, verificadas de forma mais evidente a partir do século XVIII. Em linhas mais gerais, observamos a distribuição temporal das obras ao longo dos três séculos a partir do exposto na tabela abaixo.

**Tabela 18 - Relação temporal das obras publicadas na secção de Filosofia**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XVI	30
Séc. XVII	9
Séc. XVIII	15
N.D.	35

Dentro deste enquadramento temporal, predominam as obras impressas no século XVI, período marcado pelo pensamento humanista e a redescoberta, impulsionada pela popularização pela palavra impressa, dos grandes pensadores clássicos, como fica latente pelo forte componente aristotélico associado à secção da livraria beneditina. Já a partir do século XVII, mas

<sup>486</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1664.

<sup>487</sup> Trata-se de uma edição *in-oitavo*, impressa em Lisboa no ano de 1731.

principalmente no século seguinte, observamos uma predominância destacada de obras em português, num movimento natural de popularização da tipografia e do alargamento das camadas leitoras em Portugal e até mesmo nos seus domínios, ainda que se continue a desconhecer, contudo, os motivos de inexistência de uma atividade impressa essencialmente brasileira<sup>488</sup>.

Mas se o século XVIII apresenta esta predominância do português, frente às outras línguas, nomeadamente o latim e o castelhano – de facto ausente nesta secção de Filosofia – a relação dos locais de impressão toma caminho oposto. Muitas obras, inclusive algumas em português, tem como origens casas de impressão no estrangeiro, como o caso da já referida obra *Philosophia Peripatética*, impressa em Veneza ou ainda a sobredita *Obras Philosophicas*, impressa em Madrid. Em linhas gerais, a distribuição espacial da produção literária da secção de Filosofia da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória se apresenta da seguinte maneira:

**Tabela 19 - Relação geográfica as obras impressas na secção de Filosofia**

Local de Impressão	N. de Livros
Alcalá de Henares	1
Coimbra	6
Salamanca	4
Veneza	21
Roma	1
Lisboa	11
Basileia	1
Colónia	6
Lyon	1
Madrid	1
Macerata	1
N.D.	35

Como podemos observar, as cidades portuguesas de Coimbra e Lisboa aparecem com apenas 17 entradas (11 para Lisboa e 6 para Coimbra), número baixo se comparado à cidade de Veneza que sozinha, a partir do total de tomos, apresenta 21 livros impressos nas tipografias espalhadas ao longo da cidade. De todo modo, os pontos nodais de impressão de obras não fogem daqueles tradicionalmente estabelecidos como os principais dos seus países, casos de Lisboa e Coimbra para Portugal, Veneza e Roma para Itália, Basileia para a Suíça e Salamanca, Madrid e Alcalá de Henares para Espanha. Neste sentido, a única localização que nos parece escapar da rota tradicional de impressores e tipógrafos é a pequena comuna italiana de Macerata, local onde

<sup>488</sup> Sobre a questão da (falta) atividade impressa no Brasil, ver: Matías M. Molina, *História dos jornais no Brasil: da era Colonial à Regência (1500-1840)*, vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, pp. 49-91.

fora impressa uma das edições mais emblemáticas desta secção, a *Philosophia Morale derivata de la Alta fonte del grande Aristotile* do padre Emanueli Tezauro.

Quanto à expressividade desta secção e seu componente prático, o que poderemos dizer? Ora, de forma relativamente precisa, podemos arriscar afirmar que tal secção da livreria se configurava como coerente à cátedra de filosofia – e mesmo de teologia moral/escolástica – disponível no Colégio de São Bento de Coimbra, fundado pelo frei Diogo de Murça a partir de bula papal concedida em 1549. Não bastassem as obras de Aristóteles, edições quinhentistas, traduzidas e interpretadas, é verdade, o acervo filosófico do mosteiro tinha como material base obras produzidas no âmbito institucional, no espírito dos *Commentari Collegii Conimbricensis*. Não bastasse isso, a obra *Collegi Complutensis Artium cursus ab breviorum formam Collectus* de frei Ioannis ab Annunciatione, estava inserida no contexto do pensamento teológico reavivado no quinhentismo então vigente sob influência da Escola de Salamanca da qual o colégio dos Carmelitas Descalços de Alcala de Henares fazia parte<sup>489</sup>.

Trata-se mesmo de uma junção ideal da expressividade do ponto de vista simbólico, ou seja, do relevo de alguns dos escritores, casos de Aristóteles, Boécio, Dominicus de Soto (Domingo de Soto), Teodoro de Almeida e Emanueli Tezauro, com o que entendemos ser um componente decisivamente prático a partir – principalmente – das *Commentari Collegii Conimbricensis* e do facto de ser sabido e reconhecido pelos Estados de Tibães as despesas para o doutoramento de alguns dos membros do mosteiro beneditino do Porto<sup>490</sup>. Ressaltamos ainda o carácter prático, útil de algumas das obras desta secção, como os tomos de Teodoro de Almeida ou ainda as *Obras Philosophicas* de Eusébio Nieremberg, que no conjunto das obras que compunham a secção temática de filosofia indicavam para uma tentativa, por parte dos beneditinos do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto, em cobrir, a partir de um pensamento demarcadamente aristotélico, as várias formas de representação e interpretação de fenómenos naturais, dos domínios da lógica, dialética, entre outros.

### 3.1.4. Livros de Matemática

A secção dedicada à Matemática na livreria do mosteiro de São Bento da Vitória era mesmo a de menor expressão numérica do acervo beneditino portuense. No catálogo, listam-se

---

<sup>489</sup> Sobre o movimento que originou a Escola de Salamanca, seus principais membros, relações institucionais e as correntes de pensamento, ver Anthony Padgen, *The Scholl of Salamanca, In The Oxford Handbook of the History of Political Philosophy*, George Klosko (Ed.), Oxford, Oxford University Press, 2011.

<sup>490</sup> Muitos são os casos, ao longo dos relatórios trienais, de apontamentos referentes a gastos com doutoramentos dos monges da casa, geralmente na ordem dos 6.000 réis, casos verificados em Estados como o de 1752. O Estado de 1746, por exemplo, indica o pagamento de dois doutoramentos no valor de total de 12.000 réis, e que, no conjunto dos dados referentes aos doutoramentos nos demais Estados, parece confirmar uma certa vocação pedagógica e cultural dos beneditinos do Porto. ADB, CSB 104, Estado de Tibães, 1746; 1752.

12 títulos, dispersos a partir de 16 tomos. De facto, a única obra a apresentar mais de um tomo era a obra cuja autoria estava indicada por Wolfio<sup>491</sup>, *Elementos de Mathematica*, uma edição in-quarto, impressa em Génova no ano de 1743 e que se encontrava distribuída em 5 tomos.

De imediato, o que se destaca nesta secção da livreria é a quantidade de livros em castelhano e português em oposição ao latim, o que fica mesmo evidenciado pela tabela abaixo.

**Tabela 20 - Relação de línguas na secção de Matemática**

Língua	N. de Livros
Latim	2
Castelhano	3
Português	7

Contam-se então em três os livros em castelhano, entre os quais uma tradução de Pedro Apiano (ou Petrus Apianus, 1495-1552), renomado humanista alemão, famoso pelos trabalhos desenvolvidos no campo da matemática e também da cartografia e da astronomia. A obra em questão era *Cosmografia acrescentada por Gemma Frisio*, edição in-quarto, com indicação de impressão da Antuérpia, no ano de 1548<sup>492</sup>. As outras duas publicações castelhanas são o *Repertorio de los tempos* de João Aleman<sup>493</sup>, edição in-oitavo impressa na cidade de Alcalá de

<sup>491</sup> Acreditamos tratar-se de Christian Wolff (1679-1754), matemático, físico, teólogo e filósofo polonês.

<sup>492</sup> Encontramos edição semelhante no acervo da Biblioteca Publica Municipal do Porto, cuja descrição, entretanto, difere na extensão do título. De facto, preservam-se autor, data de publicação e local de impressão, sendo mesmo diferente a relação do título da obra. A versão de posse da BPMP intitula-se *Libro dela Cosmographia/De Pedro Piano, el qual trata de la descripcion del mundo y sus parte por muy claro y lindo artificio: augmetado por el Doctissimo Varon Gemma Frisio, Doctor en Medecina, Y Nuevamente Traduzidos en Romance Castellano*. Ver BPMP, cota H-4-6.

<sup>493</sup> As pesquisas realizadas na tentativa de identificar a obra nos levaram, de facto, a encontrar um *Repertorio de los tempos*. Mas este é o *Repertorio de tiempo e historia natural de Nueva Espana* (1606), cuja autoria é de Enrico Martín (Henri Martin). Aparentemente emigrado para a nova Espanha onde desempenhou as funções de cartógrafo, impressor, intérprete da Inquisição e ainda um engenhoso engenheiro mecânico. O mais curioso reside na sua possível nacionalidade. No artigo dedicado ao autor na Enciclopédia Católica – que nos serviu de referência para esta nota – consta certa incerteza, no que se fala de um Martin alemão, castelhano, mexicano e por fim, francês. O tesouro do CERL (Consortium of European Research Libraries) indica não apenas a sua nacionalidade alemã, como estabelece de facto Hamburgo como sua cidade de nascimento, nos oferecendo ainda data de nascimento e morte, 1555-1632. De todo modo, ainda que fosse de facto alemão, seria coerente imaginar Enrico Martin mudando drasticamente o seu nome para João Aleman, sendo seu apelido uma marca distintiva simbólica da sua nacionalidade? Infelizmente não temos mais subsídios para confirmar. Sobre Henri Martin, ver: Camillus Crivelli, «Enrico Martín», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 16, New York, The Encyclopedia Press, 1914. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/16060d.htm>> Sobre a entrada no CERL, indicação de nascimento e as variáveis de nome e apelido, ver: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp00922870>>.



Henares no ano de 1584 e a *Traducion castelhana de la Esfera de Juan de Sacrobosco*, atribuída a Rodrigo Soares de Santayana<sup>494</sup>, edição in-quarto, impressa em Valladolid no ano de 1568<sup>495</sup>.

Os livros em português se constituem em maior número: são sete obras, entre as quais destacamos a *Summa Astrologica, arte para ensinar a fazer prognósticos* de António de Najera, edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1632<sup>496</sup>; o *Repertorio dos tempos o mais copiozo que athe agora sahio a luz*, de António de Avelar, edição in-oitavo, também impressa em Lisboa, desta vez no ano de 1590; *Instrucção sobre os corpos celestes, principalmente sobre os cometas*, de Francisco Henrique Ahlers, edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1758<sup>497</sup>; *Regimento Nautico* de João Baptista Lavanha<sup>498</sup>, uma primeira edição in-quarto, impressa em

---

<sup>494</sup> Trata-se mesmo de uma tradução em castelhano de uma das obras mais influentes da astronomia medieval do matemático, astrónomo e religioso inglês Juan Sacrobosco (também conhecido por Johanness Sacrobosco ou ainda John de Hollywood), e que gozou de grande prestígio nos estudos humanistas que então tomavam conta das universidades europeias no século XV (a obra em questão parece ter sido bem reputada junto aos círculos académicos de Paris e Oxford). A edição que encontramos no fundo primitivo da Biblioteca Pública do Porto é mesmo uma impressa na cidade de Salamanca, em 1629, traduzida, ao que tudo indica, por Luis de Miranda, membro da Ordem dos Frades Menores, em colaboração com Francesco Giuntini e Christop Clavius. Na Biblioteca Nacional, encontramos nove entradas a respeito da obra seminal de Sacrobosco, entretanto mescladas entre cópias em latim e italiano, e que compreendem publicações impressas entre os anos de 1616 a 1682, o que nos parece convincente para evidenciar a popularidade da qual a referida obra gozava perante o público leitor europeu/português. De facto, foram mais de 30 edições impressas ao final do século XV, e mais de 200 no XVI. Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, 2016, p. 184. Sobre a edição que se encontra no fundo primitivo da Biblioteca Municipal do Porto, ver BPMP, cota R-9-17. Já sobre a publicação de Sacrobosco e seu impacto no quinhentismo europeu, ver Virginia Bonmatí Sánchez, «El Tratado de la Esfera (1250) de Juan de Sacrobosco en el Introductorium Cosmographiae de Antonio de Nebrija c. 1498», *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, n. 15, 1998, pp. 509-513.

<sup>495</sup> O fundo primitivo da Biblioteca Nacional da Espanha possui quatro edições da obra com mesma data da do livro pertencente ao antigo acervo beneditino no Porto. Entretanto, as semelhanças param por aí. Para além de indicar se tratar de uma tradução, este texto da *Esfera* de Sacrobosco recebeu os cuidados editoriais de um tal Adrian Ghemart. De toda maneira, vale ressaltar essa similaridade – ao menos – temporal. Para as cópias castelhanas, ver BNE, cotas R/2775, R/5386, R/14274 e R/28315.

<sup>496</sup> Existem edições equivalentes tanto na Biblioteca Nacional quanto na Biblioteca Pública do Porto. No caso da edição disponível nesta última, somos convidados à saber que a dita edição teve como procedência a livraria do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Sobre os ditos livros, ver: BNP, F.R. 395 e RES. 4979 P. e BPMP, RES-XVII-A-252 e RES-XVII-A-252A.

<sup>497</sup> A Biblioteca Nacional dispõe de quatro edições equivalentes no seu fundo, onde damos a conhecer, inclusivamente, que o livro de Ahlers fora impresso na Officina de Miguel Manescal da Costa. Ver: BNP, S.A. 3566 P., S.A. 22585 P., RES. 590 P. e RES. 6234 P.

<sup>498</sup> Cartógrafo, cosmógrafo, engenheiro e matemático português, figura de importância na corte dos reis Filipes (o que compreende também ao período da dinastia Filipina em Portugal), onde escreveu o Itinerário do Reino de Aragão e o Mapa de Aragão. Por seu intermédio, o ensino de náutica na Península Ibérica sofreu grande impulsionamento. Foi ainda cronista-mor do Reino e chegou mesmo a servir o rei D. Sebastião, quando por volta de 1572 foi seu tutor em matemática. Sobre a vida e impacto de João Baptista Lavanha, ver: Francisco Contento Domingues, «João Baptista Lavanha e o Ensino de Náutica na Península Ibérica», In *As Novidades do Mundo: Conhecimento e Representação da Época Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 115-143; Antonio Paulo Ubieto Artur, «Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 36, Coimbra, 1991, pp. 395-408.

Lisboa no ano de 1606<sup>499</sup>; e o *Guia de Contadores, invenção nova de contas*, de autoria do Monte Real Piemonte, edição in-doze, impressa em Coimbra no ano de 1721<sup>500</sup>.

Finalmente, as obras em latim contam-se em duas: *Sphaera emendata*, de Juan de Sacrobosco<sup>501</sup>, edição in-oitavo, impressa na cidade da Antuérpia no ano de 1582, e que corrige as edições anteriormente publicadas<sup>502</sup>, e a *Elucidatae Fabricae ususque Astrolabi*, de Joannes Stoflerinus Justingensis<sup>503</sup>, edição *in-fólio*, impressa na cidade alemã de Oppenheim, no ano de 1513.

Quanto aos locais de impressão, destacamos a quantidade de obras impressas nas cidades de Gênova e Lisboa: são cinco e quatro livros impressos, respetivamente, nessas cidades, sendo os demais livros impressos em cidades diferentes. São os casos de Zaragoza, Oppenheim, Antuérpia, Alcalá de Henares, Coimbra, Valladolid conforme indicado na tabela abaixo.

**Tabela 21 - Relação dos locais de impressão da secção de Matemática**

Local de Impressão	N. de Livros
Lisboa	4
Saragoça	1
Oppenheim	1
Antuérpia	2
Alcalá de Henares	1
Coimbra	1
Valladolid	1
Génova	5

Já a questão da distribuição temporal das obras, se estabelece com predominância para livros impressos no século XVI, o que parece mesmo natural se levarmos em conta a forte influência de autores ligados ao humanismo renascentista e que particularmente enriqueceram o

<sup>499</sup> Sobre a referida obra, temos notícia de três exemplares semelhantes existentes no acervo da Biblioteca Nacional, sendo uma delas cópia microfilmada. Ver BNP, F. 4781, F.R. 451 e RES. 595 P. A Biblioteca Pública do Porto, por seu turno, mantém em seu acervo de Impressos Raros outra obra de João Baptista Lavanha, a saber o *Naufragio da Não Santo Alberto e itinerario da gente que delle se salvou*, edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1697 na Casa de Alexandre Siqueyra. Ver BPMP, X1-3-60[3].

<sup>500</sup> De facto, encontramos uma edição equivalente no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, que, contudo, preserva um nome diferente, um tanto quanto maior em relação à obra homónima do acervo dos beneditinos portuenses. Na BNP consta o nome da obra por *Guia de contadores e invenção nova de contas pela qual cada hum só conhecer os números, poderá fazer qualquer género de contas facilmente, sem ajuda de tinta, & pena*. As demais indicações de procedência, ou seja, local de impressão, formato, data e relação de autoria, são os mesmos, com um pequeno acréscimo na nota de autor na ficha da BNP: um tal Francisco de Oliveira. Ver BNP, RES. 6391 P.

<sup>501</sup> No inventário seu nome aparece como Johannes de Sacrobocco.

<sup>502</sup> A edição disponível na Biblioteca Nacional foi posse dos Jesuítas do Colégio de São Paulo, Braga. Preserva as mesmas indicações descritivas, expandindo mesmo o título da obra, indicado como: *Sphaera Iouis de Sacro Bosco, Emendata. In eandem Francisci iunctini Florentini, eliae vineti Santos, & Alberti Heronis Scholia*. Ver BNP, RES. 4839 P.

<sup>503</sup> Trata-se de Johannes Stoffler (1452-1531), matemático e astrónomo alemão.

acervo da livraria do mosteiro de S. Bento da Vitória do Porto em sua secção de matemática. São seis as obras impressas no século XVI, enquanto que os séculos XVII e XVIII apresentam, cada uma, três obras.

**Tabela 22 - Relação temporal dos livros impressos na secção de Matemática**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XVI	6
Séc. XVII	3
Séc. XVIII	3
N.D.	0

Sobre os livros em si, as suas marcas de expressividade temática e seus autores, o que eles podem nos indicar a respeito da secção de Matemática da Livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto? Ora, a dimensão reduzida da dita secção talvez não nos permita afirmar de forma inequívoca para uma nítida e legítima preocupação na aquisição e leitura de obras que, tomando emprestado o termo de Ana Isabel Buescu, forjavam a «matematização da natureza»<sup>504</sup>, meio que, em sentido oposto da mistificação dos fenómenos naturais, num arquétipo de brutalismo teórico-prático essencial que circunscrevia a compreensão dos ditos fenómenos a partir de um punhado de explicações de cariz místico-religiosa.

Muitas das obras que compõem esta reduzida secção, se não rompem definitivamente com esta tradição «mágica», suspendem – do ponto de vista simbólico – a sua hegemonia pelo labor coletivo das descobertas, do pensamento e das disposições do Renascimento, num movimento que, de forma muito bem-vinda, conhece na imprensa uma instância de disseminação e popularização de ideias.

Ora, e do ponto de vista simbólico, tanto a *Summa Astrologica, arte para ensinar a fazer prognósticos*, o *Repertorio dos tempos o mais copiozo que athe agora sahio a luz*, *Cosmografia acrescentada por Gemma Frisio*, e mesmo o *Lunario e Prognostico perpetuo general, e particular para cada Reino e Provincia*<sup>505</sup>, entre as demais, são tanto elementos representativos de uma cedência de espaço para o pensamento científico como a confrontação desta mesma cedência no que se refere à disposição temática das obras e seu impacto no aprendizado e contemplação da vida em cenóbio, caso muito particular de composição de um acervo religioso.

A expressividade temática das obras é mesmo um elemento que deve se levar em consideração, uma vez que versa não apenas sobre a matemática pura aplicada à administração, como é o caso da obra *Guia de Contadores, invenção nova de contas*, que em termos práticos,

<sup>504</sup> Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, 2016, p. 179.

<sup>505</sup> Trata-se de uma obra de autoria de Hieronimo Cortes Valenciano (ou Jerônimo Cortes Valenciano), edição *in-oitavo*, impresso em Saragoça no ano de 1613.

poderia mesmo ser de grande contributo para a feitura das contas e demais atividades administrativas de todo o complexo beneditino portuense, o que fica mesmo latente pela simples representação de qualquer uma das folhas contábeis dos Estados de Tibães.

Ora, tal expressividade temática está então ainda mais refletida nas obras dedicadas aos movimentos dos corpos celestes, na orientação dos mares e a arte da navegação, nas previsões de tempo e na calendarização e previsão astrológica, fruto de um sincretismo que era mesmo uma das marcas do que poderíamos considerar o período de transição para o Renascimento. Num período que assinalava o triunfo português sobre os mares, iniciado ainda na primeira metade do século XV, e que levou Portugal a contornar a costa africana e a vislumbrar novas paragens comerciais e de exploração territorial até às costas indianas no Malabar, sem contar com a auspiciosa descoberta do Brasil por Cabral, a «nova» literatura teve papel importante enquanto agente disseminador das novas ideias oriundas do Renascimento

Neste sentido, a publicação de obras sobre a arte de navegar, a exposição de obras cartográficas, diários, mapas astronómicos, interpretação das condições do clima, do movimento dos corpos celestes e mesmo sobre a arte de se manipular os números atestavam para um total entrelaçamento da literatura (principalmente impressa) enquanto agente natural de publicização e organização de um *corpus* documental com domínios institucionais e políticos que emanavam da corte, e que a médio prazo alimentava não apenas as «tradicionais» Universidades, mas também as academias e centros dedicados ao estudo da astronomia, matemática e navegação que foram então surgindo no curso dos descobrimentos e das muitas missões de exploração territorial e comercial. Para não dizer ainda de elementos frugais e eminentemente práticos inerentes às dinâmicas de apropriação literária.

É mesmo o caso, por exemplo, da referida obra *Summa Astrologica, arte para ensinar a fazer prognósticos* de Antonio de Najera, matemático, cosmógrafo e astrónomo castelhano que fincou residência em Lisboa e que, para além do sobredito livro, também publicou a *Navegação especulativa e prática, reformadas suas regras e taboas pelas observações de Ticho Brabe*<sup>506</sup>, estampada em Lisboa na famosa tipografia dos Craesbeeck<sup>507</sup> (neste caso do seu «progenitor», Pedro Craesbeeck) no ano de 1628, edição in-quarto e os *Discursos Astrologicos sobre o Cometa*

---

<sup>506</sup> A Biblioteca Nacional dispõe de duas edições manuscritas da referida obra, uma de 1601, e que trata apenas de uma primeira parte do livro, e outra de 1628, e que por seu turno compreender as partes primeira, segunda e terceira escritas por Antonio Najera, e que são mesmo traduções em português das originais em castelhano. Sobre o manuscrito de 1601, ver BNP cota F.R. 629 e COD. 11063//3. Sobre a edição de 1628, também manuscrita e que se constitui de partes traduzidas da versão em castelhano impressa na casa de Pedro Craesbeeck, ver BNP cota A.T./L. 15.

<sup>507</sup> Sobre a tipografia iniciada por Peeter van Craesbeeck, e continuada por seus familiares Paulo (filho) e Antonio Craesbeeck (neto), ver: João José Alves Dias, *Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal: elementos para seu estudo*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996. Para um panorama geral do movimento tipográfico português entre os séculos XVI e XVII ver: Venâncio Augusto Deslandes, *Documentos para a história da Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

que appareceo em 25 de Novembro de 1618, também impressa em Lisboa na mesma tipografia de Pedro Craesbeeck, edição castelhana in-quarto, no ano de 1619.

Sobre a obra de posse dos beneditinos, sua praticidade parecia residir no facto de ter mesmo «muitas cousas uteis á Agricultura, e á Astronomia, em que se achão assomadas várias observações e experiências Meterologicas curiosas; e recompiladas as doutrinas de Ptolomeo, e de outros Astronomos Gregos, e Arabes.»<sup>508</sup>

E seria então por conta da sua utilidade prática, principalmente no que diz respeito à agricultura, que a referida obra compunha a reduzida secção temática deste emblemático acervo religioso dos beneditinos portuenses? Concretamente não temos como saber. O facto de os beneditinos do Porto possuírem uma quinta localizada nos arredores de Massarelos<sup>509</sup>, sendo ainda a referida quinta uma extensão dos domínios e das atividades do complexo cenobítico portuense, nos parece indicar para ao menos a necessidade de dotar os responsáveis pelo gerenciamento e cuidados deste espaço de elementos teórico-práticos que melhor servissem aos propósitos da exploração agrícola de autossuficiência do mosteiro.

De facto, não seriam todos os livros a servir explicitamente para este fim – se foi mesmo este o caso dos beneditinos com a sua livraria – no conjunto desta reduzida secção. Mas livros como *Repertorio dos Tempos [...] de Antonio Avelar* e ainda o *Repertorio de los tempos* de Joao Aleman também poderiam se constituir como elementos teórico-práticos nos estudos beneditinos e de como estes monges poderiam aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício da casa e da vida em cenóbio. O que poderia ainda ser reforçado pelas obras de matemática «pura», ou seja, *Elementos de Mathematica* de Wolfio e o *Guia de Contadores, invençao nova de contas*, por seu turno bastante práticas nos aspetos de administração dos bens, serviços, obras, e demais despesas de um complexo que de toda maneira, parecia mesmo ser um espaço em constante evolução, aprimoramento e reformas ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Infelizmente os Estados de Tibães nada têm a declarar sobre as questões práticas das livrarias, sendo mais uma relação administrativa do complexo portuense no seio da Congregação de São Bento do que um compilado de impressões gerais dos beneditinos habitantes do mosteiro. Mas dada à vocação cultural e educativa dos beneditinos, e mesmo da dinamização das atividades de autossuficiência que eram marca distintiva da vida em cenóbio, não nos parece mesmo incorreto levantar a hipótese de que esta secção de matemática se revestia de um alto carácter prático, oriunda mesmo dos termos acima referidos pela conjunção e entrelaçamento necessários a uma vida regrada, organizada e consagrada à fé, ao trabalho e leitura.

---

<sup>508</sup> Academia Real de Sciencias de Lisboa, *Memórias de literatura portugueza*, vol. 8, pt. 1, Lisboa, na Officina da Academia Real de Sciencias, 1821, p. 192.

<sup>509</sup> Os Estados nos fornecem mesmo duas indicações de quinta que, contudo, não sabemos se referem a uma mesma: a dos Massarelos e a Quinta do Bicalho. De todo modo, temos indicações de algumas obras e realizações na Quinta do Bicalho como, por exemplo, a plantação de cidreiras, pessegueiros, limoeiros e figueiras. ADB, CSB 104, Estado de Tibães 1725.

### 3.1.5. Livros de Medicina

Chegamos, então, à secção dedicada às obras de Medicina. No conjunto de ordenação temática proposta pela Real Mesa Censória, é mesmo, a exemplo do que fora verificado nos livros de Matemática, a relação de menor expressão numérica: são 16 obras distribuídas a partir de 16 tomos. Mas é nesta secção de poucos livros que encontramos o que parece ser obra mais antiga guardada no acervo dos beneditinos portuenses: trata-se do livro que no inventário aparece listado apenas como *Chirurgia*, cuja autoria parece ser de um tal Evido de Calclikko (?)<sup>510</sup>, edição in-quarto, datada de 1363, e que, infelizmente, se desconhece o local de impressão<sup>511</sup>. Ora, igualmente antigo é o livro *Pratica medicinalis alicta breviarium liber de simplici medicina dicus Circa instans a pratica platearii* de Ioannes Serapionus, uma edição *in-fólio*, impressa em Veneza no ano de 1497. Em linhas gerais, as demais obras se distribuem temporalmente da seguinte maneira:

**Tabela 23 - Relação temporal dos livros na secção de Medicina**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XIV	1
Séc. XV	1
Séc. XVI	8
Séc. XVII	3
Séc. XVIII	1
N.D.	2

Ora, percebe-se pela apresentação da tabela que exatamente a metade das obras se concentram no período temporal que compreende o século XVI, como é o caso do *Livro que trata de todas las cozas, que traen de las Indias Occidentales, que sirven al uso de la medicina* de

<sup>510</sup> Talvez por erro nosso ou ainda do responsável pela transcrição do inventário do mosteiro de São Bento da Vitória, facto é que não encontramos nenhuma menção ao sobredito Evido de Calclikko.

<sup>511</sup> O mesmo pode-se dizer sobre a língua, uma vez que tendo basicamente como indicação o título da obra, poder-se-ia imaginar tratar-se de uma composição em português, digamos, mais arcaico. Contudo, nas buscas que se realizaram para tentar localizar o presente livro (seja mesmo a partir de edições posteriores), notamos muitas indicações de obras latinas e italianas em que a palavra «chirurgia» se fazia presente, e por seu turno eram muito superiores à data indicada no inventário produzido pela Real Mesa Censória. Na Biblioteca Municipal do Porto, local onde naturalmente se poderia imaginar que os livros pós-extinção das Ordens Religiosas em 1834 - e do consequente sequestro dos seus muitos bens - poderiam estar, nos são apresentados apenas livros de «chirurgia» datados de 1531 (para isso ver cota RES-XVI-C-14), 1533 (cota X-13-15) e 1719 (ver cota X-12-46), todas obras em latim e localizadas no fundo primitivo da biblioteca. Contudo, acreditamos que a dita obra *Chirurgia* de Evido em muito se assemelha a uma obra de igual nome listada neste mesmo inventário, e de autoria de Petrus de Argelata (ou Pietro de Argelatta), cuja edição de 1531, impressa em Veneza, se encontra disponível no acervo da Biblioteca Municipal do Porto, com o extenso título de *Chirurgia Argelate cum Albucasi. Eximii Artium & Medicine [...]* (ver cota BPMP RES-XVI-C-14). A versão pertencente aos beneditinos, por seu turno, era mesmo uma impressa na mesma cidade de Veneza, mas no ano de 1571.

Nicoloso de Monardes<sup>512</sup>, uma primeira edição, impressa no ano de 1569, na cidade de Sevilha. Ou ainda os livros *Remedios prezervativos, e curativos para in tiempo de la muerte* de Miguel Martines de Leyva, edição in-oitavo impresso em Madrid no ano de 1597 e *Methodus curandorum omnium morborum corporis humani*, de Gulielmus Rondeletius<sup>513</sup>, edição in-oitavo, impresso em Frankfurt, no ano de 1592.

Já os livros impressos no século XVII perfazem o total de três, sendo apenas uma única obra impressa e publicada no século XVIII, o tratado *Portugal Médico* de Braz Luis de Abreu<sup>514</sup>, edição in-fólio, impresso em Coimbra no ano de 1726, com a mesma quantidade para as obras publicadas nos séculos XIV<sup>515</sup> e XV. Por outro lado, é mesmo desconhecida a data de impressão de dois livros: o *Recetario* de Galeno<sup>516</sup> e a obra de autoria anónima que no inventário fora marcado como «Hum livro velho de medicina sem principio em 4º», e que acreditamos se tratar de um livro já em muito mau estado e que possivelmente já não conservava consigo capa, folha de rosto ou qualquer outro elemento indicativo de melhor descrição.

Por falar em obras anónimas, a proporção nesta secção de Medicina é mesmo baixa. Apenas duas obras estão listadas sem qualquer menção de autor, sendo a outra um livro intitulado *Modus flaciendi ordine medicandi: no menos provechozo a Boticarios que neussario a médicos*, edição impressa em Sevilha no ano de 1542.

Quanto aos locais de impressão, estes são muitos – mais precisamente 8 – e não se restringem ao território português. Vejamos então a distribuição na próxima tabela:

---

<sup>512</sup> É mesmo curioso o autor. O nome que aparece listado, na verdade é do pai de, este sim, autor do *Livro que trata de todas las cozas...*, Nicolas Monárdes (1493-1578). Nicoloso Monárdes, na verdade, era um livreiro residente em Sevilha. Seu filho Nicolas, foi médico e botânico, associado à Universidade de Alcalá de Henares, tendo exercido sua profissão na cidade andaluz de Sevilha. CERL Thesaurus, «Nicolas Monárdes». Disponível em: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01237427>>.

<sup>513</sup> Ou Guillaume Rondelet (1507-1566), médico, anatomista e naturalista francês, tendo sido professor na Universidade de Montpellier, na qual também ocupou a cadeira de reitor. CERL Thesaurus, «Guillaume Rondelet». Disponível em: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01361298>>.

<sup>514</sup> Brás Luiz de Abreu (1692-1756) foi um médico português, nascido em Leiria que anos mais tarde acabaria por se tornar poeta.

<sup>515</sup> Se levarmos em conta, naturalmente, a «precocidade» da obra – que de todo trata-se de um manuscrito – *Chirurgia*, e que data de 1363.

<sup>516</sup> Trata-se mesmo do famoso Claudio Galeno (ca. 129-217), um dos mais renomados e conhecidos médicos do período romano, cuja influência nas questões de anatomia em muito o sucederam. Quanto ao livro de posse dos monges da livraria de São Bento da Vitória se desconhece qualquer menção à data como ainda o local de impressão. Mas encontramos, a partir de buscas nos registos de autoridade da Biblioteca Nacional de Espanha, a referida obra, datada de 1663 e impressa em Veneza na casa de impressão de Giacomo Batti, e que pode mesmo a mesma edição de posse dos beneditinos do Porto. De facto, a mesma pesquisa realizada para tentar traçar um possível data e local de impressão da dita obra também indicou para uma coleção de textos, ou *Tratados Varios*, por sua vez manuscritas e que se publicaram no ano de 1501.

**Tabela 24 - Relação dos locais de impressão na secção de Medicina**

Local de Impressão	N. de Livros
Sevilha	3
N.D.	3
Lisboa	2
Lyon	2
Veneza	2
Antuérpia	1
Madrid	1
Coimbra	1
Frankfurt	1

Ora, como se nota, Sevilha é o local de onde se imprimiu a maior quantidade de livros: três; a mesma quantidade que se verifica com livros em que não foi possível identificar um local de impressão concreto. Lisboa, Lyon e Veneza aparecem com dois livros cada, cabendo ainda a Antuérpia, Madrid, Coimbra e Frankfurt serem os locais de impressão de um livro cada.

O componente da língua também é um importante traço descritivo de uma biblioteca, razão pelo qual se pôde verificar no conjunto das obras de medicina, livros nas línguas portuguesa, castelhana e latim em relativo equilíbrio. Conforme indicado na tabela, as obras em latim contam-se em número de seis e constituem o maior filão linguístico desta secção. Entretanto, é acompanhada pelas obras em castelhano, que compreendem cinco livros; e ainda das obras em português, que se fazem em quatro. Não contamos, pois, o «Hum livro velho de medicina sem principio em 4º», por acreditarmos que sua indicação de título mais refere ao estado e qualidade da obra do que necessariamente ao nome, pelo que se colocaria como uma árdua missão tentar recuperar qualquer sinal representativo que fosse da língua de sua composição.

**Tabela 25 - Relação de línguas das obras da secção de Medicina**

Língua	N. de Livros
Latim	6
Castelhano	5
Português	4
N.D.	1

De toda maneira, a composição da escrita e escolha por uma língua – que inclui ou não a opção pelo vernáculo por parte do seu autor/editor/impressor – parece mesmo ser acompanhada pela própria evolução e popularização da atividade impressa, e que fica - mais uma vez - evidente quando atentamos para o «percurso temporal evolutivo» das obras: rigorosamente todos os livros em latim são anteriores ao ano de 1602. O que não significa dizer, por outro lado, que todas as obras que compreendem o intervalo entre os séculos XIV-XVI sejam exclusivamente latinas: tal



não é o caso do *Tratado llamado menor danõ de medicina*, de Alfonso Chirino<sup>517</sup>, publicada em 1519, em Sevilha; nem tampouco as já referidas *Remedios prezervativos, e curativos para in tiempo de la muerte* (1597) e *Livro que trata de todas las cozas, que traen de las Indias Occidentales, que sirven al uso de la medicina* (1569).

No que diz respeito à representatividade desta secção, seguiremos com a proposição de observamos os pontos de vista simbólico e prático das obras. No primeiro caso, nos parece evidente que o livro de Galeno se arvora como a preciosidade de maior relevo sob ponto de vista da autoridade que emana do seu autor. Autoridade esta que o Alfonso Chirino também poderia gozar por ser médico pessoal do rei D. João II de Castela. Mas esta representatividade simbólica também pode ser mensurada pela antiguidade da obra, fator este que faz da «misteriosa» *Chirurgia* um bem – teoricamente – de muita estima por parte dos beneditinos que habitavam o mosteiro. Ora, basta mesmo comparar a antiguidade da dita obra, 1363, frente o período mais recuado, e, portanto, fundacional do mosteiro de São Bento da Vitória, 1596, para termos noção da sua antiguidade e mesmo de um possível zelo por parte dos monges-leitores da casa.

Por outro lado, sob o ponto de vista prático, em que medida a secção de Medicina era efetivamente utilitária nas atividades do mosteiro de São Bento da Vitória? Tal praticidade se assentava mesmo em uma cobertura temática contemplada, por exemplo, num plano de estudos geral da Ordem de São Bento<sup>518</sup>, da qual se beneficiavam os monges com os mais variados assuntos, incluídos aí os ofícios médicos? Ou o desenvolvimento de uma pequena coleção de livros desta monta fora realizado meio que a revelia por um beneditino – preferencialmente o bibliotecário responsável à ocasião da feitura deste brevíssimo acervo – interessado nos estudos médicos e objetivando mesmo, caso necessário, a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos?

Infelizmente nenhum diário, carta, ofício ou qualquer indicação do tipo fora encontrado a ponto de termos qualquer tipo de prova mais concreta a respeito das motivações a respeito da aquisição destes livros. Por outro lado, os Estados de Tibães podem nos oferecer bons indícios a respeito da matéria. É mesmo por intermédio dos referidos Estados celebrados trienalmente que vamos conhecer primeiro a existência e a manutenção de uma botica, que mais tarde é incorporada por um espaço que compreende ser de uma enfermaria para cuidado dos monges enfermos. As primeiras citações a respeito da sala parecem indicar para alures entre os anos de 1722 a 1725,

---

<sup>517</sup> Alfonso Chirino (1365-1429) foi um médico – inclusive responsável pessoal por João II, rei de Castela – e escritor nascido na cidade de Cuenca. Muito pouco se sabe do seu percurso, de modo que a melhor referência da vida e a obra do médico continua a ser o trabalho de Ángel González Palencia, Alonso Chirino, médico de Juan II y padre de Mosén Diego de Valera, *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, 1924; com complemento de Marina Sánchez Gurruchaga, Nuevos datos acerca del Ms. 370 de la Biblioteca de Menéndez Pelayo de Santander (Menor daño de Medicina) de Alonso Chirino de Cuenca, *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, n. LXXIII, 1997, pp. 227-243.

<sup>518</sup> O que, por um lado não parece ser mesmo o caso, uma vez que o Plano de Estudos que temos conhecimento é datado do ano de 1789.

pelo que fica registado no Estado de 1725. A partir de então, observam-se somas consideráveis destinadas a esta parte da casa e que, de maneira geral, são investidas na aquisição de roupas, alimentos, ervas e produtos naturais, bem como em despesas médicas<sup>519</sup>.

Neste sentido, a posse de livros médicos poderia mesmo ser mais um componente a auxiliar nos cuidados de saúde no claustro, questão que se deixa ilustrar quando tomamos mesmo o título de algumas dessas obras: *Remedios preservativos, e curativos para in tiempo de la muerte* (já referida), *Dezenganos para a Medicina ou botica para todo o Pay de Familias*<sup>520</sup>, *Methodus curandorum omnium morborum corporis humani [...]*<sup>521</sup>, *Praxis Medicinae Theorica et Empirica [...]*<sup>522</sup>, entre outros.

Ora, dado o natural ambiente de clausura e de observância da Regra de São Bento, seria mesmo coerente supor a preservação máxima da unidade de autossuficiência na vida em cenóbio. Pelo que tais obras, longe de se constituírem enquanto elementos de um capricho bibliófilo, serviam mesmo às funções cotidianas de cuidado geral e da preservação do bem-estar clínico dos seus habitantes. Tendo isso em conta, podemos passar adiante para a próxima secção. É chegada a hora de conhecer os livros de história do mosteiro portuense.

### 3.1.6. Livros de História

Com 206 títulos, distribuídos a partir de 323 tomos, a secção de História da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória é a terceira maior do acervo, atrás apenas das secções de Teologia e Belas Letras. Na sua composição, apresentam-se os mais variados tipos de livros, que muito naturalmente ajudam a traduzir a dimensão temática da secção a partir dos seus muitos autores e textos. Memórias, tratados, biografias e crónicas são alguns dos géneros literários presentes, que são preenchidos por temas como a vida de reis e nobres, monografias sobre ordens religiosas, hagiografias e histórias de países, locais, acontecimentos, entre outros.

Um bom ponto de partida para a análise desta secção se dá pela observação dos livros dedicados a edificar a vida e obra dos monarcas, principalmente os portugueses, e que são mais comumente associadas às crónicas. É esse o caso da *Monarchia Lusitana*<sup>523</sup>, uma série épica de

<sup>519</sup> ADB, CSB 104, Estado de Tibães, 1725.

<sup>520</sup> Uma das obras escritas em bom português, de autoria de Gabriel Grisley e impressa em Lisboa no ano de 1656.

<sup>521</sup> Obra em latim de autoria de Gulielmus Rondeletius (ou Guillaume Rondelet), impressa no ano de 1592 em Frankfurt. A Biblioteca Nacional possui em seu acervo edição semelhante. Ver para isso BNP, S.A. 8442 P.

<sup>522</sup> Obra composta em latim, no ano de 1583 por Gualterius Bruede (ou Gualtherius Bruelle), cujo um exemplar de 1585 se preserva na Biblioteca Nacional. Ver para isso BNP, S.A. 2643 A.

<sup>523</sup> Na livraria beneditina, os livros encontram-se separados a partir da notação de autor e em pontos bem distantes, dada a natureza alfabética por apelido do catálogo. Estamos então a falar dos dois primeiros volumes, edições *in-fólio* impressas em Alcobaça em 1597 (1º vol.) e em Lisboa, 1609 (2º vol.), cuja autoria é de frei Bernardo de Brito; das edições de Antonio Brandão, listadas no inventário como sendo três, mas igualmente edições *in-fólio* impressas em Lisboa nos anos de 1632 (vol. 3), 1632 (vol. 4) e 1650 (vol. 5), sendo que o volume 5 é tradicionalmente atribuído a seu sobrinho, Francisco Brandão. Finalmente temos

oito<sup>524</sup> livros iniciada por frei Bernardo de Brito (1569-1617)<sup>525</sup>, historiador e cronista Ordem de Cister<sup>526</sup>. Como um bom épico da época, *Monarchia Lusitana* invoca com exemplar grandiloquência os elementos fundacionais mais recônditos da realeza, destacando, a partir da utilização de alegorias bíblicas, os feitos históricos de príncipes e reis portugueses ao longo dos séculos.

Decisivamente mais contida – seja em propósito, como na superlativação dos feitos e estruturação dos factos a partir de fontes históricas mais fiáveis, temos a *Chronica d'El Rey D. Joao Primeiro*<sup>527</sup>, de Fernão Lopes, cronista oficial do reino e guarda-mor da Torre do Tombo<sup>528</sup>,

---

ainda o volume 7, produzido por Rafael de Jesus, também uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1683. Estão, portanto, ausentes os volumes 6 e 8. No mais, cabe destacar que todas as obras (mesmo os dois volumes ausentes na livraria beneditina) foram impressas na casa tipográfica da família Craesbeeck, o que atende mesmo a uma empresa de tamanha reputação e grandiosidade. A Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza em linha uma série de publicações de autoria de frei Bernardo de Brito, entre elas os volumes da *Monarchia Lusitana*. Ver em: <<http://purl.pt/index/livro/aut/PT/17423.html>>.

<sup>524</sup> Como todo bom épico que se preze, cada um dos oito livros da *Monarchia Lusitana* são mostras representativas da grandiloquência do projeto iniciado por frei Bernardo de Brito, que todavia, só é mesmo identificado como autor nas duas primeiras. Sobre os oito livros, estes são: Livro 1 - *Parte primeira que contem as histórias de Portugal desde a criação do mundo até ao nascimento de Nosso Senhor Jesu Cristo* (1597); Livro 2 - *em que se continuão as histórias de Portugal desde o nacimiento de Nosso Salvador Jesu Christo, ate ser dado em dote ao Conde Dom Henrique...* (1609); Livro 3, de autoria de António Brandão - *que contem a historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques...* (1632); Livro 4, de autoria de Antonio Brandão - *que contem a historia de Portugal desdo tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado delRey D. Afonso III...* (1632); Livro 5, de autoria de Francisco Brandão - *que contém a história dos primeiros 23 anos del Rey D. Dinis...* (1650); Livro 6, de autoria de Francisco Brandão - *que contém a historia dos últimos 23 anos del Rey D. Dinis...* (1672); Livro 7, de autoria de Rafael de Jesus - *contém a vida de el rei D. Afonso o Quarto por excelência o Bravo* (1683); Livro 8, de autoria de frei Manuel dos Santos - *que contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas notícias da Europa* (1729).

<sup>525</sup> Frei Bernardo de Brito (1569-1617) foi responsável apenas pelos dois primeiros volumes da *Monarchia Lusitana*, cabendo os demais à responsabilidade de António Brandão (1584-1637, vols. 3 e 4), historiador, monge e cronista da Ordem de Cister em Alcobaça; seu sobrinho Francisco Brandão (1601-1680), também cisterciense de Alcobaça (vols. 5 e 6); Rafael de Jesus (1614-1693), monge beneditino (vol. 7) e frei Manuel dos Santos (1673-1740), monge cisterciense de Alcobaça.

<sup>526</sup> Para melhor entender frei Bernardo de Brito (ou ainda Balthazar de Brito de Andrade) e a sua atividade enquanto historiador, cronista e religioso dedicado à Ordem de Cister, ver: Álvaro Terreiro, *Frei Bernardo de Brito: historiador profético da resistência: uma leitura para o nosso tempo*, Almeida, Câmara Municipal, 1992.

<sup>527</sup> Trata-se de uma primeira edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1644. A Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza em linha o que parece ser uma edição equivalente da obra existente no mosteiro portuense, cujo nome é o seguinte: *Chronica DelRey D. Joam I de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo*, a primeira do que parece ser três partes. Sobre o referido livro, ver: <<http://purl.pt/218>>

<sup>528</sup> Ora, no que parece mesmo uma marcação em oposição do carácter mítico-heroico-épico empregado na *Monarchia Lusitana*, Fernão Lopes, opta pela grandiosidade dos feitos históricos, da pesquisa documental e de uma construção narrativa muito mais concreta e condizente com os factos. Sobre a dimensão do seu discurso e a prática da construção histórica, ver, de entre outros: Valdei Lopes de Araujo; Bruno Gianezy, «A emergência do discurso histórico na Crônica de Fernão Lopes», *Fenix - Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 3, n. 2, 2006, pp. 1-20; Manoel Francisco Guaranha, «Fernão Lopes: imbricamento entre história e literatura na construção do ethos discursivo na Crônica de D. Pedro», *Ângulo*, n. 125/126, abr.-set., 2011, pp. 16-20.

e ainda uma outra obra também dedicada ao monarca, desta feita pelo 2.º Conde de Ericeira, D. Fernando de Menezes<sup>529</sup> com a *Vida de El Rey D. Joao Primeyro*<sup>530</sup>.

Já José Pereyra Baião (1690-1743)<sup>531</sup>, por seu turno, escreveu a *Chronica d'El Rey D. Pedro Primeiro*<sup>532</sup>. Ou ao menos foi o que pareceu ser pela indicação do catálogo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Na verdade, a crónica dedicada ao Rei Pedro, primeiro de seu nome, foi composta séculos antes por Fernão Lopes, e copiada por Baião «fielmente do seu original, dada a luz, e acrescentada de novo desde o seu nascimento até ser Rey; e outras acções, e noticias de que o Author não trata.», conforme nos indica o seu extenso subtítulo. Como podemos ver, trata-se de uma edição aumentada, de certa forma corrigida por parte de José Pereira Baião, que já em seu prólogo indica os motivos que o levaram a escolher fazer ver a luz a crónica de Lopes em detrimento de outras compostas, entre outros, por Duarte Galvão e Rui de Pina. Tal deve-se, segundo o autor, pela natureza sumária das demais obras dedicadas ao monarca, até mesmo do que fora tratado na aclamada *Monarchia Lusitana*<sup>533</sup>.

Mas esta não foi a única obra de Baião a figurar no acervo histórico do mosteiro beneditino do Porto, nem mesmo a única obra na qual esteve envolvido, como um todo. Ora, consta ainda na dita livraria o *Portugal gloriozo, e illustrado com a vida das Bemaventuradas*

---

<sup>529</sup> Filho de D. Henrique de Meneses, 5.º senhor do Lourical, e de D. Margarida de Lima, foi Comendador de São Pedro de Elvas e de Santa Cristina de Serzedelo, na Ordem de Cristo, para além claro do título de conde herdado do tio-avô D. Diogo de Meneses. Para um breve resumo biográfico, ver: Portugal Dicionário Histórico, Ericeira (D. Fernando de Meneses 2.º conde da). Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/ericeira2c.html>>.

<sup>530</sup> Trata-se da *Vida, e acçoens d'El Rey Dom João I. Offerecido à memoria posthuma do Serenissimo Principe Dom Theodosio*, uma edição in quarto, impressa em Lisboa no ano de 1667 na Oficina Tipográfica de João Galvão. Existem muitas cópias existentes nos acervos de bibliotecas portuguesas, e que correspondem exatamente a esta mesma edição. Neste caso, tivemos contato com a edição localizada na colecção de Impressos Raros da Biblioteca Pública do Porto. Ver BNP, RES-XVII-A-292.

<sup>531</sup> Pouco ou quase nada podemos encontrar sobre José Pereira Baião. O que sabemos, conforme indicado pela folha de rosto da sua versão da Crónica de D. Pedro I, é que foi padre Presbítero que tomou o hábito de São Pedro.

<sup>532</sup> Trata-se de uma edição nova in-quarto (ao menos assim consta no catálogo), impressa na cidade de Lisboa, no ano de 1760. A Biblioteca Nacional de Portugal possui em linha uma versão impressa em 1735 na Oficina de Manoel Fernandes da Costa. Ver em: <<http://purl.pt/422>>.

<sup>533</sup> Ora, é da seguinte maneira que Baião nos apresenta a questão: «Vendo interrompida e parada há anos a impressao de todas as Chronicas deste Reyno, e Reys antigos de Portugal, tão prometida, e desejada, e os Leytores suspenso, e sentidos com esta falta, pela necessidade que há dellas, e útil conveniência, que da sua publicação redunde; e considerando-a quasi-impossibilitada pela grande despeza, que traz anexa, determiney sahir à luz com esta delRey D. Pedro I. assim porque com ella se continuaão as mais por ordem recta, pois todas as antecedentes estão já impressa na forma, em que primeiro foraõ escritas pelos Chronistas Duarte Galvão, e Ruy de Pina, com os defeitos de diminutas, e mal limadas, o que remediáráo já os Autores da Monarquia Lusitana, ilustrando-as com toda a exacção; como porque sendo a deste Rey muy apetevida pelas acções, e rigor das suas justiças, he o de quem tínhamos menos noticia, pois o que se acha delle em Duarte Nunes Leão he muy summario, em Mariz, Garibay, e Marianna hum breve compendio; e o que mais he de considerar, a Monarquia truncada nesta parte. Estas razões me forçaráo a sahir com ella na forma, em que a escreveo Fernão Lopes, Author de todas as Chronicas dos Reys de Portugal até D. Duarte, e não de Ruy de Pina, como muitos imaginaõ, muito menos Duarte Galvão, como a alguns se figurou sem fundamento». José Pereira Baião, *Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escreveo Fernão Lopes [...]*, Lisboa, Officina de Manoel Fernandes Costa, 1735, pp. 1-3.

*Raynhas Stas Sancha, Thereza, Mafalda, Izabel e Joana*<sup>534</sup>, que como bem podemos ver, é um compilado biográfico de cinco rainhas portuguesas. No conjunto da obra de Baião, contam-se ainda as traduções, e adaptações, muitas delas a partir de crónicas famosas e que em sua maioria versavam sobre personagens centrais da monarquia e nobreza, portuguesa ou estrangeira<sup>535</sup>. Para ficarmos nas figuras femininas representadas pelos livros existentes na livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, temos ainda a *Memoria da Serenissima Sr<sup>a</sup> D. Izabel Luiza Jozefa que foi jurada Princeza dese Reyno*<sup>536</sup>, de autoria de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha<sup>537</sup>, *O Obelisco Portuguez Chronologico, genealogico, e Panegirico no Baptismo da Serenissima Infanta D. Izabel Maria Jozefa*<sup>538</sup>, de António Alvares da Cunha<sup>539</sup> e que tratam ambos, como bem podemos ver, da vida da infanta D. Isabel, além do *Breve distracto de la prodigioza vida, e morte de la Sr<sup>a</sup> Princeza Walburga*<sup>540</sup>, cuja autoria remonta à Emiliano de Novira.

Mas o que fica definitivamente marcado na composição da livraria são as obras biográficas dedicadas à vida dos monarcas e príncipes infantes<sup>541</sup>, como já bem vimos de início e que ficamos ainda a conhecer, por exemplo, pela *Vida do infante D. Luis* de D. José João de Portugal<sup>542</sup>; a *Vida do Infante D. Henrique*<sup>543</sup>, cuja autoria está indicada como sendo de Cândido

<sup>534</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1727, na Officina Tipográfica de Pedro Ferreyra. A Biblioteca Nacional de Portugal possui quatro exemplares na sua coleção, a partir das cotas H.G. 4172 V, H.G. 4676 A, H.G. 5665 P e H.G. 5666 P.

<sup>535</sup> Entre as demais obras da qual esteve envolvido, podemos listar ainda: *Historia da vida, acções heroycas, e virtudes insignes do glorioso S. Fernando, Rey de Castella...* (1728 – na BNP, ver cota H.G. 7381 V), da qual traduziu para o português a obra de D. Alonso Nunes de Castro; *Vida da augustissima Rainha Santa Teresa...* (1791, na BNP ver cota H.G. 7139 P) da qual foi autor; *Historia verdadeira do famosissimo heroe, e invencivel Cavaleiro Hespanhol Rodrigo Dias de Bivar, chamado por excellencia o Cid Campeador...* (1734, na BNP ver cota H.G. 2993 P), um compilado a partir de várias crónicas; *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado de Saudosa Memoria: Historia Chronologica de suas acçoens, e sucessos desta Monarquia em seu tempo: suas jornadas a Africa, batalha, perda, circunstancias, e consequencias notaveis della* (1737, na BNP ver cota H.G. 3588 A), na qual aparece como autor.

<sup>536</sup> Trata-se de uma edição in-fólio, impressa no ano de 1748 na cidade de Lisboa.

<sup>537</sup> Pedro Norberto de Aucourt e Padilha (1704-1759) foi um fidalgo português da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, e escrivão do Desembargo do Paço, títulos que ilustram a folha de rosto de outra obra publicada pelo autor, *Raridades da natureza, e da arte, divididas pelos quatro elementos*, que se encontra digitalizada em linha no site da BNP. Ver em: <<http://purl.pt/13915>>.

<sup>538</sup> Trata-se da edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1669, impressa na famosa e já referida oficina dos Craesbeeck, desta feita a de Antonio Craesbeeck de Melo. A Biblioteca Nacional disponibiliza em linha uma versão digitalizada da referida obra. Ver em: <<http://purl.pt/17341>>.

<sup>539</sup> Ora, nada mais, nada menos que o 1.º Conde da Cunha, fidalgo português, que entre outros cargos, foi administrador colonial no reinado de D. José I.

<sup>540</sup> Edição in-oitavo, impressa no que parece ser a cidade de Eystell, no ano de 1722.

<sup>541</sup> Para um melhor entendimento da historiografia portuguesa, são indispensáveis as seguintes leituras: A. H. de Oliveira Marques (org.), *Antologia da historiografia portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Publicações Europa-América, 1975; Joaquim Veríssimo Serrão, *Historiografia portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Verbo, 1975.

<sup>542</sup> Trata-se de uma edição in-quarto impressa em Lisboa no ano de 1735.

<sup>543</sup> Edição in-fólio, impressa no ano de 1758 em Lisboa, na Officina de Francisco Luiz Ameno. A Biblioteca Nacional possui inúmeras cópias do livro, pelo que ficamos apenas a indicar como referência a cota H.G. 3075 A

Luzitano<sup>544</sup>; uma curiosa *Relação summaria das festas com q se celebrou no Rio de Janeyro o Nascim.to do Serenissimo Sr Principe da Beyra*<sup>545</sup>, obra cuja autoria se desconhece, e que muito possivelmente trata dos festejos dedicados á D. José I; *Panegiricos ao Sr. D Joao quarto*<sup>546</sup>, de João Nunes da Cunha<sup>547</sup>; e finalmente obras dedicadas a monarcas estrangeiros, como o caso da *Vida e acçoens militares do Serenissimo Senhor Eugenio Francisco de Saboia*<sup>548</sup>, cuja autoria no inventário aparece apenas pela sigla D.V.M.V.; *Vida del Catholico e opolentissimo D. Felipe 2º d'Austria*<sup>549</sup>, também de autoria anónima e que acreditamos tratar-se de Felipe II Rei de Espanha e Portugal, que também aparece, é bem dito, na obra de Luis Cabrera de Cordova<sup>550</sup> com a *Historia de D. Felipe 2º Rey de Hespanha*<sup>551</sup>.

A questão filipina, na verdade, é muito bem representada na composição da livraria portuense, principalmente a partir de obras de exaltação à restauração levada a cabo em 1640. Ora, tal mesmo é o caso de *Restauração de Portugal prodigioza*<sup>552</sup>, de D. Gregorio de Almeida; *Capitivas Sub Philipo, Libertas et felicitas sub Joanne*<sup>553</sup>, de Gaspar Pinto Correa; *Ecco politico, responde Portugal a la voz de Castilha*<sup>554</sup> de frei Francisco Manoel<sup>555</sup>; *Epistola Apologetica, sobre a recuperacao de Portugal*<sup>556</sup> de D. Hernando de Molina e Saveedra; *Dezemgano ao parecer enganozo, que se deo a El Rey de Castella D. Felipe 4 contra Portugal*<sup>557</sup> de João Pinto

<sup>544</sup> Trata-se do poeta e teórico literário Francisco José Freire (1719-1773), oratoriano lisboeta, proeminente figura do movimento estético-literário da Arcádia (não confundir com a obra de Sir Philip Sidney), motivo este pelo qual introduziu seu pseudônimo arcaico Cândido Luzitano. .

<sup>545</sup> Como fora dito, trata-se de uma edição cuja autoria desconhecemos, livro encadernado em tipografia lisboeta no ano de 1763.

<sup>546</sup> Na livraria do mosteiro portuense, trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1666.

<sup>547</sup> Trata-se do 1.º Conde de S. Vicente, título atribuído pelo Rei D. Afonso VI. João Nunes da Cunha, dada sua influência e natureza nobre, acabou ainda por exercer papel como vice-rei da Índia.

<sup>548</sup> Eugénio Francisco de Saboia (1663-1736), filho do Conde de Soissons e de Olimpia Mancina, nada mais do que sobrinha do poderoso cardeal Jules Mazarin. Na livraria portuense, trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1739. A Biblioteca Nacional de Portugal possui uma versão em linha. Ver em: <<http://purl.pt/22639>>.

<sup>549</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa na cidade de Vincenza no ano de 1605.

<sup>550</sup> Luis Cabrera de Cordova (1559-1623) foi um historiador, tratadista e nobre castelhano da corte de Felipe II.

<sup>551</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1619. A Biblioteca Nacional de Portugal possui duas edições em seu acervo de obras raras com esta mesma data. Ver as cotas D.S. XVII – 28 e RES. 887 V.

<sup>552</sup> Na livraria do mosteiro beneditino do Porto, trata-se de uma edição in quarto, impressa em 1643, da qual se desconhece o local de impressão.

<sup>553</sup> Edição in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1643.

<sup>554</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1645.

<sup>555</sup> Alcaide-Mor de Lamego, Comendador de S. Pedro de Lira e ainda Trinchante de S. Majestade Real. Veremos mais do referido autor na secção de Belas Letras. Para já, frei Francisco Manoel compôs ainda mais outras obras listadas no catálogo como pertencentes à secção de história: *Vida, e muerte del Serafim humano Francisco de Assiz* e *El Fenis da Africa Agostino Aurelio*.

<sup>556</sup> Trata-se, de facto, da *Epistola apologetica a la Magestad Catolica de D. Felipe el Grande, Digníssimo principe de la monarquia española: contra el parecer de cierto ministro consultado por Su Magestad sobre la recuperacion de Portugal*, uma edição in quarto, impressa em Colônia em 1650. A Biblioteca Nacional de Portugal possui alguns exemplares, dos quais destacamos como referência o documento H.G. 3121 P.

<sup>557</sup> Trata-se de uma primeira edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1645.



Ribeiro; *Justificação dos Portuguezes sobre a ação de libertarem o Seu Reino do poder de Castella*<sup>558</sup> de Antonio de Carvalho; *Redicion, e restituicion del Reyno de Portugal ala Serenissima Caza de Bragança*<sup>559</sup> de João Batista Morel; *Historia de Portugal restaurado*<sup>560</sup> de D. Luis de Meneses; *Memoria da disposição das armas castelhanas que injustamente invadirao o Reyno de Portugal no anno de 1581*<sup>561</sup> de frei Manuel Homem e a anônima *Anticramuel ou defensa del manifesto del Reyno de Portugal*<sup>562</sup>. No seu conjunto, são obras produzidas nos primeiros anos da restauração<sup>563</sup> - sendo de facto as mais distantes os 4 volumes da *História de Portugal Restaurado* de D. Luis de Meneses (1751 a 1759) - num tom apologético que nos permite afirmar como a questão encontrava-se aquecida e arregimentava muitos – e naturais – defensores em torno da causa soberana de Portugal.

De toda maneira, acerca dos livros dedicados aos reis e a monarquia, podemos ainda destacar as *Memorias historicas, e genealogicas dos grandes reis de Portugal*<sup>564</sup> e *Historia genealogica da Caza Real Portuguesa*<sup>565</sup> de D. Antonio Caetano Sousa (1674-1759)<sup>566</sup>, títulos com grandiosa dimensão e apelo; *Defenção da Monarchia Luzitana*<sup>567</sup> de Bernardo Silva; *Dialogos de varia historia em que se referem as vidas dos celebres Reys de Portugal* de frei Francisco Xavier dos Serafins; e os *Fastos de Hemeneo, ou Historia Panegirica dos despozorios dos Fidelissimos Reys de Portugal D. Joze 1 e de D. Maria Anna Victoria de Borbon*<sup>568</sup> de frei José da Natividade, da Ordem dos Pregadores.

A história de reis, rainhas e infantes não é mesmo completa se não contemplar suas possessões, alguns dos seus muitos eventos e nobres que edificaram, com seus grandiosos feitos

---

<sup>558</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1643.

<sup>559</sup> Edição in-quarto, impressa em Turim no ano de 1648.

<sup>560</sup> Trata-se de uma Edição em quatro volumes in-quarto, impressas em Lisboa, nos anos de 1751 e 1759 (os volumes 2, 3 e 4).

<sup>561</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1665.

<sup>562</sup> Trata-se de uma edição in-quarto, impressa em Paris no ano de 1643.

<sup>563</sup> De facto, a exceção do livro de frei Manuel Homem e da coleção de 4 volumes de D. Luis de Meneses, as demais obras situam-se sempre entre os anos de 1640 a 1648.

<sup>564</sup> Trata-se de uma segunda edição in-quarto, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1755.

<sup>565</sup> Trata-se da *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé*, ao que tudo indica uma obra de 12 tomos divididas em 13 volumes. A livraria do mosteiro de S. Bento da Vitória parecia ter 20 volumes, impressos em Lisboa no ano de 1735, da qual não podemos saber ao certo quais e quantos volumes cada da magnífica coleção de Antonio Caetano de Sousa se tratavam. De todo modo, a Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza em linha a obra no seu conjunto a partir de: <<http://purl.pt/776>>.

<sup>566</sup> Bibliografo, genealogista e escritor português, associado à Academia Real de História Portuguesa e ainda clérigo teatino. D. Antonio Caetano de Souza também está ligado ao mundo dos livros por ser filho de Maria Craesbeeck, da renomada família de impressores radicados em Lisboa.

<sup>567</sup> Ou ainda *Defesam da Monarchia Portuguesa*. Na livraria beneditina, trata-se de uma edição in-quarto, impressa em 1620 na cidade de Coimbra. Existem cópias espalhadas nos acervos da Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica de Portugal.

<sup>568</sup> Edição in-fólio, impressa em Lisboa no ano de 1752.

dignos de nota, a história não só de Portugal, mas como dos países estrangeiros. E a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, mais uma vez, parece-nos indicar para uma variedade interessante de obras que versam sobre estes assuntos. Vejamos então algumas delas.

Ambrozio de Morales<sup>569</sup> compôs a *Chronica general de Hyspania*<sup>570</sup>, edificante obra de exaltação dos grandiosos feitos de reis e nobres espanhóis desde os princípios dos seus eventos fundacionais; indo por caminho semelhante, temos Bernardo Alegrete com as *Varias antiguidades de Hespanha Africa, e outras províncias*<sup>571</sup>; *Destruição de Hespanha, e restauração da mesma*<sup>572</sup> de André da Silva Mascarenhas<sup>573</sup>; *Compendio historial de las Chronicas, e universal historia de todos os Reynos de Hyspanha*<sup>574</sup>, do historiador Estevan de Garibay e Zamalloa; *Historia general de Hespanha*<sup>575</sup> composta por frei Juan de Mariana (1536-1624)<sup>576</sup> e o que indica ser uma defesa da obra realizada muitos anos depois por D. Thomas Samarys de Bargas com a sua *Defensa a la historia general de Hespanha de D. Juan de Mariana*<sup>577</sup>; e uma muito curiosa *Historia general del Peru*<sup>578</sup> de Garcilazo de la Veja. Ora, as possessões portuguesas também serviram como pano de fundo para obras de interesses dos beneditinos do Porto. Tais são os casos das obras consagradas de Manoel de Faria e Sousa, *Epitome das historias*

---

<sup>569</sup> Ambrozio de Morales (1513-1591) foi um historiador, teólogo e humanista castelhano, associado a Ordem dos Jerónimos e a Universidade de Salamanca. Para uma biografia mais detalhada do autor, ver: Enrique Redel, *Ambrósio de Morales: estudo biográfico*, Córdoba, Imprensa del Diário 1909. Disponível em: <<https://archive.org/details/ambrosiodemoral00aguigoog/page/n11>>; Ramon Cobo Sampedro, *Ambrósio de Morales: apuntes biográficos*, Córdoba, Imprenta Libreira y Litografia del Diario, 1879. Cf.: <[https://biblioteca.cordoba.es/BibDigital/OCR/1879\\_cobo\\_ambrosio\\_morales\\_apuntes\\_biograf-OCR.pdf](https://biblioteca.cordoba.es/BibDigital/OCR/1879_cobo_ambrosio_morales_apuntes_biograf-OCR.pdf)>

<sup>570</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Alcalá de Henares no ano de 1577.

<sup>571</sup> Edição in-quarto impressa em Anvers (Antuérpia) no ano de 1614.

<sup>572</sup> Edição in-quarto de 1671, impressa em Lisboa na oficina de António Craesbeeck. Existem na Biblioteca Nacional de Portugal três exemplares disponíveis, a partir das cotas RES. 649 P, RES. 1152 P e RES. 1804 P.

<sup>573</sup> André da Silva Mascarenhas foi Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, Desembargador da Relação do Porto. Mascarenhas ficaria famoso, contudo, por um caso grave de plágio da obra Viriato Trágico de Bráz Garcia Mascarenhas, ocorrido no seu poema épico *Destruição de Espanha*. É mesmo uma questão curiosa, pois o poema de André da Silva Mascarenhas foi publicado em 1671, tendo a obra plagiada por ele dada à estampa apenas em 1699, ainda que já estivesse escrita a mão pelo seu autor desde pelo menos 1656, ano que marcaria o falecimento de Bráz Garcia Mascarenhas. Ora, existiram ainda suspeitas de um eventual parentesco devido ao apelido dos autores, o que poderia inclusive facilitar uma cópia não autorizada e apropriada por parte de André da Silva. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, P. 70.

<sup>574</sup> Trata-se de uma primeira edição *in-fólio*, impressa na Antuérpia no ano de 1571, da qual encontram-se listadas na livraria 4 tomos.

<sup>575</sup> Trata-se da primeira edição de uma obra *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1617, da qual a livraria portuense apresenta dois tomos. Parece ser a tradução da obra *Historia de rebus Hispaniae* do mesmo autor, impressa em 1592 na cidade de Toledo, e que se encontra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal sob as cotas H.G. 1735 A, H.G. 1736 A e H.G. 1737 A.

<sup>576</sup> Teólogo e historiador castelhano, pertenceu à Companhia de Jesus, associado ao círculo acadêmico dos Complutensis de Alcalá de Henares.

<sup>577</sup> Trata-se de uma edição in quarto, impressa em Toledo no ano de 1676.

<sup>578</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Córdoba no ano de 1610.



*Portuguesas*<sup>579</sup>, *Europa Portuguesa*<sup>580</sup>, *Africa Portuguesa*<sup>581</sup> e *Asia Portuguesa*<sup>582</sup>, esta última uma edição em 3 volumes.

Acontecimentos e/ou períodos históricos específicos também marcam a secção de história da livraria portuense, sendo mesmo o caso da *Historia dos movimentos, separação da Catalunha*<sup>583</sup> de Clemente Lebentino; *Topografia, e historia general de Argel*<sup>584</sup> de frei Diego de Haedo<sup>585</sup>; *Fastos Politicos, e militares da antiga, e nova Luzitana*<sup>586</sup> de Inácio Barbosa Machado<sup>587</sup>; *Compendium historico universli ab initio mundi ad tempora Caroli Magni*<sup>588</sup> de Ioannes Clericus; dois livros de D. Luis de Avilla e Zuniga sobre as guerras realizadas por Carlos V contra o reino germânico no *Commentario de Guerra de Alemanha echa por Carlo 5*<sup>589</sup> e a *Guerra de Alemanha echa por Carlo 5 en el año de 1546-1547*<sup>590</sup>.

Por fim, a livraria beneditina possuía ainda no corpo da sua colecção obras sobre nobres, suas casas e feitos, como podem muito bem atestar a *Historia panegirica da vida de D. Diniz de Mello*<sup>591</sup>, composta por Julio de Mello; *Vida de D. Joao de Castro*<sup>592</sup>, de Jacinto Freire de Andrade; *Historia del mui Nobre, e valerozo el Cid Ruidias de Beviar*<sup>593</sup> de Juan de Escobar; a

<sup>579</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Antuérpia no ano de 1710.

<sup>580</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1684.

<sup>581</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1681.

<sup>582</sup> Três edições *in-fólio*, impressas em Lisboa, nos anos de 1666, 1674 e 1675.

<sup>583</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa, no ano de 1641.

<sup>584</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Valladolid, no ano de 1612.

<sup>585</sup> Diego de Haedo (1527-1608) foi um historiador e teólogo beneditino.

<sup>586</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1745.

<sup>587</sup> Ignácio Barbosa Machado (1686-1776) foi um doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, historiador, cronista da Casa de Bragança, desembargador da Relação no Porto e ainda membro ilustre da Academia Real de História. Para uma nota biográfica mais detalhada do autor, ver: Portugal Dicionário Histórico, «Ignácio Barbosa Machado». Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/barbosamachadoi.html>>.

<sup>588</sup> Trata-se de uma obra histórica do reinado de Carlos Magno, disponível na livraria portuense em uma edição in-oitavo, impressa em Amsterdão no ano de 1688.

<sup>589</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo, impressa na cidade de Antuérpia (com notação do seu nome francês, Anvers) no ano de 1549.

<sup>590</sup> Edição in-oitavo, impressa na cidade da Antuérpia no ano de 1549.

<sup>591</sup> Trata-se de Diniz de Melo de Castro (1624-1709), militar e político português, envolvido em batalhas no período de Restauração, motivo este que levou à obra dedicada aos seus feitos e personalidade. Na livraria, tal obra era mesmo uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1744.

<sup>592</sup> João de Castro (1500-1548) foi, entre muitas atribuições, cartógrafo, governador, capitão-geral e vice-Rei da Índia. Na livraria beneditina, estamos a falar de uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1671.

<sup>593</sup> Trata-se efetivamente do famoso El Cid, que chegou mesmo a ganhar uma cinebiografia (1961) do realizador Anthony Mann e que teve no papel principal Charlton Heston. Rodrigo Diaz de Vivar (1043-1099) foi um nobre e militar castelhano, imortalizado, principalmente, a partir de uma poema épico a ele dedicado, o *El Cantar de mio Cid*, cuja autoria original se desconhece. Entre os seus muitos feitos, destaca-se, evidentemente, a tomada e a governação sobre Valencia, onde foi senhor soberano desde o bem-sucedido cerco de 1094, até a sua morte, cinco anos depois. Na livraria do mosteiro beneditino, estamos a falar de uma edição in-doze, impressa em Lisboa no ano de 1505. Sobre El Cid, seus feitos e sua relação com a corte de Castela, ver: Simon Barton; Richard Fletcher, *The World of El Cid: Chronicles of the Spanish reconquest*, Manchester, Manchester University Press, 2001. Já sobre o épico poema que lhe foi dedicado, ver a versão digitalizada disponibilizada pela Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes a partir do

*Historia del Fortysimo, excelentissimo Capitan D. Hernando de Avalos Marques de Pescara com los Ecchos memorables de otros Sette Capitanos del Imperador Carlos 5*<sup>594</sup>, cujo autor está identificado no catálogo da livraria apenas como um tal de Vales; *Acciones de la vida de Luis Mendes*<sup>595</sup> de frei António Pereira de Lima; *Vida de D. Duarte de Menezes Tercero Conde de Vianna*<sup>596</sup>, de D. Augustin Manoel e Vasconcellos; e a *Nobiliarchia Portuguesa*<sup>597</sup> de António de Villas Boas e Sampaio.

Por se tratar de uma livraria religiosa, natural seria que suas obras não se limitassem apenas a aparecer na secção de Teologia. De facto, o catálogo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória nos apresenta muitas hagiografias, isto é, livros dedicados à vida dos santos<sup>598</sup>, como são os casos de - mas não somente - *Vida de Gloriosa Virgem St.<sup>a</sup> Gertrudes a Magna*<sup>599</sup>, de Alonço de Andrade; *Vida, e milagres de St.<sup>a</sup> Ignez*, de F. Alvaro de Hinogoza; *Vida, e martirio de São João Baptista*, de frei Antonio Lopes Cabral; *Vida, martyrio de St.<sup>a</sup> Quiteria*<sup>600</sup>, cuja autoria

---

manuscrito de Per Abbat: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/cantar-de-mio-cid-manuscrito-el-manuscrito-de-per-abbat--0/html/>>.

<sup>594</sup> Fernando Francesco d'Avalos, o 5.º Marquês de Pescara (1489-1525), foi um nobre geral de origem ítalo-hispânica, cujo feitos militares estão principalmente associados ao período marcado pelas Guerras Italianas (1521-1526) do qual esteve juramentado à causa de Carlos V, derrotando os franceses em batalhas decisivas em Bicocca e Pavia, o que acreditamos, motivou a publicação da biografia dedicada aos seus feitos em batalhas, e que se encontrava presente no acervo do mosteiro beneditino. O livro em questão é mesmo uma edição in-oitavo, publicada na Antuérpia no ano de 1570. CERL Thesaurus, «Avalos, Ferdinando Franceso». Disponível em: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp00562532>>.

<sup>595</sup> Acreditamos tratar-se de frei Luis Mendes de Vasconcelos (ca. 1542-1623) membro eminente da Ordem de Malta, da qual foi seu 55.º Grão-Mestre. A publicação que recuperamos e que está disponível em linha no sítio da Biblioteca Nacional de Portugal apresenta um título mais extenso: *Acciones de la vida de sv alteza sereníssima frei Lvis Mendes de Vasconcellos, Gran Maestro de la sagrada Religion de San Iuan Baptista, Del Hospital de Hierusalen, Y del Sancto Sepulchro, Principe de las Islas de Gozo, Malta, Y Rodes, Senõr Del Real Dominio de Tripoli...*, edição in-oitavo, impressa em Lisboa, na Oficina de Antonio Rodriguez de Abreu em 1672. Sobre a versão digital da obra, ver: <<http://purl.pt/17467>>.

<sup>596</sup> D. Duarte de Meneses (1414-1464), nobre e militar português, 2.º conde de Viana de Foz de Lima; 3.º conde de Viana do Alentejo e 1.º capitão de Alcácer-Ceguer. A edição da livraria beneditina, cujo nome completo é *Vida de D. Duarte de Menezes Tercero Conde de Vianna, I sucessos notables de Portugal em su tiempo*, de facto é semelhante a que hoje se encontra digitalizada e disponível em linha pela BNP, uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1627, na já referida e famosa Oficina dos Craesbeeck, desta feita a de Pedro (de facto, impressor do Rei). Sobre o referido livro, ver: <<http://purl.pt/408>>.

<sup>597</sup> *Nobliarchia Portuguesa: tratado da nobreza hereditária, & politica*. Obra, como era muito natural na época, oferecida a uma figura eminente, neste caso ao Marquês de Gouvea, Conde de Portalegre e membro do Conselho de Estado, D. João da Silva. Trata-se de um estudo conduzido de forma pormenorizada por Antonio de Villas Boas e Sampaio, e que faz um percurso pela história geral na nobreza, suas principais casas, títulos nobiliárquicos (Marquês, Conde, Visconde...), e que apresenta mesmo um curioso capítulo (XXI) destacando os impressores (entre pintores, cirurgiões, boticários, escultores e ouvires) e relações possíveis – ou não – no corpo da nobreza.

<sup>598</sup> Para uma melhor dimensão das publicações hagiográficas e dedicadas ainda a figuras de expressão religiosa, ver: Paula Almeida Mendes, “«Vidas», «Histórias», «Crónicas», «Tratados»: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI -XVIII)”, *Lusitana Sacra*, n. 28, Lisboa, 2013, pp. 173-215.

<sup>599</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1708.

<sup>600</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1722. Em nossa pesquisa nos fundos de bibliotecas portuguesas, encontramos somente uma obra dedicada à mesma santa (ao menos acreditamos), mas de autoria de Pedro Henrique de Abreu, com a *Vida, e martyrio da gloriosa Santa Quiteria, e de suas oyto irmaãs todas nacidas de hum parto, portuguesas, & protomartyres de Hespanha* :

parece ser de frei Bento de Ascensão; *Vida, e purgatorio de São Patricio*<sup>601</sup>, de Juan Peres Montealvan<sup>602</sup>; *Vida de São João Evangelista*<sup>603</sup>, de Nuno Barreto Fuzr; sem contar, naturalmente, com obras dedicadas ao expoente máximo do cristianismo, como é mesmo o caso de *Vida de Christo*<sup>604</sup>, de Christobal da Fonseca.

Ora, também constava na sala da livraria, obras dedicadas aos religiosos eminentes e ordens religiosas, com natural evidência aos livros que edificavam e celebravam a Ordem fundada por Bento de Núrsia. Tais são os casos, por exemplo, da *Chronica general de la ordem de San Bento*<sup>605</sup>, cuja autoria é de frei Antonio de Yepes (1554-1608)<sup>606</sup>; *Vidas de Stos e personas venerables de la Sagrada Religion de San Benito*<sup>607</sup>, de frei Antonio de Heredia<sup>608</sup>; *Vida, e*

---

*com hum discurso sobre a antiga cidade Cinania*, obra impressa em Coimbra, no ano de 1651 na Officina de Manoel de Carvalho. Sobre o livro de Pedro Henrique de Abreu, ver: <<http://purl.pt/14192>>.

<sup>601</sup> Trata-se de uma edição última in-doze impressa em Sevilha no ano de 1635. A BNP possui duas versões da referida obra. A primeira é *Vida e purgatorio de São Patricio, Arcebispo, e Primaz de Hybernia*, tradução do castelhano por parte do padre Manoel Caldeira, impressa em Lisboa no ano de 1737 na Officina de Antonio Pedrozo Galvão. Já a segunda, se aproxima em título e período da cópia possuída pelos beneditinos, mas trata-se essencialmente de uma edição lisboeta de 1646, produzida na Officina de António Alvarez, Impressor D'ElRey. Sobre as referidas edições, ver respetivamente as cotas H.G. 3546 P e R. 16291 P.

<sup>602</sup> Ao que tudo indica, Juan Pérez de Montalbán (assim mesmo é sua grafia correcta) foi poeta, dramaturgo, cuja vida foi mesmo curta, 36 anos. (1602-1638). CERL Thesaurus, «Juan Pérez de Montalbán». Disponível em: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01316248>>.

<sup>603</sup> Trata-se de uma edição in-quarto impressa em Lisboa no ano de 1682.

<sup>604</sup> Trata-se de uma primeira edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1602. A BNP possui em seus fundos alguns exemplares do que acreditamos ser a obra de Christobal de Fonseca, e que conservam nome, data e local de impressão diferentes. Existe mesmo uma edição castelhana, a *Primera parte de la Vida de Christo Señor Nuestro*, impressa na cidade de Toledo em 1598; e outras tantas portuguesas, mas escritas em bom castelhano, e que parecem ser edições corrigidas, desta feita impressas na Officina de Antonio Alvares, em 1600 na cidade de Lisboa. Sobre a versão lisboeta de 1600, ver: <<http://purl.pt/15144>>. Sobre uma segunda parte da obra, que vale lembrar, não foi referida no catálogo beneditino, encontramos também na BNP registos da sua existência. São duas edições distintas da *Segunda parte de la vida de Christo señor nuestro: que trata de sus milagros*. A primeira impressa em Lisboa por Antonio Álvares e Jorge Rodriguez em 1602 (mas impressa em castelhano) e a segunda uma edição madrilena tardia, de 1621, impressa na Officina de Luis Sanchez. Sobre as referidas obras, ver, respetivamente, as cotas RES. 2853 V e RES. 3058 V. Identificamos ainda uma terceira parte da obra, a *Tercera parte de la vida de Christo Señor Nuestro, que trata de sus parábolas*, que na BNP aparece como uma versão de 1606 impressa em Barcelona por Sebastian de Cormellas (BNP, RES. 3059 V) e, por fim, (ao que parece, pelo menos), a *Quarta parte de la vida de Christo S.N. que trata de su doctrina. y contiene los Evangelios de los Santos, y Domingos del año, y extravagantes*, edição de 1611, impressa em Madrid por intermédio de Luis Sanchez (BNP, RES. 3060 V).

<sup>605</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, em 5 volumes, impressa em Lisboa nos anos de 1709, 1710 e 1713 (vols. 3, 4 e 5). Ao tentarmos recuperar alguma evidência sobre a obra nos principais fundos portugueses, descobrimos os volumes impressos em 1609, mas que formam uma colecção de 7 volumes. Na Biblioteca Pública Municipal do Porto está localizada na colecção de Fundo Primitivo, sob os tomos G-10-21[1] a [7].

<sup>606</sup> Historiador beneditino que tomou o hábito na cidade de Valladolid, sendo abade do mosteiro de São Vicente de Oviedo e Corias. Oviedo Enciclopedia, «Frey Antonio de Yepes». Disponível em: <<http://el.tesorodeoviedo.es/index.php?title=Fray Antonio de Yepes>>.

<sup>607</sup> Trata-se de uma colecção de 4 volumes, *in-fólio*, impressas na cidade de Lisboa entre os anos de 1683-1686. Ao que tudo indica, parece ser a mesma edição existente no fundo da BNP, da qual se conservam 2 volumes. Ver, para isso, as cotas H.G. 1017 V e H.G. 1018 V.

<sup>608</sup> Trata-se de mais um historiador que tomou o hábito para servir São Bento em Sopetrán (acreditamos ser a cidade colombiana). Foi ainda professor de artes, prior em Montserrat, abade de Sopetrán e Definidor Geral da Congregação de São Bento.

*milagres del glorioso Patriarcha S. Benito*<sup>609</sup>, de frei Diego Mecoleta<sup>610</sup>; *Benedictina Lusitana*<sup>611</sup>, de frei Leão de São Thomas (1574-1651), Abade Geral do mosteiro de São Martinho de Tibães; *Historia rei literariae ordinis S. Benedicti*<sup>612</sup>, de Magnoald Ziegelbauer (1689 – 1750)<sup>613</sup>; *Elogios dos Padres Geraes da Congregação Beneditina*<sup>614</sup>, de frei Thomas de Aquino; *Primera parte de las fundaciones de los monasterios del glorioso S. Benito que los Reyes de Hespanha dotaron e fundaron*<sup>615</sup>, de Sandoval de Prudêncio (1560-1620)<sup>616</sup>, entre outros.

Sobre as demais ordens e personalidades religiosas, temos a *Vida de padre Antonio Vieira*<sup>617</sup>, biografia escrita pelo padre André de Barros (1675-1754)<sup>618</sup> sobre o famoso pregador jesuíta; *Historia de la vida del P. M. F. Juan de Vasconcellos de la Orden de los Predicadores*<sup>619</sup>, do dominicano frei Andre Ferrer de Valdecebro; *Historia de la vida, muerte, e milagres de S. Juan de Dios*<sup>620</sup>, de frei Antonio de Gouveia; *Vida de padre Manoel. F. Simao de Rozas*<sup>621</sup>, de frei Bernardino de Santo Antonio; *Vida do padre Francisco e do que fizeram na India os Padres Jesuitas*<sup>622</sup>, de P. Joao de Lecena; *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular observancia neste*

<sup>609</sup> Edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1733.

<sup>610</sup> Diego Mecoleta foi um monge beneditino e historiador que tomou hábito no mosteiro de San Millán de la Cogolla, sendo ainda Pregador Geral da Ordem de São Bento. Mecoleta era um grande estudioso, e para além da obra de posse dos beneditinos, foi também responsável por uma tradução da Regra de São Bento, reputada por seus pares e contemporâneos de tal maneira que acabaria por ser quase que a edição oficial da Regra em Espanha. Miguel C. Vivancos Gómez, OSB, Real Academia de La História, «Diego de Mecoleta». Disponível em: <<http://dbe.rah.es/biografias/50831/diego-de-mecoleta>>.

<sup>611</sup> Trata-se de uma edição in-fólio, impressa em Coimbra no ano de 1644.

<sup>612</sup> Trata-se de uma coleção de 4 volumes in-fólio, impressa em Augsburg no ano de 1751.

<sup>613</sup> Historiador beneditino alemão, que tomou hábito no mosteiro de Zwiefalten, onde iniciou seus trabalhos como professor de teologia. Também foi professor da mesma matéria no mosteiro de Reichenau. Michael Ott, «Magnoald Ziegelbauer», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 15, New York, Robert Appleton Company, 1912. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/15758a.htm>>.

<sup>614</sup> Trata-se dos *Elogios dos reverendissimos padres DD. abbades geraes da Congregação Benedictina do reyno de Portugal, e principado do Brazil*, edição in-quarto, impressa na cidade do Porto, na Officina de Francisco Gomes Lima no ano de 1767. Existe uma versão digitalizada semelhante a do mosteiro beneditino e que se encontra em linha graças ao trabalho magnífico da Fundação Internet Archives. Para a referida cópia, ver: <<https://archive.org/details/elogiosdosreverere00aqui>>.

<sup>615</sup> Trata-se da edição in-fólio, impressa em Madrid no ano de 1601.

<sup>616</sup> Beneditino, Bispo de Pamplona.

<sup>617</sup> Trata-se, acreditamos, da *Vida do apostólico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por Antonomasia o Grande: Acclamado no mundo por Principe dos Oradores Evangélicos, pregador incomparável dos Augustissimos Reis de Portugal, varão esclarecido em virtudes, e letras Divinas, e humanas; restaurador das Missões do Maranhão, e Pará...* Existe aqui uma pequena confusão. No catálogo da livreria beneditina, o livro de padre André de Barros aparece como uma edição de 1686, que, levando-se em conta o nascimento do eminente jesuíta, faria deste um muito precoce autor, do alto dos seus 11 anos de idade. O catálogo, então, apresenta uma edição in-fólio, impressa em Lisboa no ano de 1686.

<sup>618</sup> Também jesuíta, a exemplo de padre António Vieira, André de Barros foi um eminente escritor, sendo uma das principais figuras da Academia Real de História Portuguesa.

<sup>619</sup> Edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1669.

<sup>620</sup> Trata-se da biografia do santo português S. João de Deus que fundou no ano de 1606 a Ordem dos Hospitalários, de natureza mendicante, regular canónica e masculina a partir do mosteiro de Montemor-o-Novo. Na livreria beneditina, estamos mesmo a falar de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1658.

<sup>621</sup> Trata-se de uma primeira edição in-quarto impressa em Lisboa no ano de 1625.

<sup>622</sup> Edição in-fólio, impressa no ano de 1600 em cidade da qual se desconhece a origem.

*Rno de Portugal, Algarves e seos Dominios*, de frei José Pereira St<sup>a</sup> Anna; *Trecera parte de las Chronicas de la Ordem de los Frades Menores de S. Francisco*<sup>623</sup>, de frei Marcos de Lisboa; *Chronica de Carmelitas descalços particular do Reino de Portugal e Provincia de São Felipe*<sup>624</sup>, de frei Melchior de St. Anna; *Alcobaça illustrada, noticia dos Mysterios Cistercienses de Portugal*<sup>625</sup>, cuja autoria é do já referido cisterciense Manoel dos Santos; *Historie des Orders Monastiques Religeux e Militaires*<sup>626</sup>, cujo autor desconhecemos; *Chronica da ordem dos Cónegos Regrantes de Sto Agostinho*<sup>627</sup>, de D. Nicolau de Santa Maria; *Cathalogo dos Bispos do Porto illustrado por Antonio de Serq<sup>a</sup> Pinto*<sup>628</sup>, de D. Rodrigo da Cunha<sup>629</sup>; *Chronica da Companhia de Jezus de Portugal*<sup>630</sup>, de Balthezar Telles, entre outros.

E por falar na Companhia de Jesus, a secção de história da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória guarda ainda mais duas obras dedicadas à polémica em torno da ordem consagrada por Ignacio de Loyola, e que parecem admitir, mais uma vez, um princípio de atualização em torno dos debates que estavam a tomar conta de Portugal nos primeiros anos de 1760. Uma delas parece estar mais identificada com duas outras obras encontradas na secção de jurisprudência, e trata-se da *Sentença do Parlamento de Paris pela qual foi abolida a sociedade dos Jezuitas*<sup>631</sup> (1762), publicada um ano depois da *Sentença do Parlamento de Paris em que se prohibem as Escollas publicas aos Padres da Companhia e se mandao queimar varios livros compostos pelos ditos padres* (1761), já mencionada.

Tais livros estão naturalmente associados ao movimento literário e propagandístico montado pelo Marquês de Pombal, e que teve como principal objetivo expulsar a Companhia de Jesus de todos os domínios portugueses, com o seu total opróbrio a meio do caminho. Tal manobra fez mesmo uso maciço de impressos e manuscritos estrangeiros (naturalmente traduzidos), um tanto como forma de legitimar as ações, como também, e consequentemente, de construir um *corpus* comprobatório robusto que pudesse pôr termo definitivo na influência perversa – segundo

<sup>623</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1605.

<sup>624</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1657.

<sup>625</sup> Trata-se da edição *in-fólio*, impressa em Coimbra no ano de 1710.

<sup>626</sup> Oito tomos de uma edição in-quarto, impressa em Paris no ano de 1714.

<sup>627</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Lisboa, no ano de 1668.

<sup>628</sup> Trata-se da segunda edição *in-fólio*, impressa na cidade do Porto no ano de 1742, na Officina Prototypa Episcopal. A Internet Archive disponibiliza em linha uma cópia digitalizada do referido livro. Para tanto, ver: <https://archive.org/details/catalogodosbispo00cunh>.

<sup>629</sup> O mesmo autor ainda foi responsável pela impressão do *De primatu Ecclesiae Bracharensis*, edição *in-fólio*, impressa na cidade de Braga em 1632.

<sup>630</sup> Trata-se da edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1645.

<sup>631</sup> Trata-se de uma edição in-quarto impressa em 1762 na cidade de Lisboa, cuja autoria no catálogo aparece anónima, mas que podemos considerar como do Parlamento Francês. O Internet Archive disponibiliza em linha uma versão desta sentença, um livreto de 112 páginas, de boa tradução e que está inserida, acreditamos, no sistema de anti-propaganda montada pelo Marquês de Pombal. Para o livreto-sentença, ver: <https://archive.org/details/sentenadoparla00fran>.



demonstram os muitos documentos produzidos a partir da querela pombalina – da Companhia de Jesus em Portugal e em toda a Europa<sup>632</sup>.

A outra obra que encontramos no catálogo do acervo beneditino é, de facto, ainda mais reveladora. Trata-se da *Deducção Chronologica, Analytica*<sup>633</sup>, de autoria do estadista português José de Seabra da Silva (1732-1813), e que serviu como livro de referência para fundamentar os argumentos em torno dos males propagados pelos jesuítas – entre outras matérias – na promoção de livros perniciosos ao bem-estar e ao sossêgo público, e que acabou por levar concretamente à criação da Real Mesa Censória no plano de reformas organizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo. É mesmo o mais forte documento institucional produzido no âmbito das escaramuças de Estado contra a Companhia de Jesus e uma das amostras fundamentais que temos disponíveis sobre o estado de atualização temática que se realizava na sala de leitura dos beneditinos do Porto.

Ora, uma outra obra a demonstrar a atualização temática, autoral e programática da livraria do mosteiro portuense é *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. Figura importante do pombalismo, frei Diogo<sup>634</sup> – abade de Santo Adrião de Server, nascido em Lisboa, no ano de 1682 – acabaria por se tornar um dos maiores empreendedores – na verdade doador – na reconstrução da Real Biblioteca, completamente destruída pelo fatídico sismo de 1 de novembro de 1755. À época, tal coleção era uma das mais ricas do reino – uma vez que, vale lembrar, muitos outros acervos particulares foram igualmente perdidos pelo tremor de terra e o fogo do grande terramoto – tendo em sua composição uma grande coleção de opúsculos raros da história portuguesa e brasileira (algo na casa dos 3184 folhetos, distribuídos a partir de 85

<sup>632</sup> Sobre a questão jesuíta em Portugal, desde a campanha portuguesa e os debates e atos concretos no exterior, nomeadamente na França, ver Vogel, op. cit., pp. 71-415. José Eduardo Franco, «O mito dos jesuítas em Portugal: séculos XVI-XX», *Revista Lusófona de Ciência da Religiões*, Ano V, n.º 9/10, 2006, pp. 303-314.

<sup>633</sup> Este é um dos raros casos em que o responsável pelo catálogo se preocupou em colocar no papel o título extenso da obra. E esta é mesmo grande, mais parecendo um resumo que abriga, introdução, objetivos, justificativa e êxitos conquistados. Ora vejamos: *Deducção Chronologica, Analytica, parte primeira na qual se manifestao pela sucessiva Serie decada hu dos Reynados de Monarchia Portugueza, que decurrerao desde o governo do Sr. Rey D. Joao 3 athe o prezente, os horrorozos estragos, que a companhia denominada de Jesus fes em Portugal e todos os seos Dominios por hu plano e systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno athe que foi della proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3 de setembro de 1759. A segunda parte na qual se manifesta o que successivamente passou nas diferentes epocas da Igreja sobre a Censura, prohibiçao, e impressão dos livros, demonstrando-se os intoleraveis prejuizo que com o abuso delles se tem feito a mesma Igreja de Deos, a todas as Monarchias, a todos os Estados Soberanos, e ao Soccego publico de todo o universo*. Trata-se de uma publicação *in-fólio*, impressa em Lisboa, no ano de 1767, na Officina de Miguel Manescal da Costa, da qual se reconhecem os dois tomos existentes no acervo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória.

<sup>634</sup> Ora, não estamos a falar de uma qualquer figura. Muitos anos do período marcado pelas ações de Sebastião José de Carvalho e Melo, o bom abade Diogo já contava com a proteção do Marquês de Abrantes, Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses. Foi por intermédio do nobre que Barbosa Machado acabaria por se tornar um dos 50 membros fundadores da Academia Real de História, o que de facto ajudou a catapultar suas inspirações enquanto escritor e foi mesmo de grande valia na publicação da sua grandiosa obra, a *Bibliotheca Lusitana*. Para uma breve nota bibliográfica de frei Diogo Barbosa Machado, ver Rodrigo Bentes Ribeiro, Biblioteca Nacional do Brasil, «Diogo Barbosa Machado». Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/diogoBarbosa.html>>.

volumes). Ora, segundo Lilia Moritz Schwarcz, tais folhetos «traziam elogios, panegíricos, notas fúnebres, anúncios ligados aos reis e rainhas de Portugal, ou por vezes relatavam o evento de um só dia». Lá estavam quase dois séculos de história portuguesa e das suas colônias, que não obstante, ainda era complementada por uma coleção de retratos, estampas, mapas, plantas e medalhas<sup>635</sup>.

Todavia, importa aqui relatar sua mais brilhante empresa literária<sup>636</sup>, a *Bibliotheca Lusitana*. Dividida em quatro tomos, a obra pode ser considerada como uma das primeiras grandes publicações de referência editadas em Portugal. Sendo uma espécie de guia, ou mesmo catálogo de outros livros e autores, os seus quatro tomos (publicados entre os anos de 1741 a 1759)<sup>637</sup> apresenta mais de cinco mil entradas de autores – entre eles o próprio Diogo Barbosa – num recorte que vai *desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, como já bem explicita todo o seu título<sup>638</sup>.

E como foi celebrada e bem-vista a magnífica obra de Diogo Barbosa Machado! Tal fica evidente nos textos que antecedem o corpo principal da obra, seja na figura da carta do Conde do Vimioso, ao que tudo indica José Miguel de Portugal e Castro («digo que v.m. empredeo huma obra que incluye todos os estados, que abraça todas as Jeraquias, que comprehende todas as profissoens, e por isso todas as virtudes que nellas se praticaõ»<sup>639</sup>), e nos sonetos oferecidos pelo sobredito Conde, por D. Francisco Xavier de Meneses, o Conde de Ericeira e Francisco de Pina e Mello (grande poeta e escritor português de setecentos), ou ainda o *Romance Hendecasyllabo* de João Manoel de Mello e a ode de Tomás Caetano do Bem, para não dizer o tom elogioso das três licenças de censura literária<sup>640</sup>.

Diz frei Antonio do Sacramento<sup>641</sup>, responsável pela censura do Santo Ofício, que de todo se «suspirava por esta obra tão útil, e necessária», engrandecendo a um só tempo o «dignissimo

<sup>635</sup> Lilia Moritz Schwarcz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 143-145.

<sup>636</sup> Entre as suas outras obras, podem-se destacar: *Memorias para a Historia de Portugal, que com prundem o governo de El-Rei D. Sebastião* (1737), *Elogio funebre do beneficiado Francisco Leitão Ferreira* (1735), *Relação das solemnes exequias dedicadas pelos padres da congregação da missaõ em 25. e 26. de outubro de 1750 á saudosa memoria do fidelissimo rey de Portugal D. Joaõ V. seu augusto fundador* (1750).

<sup>637</sup> Tal parece ser o caso da coleção da livreria beneditina. Os quatro volumes formam uma edição *in-fólio*, impressa e Lisboa na Officina de Antonio Izidoro da Fonseca.

<sup>638</sup> De facto, o nome da obra num todo é: *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*.

<sup>639</sup> José Miguel de Portugal e Castro, Conde do Vimioso, «Cartado Ilustrissimo, e Excelentissimo Senhor Conde do Vimioso», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, p. XLIX-L.

<sup>640</sup> Idem, *Ibidem.*, pp. LI- LXXV.

<sup>641</sup> Membro da Ordem dos Pregadores, Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, sendo ainda qualificador do Santo Ofício e ex-provincial da sua religião. Seu parecer data de 6 de setembro de 1739, o

académico» Diogo Barbosa, «cuja capacidade, e talento deixa menos preciosos os mais elevados panegíricos que só podem dignamente formar lhe ou as discretas linguas das suas maiores capacidades, ou os eloquentísimos clamores dos seus singularíssimos merecimentos» como ainda a «sempre Regia e augusta Academia Portuguesa»<sup>642</sup>. Caetano Gouvea, igualmente qualificador do Santo Ofício, mas pertencente à Ordem dos Clérigos Regulares<sup>643</sup>, também não poupou elogios, identificando de imediato o «elegantíssimo estilo» do primeiro tomo que Diogo Barbosa pretendia publicar. De facto, atesta Gouvea que Diogo Barbosa Machado passava a ocupar igualmente um lugar cimeiro entre os historiadores, a despeito já da sua favorável condição como jurisconsulto, e que sua *Bibliotheca Lusitana* era mesma digna de «veneração, e do publico agradecimento porque nella dá a conhecer ao mundo huma das mayores glorias de Portugal, mostrando que o nosso Reyno não he menos fecundo de Sabios, que de Herões»<sup>644</sup>.

Do Ordinário, vem o texto mais elaborado. Redigido por frei Agostinho de São Boaventura<sup>645</sup>, a *Bibliotheca Lusitana* granjeava para si e seu autor outros tantos mais elogios: trata-se para frei Agostinho, de uma leitura da «mais deleitável occupação», de facto uma «obra tão grande como suspirada, tão necessária como polida, e tão proveitosa que o mesmo exame que nella se faz supérfluo para o rigor da censura, fica sendo licaõ precisa para o estudo das noticias. A vastíssima erudição do Author transcendente por toda a historia assim domestica, como estranha»<sup>646</sup>, de modo que engrandecendo a cultura e o espírito das letras portuguezes, Diogo Barbosa acabaria por publicar um verdadeiro tratado, um compilado que definitivamente demonstrava que os autores portuguezes eram hábeis em transitar e tratar dos mais vários assuntos nas ciências, literatura, história, jurisprudência e tantos outros domínios.

Por fim, do Paço vinha uma aprovação mais sucinta, mas não menos laudatória. Redigida pelo Visconde de Asseca, Diogo Correia de Sá<sup>647</sup>, membro do Conselho Real e um dos fundadores

---

que de certa forma nos indica para a demora sequente às aprovações da censura para publicação da *Bibliotheca Lusitana*, como ainda para certa antiguidade do seu projeto por parte de Diogo Barbosa.

<sup>642</sup> António do Sacramento, O.P., «Licenças do Santo Ofício», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLI-XLII.

<sup>643</sup> Ainda no corpo das suas qualificações, era Examinador das Ordens Militares e como Diogo Barbosa Machado, também pertente da Academia Real de História. Caetano Gouvea, por fim, assina seu texto a 25 de setembro de 1739.

<sup>644</sup> Caetano Gouvea, «Censura do M.R.P.D. Caetano de Gouvea», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLIII-XLIV.

<sup>645</sup> Ermitão primeiro de São Paulo, Lente Jubilado em Teologia pela Universidade de Coimbra. A assinatura da sua censura data de 12 de novembro de 1739.

<sup>646</sup> Agostinho de São Boaventura, «Do Ordinário», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLV-XLVII.

<sup>647</sup> Assinada a 7 de dezembro de 1739.



da Academia Real de História, o texto era tanto uma confirmação da sua licença de impressão como ainda um pedido para que «empregue na cuidadosa continuação desta obra» celebrando que «os Escritores, a quem elle livrou da escandalosa injuria do esquecimento para o imortal aplauso da memoria, animados na gloriosa fadiga dos seus estudos, e na eloquente harmonia da sua discrição»<sup>648</sup>. Poderiam agora ser lidos, consultados e conhecidos por uma crescente comunidade de leitores e entusiastas das letras.

Já à guisa de conclusão, podemos ainda destacar obras de aspeto curioso ou mesmo gerais, como é neste último caso as muitas referências a livros intitulados *Historia Ecclesiastica*<sup>649</sup>, dos quais pelo menos dois remontam a Eusébio de Cesareia (ca. 265-339)<sup>650</sup> (no catálogo da livraria está indicado como Euzebio Panfilio e Eusebius Panfilius), os 15 volumes *Abrege de le Histoire Ecclesiastice*<sup>651</sup> de Racine; o *Atlas Historicus* de Marcelinus Reischl; o *Livro aureo de la vida, e cartas de Marco Aurélio Imperador*<sup>652</sup>, cuja autoria se desconhece, mesmo caso do *Jornal de Mr. Cardinal de Richilieu*<sup>653</sup>; e por fim, o *Flos sanctorum*<sup>654</sup> de Affonso de Villegas, obra que na sua essência, carrega os mesmos objetivos e significados da *Lenda Dourada* de Tiago de Varazze, autor que figura na composição geral da livraria beneditina.

Uma vez conhecida parte dos livros que preencheram a secção de história da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, e identificada, entre outras questões, suas muitas linhas temáticas, podemos proceder com outros dados importantes e que dizem respeito primeiro a composição linguística da livraria. Como se distribuíam os livros por língua nesta secção? Quais eram, de facto as línguas existentes? A tabela abaixo serve para nos ilustrar melhor essas questões.

<sup>648</sup> Diogo Correia de Sá, Visconde de Asseca, «Do Paço», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLVIII.

<sup>649</sup> Vamos elencar as obras por números. A 1. de Eusébio de Cesareia, edição *in-fólio* impressa em Turim, de 1746, com notação de existência de 3 tomos; 2. que parece ser uma obra coletiva com Eusébio de Cesareia e outros autores, como Rufinus Prasbiter (Rufino de Aquileia), Socrates Scholasticus, Theodoretus Episcopus (Teodoreto), Hermius Sosomenus, Evarius Scholasticus, edição *in-fólio*, impressa na Basileia no ano de 1549; 3. Ignatus Hiacintus Amat de Graveson, sete tomos de uma edição in-quarto, impressos em 1740 na cidade de Veneza; 4. *Historia Ecclesiastica e Chronologica da primeira idade do mundo*, de João Rovi Chaves, uma primeira edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1744; 5. *Historia ecclesiastica cum notis Roncagliae*, de Natalis Alexander, uma edição *in-fólio*, composta por 9 tomos impressos em 1734.

<sup>650</sup> Tido como um dos pais fundadores da história da igreja, na obra presente no mosteiro, Eusébio apresenta a história geral da igreja a partir do ato dos apóstolos até mais ou menos o momento presente da sua vida enquanto bispo.

<sup>651</sup> São 15 volumes in-oitavo, impressa na cidade de Colônia, entre 1754-1762.

<sup>652</sup> Edição in-oitavo, impressa na cidade de Antuérpia, no ano de 1604.

<sup>653</sup> Edição in-oitavo, impressa em Paris, no ano de 1652.

<sup>654</sup> Trata-se do *Flos sanctorum historia de la vida, y hechos de Jesu Christo Dios, y Señor Nuestro. y de todos los Santos...*, Edição em 3 volumes, impressas nos anos de 1588 e 1653, em Madrid.

**Tabela 26 - Relação de línguas da secção de História**

Língua	N. de Livros
Português	114
Castelhano	57
Latim	30
Italiano	3
Francês	2

Como bem podemos observar na relação de livros dessa secção, o português apresenta-se como língua principal. São 114 livros, o equivalente a 55,3% dos livros da secção; sendo o castelhano a segunda língua na composição da livraria, com 57 livros, ou 27,6%; seguida das obras em latim, com 30 livros (14,5%), italiano, com 3 livros (1,45%) e finalmente o francês, com apenas 2 obras (0,97%).

Ora, a distribuição por idioma, por sua vez, parece associar-se naturalmente com a distribuição temporal das obras, o que fica evidente, conforme analisamos a tabela com a distribuição dos livros ao longo dos três séculos considerados para a referida secção.

**Tabela 27 - Relação temporal dos livros na secção de História**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XVI	26
Séc. XVII	140
Séc. XVIII	153
N.D.	4

Como podemos observar, os séculos XVIII e XVII concentram, respetivamente, uma maior quantidade de livros impressos: 153 e 140, ficando ainda o século XVI com 26 livros impressos e outros 4 livros que não conhecemos uma data concreta. Ao observarmos mais atentamente a disposição do catálogo, principalmente na relação língua *versus* data de publicação, percebemos, mais uma vez, a tendência de uma maior distribuição de obras em português ao longo de todo o século XVIII (ao menos até a data de produção do catálogo, lá pela segunda metade de 1769) e ainda, um pouco por toda a parte, durante o século XVII. Só para termos uma ideia, do total de 153 livros impressos no século XVIII, 102 são impressões em língua portuguesa<sup>655</sup>.

Se a dimensão dos idiomas nos aponta para uma evidente predominância das obras em português - de facto mais da metade dos livros de história da livraria - com outras muitas tantas em castelhano, mais algumas em latim e um punhado de obras em francês e italiano, os locais de impressão revelam uma maior diversidade, com várias cidades, portuguesas e estrangeiras, a

<sup>655</sup> Estamos a levar em consideração o total de tomos da coleção, localizado na casa dos 323. Tal se dá pelo facto de que uma distribuição temporal das obras acaba por contemplar edições com mais de um volume, e que podem ser impressos em datas, ocasiões, cidades e impressores diferentes.

servir a livraria com os impressos nas muitas oficinas e casas de impressão locais. Vejamos então o que nos diz a tabela abaixo.

**Tabela 28 - Relação dos locais de impressão da secção de História**

Local de Impressão	N. de Livros
Alcalá de Henares	3
Alcobça	1
Amsterdão	1
Antuérpia	14
Augsburgo	5
Barcelona	3
Basileia	5
Braga	3
Coimbra	10
Colonia	28
Córdoba	1
Duaci	1
Évora	1
Eystell	1
Granada	1
Ingolstadt	1
Lisboa	117
Luca	9
Lyon	1
Madrid	48
Paris	23
Porto	2
Roma	5
Santiago de Compostela	1
Salamanca	1
Sevilha	2
Toledo	1
Turim	4
Valladolid	1
Veneza	16
Vicenza	1
N.D.	12

Lisboa aparece como um dos principais pontos focais de impressão, com algumas obras, diante do que podemos recuperar, oriundas de casas tipográficas renomadas, como a dos Craesbeeck (tanto António quanto Pedro), dos Galvão (António Pedroso e João), e ainda a Oficina de Miguel Manescal de Costa, entre outros. São 117 livros impressos na cidade, mais do que as cidades de Madrid, que aparece com 48 livros impressos em suas casas de impressão, Colónia (28

impressos), Paris (23) e Veneza (16), somadas. Outras cidades portuguesas como Alcobaça (uma obra impressa), Évora (uma obra impressa), Braga (três obras impressas) Coimbra (10 obras impressas) e até mesmo a cidade do Porto, que curiosamente, ao longo de toda a análise do catálogo da livraria, não apresentou muitos livros associados às casas de impressão local, aparecem com certo destaque, sendo dois os livros impressos em algumas oficinas tipográficas portuenses<sup>656</sup>. Num total, as obras se espalham por uma série de países além de Portugal, casos de obras oriundas da Espanha, França, Alemanha e Itália, e que mais uma vez evidencia o carácter circular do comércio literário e suas muitas vias, pelo que mais tarde, a partir dos relatórios dos Estados de Tibães, tentaremos observar algumas linhas indicativas destas relações nas atividades de aquisição literária tocada pelo bibliotecário da casa<sup>657</sup>.

O que fica mesmo por saber é como os livros atribuídos à secção de história da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória apresentam-se de forma plural, rica. Ora, se não tanto uma riqueza material, legitimada pela estima natural por obras raras e antigas<sup>658</sup>, uma riqueza temática, de certa forma interdisciplinar, dada a cobertura de assuntos tratados. Livros sobre a história dos monarcas dialogam de certa forma com livros sobre os muitos nobres e seus feitos, e são parte de um *corpus* de estudo (no contexto dos monges, acreditamos) que contempla ainda a história e a relação entre povos e países, de movimentos decisivos, conquistas e curiosidades; é mesmo ainda um movimento, um caudal literário que não esqueceu das obras que consagram a religiosidade e a perspetivam pelo viés da história. Ora, existem mesmo obras que cruzam as histórias reais e nobiliárquicas, a história dos seus países e acontecimentos, e tratam, entre outros assuntos, de ordens religiosas e militares, de pregadores e religiosos de relevo, dos santos e das muitas passagens que os consagraram, ainda em vida; grandes símbolos morais, representativos dos bons princípios da fé cristã e, portanto, elementos que se devem prestar reverência sob a representatividade simbólica dos papéis e os impressos.

Mas o que podemos também identificar é que na sua composição, os livros de história da livraria beneditina servem-se de uma sempre convidativa ânsia de atualização por parte dos seus

---

<sup>656</sup> As oficinas em questão são a Officina Prototypa Episcopal (que imprimiu o *Catalogo dos Bispos do Porto illustrado por Antonio de Serq<sup>a</sup> Pinto*) e a casa de Francisco Gomes Lima (que imprimiu *Elogios dos Padres Geraes da Congregação Beneditina*)

<sup>657</sup> Sobre as atividades de impressores e livreiros, seja em Portugal ou no exterior, ver: Artur Anselmo, *Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987; Idem, *O impressor Johann Gherlinc e o breviarium bracharense de 1494*, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1984; Idem, *O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993; Fernando Guedes, *Livreiros Franceses no Delfinado em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 2012; Idem, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*, 2 ed., Lisboa, Editorial Verbo, 2005.

<sup>658</sup> Tal não seria, acreditamos, o caso de uma livraria de uma casa religiosa cuja Regra que rege a vivência em cenóbio prescrevesse severamente uma vida regrada e muito humilde. Em contrapartida, não seria ainda algo incomum de se pensar que uma livraria religiosa, mesmo que de dimensão média, pudesse abrigar obras raras e inestimáveis, fruto de um zelo bibliófilo como aquele que acometera frei Manuel do Cenáculo, e que fez do franciscano um exímio colecionador de preciosidades literárias (e não apenas elas).

responsáveis e que, a exemplo dos livros sobre a questão dos jesuítas, com especial enfoque à *Dedução Chronologica, e Analytica*, simbolizam este intento no desenvolvimento de uma livraria coerente com os acontecimentos extramuros. Temos ainda outras tantas obras que poderiam nos servir de exemplo, como é mesmo o caso da referida *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado e o de dois livros dedicados a colocar em perspetiva o grande terramoto de 1755<sup>659</sup>: *Memorias das principais providencias que se derao no Terremoto que padeceo a corte de Lisboa no Anno de 1755*<sup>660</sup>, que no catálogo da livraria aparece como autoria de Amador Patricio de Lisboa, quando na verdade é obra de Francisco José Freire<sup>661</sup>; e *Historia universal do Terremoto com hua dissertação física sobre a cauza geral delles*<sup>662</sup>, de Joaquim José Moreira de Mendonça.

O livro de Francisco José Freire é um registo narrativo e documental, que como seu nome indica, trata das providências tomadas após o abalo sísmico que praticamente destruiu Lisboa. Discorre sobre medidas para a contenção de doenças e cuidado com os mortos, dos cuidados gerais em relação aos feridos e desamparados, na organização subsequente dos estoques, prejudicados pela morte de comerciantes e a destruição de suas lojas e armazéns, de evitar o caos social e de fortalecer a vigilância, restabelecer os ofícios divinos, acolher as religiosas, reedificar a cidade, entre outros<sup>663</sup>. Já o livro de Joaquim José Moreira de Mendonça é mais uma espécie de tratado, uma narrativa, segundo o seu autor «lamentável porem util»<sup>664</sup> para conhecimento destes

<sup>659</sup> Para uma breve, porém muito detalhada história do grandioso sismo, ver: Rui Tavares, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China Edições, 2012.

<sup>660</sup> Edição *in-fólio*, impressa na cidade de Lisboa em 1758. A BNP disponibiliza em linha uma edição digitalizada da obra. Para tal, ver: <<http://purl.pt/6695>>.

<sup>661</sup> O mesmo Francisco José Freire referido anteriormente (ver nota 152) da qual também era conhecido pelo pseudónimo de Cândido Lusitano.

<sup>662</sup> Trata-se da *Historia universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua creação até o seculo presente: Com huma narraçam individual do terremoto do primeiro de novembro de 1755, e noticia verdadeira dos seus effeitos em Lisboa, todo Portugal, Algarves, e mais partes da Europa, Africa, e América, aonde se estendeu: e hua dissertação phisica sobre as causas geraes dos terremotos, seus effeitos, differenças, e prognosticos; e as particulares do ultimo*. Estamos a falar de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1758 na Officina de António Vicente da Silva. Atentamos para a cópia existente no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, no seu Fundo Geral de Monografias, sob a cota V3-8-49. O Internet Archive possui, por seu turno, uma edição digitalizada que encontra-se em linha a partir de: <<https://archive.org/details/historiauniversa00mend>>.

<sup>663</sup> Francisco José Freire divide o livro em 14 Providências, que configuram a sua narrativa das questões mais urgentes a tratar uma vez estabelecido o controlo básico das ações no pós-Terramoto. A partir do que podemos considerar uma segunda parte da obra, o autor nos fornece os anexos documentais que comprovam e legitimam a sua proposição, baseada, pois, em avisos, cartas, decretos editais etc.

<sup>664</sup> Podemos atestar para a utilidade e mérito da obra logo após a página do prólogo, onde constam as aprovações e licenças concedidas a partir das avaliações individuais realizadas por cada um dos censores do Ordinário, Desembargo do Paço e do Tribunal do Santo Officio. Vale, de facto, conferir o tom laudatório especialmente conferido à obra por frei Manoel do Espírito Santo e por frei João Evangelista, qualificadores do Santo Officio. Ambos, de forma um tanto quanto exultante, reforçam o nível de erudição alcançada, a maturidade na exposição da sua dissertação (o que faz de Joaquim José Moreira Mendonça um grande filósofo e historiador), e como, num todo, a obra ainda conserva o respeito da pureza da fé.

Phenomenos, e seus effeitos»<sup>665</sup>. Apresenta na sua primeira parte uma história geral dos terremotos e, conseqüentemente, tenta expor (com muitos méritos, como bem podemos ver pelas avaliações dos responsáveis pela sua censura) uma dissertação à luz da ciência sobre suas verdadeiras causas e efeitos. Por fim, ainda indica, a partir de um índice alfabético, os locais que sofreram, ao longo dos tempos, com os tremores de terras em suas mais variadas escalas.

Antes de identificar no grande terramoto apenas motivações religiosas, um castigo divino pelo estado de degeneração moral e social que obscurecia Portugal, tais composições - principalmente a de José Moreira de Mendonça - procuravam compreender as causas e naturalmente as conseqüências terrenas, racionais e, vai lá, científicas do sismo que praticamente destruiu Lisboa. E este é tanto um princípio de atualização temática, como em uma camada mais subjetiva (ou talvez nem tanto) um princípio de atualização metodológica, de abordagem, que mais uma vez não deixou de contar com as maquinações engenhosas de Pombal para tornar o mais natural e racional possível as causas do sismo, o que era mesmo - e mais uma vez - uma resposta e um ataque aos jesuítas, já configurados como inimigos nos jogos de poder dos negócios de Estado<sup>666</sup>.

De todo modo, os livros agrupados no que pareceu ser a secção de história da livraria, ou que mais chegaram perto de assim o ser, segundo o responsável pela sua catalogação, são tanto na sua dimensão simbólica quanto prática, talvez a mais rica e diversificada na composição do acervo do mosteiro beneditino. Cabe-nos, entretanto, mais uma vista de olhos, desta feita na última secção, a de Belas Letras. Seria essa então ainda mais rica, plural e multitemática? Ora, é o que vamos então descobrir.

### 3.1.7. Livros de Belas Letras

Com 215 títulos, distribuídos a partir de 293 tomos, apresentamos finalmente a secção organizada a partir das obras entendidas como as de Belas Letras. Esta talvez tenha sido a etapa classificatória mais complicada a ser realizada pelo monge responsável da sala da livraria no mosteiro de São Bento da Vitória, uma vez que o próprio termo «belas letras» parece carregar consigo uma plêiade de significados e uma paleta temática definitivamente diferente das demais.

Para termos ideia, só nesta secção temos, entre os seus muitos livros, poemas, dicionários e livros de gramática, discursos (políticos), peças de teatro (cómicas), cartas, catálogos, guias educativos, entre outros, e que versam sobre temas diversos, como naturalmente é o caso das peças religiosas (ora, ainda estamos de facto a tratar de uma livraria desta ordem), comédias, dramas, peças de erudição, ensaios filosóficos, morais, críticas, apontamentos políticos, e além. Temas, géneros literários e arranjos narrativos se misturam indefinidamente, constituindo um

---

<sup>665</sup> Joaquim José Moreira de Mendonça - *Historia universal dos terremotos...*, Prólogo, Lisboa, Oficina de António Vicente da Silva, 1758, p. I.

<sup>666</sup> Rui Tavares, *op. cit.*, 2018, p. 69.

*corpus* interessantíssimo de análise, que mais uma vez evidência a natureza plural da coleção dos beneditinos do Porto.

Para começar, já que estávamos ainda há pouco a falar do grande Terramoto de 1755, iniciaremos este último percurso com a *Parenesis ao Terremoto de 1755*, que na verdade trata-se do *Ao Terremoto de 1 de Novembro de 1755: Parenesis*<sup>667</sup>, cuja autoria é de Francisco de Pina e Melo (1695-1773), escritor e poeta português natural de Montemor-o-Velho<sup>668</sup>. Se levarmos em consideração o sentido empregado para uma parênese, a obra de Pina e Melo nada mais era do que um discurso moral em forma de poema sobre as causas e consequências do poderoso sismo, e que para o autor se revelava na vontade de Deus em castigar os excessos e o estado de aparente degeneração da capital Lisboa.

Mas a publicação dedicada ao terramoto não foi a única obra do poeta – e reconhecido erudito – a enriquecer a livraria portuense. *Epitalmio nos depozorios de D. Joze Mascarenhas Com D. Leonor Thomazia*<sup>669</sup>, *Cartas Philologicas*<sup>670</sup> e a *Balança intelectual*<sup>671</sup> foram os outros três livros do escritor a figurar no acervo da livraria. A primeira obra trata-se de um canto nupcial composto para o Duque de Aveiro, D. José Mascarenhas da Silva e Lencastre e sua esposa D. Leonor de Távora, mais tarde associado à falhada conspiração que atentou contra a vida do rei D. José I a 3 de setembro de 1758. Já as *Cartas Philologicas* eram um compilado de textos produzidos pelo poeta sobre assuntos diversos. Por fim, a *Balança intelectual*, possivelmente a sua obra mais polémica. Nem tanto pelo conteúdo, mas pelo contexto no qual a referida publicação estava envolvida.

A *Balança intelectual* foi uma tentativa de Francisco de Pina e Melo de mediar as discussões propagadas com a incendiária obra de Luis António Verney<sup>672</sup>, que publicou *O Verdadeiro Método de Estudar*<sup>673</sup>, que a um só tempo era um manifesto de evocação das luzes portuguesas como um petardo analítico sobre o deplorável estado das condições dos estudos

---

<sup>667</sup> Estamos a falar de uma edição encadernada *in-fólio*, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1756. A BNP dispõe no seu fundo de algumas cópias da referida obra, que aparece, inclusive, com a marca de imprensa pela Officina de Manoel Soares. Entre as muitas referências existentes, ver BNP, H.G. 6769//7 V. A mesma BNP apresenta ainda uma edição anterior, de 1755, e impressa em Coimbra na Officina de António Simões Ferreira. Dada a natureza tardia do sismo, ocorrido a 1 de novembro, acreditamos que a obra de Pina e Melo tenha saído do prelo já nos primeiros dias de dezembro. Sobre a publicação coimbrese, ver cota L. 2080//3 V.

<sup>668</sup> Universidade do Minho, Projeto Vercial, «Francisco de Pina e Melo», Disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/pmelo.htm>>.

<sup>669</sup> Trata-se de uma edição encadernada, *in-fólio*, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1740.

<sup>670</sup> Edição *in-fólio*, uma encadernação impressa em Lisboa no ano de 1755.

<sup>671</sup> Trata-se da *Balança intellectual em que se pezava o merecimento do Verdadeiro Methodo de Estudar*, uma edição in quarto, impressa em Lisboa no ano de 1752.

<sup>672</sup> Na referida obra, Verney preferiu fazer uso do pseudónimo Barbadinho da Congregação da Itália.

<sup>673</sup> Na verdade, o *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Uma primeira edição da obra foi encomendada em 1746, sendo reeditada já no ano seguinte. Curiosamente, esta obra não se encontra no acervo beneditino, ainda que uma publicação analítica sobre a obra de Verney esteja presente. De todo o modo, a BNP disponibiliza em linha uma cópia digitalizada do *Verdadeiro metodo de estudar*. Ver em: <<http://purl.pt/118>>.

legadas pelos homens letrados da Companhia de Jesus. *A Balança intelectual* tinha como objetivo apontar os êxitos e defeitos da obra, a partir de uma exposição crítica, capítulo a capítulo, da obra de Verney. Temos, de imediato, mais um elemento demonstrativo da atualização dos beneditinos do Porto em torno das polémicas levantas nos círculos literários, culturais e sociais do reino, com impacto direto até mesmo na relação pedagógica da qual estes se beneficiavam a partir dos estudos realizados em Coimbra e que, anos mais tarde, acabaria por ser (também) reformada pelo Marquês de Pombal a partir dos novos estatutos da Universidade em 1772.

Mas Francisco de Pina e Melo é só o primeiro de uma série de figuras ilustres a figurar na secção de Belas Letras da livraria beneditina. Logo de início temos conhecimento da presença do padre António Vieira (1608-1697), de muito longe o mais reputado pregador português de que se tem notícia. No caso do jesuíta, são duas as obras a figurar a livraria: *Arte de furtar espelho de enganos*<sup>674</sup>, na qual Vieira, com sua retórica monumental, nos apresenta o furto não como uma arte a ser praticada, mas os seus vários ofícios e empregos, sob as mais distintas personagens; do homem comum ao clero e a nobreza, num tom que em essência é prescritivo sobre as melhores formas de contenção das atividades de corrupção e degeneração moral e social. A outra obra em questão foi listada apenas sob o título de *Cartas*, e que nos remete para uma coleção epistolar do prosador jesuíta sobre os mais variados assuntos do seu interesse e da sua grandiosa erudição.

Para ficarmos ainda nas cartas (obras pensadas como tais ou realizadas a partir de um corpus documental epistolar), podemos referir a obra de mesmo nome de António Peres (1540-1611), e que acreditamos tratar-se da relação epistolar de Peres enquanto Secretário de Estado do Rei Felipe II<sup>675</sup>; a *Epistola apologetica adversus Espitolam Guarterii Adoni*<sup>676</sup>, de D. Emmanuel de Almeyda; a *Carta de guia de cazados*<sup>677</sup>, de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666)<sup>678</sup>, um tratado filosófico sobre a bem-aventurança do casamento<sup>679</sup> (não apenas para casados, como bem

---

<sup>674</sup> Trata-se da *Arte de furtar, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral dos Reynos de Portugal*, cuja edição da livraria beneditina é mesmo uma primeira edição in-fólio, impressa na cidade de Amsterdão no ano de 1744 na Officina de Martinho Schagen. A BNP disponibiliza em linha uma versão semelhante. Ver em: <<http://purl.pt/21822>>.

<sup>675</sup> A edição da livraria beneditina é uma edição in-oitavo, impressa em Paris no ano de 1603.

<sup>676</sup> Edição in-quarto, impressa na Antuérpia no ano de 1566.

<sup>677</sup> Trata-se da *Carta de guia de cazados: para que pelo caminho da prudencia se acerte com a casa do descanso*. Na livraria beneditina estamos a falar de uma edição in-doze, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1748. A Universidade Católica de Portugal, na Biblioteca João Paulo II, possui uma edição da obra de 1765, impressa na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo. Ver, para tanto a cota MC-1308. Tivemos acesso ainda a uma versão digitalizada, disponível pela Hathi Trust, da qual viemos a conhecer uma versão de 1827. Sobre esta edição, ver: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b0000040667>>.

<sup>678</sup> Para além Alcaide-mor de Lamego, Comendador de São Pedro de Lira e Trinchante de Sua Majestade, Francisco Manoel de Melo foi ainda um grande escritor, político e militar português.

<sup>679</sup> É mesmo curioso o motivo que levou Francisco Manoel a compor esta obra. Segundo o prefaciador da edição de 1827, ao que tudo indica o impressor da referida obra, Manoel procedeu com o seu tratado quando soube que um grande amigo seu iria se casar, apercebendo-se assim que seria de facto muito proveitoso lhe dedicar um conselho ou dois sobre esta delicadíssima matéria. Francisco Manuel de Melo, «Aos Leitores Desta Carta», In Francisco Manuel de Melo, *Carta de guia de cazados*, Lisboa, Typ. Rollandiana 1827, p. VII.



deixa claro o seu prefácio). Ora, e é o mesmo Francisco Manuel que aparece com três livros listados na secção de história da livraria beneditina: *Vida, e muerte del Serafím humano Francisco de Assiz*<sup>680</sup>, *Ecco politico, responde Portugal a la voz de Castilha*, e *El Fenis da Africa Agostino Aurelio*<sup>681</sup>.

Por fim, destacamos as *Cartas eruditas, e curiosas em que por la mayor pte se continua el designo del Theatro critico, e universal*<sup>682</sup>, de frei Benito Jerónimo Feijoo (1676-1764), beneditino (egresso do mosteiro de San Julian de Samos, na província de Lugo, na Galiza), filósofo e estudioso literário e artístico<sup>683</sup>. As *Cartas eruditas* continuam aquela que é considerada a sua maior obra, o *Theatro critico universal, e discursos varios in todo genero de matérias, para desengaño de errores comunes*<sup>684</sup>, por sinal, também presente na livraria portuense. No *Theatro critico*, um monumental trabalho composto por nove volumes publicados entre os anos de 1726 a 1740, Feijoo dá trato aos mais variados assuntos: matemática, física, ciências naturais, história, medicina, astronomia, economia, literatura, direito, etc., numa proposta ensaística e enciclopédica que cobria até as mais vulgares frivolidades.

Este carácter enciclopedista do autor, como bem atesta o subtítulo da sua obra, objetivava na sua essência combater as mais viciosas e perniciosas superstições, valendo-se da erudição bem fundamentada e documentada de Feijoo, que foi mesmo um dos grandes baluartes das luzes castelhanas do seu tempo. É mesmo neste espírito de iluminação que Benito Feijoo dá continuidade ao *Theatro critico universal* com o lançamento das *Cartas eruditas*. Os seus cinco volumes<sup>685</sup> não escapam do propósito da sua antecessora (as *Theatro Chritico universal*), nem mesmo difere na amplitude temática que o vasto saber de Feijoo abraçava com tamanha segurança. O que mudou mesmo foi o enfoque narrativo do autor, que preservou a simplicidade

<sup>680</sup> Edição in-oitavo, impressa na cidade de Lisboa no ano de 1650.

<sup>681</sup> Trata-se de uma edição em dois volumes, in-oitavo, impressa em Lisboa na oficina de Paulo Craesbeeck. A BNP disponibiliza em linha a referida edição. Ver em: <<http://purl.pt/24622>>.

<sup>682</sup> Trata-se de uma edição em cinco volumes *in-fólio*, impressa na cidade de Madrid entre os anos 1753-1760. Na livraria beneditina, alguns volumes são edições posteriores, como o volume 1 (4ª edição), volume 2 (3ª edição) e o volume 4 (2ª edição). A BNP possui em sua coleção os volumes semelhantes, sob as respetivas cotas: H.G. 19727 P, H.G. 19728 P, H.G. 19729 P, H.G. 19730 P e H.G. 19731 P.

<sup>683</sup> Para um breve panorama biográfico de Feijoo e que contempla ainda suas duas principais obras, ver: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fejoo.htm>>.

<sup>684</sup> Os 9 volumes formam uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid entre os anos de 1726 a 1740.

<sup>685</sup> Cada volume apresentava um número determinado de cartas (capítulos) a tratar dos mais variados temas (ou mesmo do conjunto deles). No total, são 162 cartas-dissertações, distribuídas da seguinte maneira: volume 1: 45 cartas; volume 2: 29 cartas; volume 3: 32 cartas; volume 4: 26 cartas e volume 5: 30 cartas. Realizamos a contagem a partir da disposição dos 5 volumes digitados e disponibilizados em linha. Para tanto, ver: <<http://www.filosofia.org/bjf/bjfc000.htm>> Para um resumo das *Cartas eruditas y curiosas*, ver: <[https://www.biografiasyvidas.com/obra/cartas\\_eruditas.htm](https://www.biografiasyvidas.com/obra/cartas_eruditas.htm)>.

do seu discurso ensaístico, valendo-se agora do recurso epistolar como uma forma, acreditamos, de o aproximar<sup>686</sup> ainda mais dos seus (muitos) leitores.

Existem ainda mais duas obras de Benito Feijoo na livraria, também localizadas na secção de Belas Letras. Estas são *Illustracion apologetica al 1º e 2º tomo del Theatro Critico*<sup>687</sup> e a *Justa repulsa das iniquas accusaciones*, uma 2ª edição *in-fólio*, de uma obra impressa em Madrid em 1749 e que acreditamos tratar da sua resposta às polémicas levantadas ao longo dos anos pela publicação (e sucesso) das suas duas obras seminais. Fruto desta polémica, convém ainda mencionar a obra em defesa de Feijoo publicada por seu amigo e irmão beneditino Martin de Sarmiento (1695-1772), a *Demonstracion Crita-Apologetica del Theatro Critico universal q dio a Lux F. Benito Jeronymo Feijo*<sup>688</sup> e a *Replica satisfactoria a la illustracion apologetica del padre Feijo*<sup>689</sup>, de Salvador José Mañer, e que adota uma postura mais cautelosa e crítica sobre o trabalho do beneditino. Vale lembrar que ambas as publicações também se encontram presentes na relação do catálogo de Belas Letras da livraria portuense.

Para finalizarmos a série de exemplos sobre algumas obras de caracter epistolar na livraria do mosteiro beneditino do Porto, apresentemos então as duas versões da *Epistolae Familiares* de Marcus Tullius Cícero (106-43 A.C.). Ora, o Cícero em questão é mesmo o renomado cônsul, jurista, orador e filósofo romano, testemunha e personagem importante da Roma do seu tempo. As *Epistolae Familiares* disponíveis na livraria formam um compilado de cartas trocados por Cícero e que envolvem, entre os seus muitos interlocutores, eminentes figuras públicas da antiga República Romana e ainda outros tantos particulares<sup>690</sup>. A livraria beneditina, como referido, possui dois exemplares das *Epistolae*: uma edição *in-quarto*, impressa na Antuérpia em 1642 e uma outra *in-doze*, da qual se desconhece local e ano de publicação. Além destas, outras obras de Cícero ainda são referidas no acervo do mosteiro de São Bento da Vitória: *Tomus primus fragmentorum qui continet orationes cum annotationibus Andreas Patricii*<sup>691</sup>, *Libri tres de*

<sup>686</sup> Todas as cartas (basicamente a relação de capítulos e assuntos tratados por Feijoo) começavam com um «Muy señor mio», que por si só parece apenas mais uma frivolidade literária, mas era mesmo uma forma comum, como ainda o é atualmente, de se iniciar uma comunicação epistolar.

<sup>687</sup> Uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1731.

<sup>688</sup> Estamos a falar de uma edição em 2 volumes *in-quarto*, impressas em Madrid no ano de 1732.

<sup>689</sup> Edição *in-quarto*, impressa em Madrid no ano de 1729.

<sup>690</sup> Sobre Cícero, a República Romana do seu tempo e sua obra e legado, ver: Elisabeth Rawson, *Cicero: a portrait*, New York, Cornell University Press, 1983; David L. Stockton, *Cicero: a political biography*, Oxford, Oxford University Press, 1988; Anthony Everett, *Cicero: the life and times of Rome's greatest politician*, Nova York, Random House, 2003; Catherine Steel (ed.), *The Cambridge companion to Cicero*, Cambridge Companions to Literature, Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

<sup>691</sup> Edição *in-oitavo*, impressa em Veneza no ano de 1565.

*oficis*<sup>692</sup>, *Orationes*<sup>693</sup>, *Orationes cum correptione, a scholis celii secundi curionis*<sup>694</sup> e *Rhetoricorum libri quatuor cum annotationibus Giberti Longolii*<sup>695</sup>.

Outro género presente na secção dedicada às Belas Letras da livraria beneditina foi a dramaturgia. E um dos maiores expoentes deste movimento no acervo literário do mosteiro de São Bento da Vitória foi Lope Felix da Veiga y Carpio (1562-1635). O poeta e dramaturgo<sup>696</sup> madrileno foi representado na livraria portuense com cinco publicações: *Rimas Sacras*<sup>697</sup>, *El Peregrino in su pátria*<sup>698</sup>, *Jerusalém conquistada epopeya trágica*<sup>699</sup>, *La Viega del Parnazo* e uma publicação que no catálogo aparece somente como *Comedias*, e que acreditamos tratar-se de uma coleção de 12 das suas principais comédias<sup>700</sup>.

O percurso pela secção de Belas Letras da livraria continua, e com ela a apresentação de duas comédias, género este que ajudou a consagrar o próprio Lope Vega em muitos dos seus escritos e peças teatrais. *Comedias nuevas escogidas de varios autores* e *Theatro comico portuguez, ou colleção das obras Portuguezas*<sup>701</sup>, ambas anónimas, são dois exemplos. O *Theatro comico portuguez*, inclusive, compartilha em muito, semelhanças com a produção do dramaturgo

<sup>692</sup> Edição in-oitavo, impressa em Antuérpia no ano de 1663.

<sup>693</sup> Edição in-oitavo, impressa em Antuérpia no ano de 1684.

<sup>694</sup> Edição in-oitavo, impressa na cidade da Basileia no ano de 1604.

<sup>695</sup> Edição in-oitavo, impressa em Colônia no ano de 1563.

<sup>696</sup> De facto, um enquadramento correcto de Lope da Veiga é um tanto quanto difícil dada sua atividade prolífica. Suas atividades literárias passam pela produção lírica, épica e mesmo de novelas (género narrativo, grosso modo, intermediário entre o romance e o conto), sendo a sua produção teatral comumente associada à comédia de capa e espada, encontrando ainda inspiração nos romances pastorais, na cavalaria, nas histórias bíblicas, mitológicas e nas tragédias e dramas. Para uma síntese da obra de Lope da Veiga, ver: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, «Lope da Veiga». Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/lope-de-vega--su-vida-y-su-obra-0/html/ff6cd9f4-82b1-11df-acc7-002185ce6064.html>>.

<sup>697</sup> Edição in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1616.

<sup>698</sup> Trata-se de uma narrativa aventureira, centrada nas personagens Pánfilo de Luján e Nise e as dificuldades encontradas por ambos para fazer lograr a sua complicada relação. Edição in oitavo, impressa em Bruxelas no ano de 1608.

<sup>699</sup> Trata-se de um épico histórico sobre as Cruzadas. Edição in-oitavo, impressa em Barcelona no ano de 1609. Sobre uma análise crítica da referida obra, ver: Elisabeth R. Wright, «Entre épica y picaresca: la Jerusalén Conquistada de Lope de Vega», *Actas XIV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, New York, 16-21 de Julho. Coordenação de Isaias Lerner, Roberto Nival e Alejandro Alonso, vol. 2 (Literatura española, siglos XVI y XVII), 2004, pp. 589-594. Disponível em: <[https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/14/aih\\_14\\_2\\_065.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/14/aih_14_2_065.pdf)>.

<sup>700</sup> Levantamos tal hipótese pelo facto de termos encontrado uma publicação na página da BNP referente à publicação dessas tais Comédias. Trata-se, de facto das *Doze Comedias de Lope de Vega Carpio: com as Loas ao principio: dirigidas ao senhor Gonçalo Pirez Carvallho Provêdor das obras del Rey nosso Senhor*. Tal qual a edição listada no catálogo, e que se encontra disponível na BNP também foi impressa em Lisboa. Entretanto, a publicação existente na livraria beneditina é de 1612, ao passo que a da BNP é uma edição em muito anterior, de 1605. Pode ocorrer, e não temos motivos para crer em contrário, que a edição da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória tenha sido uma reimpressão da cópia da BNP, ou ainda, um caso de desatenção do monge redator que inseriu uma data errada quando na manufatura do catálogo. De todo modo, a versão da BNP encontra-se em linha a partir do seguinte link: <<http://purl.pt/14066>>.

<sup>701</sup> Trata-se de uma edição em dois volumes in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1749, sendo a quarta impressão a partir da primeira edição publicada da obra, produzida na Oficina do Patriarcal de Francisco Luís Ameno. A Biblioteca do Exército possui uma cópia semelhante, mas que se divide a partir de 4 volumes, no qual os dois primeiros são das peças de António José da Silva. Ver cota 31.370.

madrilenho. De facto, não encontramos uma indicação concreta de autoria para a *Comedias nuevas*, mas o *Theatro comico português* é, com alguma segurança, um compilado de obras de António José da Silva, o *Judeu* (1705-1739), dramaturgo português nascido no Brasil. São peças teatrais apresentadas, segundo consta na folha de rosto do *Theatro comico*, na casa do Teatro Público no Bairro Alto em Lisboa. A obra se divide em dois tomos, da qual, entre as muitas peças produzidas por António José da Silva, contam-se *Labirinto de Creta*, *Vida de D. Quixote de la Mancha*, *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, *Precipício de Faetonte*, entre outros.

Aproveitando muito bem o ensejo, temos a obra *Theatros delos Diozes*, de Baltasar de Vitória, que não é, de facto, uma peça encenada nos palcos, mas uma espécie de compilado mitológico, tema este do qual Baltasar, prior e predicador do Convento de São Francisco em Salamanca, era muito bem versado<sup>702</sup>.

Abrimos então caminho para apresentar algumas obras que representam o espírito da antiguidade clássica na livraria beneditina e que estão presentes na figura de autores e temas. Para começar, a obra *Arte historica traduzida de grego em Portuguez pelos Pes. F. Jacinto de São Miguel e frei Manoel de Santanna*<sup>703</sup>, e que está indicada no catálogo com autoria de Luciano de Samosata (c. 125-192)<sup>704</sup>. Como bem podemos ver, trata-se de uma tradução para o português do que acreditamos ser uma compilação das principais obras de Luciano, escritor, retórico, filósofo e sátiro da província síria de Samosata. Já *Olympia, a Pithia*, era por seu turno uma publicação original de Píndaro (518-438 A.C.), renomado poeta lírico grego. Entretanto, não temos absoluta certeza sobre a identificação da obra, mas acreditamos tratar-se da *Olympia, Pythia, Nemea, Isthmia*, semelhante ao registo encontrado na BNP e que forma a base da poesia lírica do referido poeta a partir de quatro livros distintos e que dão mesmo nome à obra<sup>705</sup>. Filon da Alexandria (c. 20-50 D.C.) aparece – sob o nome de Philo Judeus – com a *Commentaria segismundo gelenio interprete*<sup>706</sup>; o geógrafo latino Pomponius Mella (ou Pompônio Mela) é representado com a *De Orbis situ libri tres cum commentariis Joachini Evadiani Elvetii*; já Seneca é listado com a

<sup>702</sup> Sobre a relação de Baltasar da Vitória com a mitografia e o seu trabalho literário a partir do tema, ver: Guillermo Seres, «El enciclopedismo mitográfico de Baltasar de Vitoria», *La Perinola, Revista de Investigación Quevediana*, n. 7, 2003, pp. 397-421; Genoveva Calonge Garcia, «El Teatro de los Dioses de la Gentilidad y sus fuentes: Bartolomé Cassaneo», *Cuadernos de Filología Classica, Estudos Latino*, n. 3, 1992, pp. 159-170.

<sup>703</sup> Trata-se da edição in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1733. Não sabemos, entretanto, se a referida obra é um compilado de escritor de uma produção prolífica de Luciano de Samosata, ou ainda se estamos a falar de uma obra específica do autor cujo nome é «Arte histórica» ou algo lá do género. Tomamos como referência a nota introdutória de Custódio Mangueijo, «Introdução Geral». In Luciano de Samosata, *Luciano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coleção Autores Gregos e Latinos, Série Textos, 2012, pp. 13-21.

<sup>704</sup> No catálogo da livraria o nome aparece como Luciano Samussateno.

<sup>705</sup> Ora, a edição que tivemos conhecimento a partir do catálogo beneditino, é uma versão data de 1535, impressa em Paris em formato in oitavo. Uma das muitas edições da obra e que utilizamos para tentar definir algum princípio de similaridade é uma versão de 1528, impressa na Basileia e também ela em forma in oitavo.

<sup>706</sup> Trata-se de dois tomos in-oitavo, impressos na Basileia no ano de 1558.

*Tragediae*<sup>707</sup>, uma edição comentada cuja notação indica para um tal Thomas Farnabii; Ovídio (na livraria aparece como Ovidius Naso) é, por seu turno, representando com *Fastorum libri sex: Tristium libri quinque: De Ponto livro quatuor*<sup>708</sup>, *Epistolarum Herodii liber cum notis Joannis Minerii* e *Methamorphoseon libri quindecim cum notis Thomae Fernabii*<sup>709</sup> todas, como bem podemos ver, edições latinas.

Mas algumas das maiores marcas de distinção da livraria beneditina, foram, sem dúvida nenhuma, as edições enciclopédicas, dicionários e livros gramaticais. Vamos começar com um dos nomes mais ilustres da secção de Belas Letras e muito possivelmente de toda a livraria: Rafael Bluteau (1638-1734). O teatino português é representado na livraria com a sua obra máxima, um monumento da lexicografia portuguesa que é o *Diccionario Portuguez com Suplemento, e prozas*, mais conhecido como o *Vocabulário Português e Latino* (ou ainda o *Vocabulário de Bluteau*). A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória indica a existência de 11 volumes, que acreditamos tratar dos oito originais e mais outros três dedicados aos suplementos conforme fora indicado no título do catálogo<sup>710</sup>. Mas podemos falar ainda de dicionários em outras línguas, como o *Diccionario de las Lenguas Hespanhola, e Franceza*<sup>711</sup>, de Francisco Subrino; *Dictionaire Francois Allemande, Allemande Francois*<sup>712</sup>, de Levinus Ulcius; *Diccionariolum septem linguarum Belgicae, Anglicae, Theutonicae, Latinae, Hispanicae Galicae*<sup>713</sup>, obra listada como anónima; *Dictionarium, in quo latinis dictionibus adjectae sunt graecae, galicae, italicae, et Hispanicae*<sup>714</sup> de Ambrosius Calepinus; *Lexicon Ecclesiasticum Latinae hispanicum*<sup>715</sup>, de

<sup>707</sup> Trata-se da *Tragediae um notis Th. Farnabii*, uma edição in-doze, impressa em Amsterdão no ano de 1676.

<sup>708</sup> Edição in-oitavo, impressa na Antuérpia em 1722.

<sup>709</sup> Trata-se da edição in-oitavo, impressa em Amsterdão no ano de 1695 e que conta, a exemplo da edição das Tragédias de Seneca, com os comentários do misterioso Thomas Fernabii. Ora, este é, ao que parece o professor e erudito Thomas Farnaby (c. 1575-1647) que frequentou – como aluno e professor – as universidades de Oxford e Cambridge, sendo mesmo uma figura reputada da Inglaterra do século XVI e XVII. Uma breve nota biográfica do autor pode ser vista em: Sidney Lee, «Thomas Farnaby», *The Dictionary Of National Biography*, Organização de George Smith, vol. VI, Londres, Oxford University Press, 1917, pp. 1081-1082. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.210447>>.

<sup>710</sup> A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória apresenta estes 11 tomos, um a mais do que é comumente sabido ser a composição das 8 obras do Vocabulário + 2 suplementos. Este tomo a mais pode ser uma espécie repetida ou ainda ter sido fruto de equívoco por parte do responsável pela catalogação da livraria. De todo modo, estamos ainda a falar de uma coleção de 11 tomos *in-fólio*, impressos em Coimbra entre o ano de 1712 a 1728. A BNP disponibiliza em linha os 10 volumes da obra. Para tal, ver em: <<http://purl.pt/13969>>.

<sup>711</sup> Trata-se de uma 4ª edição, formato in-quarto, dividida em dois tomos, impressas na cidade da Bruxelas no ano de 1744.

<sup>712</sup> Edição in-oitavo, impressa na cidade de Nuremberga no ano de 1602.

<sup>713</sup> Trata-se de uma edição in-doze, impressa em Liège no ano de 1596.

<sup>714</sup> Uma primeira edição *in-fólio*, impressa em 1572 na Antuérpia.

<sup>715</sup> Edição *in-fólio*, impressa em Barcelona no ano de 1631.

Didacus Ximenes Aries, e o *Vocabulario de las dos Lingoas Toscana e Castilhiana*<sup>716</sup>, de Christoval de las Cazas e a *Gramatica Latina*<sup>717</sup> do padre Emmanuel Alvarez.

Ora, existiam ainda dicionários e livros gramaticais bem específicos, como é o caso do *Le grand Dictionnaire géographique*<sup>718</sup>, cuja autoria está indicada como sendo de Antoine-Augustin Bruzen de La Martinière (1683-1746), geógrafo e polímata francês; *Vocabularium Ecclesiasticum*, de Rudericus Ferdinandus, ou Rodrigo Fernández de Santaella (1444-1509), teólogo castelhano; *Dictionnaire universal des sciences Ecclesiastiques*<sup>719</sup>, de P. Ricarde; *Diccionario luzitanico, latino de nomes proprios de Reynos, Provincias, Cidades*<sup>720</sup> de Pedro Poiares, religioso da Ordem dos Frades Menores; *Novo methodo de Gramatica Latina para uso das Escolas da Congregação do Oratorio*<sup>721</sup>, que no catálogo aparece sem qualquer indicação de autoria<sup>722</sup>; diferente do *Novo methodo para aprender gramatica latina*<sup>723</sup> de frei Manuel Monteiro e ainda o interessante *Atlas abreviado, o compendioza geografia del mundo antigo, e nuevo* de Francisco de Afferden.

De facto, livros como o *Novo methodo* (qualquer uma das duas referidas edições) podem muito bem ser entendidos como publicações de viés prático, os «guias para totós» daquela época. Neste sentido, a livraria do mosteiro de S. Bento da Vitória oferece-nos ainda alguns bons exemplos de publicações desta ordem. Ora, tal é o caso de *Hu livro que ensina andar a Cavallo a la Geneta*<sup>724</sup> e ainda de *Hu livro antigo, q trata de geografia, e astronomia*<sup>725</sup>, duas publicações

<sup>716</sup> Edição in-quarto, impressa em Sevilha, no ano de 1570.

<sup>717</sup> Edição in-oitavo, impressa na cidade de Évora no ano de 1699.

<sup>718</sup> Na verdade, o *Le grand dictionnaire géographique et critique*, edição in-fólio dividia em 6 volumes, impressos na cidade de Paris a partir de 1768. A BNP possui em sua coleção a referida obra, mas de uma edição em muito anterior, entre 1726-1739, impressa na cidade de Haia a partir de 10 volumes. Ver cotas H.G. 122 A/131 A. Não sabemos, pois, se a coleção existente na livraria beneditina se refere a uma edição incompleta ou a uma posterior revisão e adequação em novo formato e com os volumes reduzidos.

<sup>719</sup> Uma edição composta por 6 volumes in-fólio, impressas em Paris a partir de 1760.

<sup>720</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1667. A BNP disponibiliza em linha uma cópia digitalizada da referida obra. Ver: <<http://purl.pt/24481>>.

<sup>721</sup> Trata-se da edição in-oitavo, impressa no ano de 1753 na cidade de Lisboa.

<sup>722</sup> A obra em questão é de autoria de António Pereira de Figueiredo (1725-1797), latinista, orador, historiador português, associado à Congregação do Oratório. O livro em questão acabou por substituir o manual do jesuíta Manuel Álvares, que gozava, há mais de 2 séculos, de uma estrondosa disseminação por toda a Europa. No contexto português, a obra de António Pereira de Figueiredo (publicada em 1753) se insere nas escaramuças do Estado português contra os jesuítas a partir da questão da demarcação dos limites das possessões castelhanas e portuguesas na América do Sul. Foi mesmo dado mais um motivo para substituir uma obra que para muitos críticos já se encontrava há muito desatualizada (sem contar o facto de uma obra destinada ao ensino de latim, supostamente para pessoas que desconhecem a língua, estar completamente impressa na referida língua), tendo ainda Figueiredo o crédito dos oratorianos estarem à época, em crédito com o rei D. José. De mais a mais, António Pereira de Figueiredo ainda foi um destacado censor da Real Mesa Censória. Sobre o seu trabalho a cargo da Mesa e ainda uma breve contextualização sobre a questão pedagógica da obra que está presente na livraria beneditina, ver: Tavares, op. cit., 2018, pp. 213-253.

<sup>723</sup> Estamos a falar de uma edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1748.

<sup>724</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo, impressa em Madrid em 1619.

<sup>725</sup> Edição in-oitavo, impressa em Sevilha em 1554.



anónimas e que com provável certeza, possuem nomes diferentes daqueles que foram indicados no catálogo. De carácter semelhante temos *Ortografia ou Arte de Escrever*<sup>726</sup>, de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) conhecido ortografista português<sup>727</sup>, que como o nome de sua obra bem diz, trata-se de um livro sobre o ofício da gramática, e que sabemos ter gozado de relativo sucesso com edições que foram se sucedendo até por volta de 1861<sup>728</sup>; além do *Manual de Muzica: manuscriptos*<sup>729</sup>, de Cosme Delgado (c. 1530-1596), compositor português associado ao Renascimento; e *De Arte Rethorica*<sup>730</sup>, de Cypriano Suarez. E em linha paralela com as matérias dos livros práticos, a obra de Martinho de Mendonça de Pina e França, *Apontamentos para a educação de hu menino nobre*<sup>731</sup>, uma espécie de manual prescritivo sobre a educação nobiliárquica.

E já que estamos a tratar de publicações instrutivas e guias práticos, porque não mencionar a *Instrução a Principes sobre a Politica dos Pes. Jezuitas*, mais uma das peças literárias localizadas no centro das escaramuças políticas do Marquês de Pombal com a Companhia de Jesus. O livro, uma edição in-quarto cuja autoria desconhecemos, fora impresso em Lisboa no ano de 1760, período já marcado pelas primeiras ações concretas que acabariam por obliterar a influência dos jesuítas em solo português.

E a política é mesmo matéria presente na secção, com discursos, exposições, tratados, ensaios etc. Entre algumas obras a destacar, temos os sete volumes da *Politica moral e Civil, aula da nobreza Luzitana autorizada com todo o genero de erudição Sagrada, e profana p<sup>a</sup>a doutrina e direcção dos Principes, e mais Políticos*<sup>732</sup>, do historiador e intelectual Damião Antonio de Lemos Faria e Castro; *Reflexoens moraes, e Politicas sobre as principaes obrigaçoens do homem*<sup>733</sup> do carmelita frei Francisco da Natividade; *Idea de hu Principe Politico e Christiano representada en Cien empresas*<sup>734</sup>, do diplomata castelhano D. Diego Savedra Fajardo (1584-1648); *Discursos politicos, e avizo del parnazo traduzidos em Castelhano por Fernando Peres*

<sup>726</sup> Trata-se de uma segunda edição in-quarto, impressa no ano de 1739 na cidade de Coimbra. A BNP disponibiliza em linha a primeira edição da obra, impressa em 1734. Ver em: <<http://purl.pt/13>>.

<sup>727</sup> Para além de eminente ortografista, consta, segundo a folha de rosto da sua grande obra ser ainda Presbítero do hábito de São Pedro, bacharel em Teologia e pregador.

<sup>728</sup> Para um breve panorama de Feijó, sua obra e do estado dos estudos sobre a matéria, ver: Rogelio Ponce de León Romeo, «João de Morais Feijó. Ortografia, ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa...», *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, vol. 4, 2009, pp. 169-173.

<sup>729</sup> Da obra sabemos apenas se tratar de uma edição in-fólio e, claro a indicação de autoria. O catálogo não deixa nenhuma pista concreta sobre ano e local de publicação.

<sup>730</sup> Edição in-quarto, impressa em Coimbra no ano de 1591.

<sup>731</sup> Edição in-oitavo, impressa em Lisboa no ano de 1731.

<sup>732</sup> Edição in-quarto dividida em 7 volumes impressos na cidade de Lisboa entre os anos de 1749-1761. A BNP disponibiliza em linha os volumes da Política moral e Civil. Para tanto, ver: <<http://purl.pt/13935>>.

<sup>733</sup> Trata-se de uma edição in-oitavo dividida em dois volumes, impressa em Lisboa nos anos de 1765 e 1767.

<sup>734</sup> Edição in-quarto, impressa em Mônaco no ano de 1640.

de Souza, de Trajano Boccalini<sup>735</sup>; *Discurso gratulatorio sobre o dia da feliz restauração, e aclamação do Sr. D Joao 4*<sup>736</sup>, de Francisco Brandão; *Prespectiva Politica in Regno Coloniae elaborata*<sup>737</sup>, de Andreas de Pilca; *Politica, e urbanidade Christa*<sup>738</sup>, edição da qual desconhecemos o autor; *Politica para corregedores e Senhores de Vassalos no tempo de paz, e de Guerra*<sup>739</sup>, cuja autoria é de Castilho da Bovadilha, entre outras.

Um pouco por toda parte, vimos alguns autores e publicações associadas à poesia. E não poderíamos deixar de fora neste nosso percurso algumas obras específicas do género literário que consagrou, entre muitos, Luís de Camões. Começaremos então pelo épico *Orlando furioso*<sup>740</sup>, do poeta italiano Ludovico Ariosto (1474-1533), e que continua o poema *Orlando Enamorado* de Boiardo (1441-1494). Francisco Rodriguez Lobo (1575-1621), figura cimeira da poesia portuguesa (ainda que tenha escrito a maioria dos seus poemas em castelhano, uma vez que estava em meio ao período de dominação filipina) é representado na livraria com três obras: *Condestable de Portugal D. Nuno Alvares*<sup>741</sup>, *Corte na Aldea, e Noite de Inverno*<sup>742</sup> e *O Dezenhado*<sup>743</sup>, todas novelas épicas, e uma estilística particular de quem é associado como um dos principais discípulos de Camões. A secção de Belas Letras ainda nos apresenta o *Parnazo Hespanhol* de D. Joze Antonio Gonçales de Sales, e o *Parnazo Hespanhol, e Muzas Castelhanas* do que parece ser Amuzo Cultifragio<sup>744</sup>, sem contar ainda outras publicações menores, como *Poema tragico del Hespanhol, e desengaño del amor lacivo*<sup>745</sup> de D. Gonçalo de Cespedes e Menezes (1585-1638) romancista e historiador castelhano; *Varias poesias*<sup>746</sup> de Paulo de Andrade; *Varias Rimas ao*

<sup>735</sup> Trata-se de uma edição *in-fólio*, impressa em Madrid no ano de 1634. A edição em posse dos beneditinos do Porto é uma cópia traduzida por Fernando Peres de Sousa a partir do original do satírico italiano Trajano Boccalini, como aparece listado no inventário. De facto, de se notar também que o apelido de Trajano aparece como Vocallini, não Boccalini.

<sup>736</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1642.

<sup>737</sup> Edição in-quarto, impressa na cidade de Gdansk, no ano de 1652.

<sup>738</sup> Edição in-doze, impressa em Lisboa no ano de 1760.

<sup>739</sup> Estamos a falar da 2ª edição *in-fólio* de uma obra dividida em duas partes, ambas impressas em Medina del Campo no ano de 1608.

<sup>740</sup> Conforme indica o catálogo, trata-se de uma tradução realizada por Jerónimo Jiménez de Urrea (1510-1573), nobre escritor e militar de linhagem aragonesa. Estamos ainda a falar de uma edição in-quarto, impressa em Madrid no ano de 1668.

<sup>741</sup> Uma primeira edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1627. A BNP disponibiliza em linha uma edição da obra, mas impressa em 1610 na oficina de Pedro Craesbeeck. Ver em: <<http://purl.pt/14404>>.

<sup>742</sup> Uma primeira edição *in-fólio*, impressa em Lisboa no ano de 1630. A BNP disponibiliza uma edição tardia, impressa em 1649 na Officina de Antonio Alvarez (que é Impressor Real). Ver em: <<http://purl.pt/17316>>.

<sup>743</sup> Na livraria estamos a falar de uma edição in-oitavo, impressa no ano de 1760 na cidade de Lisboa. A BNP disponibiliza em linha uma edição anterior, de 1614, impressa em Lisboa por Antonio Alvarez. Sobre essa última obra, ver: <<http://purl.pt/28972>>.

<sup>744</sup> Ao que tudo indica, trata-se de um pseudónimo utilizado por Francisco de Quevedo (1580-1645), renomado escritor castelhano. Ao menos foi o resultado de uma busca empreendida no catálogo de autoridades da BNE, na qual cruzamos o nome utilizado pelo autor na obra e o título da mesma.

<sup>745</sup> Trata-se de uma segunda edição in-quarto, impressa na cidade de Lisboa, no ano de 1625.

<sup>746</sup> Não estamos de todo convencidos com o título apontado no catálogo. Podemos estar diante de um compilado de poemas do referido autor, contudo. Mas infelizmente não encontramos pistas concretas que



*Bom Jezus e a Virgem glorioza sua May*<sup>747</sup> de Diogo Bernardes e *Despertador del Alma al Sueño de la vida*<sup>748</sup>, de Apolinario de Almeida, estas duas com aspirações mais religiosas e intimistas; e finalmente o curioso e muito bem-vindo *Poemas de la única Poetiza Americana Muza dezima*<sup>749</sup>, de Joanna Ignes de la Cruz, ou Soror Juana (1648-1695)<sup>750</sup>, uma raríssima indicação de autoria feminina no acervo.

Este passeio pela secção de Belas Letras – ou o que dela foi entendida ser pelo monge que realizou o catálogo da livraria – não poderia deixar de citar duas obras expoentes da literatura ibérica, e que traduzem com muita propriedade o espírito das Belas Letras que dá nome a secção temática em análise. Estamos a falar de *Os Lusíadas* de Luís de Camões e *Vida, e Echos del ingeniozo Hidalgo D. Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes e Saveedra. Sobre a primeira, de nada sabemos a não ser que se trata de uma edição *in-doze*, sem qualquer indicação no inventário quanto à data e local de impressão. Por outro lado, o mesmo já não pode ser dito sobre a edição de *D. Quixote* de Cervantes, um dos expoentes da literatura aventuresca e sátira mordaz dos romances de cavalaria. Estamos de facto a falar de uma edição recente no contexto da livraria, uma impressão de 1755, no formato *in-oitavo*, impressa na cidade de Amsterdão, e que foi comprada, portanto, algures entre os anos de 1755 a 1769, data de organização do catálogo da livraria beneditina.

Mas o que podemos pensar de uma secção de Belas Letras aparentemente orgulhosa dos seus autores e obras que, de um jeito um tanto quanto controverso (pelo menos aos olhos do homem contemporâneo), abrigava duas cópias dos *Index Librorum Prohibitorum*? Trata-se das edições portuguesa<sup>751</sup> e romana dos famosos índices dos livros interditos consagrados no

---

não as identificadas no catálogo. De todo modo, trata-se de dois tomos *in-oitavo*, impressos em Lisboa, no ano de 1629.

<sup>747</sup> Edição *in-oitavo*, impressa em Lisboa, no ano de 1601.

<sup>748</sup> Trata-se de uma edição *in-quarto*, impressa em Lisboa no ano de 1695.

<sup>749</sup> Na livraria beneditina, estamos a falar de uma edição em 3 volumes *in-quarto*, impressas entre nos anos de 1709 (volume 1), 1693 (volume 2) e 1701 (volume 3), nas cidades de Valencia (volume 1) e Barcelona (vols. 2 e 3).

<sup>750</sup> Poetisa e dramaturga mexicana/castelhana, cuja obra conheceu grande impacto nos círculos literários hispânicos (e podemos ver, ao menos no caso da livraria beneditina, portugueses) entre a segunda metade do século XVII e começo do século XVIII. Para uma nota bibliográfica da autora, com uma cronologia das suas ações, bem como uma descrição das suas principais obras, estudos e uma galeria de imagens, ver: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, «Sor Juana Inés de la Cruz». Disponível em: <[http://www.cervantesvirtual.com/portales/sor\\_juana\\_ines\\_de\\_la\\_cruz/](http://www.cervantesvirtual.com/portales/sor_juana_ines_de_la_cruz/)>.

<sup>751</sup> Em Portugal, os Índices foram publicados nos seguintes anos: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581 e 1597, sendo o primeiro manuscrito e os demais impressos. O índice de 1547 era de facto semelhante ao publicado em Lovaina um ano antes, e era assertivo quanto a erradicação do mal protestante, fora a proibição de se fazer circular em Portugal trechos ou mesmo toda a Bíblia em vernáculo. As proibições se estendiam ainda para obras em hebraico ou que flertassem com a necromancia. O índice de 1551 amplia o seu anterior, seja nos autores e suas obras (basta citar o caso de Erasmo, que de 4 textos, passou a ter 12 na lista dos expressamente proibidos), ao introduzir expurgos a Gil Vicente e Boccacio. O de 1561 é praticamente uma cópia da edição da Congregação do Santo Ofício (publicado entre 1558-1559), sendo característica a sua severidade prioridade das autoridades Inquisitoriais frente aos bispos. O Índice de 1564, publicado quase que em paralelo ao tridentino (e por ele influenciado), marca o retorno de certa autonomia do episcopado, o que viria a ser «corrigido» com o próximo Índice, o de 1581, avançando ainda para alguns dos principais

imaginário e na história das inquisições (seja ela castelhana, portuguesa ou a de Roma). Em uma primeira vista, poderiam simbolicamente representar um certo escárnio, uma vez que a pluralidade verificada pela secção de Belas Letras nos levaria a pensar para uma secção - e mesmo toda uma livraria - construída sob a auspiciosa condição da liberdade literária, algo maculado com escrituras tão perversas aos bons amigos e defensores das letras e da sua plena liberdade. Mas definitivamente não é bem assim. Primeiro porque ainda estamos a falar de uma livraria religiosa, o que limita quase que naturalmente o escopo temático na composição do seu acervo<sup>752</sup>. Segundo que a natureza dos índices de livros interditos acabava por fazer deles instrumentos auxiliares no apetrechamento de livrarias, sendo espécies de guias de uma mediação acintosa promovida pelos três poderes da censura literária, o Santo Ofício, o Desembargo do Paço e o Ordinário.

De todo modo, a posse de dois *Index* nos é bastante conveniente para destacarmos as *nuances* e características de funcionalidade da livraria. Estas duas obras exprimem uma condição prática, material e concreta dos textos e de toda sua intencionalidade ao servirem como guias literários, utilizadas de forma bem definida sobre o que não comprar ou receber na sala de livros. Simbolicamente, os *Index*, em associação com as demais obras na secção de Belas Letras, e mesmo de toda a livraria do mosteiro, formam uma relação de mal-entendida liberdade literária, «vigiada» fisicamente pelos livros que listam livros interditos, incrementada extramuros pela reformas organizadas por Pombal que culminaram com a Real Mesa, e que no intramuros do cenóbio estabelece mais um organismo de fiscalização: o próprio catálogo, produzido a partir do tão afamado edital de 10 de julho de 1769. O mesmo catálogo que nos permite atentar para esta pluralidade de assuntos e autores, ainda que a despeito de se tratar de um documento de controlo, vigilância e limitação à circulação de determinados papéis pelo reino.

Ora, mas se temos então uma secção tão rica, plural e multitemática, o que poderíamos dizer a respeito da sua distribuição temporal? Algum século se sobrepõe a outro no corpo de livros que constituem esta parte da livraria? Ou podemos falar de uma certa uniformidade na relação temporal dos livros de Belas Letras? Ora vejamos.

**Tabela 29 - Relação temporal da secção de Belas Letras**

Séc. de Publicação	N. de Livros
Séc. XV	1
Séc. XVI	34
Séc. XVII	104
Séc. XVIII	139
N.D.	15

autores do quinhentismo português (incluindo alguns bispos). O Índice final, de 1597 nada mais é do que uma cópia das disposições ordenadas por Clemente VIII. Marocci e Paiva, *op. cit.*, pp. 92-94.

<sup>752</sup> Ainda que personagens emitentes, como frei Manuel do Cenáculo pudessem ter permissão para ler e possuir cópias tidas como proibidas. Ora, a própria Real Mesa Censória limitava o uso e posse dessas publicações e era mesmo uma das possibilidades verificadas pela análise dos seus censores.

Como podemos observar a partir da tabela, a distribuição temporal dos livros segue uma tendência à concentração de publicações entre os séculos XVII e XVIII, com respetivamente 104 e 139 obras dadas à estampa nos períodos em questão. Em conjunto com as demais secções, observamos distribuição semelhante nas de Teologia, Jurisprudência e História; sendo as demais secções de Medicina, Filosofia e Matemática a apresentar uma maior concentração de publicações no século XVI, com algumas ocorrências mais recuadas para o século XV.

Sobre os locais de impressão, estes se encontram mais bem diluídos, ainda que, pontualmente, observemos uma maior concentração (natural, até) de obras impressas em Lisboa, principalmente na segunda metade do século XVII e ao longo de todo o século XVIII.

**Tabela 30 - Relação dos locais de impressão da secção de Belas Letras**

Local de Impressão	N. de Livros
Augsburgo	1
Alcalá de Henares	4
Amsterdão	16
Antuérpia	8
Barcelona	4
Basileia	4
Braga	3
Bruxelas	4
Coimbra	21
Colónia	5
Gdansk	1
Évora	3
Génova	3
Liège	1
Lisboa	85
Londres	2
Lyon	3
Madrid	40
Medina del Campo	3
Mónaco	1
Nuremberga	1
Pamplona	1
Paris	23
Pádua	2
Porto	1
Roma	2
Rouen	1
Salamanca	2
Sevilha	5

Valencia	2
Valladolid	1
Veneza	24
N.D.	16

Ora, como podemos ver, Lisboa apresenta 85 edições impressas nos seus muitos prelos e casas tipográficas. Madrid, com 40 publicações, aparece na sequência, tendo ainda Veneza (24), Paris (23) e Coimbra (21) como outras cidades bem representadas. Outras aparecem ainda com destaque pontual dada a raridade com que observamos a sua frequência na relação do catálogo livraria beneditina, casos, por exemplo, de livros impressos no Mónaco<sup>753</sup>, Gdansk<sup>754</sup>, Pamplona<sup>755</sup>, Nuremberga<sup>756</sup> e ainda duas obras impressas em Londres<sup>757</sup>. No total, são 33 cidades diferentes expostas nas folhas de rosto dos livros, o que pode ser um número ainda mais elevado se levarmos em conta as 16 edições das quais não temos nenhuma indicação de local de impressão.

<sup>753</sup> A já referida obra de D. Diego Savedra Fajardo.

<sup>754</sup> A já referida obra de Andreas de Pilea.

<sup>755</sup> Estamos a falar do *Libra, in q se pezan las ganacias, e perdidas de la Monarchia de Hespanha*, de Grivilio Vezzalmi, um anagrama para Virgilio Malvezzi (1595–1654), historiador, escritor e militar italiano, que trabalhou na corte de Filipe IV da Espanha. O livro em questão é edição in-quarto, do qual desconhecemos o ano de impressão, mas sabemos tratar-se de uma primeira edição.

<sup>756</sup> A já referida obra de Levinius Ulcius.

<sup>757</sup> Estamos a falar de *Sententia et Dogmata Philosophica*, cuja autoria no catálogo da livraria está como Cicero Demostenes, a Firentius, mas que de facto trata-se de Cícero, já referido com outras muitas obras nesta mesma secção. O título da obra também é diferente do que foi redigido no catálogo. Trata-se, na verdade, do *Sententia Ciceronis, Demosthenis, ac Terentii. Dogmata philosophica. Item, apophthegmata quaedam pia. Omnia ex ferè ducentis authoribus, tam Graecis quàm Latinis, ad benè beatèque viuendu....*, edição impressa no ano de 1630 em Londres, ao que tudo indica na tipografia da Sociedade dos Stationers. Tal obra parece ser fruto das reflexões e da capacidade retórica de Cícero a partir do legado do filósofo grego Demóstenes. O registo que tomamos de base foi localizado a partir de pesquisa na base WorldCat da OCLC. A BNP possui uma obra que aparenta ser semelhante, a saber: *Ciceronis ac Demosthenis sententiae selectae. Item Apophthegmata quaedam pia ex ducentis veteribus oratoribus, philosophis, & poëtis, tam graecis quàm latinis*, sendo esta uma edição anterior, na verdade, impressa na cidade da Antuérpia na Officina de Christophi Plantini em 1561. A outra publicação londrina é de facto mais recente no contexto da livraria. Trata-se de *Duas cartas q servem de respostas as q escreverao ao autor da Gazeta Literária*, encadernado in quarto, de 1763, cuja autoria infelizmente desconhecemos. As cartas em resposta a publicações jornalísticas, e principalmente aos seus redatores, pareciam ser a tônica nas representações literárias e sociopolíticas portuguesas da segunda metade do século XVIII e todo o século XIX português. De facto, tivemos mesmo o prazer de acompanhar as escaramuças provocadas entre miguelistas e os apologistas da causa de D. Maria II e D. Pedro IV na questão da sucessão Real e o consequente papel das publicações ligadas aos movimentos políticos em questão, com especial enfoque as constantes provocações de José Agostinho de Macedo (religioso, grande pregador e miguelista convicto, associado à Imprensa Régia) e Inácio José de Macedo (também religioso, redator, entre outras peças, do *Velho Liberal do Douro*, simpático ao movimento liberal de D. Pedro IV e associado à Imprensa de Gandra & Filhos, tipografia familiar portuense, que na altura do cerco, pareceu converter-se em veículo oficioso do reino). As cartas que formam o corpo de resposta ao que escrevera autor da Gazeta parece mesmo nos lembrar de uma provocação constante do liberal Inácio Macedo as cartas e reclamações do «burro Lopes» redator da *Gazeta de Lisboa*. Macedo, de facto, publica três *Cartas ao Burro Lopes*, em que devolveia com mordaz causticidade as provocações que partiam de Lisboa. As provocações o envolvimento institucional das publicações e mesmo o que podemos considerar como um forma arcaica de *agenda setting* configuram, acreditamos, elementos interessantíssimos de pesquisa. De todo modo, sobre o que concretamente trata o encadernado da livraria beneditina sobre a *Gazeta*? Infelizmente não o sabemos.

Por último, a relação por idiomas. A secção de Belas Letras oferece livros em cinco línguas (de facto as mesmas que foram verificadas em todo o inventário da livraria), a saber o português, castelhano, latim, francês e italiano. Como estaria então a sua distribuição? A tabela abaixo nos dá uma indicação.

**Tabela 31 - Relação de línguas dos livros na secção de Belas Letras**

Língua	N. de Livros
Português	92
Latim	63
Castelhano	49
Francês	6
Italiano	5

Como podemos observar, o português aparece em destaque com 92 obras impressas, o que significa dizer que 42,7% das obras da secção foram compostas na referida língua. O latim aparece com 63 obras identificadas, ou 29,3% da secção. Obras publicadas em castelhano contam-se em 49, ou 22,7% da composição da secção da livraria, tendo ainda o francês seis livros (2,79%) e o italiano com cinco (2,32%). Muitas dessas obras se espalham para além dos seus países naturais. Por exemplo, é bastante comum observarmos obras portuguesas impressas em cidades como Madrid, Veneza, Amsterdão e Paris. De todo modo, seguindo uma tendência verificada nas secções de maior expressão numérica (e mesmo temática), podemos observar ainda uma distribuição mais acentuada e uma relação das obras de uma mesma língua, principalmente o português, a partir dos séculos XVII e XVIII.

Esta foi então a secção de Belas Letras da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Como boa parte das demais, os livros e autores expostos representam uma fração significativa do acervo, mas que nos permitem, contudo, tecer considerações de sentido mais totalizante no que diz respeito à amplitude temática e às linhas de expressão literária da livraria dos beneditinos portugueses. Para tanto, pretendemos no último capítulo, já à guisa de conclusão, nos deter nos princípios gerais que coordenaram o desenvolvimento da coleção beneditina, nomeadamente entre os anos de 1719-1822, quando os Estados de Tibães nos fornecem subsídios valiosíssimos no tocante às formas de investimento e gastos na sala de livros. É só então a partir desta brevíssima análise que poderemos então proceder para as considerações finais e identificar, a partir do que se então colheu sobre a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, suas linhas gerais de expressão literária e cultural no seio da Ordem de São Bento e de uma cultura média, principalmente circunscrita no âmbito do pombalismo, altura esta que o inventário da qual nos baseamos este estudo teve mesmo sua origem.

## Capítulo 4 – A livraria do mosteiro de São Bento da Vitória à luz dos Estados de Tibães: breves considerações sobre a política de desenvolvimento literário da casa

No capítulo anterior, pudemos recuperar a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto segundo o método de organização proposto pela Real Mesa Censória no seu edital de 10 de julho de 1769 e que tratava, como sabemos, da inventariação das livrarias particulares de todo o reino. Pela sua amplitude temática, pela vasta relação de autores – muitas figuras cimeiras do pensamento desde a antiguidade clássica até à modernidade – pela diversidade tanto local quanto temporal das publicações, enfim, fomos levados a conhecer, a partir de um corpo significativo de publicações, uma riqueza plural muito bem guardada no intramuros dos beneditinos portuenses.

Mas livros e autores, na sua relação intrínseca, que é tanto temporal como local, nos apresentam apenas uma parte – fundamental, é verdade – na composição de livrarias. O processo de apetrechamento de uma coleção às vezes nos pode escapar. A construção de uma livraria é, na sua essência, uma prática contínua, que se desenvolve na medida e na razão do interesse dos responsáveis institucionais em aprimorar a sua sala de livros, e evidentemente, dos fundos disponíveis para novas publicações, e de espaço para as estantes, mesas e cadeiras para estudos, bem como da manutenção do espaço, do acervo e do mobiliário. Compete então ao pesquisador dedicado à história do livro e das suas salas literárias tentar, na medida que as fontes assim permitirem, deslindar se não todo, pelo menos parte deste processo de desenvolvimento de coleções, de forma a expressar, no universo particular da pesquisa, um maior entendimento das condições atuantes na formação e consolidação das livrarias nas quais dedica maior atenção.

Neste sentido, os Estados de Tibães devem ser levados em mais alta conta. Institucionalmente, os documentos produzidos no mosteiro de São Martinho de Tibães, quando das reuniões trienais capitulares, formam o que se convencionou chamar de «Os Estados de Tibães»<sup>758</sup>. Resumidamente, formam um conjunto de relatórios produzidos por cada um dos mosteiros pertencentes à Congregação dos Monges Negros de São Bento de Portugal, instituição,

---

<sup>758</sup> Conforme estabelecido a partir do Capítulo 2 das *Constituições da Ordem de São Bento de Portugal*, intitulado «Que de tres em tres annos se celebre Capitulo Geral». Publicado originalmente em 1590 – substituíram o primeiro corpo documental emprestado de Valladolid, de onde de facto vieram alguns monges no auxílio das atividades de reforma da ordem – as *Constituições* formaram o que podemos considerar o momento-chave na legitimação da reforma beneditina levada a cabo com a instituição da Congregação dos Monges Negros de São Bento de Portugal em 1566/67. No estatuto das reformas que originaram a congregação constam a abolição dos cargos vitalícios para os Abades Gerais, instituindo mandatos trienais (pela bula *Regimini Universalis Ecclesiae* – 13/VIII/1567) para os ditos abades e todos os demais abades locais, eleitos então pelo Capítulo Geral, reunidos sempre no mosteiro de São Martinho de Tibães. Ora, é mesmo o que fica explícito nas constituições, se bem vejamos: «E sendo amoestados por autoridade Apostolica posta nas bullas de reformação, statuismo, & ordenamos, que daqui em diante perpetuamente se celebre cada triênio capitulo geral em nossa congregação na casa, & mosteiro onde mais comodamente se possa celebrar, o que se declarará no capitulo geral.» Ordem de São Bento, *Constituições da Ordem de São Bento de Portugal destes Reynos de Portugal...*, Lisboa, Antonio Alvares, 1590, pp. 8-9.

como bem sabemos, reformada em 1566/7 no rescaldo de uma renovação geral, tridentina, na qual se dá a conhecer o estado geral, nos últimos três anos, da administração e manutenção dos mosteiros beneditinos, suas alas, possessões e religiosos. São séries documentais ricas, que nos apresentam de forma muito bem detalhada, e em números, as condições gerais das casas religiosas e como os beneditinos distribuíam os rendimentos a partir das várias «zonas administrativas» dos mosteiros e, evidentemente, como tais investimentos eram convertidos em gastos em benefício da casa e dos seus moradores.

Para o historiador, principalmente aquele dedicado às matérias religiosas dos beneditinos, trata-se de um corpo documental de valor inestimável, fonte praticamente inesgotável de análise, estudo e considerações diversas. Organizado a partir do fundo documental do Arquivo Distrital de Braga, o documento mais antigo referente a estes Estados data de 1629, e no geral, encontra-se em muito bom estado, ainda que se lamente a falta de relatórios em anos distintos para cada um dos mosteiros. No de São Bento da Vitória, por exemplo, faltam os Estados relativos aos anos de 1635, 1641, 1644, 1674-1710, 1716, 1749, 1758 e 1807<sup>759</sup>, pelo que, infelizmente, não temos como recuperar com uma maior precisão, os dados referentes à livraria da casa conventual do Porto. Felizmente, os documentos com os quais podemos proceder com a análise ainda nos fornecem subsídios formidáveis na tentativa de identificar as condições de investimento e os gastos realizados em benefício da livraria portuense.

A composição documental dos Estados é rica, e para além dos recebimentos e gastos relativos à livraria, oferecem ainda os números gerais da casa, a partir do depósito do mosteiro<sup>760</sup>, uma espécie de núcleo administrativo no qual se distribuí os rendimentos da casa, e das suas

---

<sup>759</sup> António de Sousa Araújo; Armando B. Malheiro da Silva, *Inventário do fundo monástico conventual, Braga*, Braga, Edições do Arquivo Distrital – Universidade do Minho, 1985, p. 82.

<sup>760</sup> Recorremos a um «Estado modelo» para ilustrar, sempre quando necessário, algumas questões referentes principalmente à estrutura documental dos Estados. Para tanto, utilizamos o Estado de 1767, que para além da sua escrita impecável e do ótimo estado de conservação, também fora o último documento produzido antes do processo de inventariação da livraria por ordem da Real Mesa Censória, inventário este que utilizamos para o estudo da referida livraria. Na estrutura documental dos Estados, temos então as «Contas do livro do Depozito», uma espécie de cofre-forte no qual os provimentos são recebidos, somados e consequentemente distribuídos. As contas indicam primeiramente o que ficou alcançado pelo depósito no Estado anterior, mais o que se recebeu dos muitos depositários provenientes do complexo beneditino. Entre os recebimentos, valores relativos a capelas, como as de Simeão de Andrande (no valor de 23.140 réis) e Catarina Nunes (68.020 réis); das casas e lojas pertencentes ao mosteiro (a casa da antiga sacristia forneceu 34.000 réis, já a loja situada na Rua da Victoria 9.000réis), da venda de mantimentos, animais e produtos, tais como galinhas (2.700 réis), lenha (11.100 réis.), manteiga (1.440 réis); da Quinta do Bicalho (105.600 réis), das ltuosas (1.903 réis) e da sacristia (o espantoso valor de 1.096.405 réis). Mas a maior fatia do fundo dos beneditinos do Porto é mesmo outra. São os recebimentos provenientes de alguns mosteiros da Ordem. Tais são: Pendorada (2.414.000 réis), Pombeiro (228.000 réis), Basto (240.000 réis), Travanca (35.000 réis), Paço de Sousa (127, 200 réis), Bustelo (300.000 réis.), Carvoeiro (660.000 réis), Arnóia (121.500 réis), Santo Tirso (37.920 réis) e do Colégio de Coimbra (24.000réis). Entretanto, estes valores não são necessariamente rígidos. De facto, possuem certa variação, de mosteiro para mosteiro, o que de facto também se verifica nas vendas realizadas pelo mosteiro portuense e também dos outros recebimentos, pelo que o valor geral listado nos Estados nunca é o mesmo, tendo uma variação média entre 10 a 16 contos de réis disponíveis para a casa a cada triénio. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1767, pp. 1-3.

muitas alas, como a enfermaria<sup>761</sup>, a rouparia<sup>762</sup>, a sacristia<sup>763</sup>, a hospedaria<sup>764</sup> e de algumas atividades relativas as obras realizadas na casa, os gastos gerais do gastador do convento (trata-se do encarregado das compras e de parte considerável dos investimentos para algumas das necessidades primárias e administrativas de casa)<sup>765</sup>, as causas ajuizadas em nome do mosteiro, bem como ainda uma relação dos religiosos que viveram no complexo portuense<sup>766</sup>.

<sup>761</sup> Até por volta de 1725, os Estados apontavam para uma botica, que contudo, fora incorporada, pelo menos no que diz respeito aos relatórios trienais, aos gastos da enfermaria. No Estado de 1767, que usamos como modelo para números gerais da casa, percebem-se gastos na ordem de 72.780 réis para a botica, investidos, naturalmente, em ervas naturais, infusões e demais elementos para o tratamento medicinal dos monges<sup>761</sup>; gastaram-se ainda 3.120 réis em aguardente, 190.285 réis em frangos e galinhas, outros tantos 5.515 réis em açúcar, mais 84.580 réis para médicos e cirurgiões e 700 réis para a compra de doces. ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1727, p. 7. Sobre as boticas conventuais, ver: João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, «A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)», *Ágora – Estudos Clássicos em Debate*, v. 14, n. 1, 2012, pp. 227-268.; Ana Leonor Pereira; João Rui Pita, *Boticas e boticários conventuais: entre a fé e a ciência. A Pharmacopea Lusitana de D. Caetano de Santo António*, Lisboa, Paulina Editora, 2014; João Rui Pita, «Alguns boticários conventuais portugueses», In Franco, José Eduardo (Dir.), *O esplendor da austeridade. Mil anos de empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: arte, cultura e solidariedade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, p. 573; Ricardo Pessa de Oliveira, «Para o Estudo da Saúde Conventual no Início do século XIX: as boticas», *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LXIII, n. 1, Madrid, 2011, pp. 123-154.

<sup>762</sup> Indica, entre outros, gastos na provisão de vestimentas e materiais para os monges, tais como saragoças, linho, estamenhas, etc.

<sup>763</sup> Entre alguns dos valores investidos, temos a compra de hóstias (13.330 réis), louças (245 réis), incenso (6.610 réis), alfinetes (1.360 réis), consertos vários (1.330 réis), legados (25.420 réis), músicas (69.000 réis.), sermões (28.800 réis), ramos e palmas (20.030 réis), entre outros. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1767, p. 8.

<sup>764</sup> É curioso perceber que a Hospedaria recebeu de forma separada, conforme aponta o Estado de 1767, provimentos de outros mosteiros, como é o caso de Santo Tirso (8.000 réis), Paço de Sousa (4.000 réis), Bustelo (4.000 réis), Couto (3.000 réis) e Pendorada (3.000 réis), o que tampouco pode ser considerado como norma. Para além dos recebimentos, são apontados, muito naturalmente, os gastos para o triénio, entre os quais podemos destacar produtos semelhantes da rouparia, como pano de linho e estopas (19.212 réis), e outros bens típicos de uma hospedaria, como quatro colchões novos e enxergões (6.200 réis.), palha para estes enxergões (1.340 réis), cadeiras (2.880 réis), um cobertor (800 réis), uma colcha (3.600 réis), etc. ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1727, pp. 8-9.

<sup>765</sup> Não é à toa que é reservado ao gastador do convento a maior fatia do bolo trienal: são 8.526.262 réis à disposição, gastos, entre outros, com uma vaca (1.278.262 réis), peixes (775.956 réis), feijões e grãos-de-bico (38.800 réis), bacalhau (275.762 réis), leitões (50.680 réis), frutas (71.519 réis), arroz (125.100 réis), vinho maduro (457.280 réis), vinho verde (152.420 réis), azeite (367.400 réis), rendas e jornais (10.156 réis), esmolas (207.230 réis) e mesmo doces (130.380 réis). ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1767.

<sup>766</sup> O que não foi sempre uma relação presente nos relatórios. Viemos a notar somente a partir do documento redigido em 1761, quando na altura, habitavam no mosteiro 30 moradores. Já no Estado de 1767, por exemplo, contaram-se 28 religiosos, sendo que em 1770 este número aumentaria para 29. Destacam-se ainda algumas funções exercidas pelos religiosos, como, por exemplo, José Joaquim de Santa Teresa, lente moral; Francisco de Santa Cecília, pregador geral do mosteiro; António de Santo Inácio, mestre dos noviços e sacristão; José de São Raimundo, mestre do noviços e prior; José de São Raimundo, mestre dos noviços e celeiro; Bernardo de Santa Rosa, porteiro da casa; António de São José Batista, Enfermeiro; Luís Caetano de São José, subprior, cantor e organista; José de São Francisco, Gastador, organista e responsável pelas obras; Mathias de Santa Tereza, subprior e cartuario; Francisco de São José, mestre de obras; António de Santa Rita, cantor; o irmão frei José de São Bento, responsável pelo refeitório, entre outros. ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761; ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1767; ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1770.



Mas nosso intuito neste capítulo é tratar e analisar os números relativos à sala de livros. E a documentação legada pelos beneditinos do Porto em nome dos Estados de Tibães nos oferece subsídios valiosos para identificar as diretrizes norteadoras de uma política de aquisição e desenvolvimento da coleção de livros da livraria portuense. Sabemos, por exemplo, que a primeira menção direta à livraria aparece somente em 1659<sup>767</sup>, passados 20 anos do primeiro relatório que temos conhecimento, e trata das obras realizadas na sala, nomeadamente na colocação de estantes, duas cadeiras, um bofete, duas gavetas, vidraças nas janelas e mais «quatro painéis dos quatro doutores que herdou a caza»<sup>768</sup>. Ora, antes temos ainda algumas indicações relativas a papéis<sup>769</sup> e livros litúrgicos, mais precisamente dois missais e dois breviários, como bem fica evidente nos Estados de 1629, 1653 e 1656. Mas não nos dizem nada, concretamente, a respeito dos livros dedicados à livraria, pelo que poderiam muito bem estes livros de ofícios litúrgicos se localizarem em alguma gaveta ou estante da sacristia.

É somente a partir de 1719 que podemos recuperar os princípios norteadores de uma política de intervenção e desenvolvimento da livraria do mosteiro portuense, e que trata mais detalhadamente dos investimentos em livros<sup>770</sup>. De facto, de 1719 até 1822, em todos os Estados que tivemos acesso (com a exceção já declarada aos anos de 1749, 1758 e 1807), foram discriminados dados referentes à livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Mas antes, no Estado de 1715, foram ainda relatadas obras de melhoria na sala literária do mosteiro. Segundo consta no documento, «fez se hua portada na liuaria e na janela se meterao dous vaos para os almarios, tudo de admirauel architettura q ennobrece muito o magestodo da caza», «compuzerao se as estantes na mesma casa e se fizerao de novo duas excellentes guardaroupas» e ainda «tem-se mandado fazer hum retabolo de talha com um fontal da mesma, para a capelinha da liuaria, q brevemente hade ter»<sup>771</sup>.

O apetrechamento da livraria ocorria principalmente a partir dos investimentos dedicados à sala de livros. É mesmo aqui que percebemos os eixos que norteiam a política de desenvolvimento da coleção literária portuense, pois em comparação com alguns outros mosteiros

<sup>767</sup> Este mesmo Estado apresenta ainda as alas da barbearia, hospedaria, refeitório e adega.

<sup>768</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1659, p. 8.

<sup>769</sup> Precisamente a compra de «Papel para concerto de livros e livros para as oficinas» no valor de 3.340 réis no Estado de 1653 e ainda «Papel para liuros para oficinas» no valor de 2.700 réis. ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1629, p. 4; ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1653, p. 3; ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, p. 3.

<sup>770</sup> É mesmo o que temos de mais concreto relativamente a esta política de desenvolvimento da coleção da livraria do mosteiro portuense uma vez que o Arquivo Distrital de Braga não possui os relatórios produzidos entre os anos de 1674-1710. Poderiam os Estados deste período dizer eles algo a mais sobre a livraria e que por hora desconhecemos? Muito possivelmente. Já mesmo antes, principalmente a partir de 1659, foram relatadas algumas atividades na sala de livros, destacadamente no que parecia ser a edificação da livraria. Um pouco por todo o lado, os Estados de Tibães, por intermédio dos seus redatores, oferecem datas, números e principalmente atividades relativas a manutenção e melhoria da sala, como por exemplo, as reformas realizadas em 1810, no rescaldo das invasões francesas.

<sup>771</sup> ADB, CSB 104, Estado de 1715, p. 3

da Congregação de São Bento, as procedências podiam variar. Foram três as fontes principais de renda da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória: o repasse proveniente do depósito do mosteiro e distribuído pelo gastador da casa; os valores obtidos por intermédio dos livros repetidos que se vendiam; e as ltuosas, relações testamentárias dos monges do mosteiro que deixaram para a livraria somas consideráveis para o provimento de livros e materiais<sup>772</sup>. O repasse do depósito tinha natureza fixa, ainda que não regular, ou seja, foram identificados valores repassados pelo gastador do mosteiro por toda extensão de Estados analisados, ainda que tais valores apresentassem certa variação. Os provimentos oriundos da venda dos livros repetidos e das ltuosas tinham, por seu turno, natureza mais pontual, uma forma complementar de incremento nas rendas destinadas à sala de livros no geral. A tabela abaixo nos dá uma melhor dimensão dos investimentos gerais na livraria e das suas fatias correspondentes.

**Tabela 32 - Investimento total e as principais fontes de renda da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Valores em réis.**

Ano	Valor Total Recebido	Recebeu do Gastador	Livros Vendidos	Ltuosas
1719	31.340	30.000	0	0
1722	92.300	29.020	63.280	0
1725	94.360	12.000	7.080	0
1728	43.570	12.000	16.150	0
1731	54.102	12.000	33.282	0
1734	70.540	12.000	26.058	0
1737	36.480	12.000	16.550	0
1740	38.040	12.000	0	0
1743	18.300	18.300	0	0
1746	32.120	12.000	20.120	0
1749	17.020	8.000	6.280	0
1752	12.000	12.000	0	0
1755	12.000	12.000	0	0
1761	36.000	36.000	0	0
1764	36.000	36.000	0	0
1767	175.425	36.000	29.075	103.050
1770	740.744	36.000	37.885	184.314
1773	181.985	36.000	54.751	55.785
1776	198.205	36.000	660	122.080
1779	139.600	36.000	0	0
1783	118.000	63.400	0	0
1786	137.135	36.000	0	101.135

<sup>772</sup> Não estamos a contar, evidentemente, com o que nos Estados se configuravam como valores «alcançados», ou seja, de tudo aquilo que sobrava dos investimentos realizados a cada triênio e que se convetiam em valores adicionais nas relações seguintes.

1789	134.000	36.000	0	87.265
1792	271.300	36.000	60	140.400
1795	935.987	36.000	490	400.690
1798	773.120	36.000	480	4.480
1801	840.320	36.000	0	245.000
1804	926.185	36.000	2.600	54.065
1810	106.355	72.000	0	0
1813	137.070	72.000	0	0
1816	178.470	72.000	0	0
1819	234.350	72.000	3.080	0
1822	230.230	72.000	0	0

De imediato, a tabela nos apresenta dados relevantes. Talvez o mais importante deles seja a constatação que, salvo períodos de recuo, os recebimentos oriundos do gastador do mosteiro conheceram um aumento ao longo da série 1819-1822. A partir de 1725, recebia a livraria o valor-base de 12.000 réis, montante que se manteve praticamente estável até 1755<sup>773</sup>. No Estado seguinte que temos conhecimento, o de 1761, passa a livraria então a receber 36.000 réis, valor que se manteria sem qualquer alteração até 1804, exceção feita ao Estado de 1783 que regista o recebimento de 63.400 réis. O Estado de 1810, o próximo da série documental tratada, estabelece novos provimentos por parte do gastador do convento, sendo agora em 72.000 réis os valores recebidos para o apetrechamento da livraria.

É curioso então ressaltar que, excetuando por períodos pontuais, os investimentos dedicados à livraria por parte do gastador do mosteiro apresentaram um salto de até seis vezes o valor originalmente recebido entre os anos de 1725 a 1755. Vemos muito claramente três fases de investimento nos rendimentos da livraria (ver gráfico 1), o que parece refletir uma maior necessidade na aquisição de novos títulos por parte dos bibliotecários que trabalharam ao longo dos anos na casa. E quando olhamos para os valores recebidos a partir da venda dos livros repetidos, percebemos um movimento complementar às duas primeiras fases, e que parecem sustentar uma necessidade de maior investimento para a causa literária do mosteiro de São Bento da Vitória.

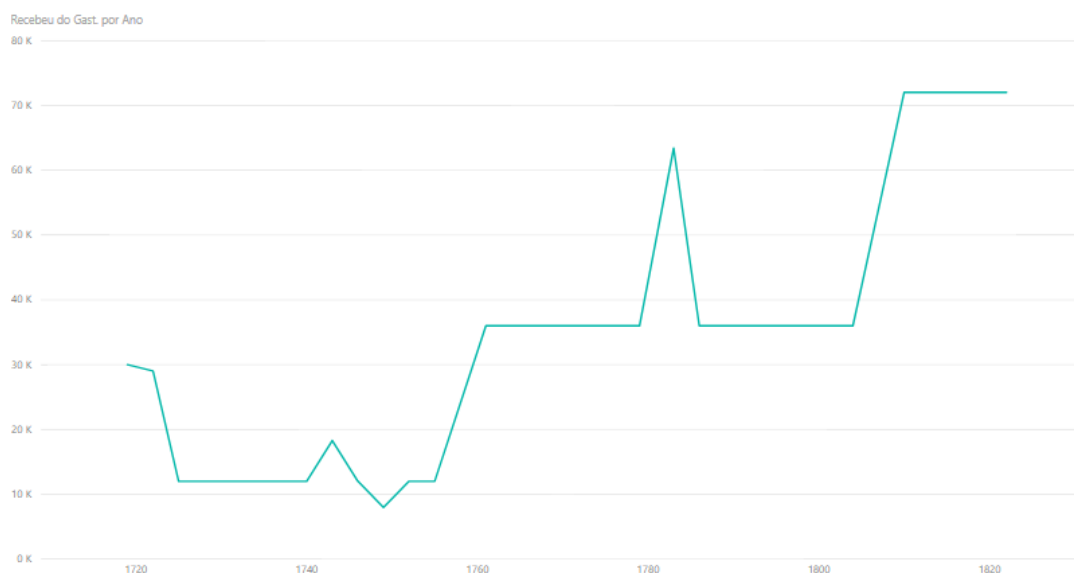
Ainda que não tenha sido um expediente regular nas atividades de gestão de fundos e do acervo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória, a venda de livros repetidos (lia-se nos Estados «livros dobrados») representava, muito frequentemente, uma importante valia para as novas compras da casa. De facto, atendia-se uma dupla demanda, procedia-se simultaneamente com a venda dessas obras ao mesmo tempo que se liberava espaço físico nas estantes para o recolhimento das novas obras que se faziam adquirir. Dos 33 Estados produzidos entre os anos

<sup>773</sup> A exceção, como podemos observar, aos anos de 1743 (18.300 réis) e 1749 (8.000 réis), sem contar, evidentemente, com os números relativos aos dois primeiros Estados da série que marcam, respetivamente 30.000 réis (1719) e 29.020 réis (1722).

de 1719 a 1822, em 17 deles foram discriminados valores relativos à cessão de obras que se julgavam merecedoras de venda por parte do bibliotecário então responsável pela sala de livros. As vendas, claro, não atendiam a um valor fixo, sendo mesmo o caso de em Estados como o de 1792, 1795 e 1798, terem-se vendido, respetivamente 60, 490 e 480 réis, valores irrisórios, muito possivelmente resultado da dispensa de um ou dois livros do acervo. Em contrapartida, Estados como os de 1722, 1770 e 1773, apresentam valores espantosos e que nos permitem imaginar a quantidade – e também a qualidade/raridade de algumas – das obras vendidas, o que fica mesmo no campo da especulação já que, infelizmente, os redatores dos Estados de Tibães não nos forneceram qualquer pista com a qual trabalhar neste sentido. De todo modo, para os três anos que referimos, foram auferidos valores suntuosos: 63.280, 37.885 e 54.751 réis, somas até então superiores ao que a livraria recebia por intermédio do gastador do mosteiro, por exemplo.

**Gráfico 1**

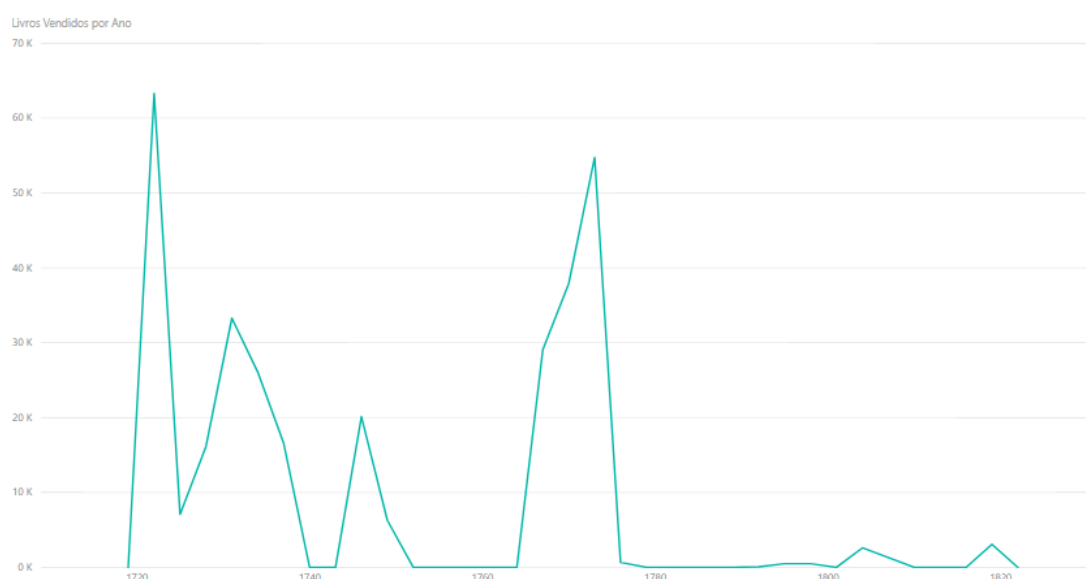
**Variação dos valores recebidos pelo gastador entre os anos de 1719 a 1822**



De todo modo, a venda de livros era um ativo importante na composição da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Mais do que as 17 ocorrências em 33 dos documentos analisados, o que podemos ver com mais clareza é a distribuição dos valores. Eles tendem a se concentrar especificamente nas duas primeiras fases de investimento da livraria, quando a casa dispunha de 12.000 e 36.000 réis, respetivamente, por parte do gastador do mosteiro. De 1810 a 1822, quando a livraria passa a dispor de 72.000 réis para investimentos, só se verifica uma atividade de venda, relativa ao ano de 1819, quando são vendidos 3.080 réis em livros. Em contrapartida, das 11 entradas relativas aos depósitos de 12.000 réis para a livraria, existem sete movimentações discriminando a entrada de valores relativos à venda de livros repetidos.

Nos parece claro, portanto, que antes de ser considerado um valor fixo, as vendas de livros «dobrados» representavam um incremento nos fundos da casa de livros do mosteiro de São Bento da Vitória para o melhor desenvolvimento da sua coleção. Se concentravam primordialmente nas duas primeiras fases de investimento da livraria (ver gráfico 2), de modo que refletiam ainda uma ideia de que, por parte dos bibliotecários responsáveis pela livraria portuense, tais valores eram inadequados para o apetrechamento da sala.

**Gráfico 2**  
**Variação dos valores recebidos por livros repetidos que se venderam**



Se os valores recebidos a partir da venda de livros formavam um importante aditivo visando complementar os valores recebidos pelo depósito em benefício da livraria, o terceiro eixo dos provimentos da sala tinha uma natureza um tanto mais diferente, e de certa forma mais nobre, vistosa. Ora, trata-se dos valores recebidos a partir das lutas, ou seja, as somas deixadas através de documentos testamentários aos residentes ou responsáveis da casa. No caso do mosteiro de São Bento da Vitória, o que presenciamos foram doações que poderiam ser consideradas como atividades de mecenato póstumo, um incentivo ao engrandecimento da sala de livros baseada na promoção das suas atividades.

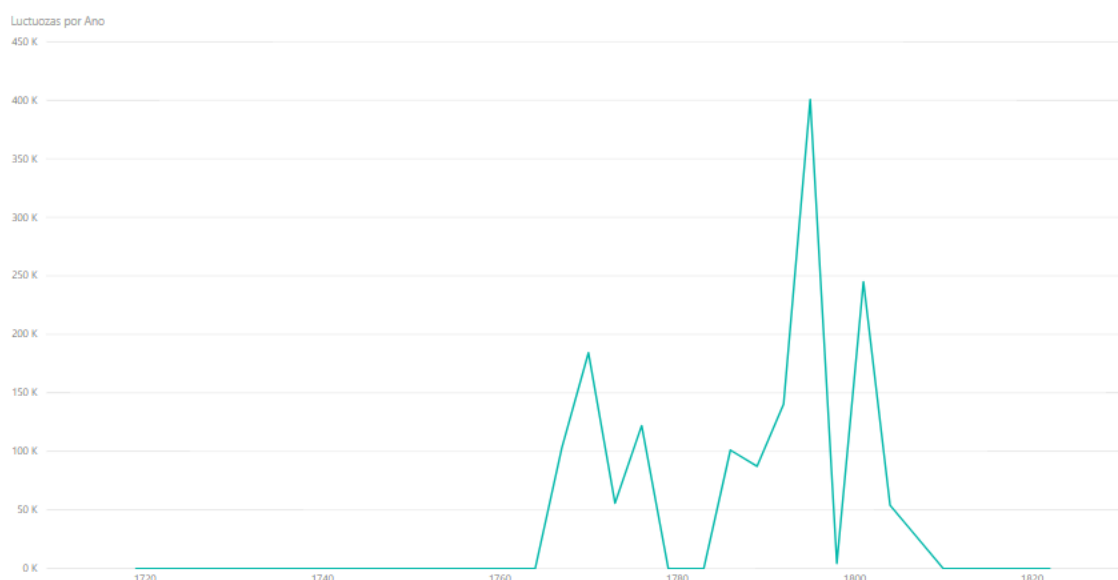
A partir de 1767, os provimentos oriundos de heranças legadas pelos beneditinos diretamente à livraria impulsionaram ostensivamente os rendimentos para livros no mosteiro de São Bento da Vitória (ver gráfico 3). Como podemos observar, entre 1767 a 1776, recebeu a livraria do mosteiro os seguintes valores: 103.050 réis, 184.314 réis, 55.785 réis. e 122.080 réis. Os próximos dois Estados não apontaram para qualquer tipo de recebimento relacionado as

lutosas, pelo que estes valores retornariam no Estado de 1786, quando foram deixados 101.135 réis.

Os próximos Estados continuariam a fornecer informações sobre os provimentos oriundos das lutosas. Em 1789, foram legados 87.265 réis para a livraria; em 1792, 140.400 réis; já em 1795 a livraria recebeu 400.690 réis, valor este que cai para praticamente 1% do valor anterior, com os 4.480 réis registados segundo documento de 1797. Mas, em 1801, os valores voltaram a aumentar: foram auferidos mais 245.000 réis. Em 1804, temos a última indicação referente às lutosas. O valor não se compara, é verdade, com o que fora discriminado no Estado anterior, tampouco aos 400.690 réis de 1795, mas ainda assim não deixa de ser pouca soma: 54.065 réis. Valor este, como os demais, que colaboraram de sobremaneira na capacidade de investimento da sala de livros portuense.

**Gráfico 3**

**Evolução dos provimentos relativos as lutosas entre 1719-1822**



Tal como os rendimentos procedentes dos livros vendidos, as lutosas não constituíam uma renda fixa nos provimentos da livraria, pelo facto que neste sentido não podemos considerá-las igualmente como elemento-base na consolidação de uma política de desenvolvimento desde o seu início. Entretanto, nos parece mesmo precipitado determinar que os rendimentos provenientes das lutosas constituíssem, tal qual o das vendas de livros, um recurso estritamente pontual no incremento das rendas gerais da sala de livros, nos parecendo, conforme já dito, uma espécie de mecenato póstumo. E a partir deste impulsionamento financeiro, operava-se com maior segurança na aquisição e reparo de livros, bem como na manutenção e nos consequentes melhoramentos da livraria. As lutosas tornavam a livraria menos dependente dos rendimentos

provenientes do gastador. Paralelamente, entretanto, os investimentos recebidos do depósito do mosteiro já em 1767 se encontravam em um movimento crescente, estabelecidos desde 1761 em 36.000 réis. Valor três vezes superior aos 12.000 réis distribuídos de 1725 a 1755, excetuando os anos de 1743 e 1749. Os mesmos 36.000 réis, por seu turno, seriam duplicados a partir de 1810, passando então a livraria a receber somente do gastador 72.000 réis.

Infelizmente, o que as fontes nos dizem em relação às ltuosas – e elas já nos dizem muito – não nos permitem identificar com maior precisão o significado concreto da generosidade dos beneditinos que com tanta disposição legaram à sala de livros os seus rendimentos. Mas nos parece seguro apontar para a valorização e engrandecimento da sala, impulsionando assim, graças aos rendimentos legados, o apetrechamento da livraria. Trata-se, em última instância, de uma questão complementada pelas relações de livros particulares legadas igualmente por alguns beneditinos do mosteiro<sup>774</sup> e que reforçam este apelo em viabilizar o desenvolvimento e a valorização das atividades literárias desempenhadas principalmente pela livraria do mosteiro portuense.

Em todo caso, as ltuosas apareceram como recurso importante e garantiram em muitos casos somas suntuosas para a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Ora, vejamos então: o Estado de 1795 aponta que a livraria recebeu no último triénio 985.987 réis, e deste montante 400.690 réis foram graças a ltuosa deixada por um religioso que falecera no mosteiro. A complementar a soma de quase 1 conto de réis, mais 271.300 réis do que havia sobrado no Estado passado, 226.500 réis procedentes do mosteiro de Arouca (uma entrada de natureza rara, inclusive), sem contar os então tradicionais 36.000 réis do depósito e a soma quase que simbólica de 490 réis oriundos da venda dos livros repetidos. E desse magnífico valor haveria de se esperar gastos para além do imaginado por parte do bibliotecário da casa, um deleite para quem, com tanto zelo, cuidava da sala de livros do mosteiro portuense, e muito possivelmente ansiava por livros para enriquecer e valorizar ainda mais o mosteiro beneditino do Porto. Mas não foi bem isso o que aconteceu. Segundo aponta o documento de 1795, foram empregues apenas 1.800 réis para o pagamento do carroto dos livros que vieram do mosteiro de Cabanas, que acreditamos, foram fruto de algum tipo de doação da casa localizada em Viana do Castelo<sup>775</sup>. Talvez mesmo por isso não tenha sido necessário proceder com a compra compulsória – e por demais tentadora – de novas obras por parte do bibliotecário então responsável pela livraria.

---

<sup>774</sup> Tais foram os acervos particulares incorporados pela livraria quando do falecimento dos seus antigos donos: catálogo do frei Manuel de Santa Clara (de facto o maior de todos os que podemos investigar, e que possuía livros de teologia, filosofia, jurisprudência, história e belas letras; frei Manoel de São Félix (que apresenta uma relação de livros em teologia, história e jurisprudência) e frei Manoel de Santiago (o seu acervo era composto por obras de teologia, medicina, história e belas letras). Para os referidos catálogos, ver os anexos deste trabalho.

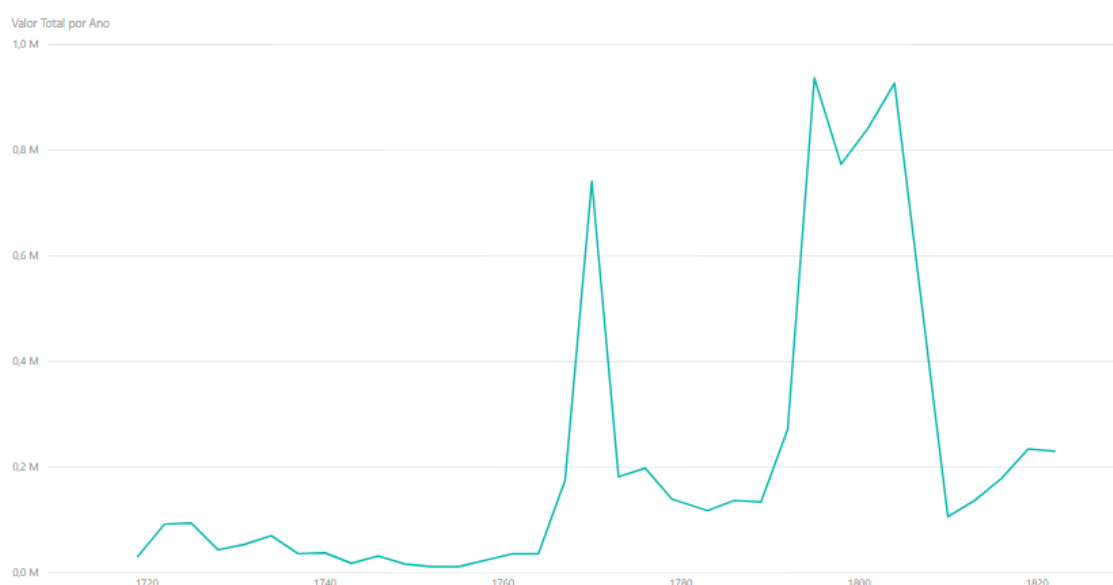
<sup>775</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães de 1795, Mosteiro de São Bento da Vitória, p. 6.

O curioso, contudo, é que o Estado seguinte, de 1798, aponta para o que fora deixado para sala de livros em valores não gastos: 732.160 réis, valor muito inferior ao que teria sido deduzido se apenas levássemos em conta os 1.800 réis empregues no carreto de livros do mosteiro de Arnouca, e que consistiria, na realidade, em 984.187 réis. Existe então um montante não declarado de 252.037 réis do qual, infelizmente, não sabemos como e se de facto fora mesmo empregado. De todo modo, tal erro não nos leva a invalidar os esforços dos beneditinos da casa no que diz respeito a representação dos números, gastos e obras no mosteiro. Em última instância, jogam, de forma não intencional, acreditamos, uma estranha luz e mistério sobre dados mais acurados relativos aos gastos da livraria – e de todo o complexo monacal, por extensão – do qual podemos apenas especular.

Facto é que os gastos na sala de livros existiram. E a partir dos três eixos de recebimentos por parte da livraria, passamos a dispor de uma relação, entre os anos de 1719 a 1822, irregular, é verdade (ver gráficos 4 e 5), mas em muitos aspetos formidável no que diz respeito as somas arranjadas para um melhor apetrechamento da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória.

#### Gráfico 4

##### Variação dos recebimentos gerais da livraria entre os anos de 1719-1822



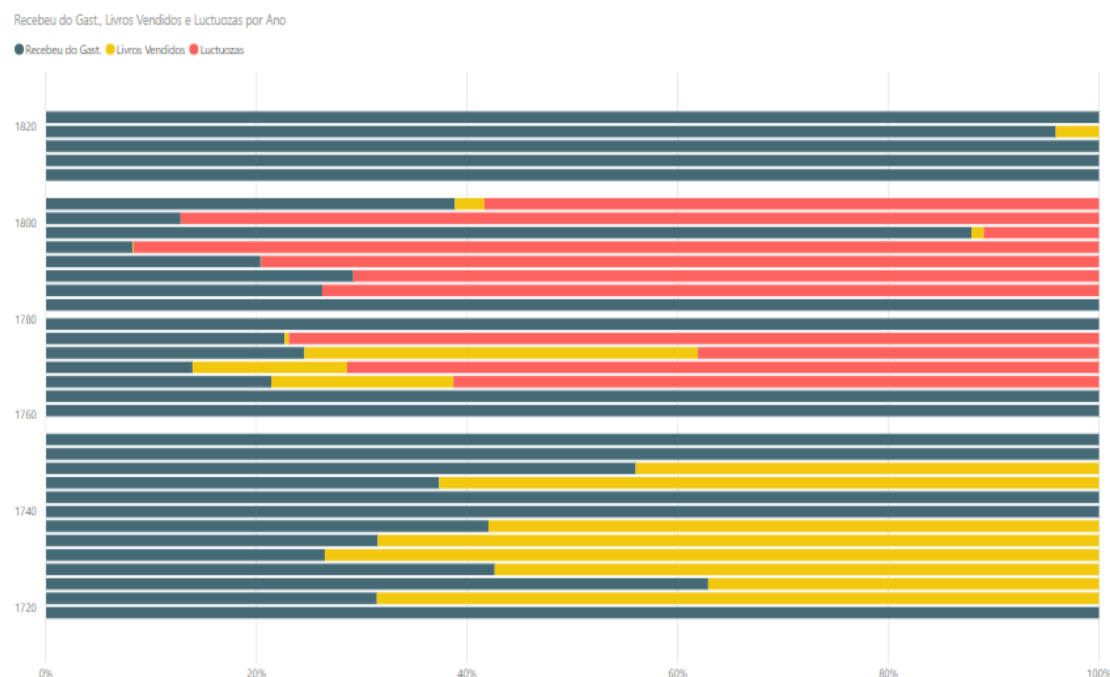
Encontram, como bem podemos observar no gráfico acima, tanto um momento de maior irregularidade, quanto de relativo crescimento a partir de 1767, período que coincidentemente marca o último Estado produzido antes da inventariação da livraria por intermédio da Real Mesa Censória, como também acabaria por ser o primeiro registo a discriminar provimentos oriundos das ltuosas. A partir de 1767, de facto, nunca mais passaria a livraria a dispor de valores



inferiores à 100.000 réis, realidade antes não imaginada e vivenciada pelos então responsáveis da livraria. Exceção, claro, aos anos de 1725 e 1728, quando no total, a livraria portuense tinha a seu dispor, respetivamente, 92.300 réis e 94.360 réis.

**Gráfico 5**

**Composição dos provimentos da livraria do Mosteiro de São Bento da Vitória pelos livros vendidos, lutuozas e recebimento do gastador**



Quanto à natureza dos gastos, estes se concentravam naturalmente na compra de livros, com algumas outras discriminações de valores empregados no encadernamento dessas publicações, no seu carreto e ainda nas atividades de manutenção e restauração da livraria. Infelizmente, não foram todos os redatores preocupados em nos legar em seu pormenor a relação dos livros então adquiridos, e muitos quando assim procediam, acabavam por truncar os títulos e autores, o que por vezes acabou por resultar em uma atividade por demais fastidiosa na tentativa de identificar tais publicações. Por outro lado, também não é do nosso interesse recuperar, na sua totalidade, a relação dos livros adquiridos pelos beneditinos do Porto, pelo que, por ora, ficaremos com algumas indicações ilustrativas de valores dispensados para a compra de livros, alguns dos seus principais autores e títulos<sup>776</sup>. Tentaremos nos concentrar principalmente no período

<sup>776</sup> Assim como outros aspectos relativos à livraria, como por exemplo, sua expressão temática, sua representatividade autoral, a geografia literária (os pontos que abasteceram a casa com livros), a relação das obras adquiridas (por compra ou doação) a partir da análise dos relatórios produzidos em Tibães poderia, por si mesma, se constituir em um novo trabalho. É mesmo uma mostra do quanto ainda se pode estudar este universo a partir tanto das suas fontes, como ainda dos seus muitos objetos, ou mesmo do enfoque dado a partir de um mesmo objeto.

posterior ao ano de 1773, quando já fora então realizado o inventário das obras da livraria, e que nos permitirá, portanto, apresentar uma extensão das obras possuídas pelos beneditinos do Porto na ocasião.

De todo modo, para o período considerado (1719-1822), uma das primeiras aquisições que temos notícia data do Estado produzido em 1722, quando se faz saber que «se pôs um livro do padre Rois Leytão, da Congregação do Oratório», mais «hum livro encardinado em parte, no qual se fes o Indez no cartorio». O referido Estado indica ainda a compra de mobiliário para a livraria, sendo mesmo o caso de «dois bofetes de pés de jacaranda de doze palmas, e seis tamboretos razos de moscovia com sua pregaria de metal»<sup>777</sup>. Na página seguinte, dá ainda a saber os planos, por parte do então bibliotecário Luís de São Mauro, de proceder com a compra de uma «Bíblia Maxima que se espera da Olanda por via do escrivão da Coroa Domingos da Silva Guimarães»<sup>778</sup>, num valor total de 75.280 réis<sup>779</sup>. O intento, como viemos a saber no Estado seguinte, acabaria por malograr, ainda que se desconheça os seus verdadeiros motivos.

E é mesmo no Estado de 1725 que temos uma indicação mais substancial de livros adquiridos em nome da livraria. Foram então aplicados 78.940 réis na compra de seis tomos dos Salmanticenses<sup>780</sup>, 240 réis para o carreto dessas obras, mais 4.800 réis para dois tomos do que no relatório parece ser algo como «Alacroes»<sup>781</sup>, e mais 66.000 réis para a compra de «tres tomos

---

<sup>777</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1722, p. 8.

<sup>778</sup> Ao tentarmos recuperar a sobredita bíblia, tudo o que conseguimos encontrar foi uma edição impressa em 1660, a *Bíblia maxima versionum ex linguis orientalibus pluribus sacris ms. codicibus collectarum earumque concordia cum Vulgata et eius expositione litterali*, uma magnífica edição em 19 tomos cuja autoria remonta a Jean de La Haye (1593-1661) pregador castelhano. Mas a publicação de La Haye fora impressa em França, na cidade de Paris, e não em Holanda. Ora, estaríamos então diante de uma edição reimpressa a qual desconhecemos? Ou a menção à Holanda seria, pelo contrário, um equívoco por parte dos monges que redigiram o presente Estado? Ou, na verdade, trata-se de facto de uma outra «Bíblia Maxima» que não a de Jean de La Haye? Até ao momento não temos como saber.

<sup>779</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, p. 9.

<sup>780</sup> Existem, de facto, duas publicações com essa relação de autoria no inventário do mosteiro de São Bento da Vitória, localizados na secção de Teologia. Estamos a falar do *Cursus Theologiae Moralis* e do *Theologiae Moralis medullarecensi*. Mas não temos razões para acreditar que sejam estas as obras em questão. Primeiro porque nenhuma das duas, mesmo somadas, formam os 6 tomos (são 3 tomos do *Cursus Theologiae Moralis* e apenas 1 do *Theologiae Moralis medullarecensi*), segundo, e mais importante, é que ambas as obras são posteriores à publicação do Estado de 1725, sendo publicadas respetivamente em 1728 e 1753. Ademais, os Salmanticenses eram conhecidos como os autores ligados a filosofia e teologia escolástica e moral da Universidade de Salamanca bem como do colégio dos Carmelitas Descalços de Alcalá de Henares, pelo que a indicação de nome pode ser qualquer outro autor ligado ao movimento.

<sup>781</sup> Infelizmente não nos foi possível recuperar qualquer indicação a respeito do dito nome, que acreditamos, parece tratar-se do apelido do autor. Sendo este o caso, veremos ainda, ao longo dos próximos documentos, casos semelhantes nos quais uma melhor identificação das obras não foi possível realizar.

de Pacuele<sup>782</sup>, dous tomos de Lebata<sup>783</sup>, quatro tomos de Angelgrau (?)<sup>784</sup>, quatro tomos da Biblioteca do padre Mancì<sup>785</sup>, quatro tomos consionatorios do mesmo, seis tomos de Leblanc<sup>786</sup>, dous tomos de Sylveira no Apocalipse<sup>787</sup>, tres Tomos de Castro Palao<sup>788</sup>».

O relatório seguinte, de 1728, também apresenta de forma detalhada a relação de livros adquiridos pelo bibliotecário da casa em nome da livraria. Foram gastos 34.750 réis (sendo que dispunha a livraria um total de 43.570 réis), dos quais 21.810 reis foram empregues na compra de «treze tomos de Torrezilla encardenados em pasta»<sup>789</sup>, sendo em 480 réis o custo do transporte

<sup>782</sup> Ora, temos razões para acreditar que o «Pacuele» em questão seja uma referência ao dominicano Angelo Paciuchelli (1600-160), que no inventário aparece listado como frei Angelus Paciuchelli de Monte Politiano. Não confundir, contudo, Paciuchelli do Monte Politiano com o famoso Angelo Poliziano (1454-1494), humanista, poeta e dramaturgo da corte de florença, do qual muito possivelmente veio a inspiração para o nome do nosso autor. A obra em questão é *Lectiones Morales in Joham Prophetam Latine reddito per Leonardum Messem*, edição em três tomos, impressos na cidade da Antuérpia no ano de 1760, formato *in-fólio*. CERL Thesaurus, «Angelus Paciuchelli». Disponível em: <https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01903343> Sobre a obra de Angelus Paciuchelli, mais precisamente 36 títulos distribuídos em 65 volumes, ver: Post-Reformation Digital Library, «Angelus Paciuchelli». Disponível em: [http://www.prdl.org/author\\_view.php?a\\_id=4006&s=0&limit=50](http://www.prdl.org/author_view.php?a_id=4006&s=0&limit=50).

<sup>783</sup> Na relação do inventário portuense, encontramos na secção de Teologia Franciscus Labata, jesuíta de origem castelhana. A obra em questão é *Thesaurus Morales*, impressa na cidade da Antuérpia em dois tomos, formato *in-fólio*, no ano de 1652.

<sup>784</sup> Infelizmente não dispomos de nenhuma outra prova mais concreta para recuperar tanto autor quanto obra.

<sup>785</sup> Acreditamos tratar-se do oratoriano italiano Giuseppe Mansi (no inventário aparece como Josephus, 1658-1720), e a obra em questão seria a *Biblioteca Moralis praedicabilis Promptuarium Sacrum ac moralis aerarium Evangelicum*, que no inventário aparece como uma edição dividida em 6 tomos *in-fólio*, impressos em Veneza, no ano de 1622, o que é de facto um inconveniente pela data de nascimento do referido autor. Temos, concretamente, subsídios para acreditar que obra e autor são compatíveis, pelo que pode ter mesmo havido um erro por parte do inventariante. Sobre a relação de obras de Giuseppe Mansi, inclusive a que acreditamos ser a de posse dos beneditinos, ver: Post-Reformation Digital Library, «Giuseppe Mansi». Disponível em: [http://www.prdl.org/author\\_view.php?a\\_id=6328](http://www.prdl.org/author_view.php?a_id=6328)

<sup>786</sup> Acreditamos tratar-se *Comentários amplísimo concionatorio in omnes Psalmos* de Thomas Le Blanc (1599-1669) teólogo moralista francês da Ordem dos Jesuítas, e que se encontra organizado nas obras de Teologia do mosteiro. Dispõe então a livraria dos seis tomos, impressos na cidade alemã de Colônia entre os anos de 1672 a 1682, no formato *in-fólio*.

<sup>787</sup> Obra que infelizmente não conseguimos identificar no acervo a partir do inventário nem mesmo por pesquisa cruzando nome do autor com o «Apocalipse» que parece ser o tema/título da obra.

<sup>788</sup> Trata-se do *Opus Morale*, cuja autoria remete a Fernando de Castro Palau (1581-1633), jesuíta nascido em Leon e que fora professor de filosofia em Valladolid. Os três tomos foram impressos em Lyon, no ano de 1669 em formato *in-fólio*, e estão organizados na seção de Teologia segundo consta no inventário de 1769. CERL Thesaurus, «Fernando de Castro Palau». Disponível em: <https://data.cerl.org/thesaurus/cnp00104182>.

<sup>789</sup> Encontramos no acervo, distribuídas entre as secções de Teologia e Jurisprudência 12 tomos das obras de Martin de Torrecilla (1689-?), religioso da Ordem dos Frades Menores. Todas elas anteriores a 1728 e portanto, todas passíveis de terem sido adquiridas nesta super encomenda oriunda de Coimbra. As obras em questão são: *Consultas varias sobre quazi todas as materias moraes* (3 tomos impressos nos anos de 1702 – dois primeiros tomos e 1703) *Das apologias, una sobre la Bulla de la Cruzada, e outra a Cerca de la Trecera Orden Serafica com diversas consulta morales miscilaneas* (tomo único impresso no ano de 1699), *Summa de todas las materias morales* (trata-se de uma segunda edição, dividida em dois, impressa em 1696), *Propugnaculum orthodoxo Fidei* (impressa em 1701, cujo local desconhecemos, mas que acreditamos tratar-se de Madrid), *Tmo 6º apologetico em que se responde a hua Apologia del P. F. Juan del Olmo* (1705), *Consultas morales, e exposicion de las proposiciones condenadas por Inocencio II e Alexandre 7* (5ª edição, impressa em 1693) inventariadas na secção de Teologia, e a *Encyclopedia Canonica, civil, moral, regular y Orthodoxa* (dois tomos impressos em 1721) e *Examen de la potestad, e jurisdiccion de los Senhores Bispos* (uma 2ª edição impressa em 1693), localizadas na secção de

dos livros de Coimbra; 9.600 réis para cinco tomos de Gonet (também obras encadernadas em pasta)<sup>790</sup>, sendo em 150 réis o valor pago para o carreto de Coimbra; foram gastos ainda 70 réis para a compra de «hua mão de papel para o cathalogo que se fez dos livros da livraria», mais 240 réis para o encadernamento do dito catálogo em pasta e por fim mais 2.400 réis utilizados na aquisição de duas escrivaninhas de estanho<sup>791</sup>.

A cada três anos seguem os relatórios, e em todos eles, com maior ou menor grau de pormenor, continuam os redatores a listar os gastos para a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória. Em 1731 foram gastos 22.020 réis (de um total de 54.102 réis), com destaque para dois tomos da *Philosophia de Benedictis*<sup>792</sup> por 4.800 réis, mais 660 réis na compra de quatro estantes<sup>793</sup>. Em 1734, são declarados gastos na casa dos 62.620 réis, com destaque para 22.400 réis para novos tomos da obra de Villarroel<sup>794</sup>, 28.800 réis em oito tomos do *Theatrum vitae*

---

Jurisprudencia, todas, contudo, impressas em Madrid em formato *in-fólio*. Não encontramos, contudo, a décima terceira obra, pelo que pode ser qualquer uma das listadas como anônima nas secções do inventário.

<sup>790</sup> Estamos a falar do *Clipeus Theologico Thomistico* (ou ainda *Clypeus Theologiae Thomisticae contra novos ejus impugnatores* em latim), obra de maior relevo do dominicano Jean-Baptiste de Gonet (1616-1681). Trata-se da sétima edição, que no inventário do mosteiro aparece impressa em 1600 na cidade da Antuérpia, portanto, dezasseis anos anterior ao nascimento do autor. Acreditamos, contudo, tratar-se da edição impressa de 1700 publicada na hoje cidade belga da Antuérpia, que apresentou todos os seus 16 volumes. Não sabemos, de facto quais são os tomos correspondentes no acervo do mosteiro beneditino do Porto, mas temos razões para acreditar que se trata dos cinco primeiros volumes em formato *in-fólio*. Para uma nota biográfica de Jean-Baptiste Gonet, ver: Henry Joseph Schroeder, "Jean Baptiste Gonet", *The Catholic Encyclopedia*, vol. 6, New York: Robert Appleton Company, 1909. Disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/06634a.htm>.

<sup>791</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1728, pp. 9-10.

<sup>792</sup> Acreditamos tratar-se da *Philosophia Peripatetica* de Ioannes Baptista de Benedictis, que na livraria portuense se localizava na secção de *Philosophia*. A obra em questão é uma versão latina de Giovanni Battista Benedetti (1622-1706) nascido na cidade de Ostuni, Itália. Não confundir com o seu «antecessor» Giovanni Battista Benedetti (1530-1590), veneziano, e que fora matemático, filósofo e intendente de música e astrologia na corte ducal de Savoia. O Giovanni Batista Benedetti que nos interessa fora mesmo teólogo, jesuíta e também filósofo, tendo inclusive lecionado a matéria, e claro, autor de facto do texto da *Philosophia Peripatecia*. O Estado de 1731 aponta para a compra de dois tomos. Mas o inventário aponta para a existência de 4, pelo que muito possivelmente estamos a falar de uma obra em pelo menos 4 tomos, publicados originalmente entre os anos de 1688 – 1692. A edição presente na livraria de São Bento da Vitória é, ao que tudo indica, uma primeira edição veneziana impressa em 1723, edição in-oitavo. Para mais detalhes acerca dos autores, ver: CERL Thesaurus, «Giovanni Battista Benedetti (1622-1706)». Disponível em: <https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01320598>; CERL Thesaurus, «Giovanni Battista Benedetti (1530-1590)». Disponível em: <https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01880790>.

<sup>793</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1731, p. 8.

<sup>794</sup> O autor em questão, pelo que consta no inventário, é Emmanuel Villarroel. Foram identificados oito tomos de *Theologia Sacra*, formato *in-fólio*, impressos entre 1713 a 1728 em local que se desconhece; *Ephemerides Sacrae et profanae*, edição *in-fólio*, impressa em Madrid, no ano de 1730, e que no inventário da livraria de São Bento da Vitória está localizado na secção de Teologia.

*humanae*<sup>795</sup> de Laurentio Beyerlinck (1578-1627), teólogo e erudito belga, reputado por ser um dos primeiros enciclopedistas da modernidade<sup>796</sup>.

Já em 1749, por exemplo, foram gastos 500 réis para a compra do *Methodo Novo para Aprender Gramática* de Manuel de Monteyro<sup>797</sup>, mais 400 réis para as *Conferencias Historiae da Ordem de São Bento, com a de São Basilio*<sup>798</sup> e ainda mais 4.800 réis para a impressão do segundo e terceiro tomos dos *Divertimentos Eruditos*,<sup>799</sup> para além, claro, de outras obras<sup>800</sup>. Mas em muitos outros Estados, os gastos pormenorizados acabavam não sendo discriminados, sendo mesmo o caso dos documentos de 1767, 1770, 1776. De facto, foram poucas as pistas deixadas nestes documentos. Em 1767, ano que marca a primeira notação das lutas, temos apenas o total gasto em livros, um montante elevado, é verdade: 113.360 réis (de um total de 175.425 réis)<sup>801</sup>. Em 1770, por seu turno, ficamos a saber que foram gastos 705.295 réis (de um total de 740.744 réis, até então a maior soma já conseguida para a livraria)<sup>802</sup> para «varias encadernações, e varias obras modernas»<sup>803</sup>, sendo de facto praticamente o mesmo relatado para o Estado produzido seis anos depois, em 1776, quando do total de 198.205 réis, 19.005 réis acabariam sendo gastos com a compra e encadernação de livros<sup>804</sup>.

Aos anos de maior bonança da livraria, e que correspondem aos Estados de 1795, 1798, 1801 e 1804, pouca informações dispomos para tratar das obras então adquiridas, sendo que de facto, exceção ao Estado de 1798, pouco fora de facto gasto em livros. Tudo o que sabemos é que foi gasto, respetivamente, 1.800 réis referentes a carretos de livros procedentes do mosteiro de

---

<sup>795</sup> O título da obra, na verdade, é um tanto maior: *Magnum Theatrum Vitae Humanae, hoc est Rerum Divinarum Humanarumque syntagma Catholicum Philosophicum Historicum Dogmaticum* e fora publicada originalmente em Colônia a partir de 7 volumes em 1631. A edição veneziana da obra fora impressa em 1707, em formato *in-fólio*, e no inventário da livraria encontra-se na secção de Belas Letras.

<sup>796</sup> John B. Peterson, «Laurentio Beyerlinck», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 2, 1913. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Catholic\\_Encyclopedia\\_\(1913\)/Lawrence\\_Beyerlinck](https://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_(1913)/Lawrence_Beyerlinck).

<sup>797</sup> Edição in-quarto, impressa em Lisboa no ano de 1748.

<sup>798</sup> Trata-se, na verdade, das *Conferencias historiales sobre una nota y dos discursos que a la vida y milagros del patriarca universal de los monjes San Benito*, de autoria do monge beneditino e historiador frei Diego de Mecoleta.

<sup>799</sup> Estamos a falar dos *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas, politicas, e naturaes, sagradas, e profanas Descobertas em todas as idades, e estados do mundo até ao presente. E extrahida de varios authores*, cuja autoria remonta a frei João Pacheco. Edição em três tomos, impressos em 1734, 1738 e 1741 em formato *in-fólio* na cidade de Lisboa. Existe ainda um tomo quarto que os beneditinos na altura ainda não possuíam. No inventário da livraria encontram-se todos os tomos existentes na secção de História.

<sup>800</sup> ADB, CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1749, p. 22.

<sup>801</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1767, p. 10.

<sup>802</sup> Tal soma foi conseguida em boa parte graças as lutas, que contabilizaram 184.314 réis para a livraria. Mas a maior fatia deste bolo literário coube a uma entrada rara. Foram contabilizados 420.480 réis em nome Abade Geral da casa. Para complementar a elevada soma, contam-se ainda com mais 62.075 réis do que fora alcançado no Estado anterior, mais 36.000 réis do depósito do mosteiro, mais 37.885 réis procedentes da venda de livros repetidos. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1770, p. 10.

<sup>803</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1770, p. 10.

<sup>804</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1776, p. 9.

Cabanas (de um total de 935.987 réis)<sup>805</sup>; 213.800 réis na compra de livros novos (num total de 773.120 réis)<sup>806</sup>, 6.800 réis na compra de um título cujo nome aparece listado como *Mercúrio*<sup>807</sup>, mais o seu encadernamento (dispunha então a livraria de 840.320 réis)<sup>808</sup> e 6.000 réis empregados para a compra do *Elucidário das Palavras e Termos Portuguezes*<sup>809</sup> (sendo que dispunha então a livraria de 926.185 réis)<sup>810</sup>. O Estado de 1804 referiu ainda obras realizadas na manutenção da sala de livros. Segundo consta no relatório, «reformou-se o emadeiramento da livraria, salão e capítulos; reformaram-se os telhados que vão da livraria até a barbearia; e da parte a igreja; pucharão-se a face de fora as aguas furtadas do capitulo, e livraria, a fim de vedar a chuva: reformarão-se as suas vidraças; assim como os da Igreja, oficinas, e mosteiro, que estavam quebradas, fazendo-se caixilhos novos para onde erão precisos»<sup>811</sup>.

Sobre as obras de manutenção realizadas tanto na livraria, quanto em todo o complexo monacal do Porto, cabe ainda destacar as intervenções realizadas, segundo constam no Estado de 1810, no rescaldo das invasões francesas. Vejamos então o que fora feito: «Lageou-se todo o pavimento do refeitório com azulejo e se dealbou-se todo», «fez-se de novo hum fogão para a nova cozinha de que nos estamos servindo», «concertarão onze portas da cellas aquando os francezes despedaçarão; e dealbarão-se as das cellas e dormitorios de baixo, e o pedaço do

<sup>805</sup> Vejamos então a composição de valores da livraria para o triênio contabilizado no Estado de 1795: 271.300 réis foram alcançados no Estado anterior, 36.000 réis procedentes do depósito, 400.690 réis dos espólios dos padres, 490 réis de livros vendidos, mais 226.500 réis do mosteiro de Arnouca. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1795, p. 6.

<sup>806</sup> Do montante total, 732.160 réis foram alcançados no Estado anterior, 36.000 réis recebidos do depósito do mosteiro e 480 réis por ocasião de livros vendidos. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, 1798, p. 6.

<sup>807</sup> Poderia se tratar de uma edição encadernada do *Mercure de France* (1672-1825, com algumas interrupções), ou mesmo um caderno do *Mercúrio Português* (1663-1667), ou até mesmo a coleção referente a assinatura do *Mercúrio Britânico* (1798-1800), obra que conheceu, inclusive, uma tradução para o português por intermédio de J. Mallet du Pan. No campo especulativo a que estamos fadados a habitar na tentativa de identificar a misteriosa obra, poderíamos apostar, pois, no *Mercurio Histórico, Politico e Litterario de Lisboa*, cuja identificação, por seu turno, também é um tanto quanto complicada. Um primeiro *Mercúrio Histórico* havia sido publicado em 1741 sob o nome de *Mercúrio Histórico e Político em que se contém o estado presente da Europa*, e que teve 21 tomos. O segundo *Mercúrio Histórico* que temos conhecimento, data de 1795, e mais se assemelha a um opúsculo do que a uma publicação periódica (tinha um total de 136 páginas). O valor empregado na compra e consequentemente encadernação, nos sugere que poderia, de facto, ter sido adquirido o *Mercúrio Histórico* de 1741-1743, o que, de todo modo, não temos como confirmar de forma categórica. E para acrescentar um pouco mais de mistério à contenda, existe ainda um *Mercurio de España*, cujo terceiro tomo que localizamos, fora publicado em 1795 na cidade de Madrid. De todo modo, vale conferir a edição portuguesa digitalizada disponível no site da Internet Archives em: <https://archive.org/details/mercuriohistoric00lisb/page/4>. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Publicações Periódicas Portuguesas Existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 168-169.

<sup>808</sup> Para chegar aos 840.320 réis, dispôs então a livraria de 559.320 réis alcançado no Estado anterior, 36.000 réis procedentes do depósito, mais 245.000 réis de ltuosas. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1801, p. 7.

<sup>809</sup> A BNP disponibiliza em linha uma edição digitalizada da obra. Para tanto, ver: <http://purl.pt/13944>.

<sup>810</sup> Os 926.185 réis foram conseguidos graças a 833.520 réis alcançados no Estado anterior, aos 36.000 réis oriundos do depósito do mosteiro, mais 54.065 réis das ltuosas e de 2.600 réis de livros vendidos. ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1804, p. 8.

<sup>811</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1801, p. 16.



dormitorio de cima e escadas», «concertarão-se todos os missaes ordinarios e do pontifical se lhe pozerão feixos de prata, e se encadernarão dous de marroquim para servirem nos dias sollenes» e «fizeram-se doze quadros para a mesa do Refeitório»<sup>812</sup>.

Em 1819, realizou-se ainda o conserto da escada de acesso à livraria, bem como também foram discriminados 76.120 réis na compra de livros e gazetas (dispunha então a livraria de 234.350 réis). Entre os livros adquiridos, 33 volumes da *Enciclopedia Methodica*<sup>813</sup>, 16 folhetos de varões e donos, pelo que não nos foi possível uma melhor identificação, uma sentença dos conspiradores de Lisboa, mais uma publicação sobre a referida conspiração, mais dois volumes «da resposta do seu autor», a *Analyse Critica dos Redatores do Investigador*<sup>814</sup> e que sinaliza para inquietações políticas no intramuros do mosteiro de São Bento da Vitória.

Mas foi no Estado de 1822, o último que temos conhecimento, que se realizaram as intervenções mais substanciais em todo o complexo portuense. Segundo é relatado no último relatório documental analisado, «restaurou-se o mosteiro do vexame que sofria á dez anos pela occupação do hospital militar; cuja restauração se effectuou logo no principio do triennio, e se deve toda ao zelo, diligencia, e efficacia de M. R. P. D. abbade. Renovou-se o mesmo mosteiro em grande parte por estar sumariamente arruinado, e estragado; cujas obras se fizeram á custa da Arca da Congregação»<sup>815</sup>. Entre as obras realizadas, contam-se o conserto dos telhados dos dormitórios situados junto a Rua de São Bento «e os que ficam em volta do mosteiro, como ainda na igreja», foram renovadas duas celas conventuais, além de se construírem outras cinco para religiosos e uma para hospedes; construíram-se quatro novas portas de castanho «para as sobreditas celas (com direito a pintura e fechaduras novas, bem como caixilho e vidraças novas, desta feita para cinco ou seis das ditas celas e ainda mais duas na hospedaria)», foram renovadas e ampliadas as oficinas da cozinha e dispensa «estradas pela occupação do hospital militar no espaço de 10 anos; rebocarão-se em parte e se dealbarão todas as suas paredes. Consertou-se ainda vidraças dos mesmos locais», bem como o refeitório, sem contar ainda com o conserto e renovação dos antigos aquedutos (com um curioso detalhe do seu embalsamento, «por dentro e por fora»), para além de se ter construído novos aquedutos, desta feita de chumbo «para conduzir a mesma agua para a Botica»; «rebocarão-se em grande parte e se dealbarão os três grandes armazens que actualmente servem como deposito de utensilhos do hospital, botica e roupas.

<sup>812</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1810, p. 15.

<sup>813</sup> Muito possivelmente uma tradução ou mesmo a coleção original da *Encyclopédie méthodique par ordre des matières*, produzida por Charles-Joseph Panckoucke (1736-1798), escritor e editor francês. Sobre o projeto editorial elaborado por Panckoucke e de todo o projeto das edições in-quarto e in-oitavo da sua versão da Enciclopédia, ver Robert Darnton, *O Iluminismo como Negócio: História da Publicação da Enciclopédia 1775-1800*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>814</sup> Acreditamos que a referida análise crítica seja do periódico *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Político e Literário*, publicado entre os anos de 1811 a 1819 e que teve como seus principais redatores Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, José Liberato Freire de Carvalho.

<sup>815</sup> ADB, CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1822, p. 6

Pozerão-se vidraças em dous armazens; abriu-se duas portadas de comunicação entre um e outro, tendo uma delas uma porta com fechadura, tampando por conseguinte as três antigas portas»; arrumou-se o relógio da torre, bem como se procedeu com o desmonte e conserto do órgão situado junto ao coro<sup>816</sup>.

A relação de obras conduzidas em todo o complexo beneditino do Porto parece demonstrar o estado de completa ruína da casa, que como bem vimos, para além da ação natural do tempo, contou ainda com a pilhagem realizada pelas tropas francesas no curso das falhadas invasões iniciadas em 1808. Já se iam os anos pós Revolução 1820, a cidade do Porto se constituía como o principal baluarte dos ideais liberais e o mosteiro de São Bento da Vitória não foi apenas testemunha, como personagem destacada quando serviu de hospital militar, sendo pilhada pelos franceses a meio do caminho. Sua livraria pode não ter sofrido diretamente os impactos da movimentação de tropas, do assalto e descaso dos inimigos, mas também ela foi vítima, de certo modo, do descaso e na demora na manutenção das obras no complexo monacal. No Estado de 1819 é mesmo reveladora uma das notas que atesta «o sentimento de não ter podido reformar os livros apodrecidos pelas chuvas que cahão pelas estantes abaixo», de modo que o «padre D. Abbade passado mandou compor os telhados assim como os podres caixilhos, vidraças, asoalho por falta de meios ao tempo, e depois por falta de tempo»

Findados os últimos relatórios de Tibães que temos notícia, não seria assim tão longa a vida da livraria beneditina, bem como de todo o complexo monacal do Porto. A partir de 1834, com o que parecia ser o triunfo definitivo da causa liberal levada a cabo por D. Pedro IV em benefício da filha, D. Maria, seria baixado decreto – datado de 30 de maio de 1834 – procedendo com a extinção das ordens religiosas e o consequente sequestro dos seus bens – sendo, naturalmente, os livros aí incluídos. Seriam então os livros recolhidos, mais uma vez inventariados e consequentemente redistribuídos para bibliotecas públicas – como a do Porto, fundada um ano antes, em 1833 – secretarias e até mesmo particulares. Um acervo que por tantos anos serviu tão bem à gerações de beneditinos portuenses, encontraria a graça da utilidade pública, espalhada cá e lá, entre muitos novos e remodelados acervos.

---

<sup>816</sup> Idem, *Ibidem*, p. 6.



## Conclusão

Chegamos então ao final deste *tour* literário pela livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto. Seria natural, já à guisa de conclusão, expor algumas das considerações de tão dileta livraria que por séculos serviu de recetáculo cultural aos beneditinos do mosteiro portuense. E de facto não escaparemos a esta missão.

A partir do inventário então produzido sob influência do edital de 10 de julho de 1769 por ordem da Real Mesa Censória, descobrimos e tentamos recuperar, se não toda, mas uma parte substancial e representativa das linhas de expressão autoral e temática da livraria beneditina do Porto. Mais do que a sua organização temática, que de todo modo fora então proposta por razão do referido edital, as publicações então levantadas recuperam influências fundamentais tanto do pensamento geral dos beneditinos, como, naturalmente, dos cenobitas que habitaram o mosteiro ao longo dos séculos.

Não seria de espantar que, tendo mais de 2.400 volumes, a livraria do mosteiro de São Bento da Vitória se apresentasse diante dos nossos olhos de forma plural, multidisciplinar e temática. Dada a sua natural vocação religiosa, a profusão de obras dedicadas aos sermões, homílias, pastorais, manuais, ao direito canónico e a teologia moral, às hagiografias, à escolástica entre outros, refletiam tanto mais as marcas pessoais e institucionais dos seus autores do que necessariamente uma condição temática *per se*. Em meio a essa profusão de temas, existiam ainda marcas de filiação, sendo as mais distintas as que aproximavam os seus autores de círculos influentes do pensamento religioso, tal qual os jesuítas (grandes personagens da composição autoral da livraria para além mesmo das obras de teologia), oratorianos, os escolásticos de Alcalá de Henares, e claro, os beneditinos.

Tratava-se ainda de uma livraria cuja função prática nos parecia ser evidente. E não apenas prática no seu sentido corrente de leitura por parte dos beneditinos da casa. Mas sim de uma prática aplicada às questões que envolviam a vida em cenóbio, que complementavam, estimulavam e aprimoravam a administração monacal no Porto. Uma secção inteira dedicada à medicina, ainda que reduzidíssima em títulos poderia servir, ainda que de forma introdutória, aos cuidados mais elementares praticados na enfermaria, botica e mesmo na barbearia do mosteiro. A observação do *Guia de Contadores, invenção nova de contas* na secção de matemática, por exemplo, poderia servir tão bem aos responsáveis pela prestação de contas e administração dos rendimentos do mosteiro, o que é bem desnunado na relação documental dos Estados de Tibães.

Por outro lado, as publicações identificadas nas secções de história e belas letras, duas das três maiores da livraria, implicavam para práticas de leitura que, ainda que por vezes consagradas à primazia da religião, a edificação de Cristo e do patriarca Bento de Núrsia e sua obra, encontravam, pois, guarida em elementos fundacionais da sua própria história, do Reino e de algumas das suas principais personagens. Reis, rainhas, nobres, fidalgos, guerras, cidades,

países e eventos entravam nesse caldeirão cultural dos beneditinos do Porto, às vezes uns misturados aos outros, sem contar pérolas da literatura como o exemplar de D. Quixote de Miguel de Cervantes. De facto, tais secções pareciam refletir um importante ponto de referência a estes estudos, e de facto, graças a observação de obras sobre o grande terramoto de 1755, poderíamos mesmo falar de um trabalho de constante atualização temática em torno do melhor desenvolvimento da coleção literária da casa. Os beneditinos não estavam, pois, de todo alheios do mundo no seu recato intramuros, e em certos casos, se não demonstravam qualquer tipo de posicionamento – principalmente político – procuravam ao menos subsídios para tanto.

Basta, para isso, referir para as polémicas levantadas pela supressão da Ordem dos Jesuítas, e que na livraria do mosteiro beneditino foram representadas, entre outras, pela *Sentença do Parlamento de Paris pela qual foi abolida a sociedade dos Jezuitas*; ou mesmo pela relação de publicações periódicas e opúsculos adquiridos no primeiro quartel do XIX. Viemos a saber, graças aos Estados de Tibães, que algures entre os anos que correspondem ao triénio do documento produzido em 1819, que foram adquiridos a *Analyse Critica do Investigador Portugues* mais a *Sentença dos Conspiradores de Lisboa, Reflexoens sobre a Conspiração* e outras duas obras-resposta que tinham como pano de fundo a tentativa falhada de conspiração planejada pelo General Gomes Freire de Andrade em 1817, cujo principal objetivo consistia em liderar seus apoiadores rumo a um governo liberal, propondo a reunião das cortes, uma nova constituição e a celebração de uma monarquia constitucional, antecipando, pois, em três anos – ou mesmo que servindo como um «ensaio» - a Revolução Liberal de 1820, na cidade do Porto.

Para além das obras em si, muito também nos disse as marcas de impressão da livraria. A geografia literária do mosteiro era densa; tratava-se de 79 cidades espalhadas ao longo de 11 países, demonstrando que as relações comerciais dos responsáveis da casa de livros portuense com livreiros, editores e impressores era também dependente do abastecimento nos prelos estrangeiros, ainda que Lisboa se constituísse como o principal polo comercial da livraria. Curioso, por outro lado, é o facto da cidade do Porto ter pouco contribuído com obras impressas nos prelos locais: foram apenas oito as publicações que saíram da referida cidade. De mais a mais, como se dava essa relação, e até que ponto o abastecimento era realizado de forma direta ou por intermediários, não temos de facto como saber. Os Estados de Tibães nos relataram, conforme visto, alguns carretos realizados, nomeadamente de Coimbra, sem contar o que acreditamos ter sido um carreto procedente de doação realizada pelo mosteiro de Cabanas. Foi curioso ainda destacar que muitas obras portuguesas acabariam por se imprimir em localizações distantes como a Antuérpia, Paris e Veneza, o mesmo se repetindo com obras castelhanas impressas em território português, francês ou neerlandês.

O que não surpreende é a constatação da predominância das obras em língua portuguesa, numa relação, é verdade, próxima das obras em latim que, como vimos, tiveram ainda maior presença nas secções de teologia e jurisprudência da livraria beneditina do Porto. As publicações

castelhanas também gozaram de grande prestígio na casa, sendo o terceiro idioma mais buscado pelos responsáveis da casa de livros. Por fim, em número bastante reduzido se comparado aos demais, livros em francês e italiano, que podem tanto revelar a falta de traduções adequadas ao português – ou mesmo a inexistência dessas – como indicam ainda a proficiência dos beneditinos, ou pelo menos de uma parte deles. E por mais que se tenham encontrado impressões em paragens tão distantes como Londres, Gdansk, Antuérpia, Colónia e Amsterdão, ou mesmo autores germânicos e neerlandeses, as expressões de idioma acabariam por se limitar apenas às línguas acima mencionadas, o que também é demonstrativo que mesmo os eruditos religiosos do mosteiro de São Bento da Vitória encontravam barreiras linguísticas naturais aos seus esforços literários.

De todo modo, mais do que respostas, este trabalho acabou mesmo por nos revelar novas e estimulantes perguntas. Melhor, nos confronta com a possibilidade de novas descobertas, análises e interpretações de um universo literário que não se limita apenas em recuperar as principais linhas de expressão literária de uma casa de livros.

Ora, a sua geografia literária, e que neste trabalho abordamos muito rapidamente, permite desenvolver ainda análises relativas - mediante trabalho de recuperação das obras inventariadas - aos principais fornecedores, não tanto só em termos de países, mas de personagens. Sabemos, por exemplo, que quase toda a família Craesbeeck forneceu livros para a livraria de São Bento da Vitória, assim como os impressores de sobrenome Galvão (António Pedroso e João) e Miguel Manescal de Costa. Outros tantos livreiros e impressores, muitos sob a auspiciosa proteção régia, também acabariam fornecendo cópias de obras então vendidas e impressas nas suas casas o que poderia mesmo ser um interessante movimento em busca dessas procedências e da paleta de obras então oferecidas por estes agentes do livro.

Do mesmo modo, os inventários religiosos – beneditinos ou não – nos fornecem pistas para, num estudo comparativo, destacar os autores mais lidos, as representações temáticas mais buscadas (ainda que já tenhamos de antemão o privilégio das publicações religiosas em livrarias dessa natureza), as filiações autorais e institucionais dos seus autores de modo a estabelecer semelhanças e diferenças, seja em casas da mesma ordem, ou mesmo em ordens distintas, o que poderia auxiliar na recuperação de uma mentalidade literária e suas várias tensões, aproximações, autores, atores e instituições.

No caso dos beneditinos, graças aos Estados de Tibães, temos ainda a oportunidade de traçar outros tantos estudos comparando as políticas de desenvolvimento literário das suas casas. Seriam então as lutas de benefício exclusivo dos religiosos do Porto? Estariam presentes em outras casas? Em uma rápida pesquisa em outras casas beneditinas, soubemos, por exemplo, que no Colégio de São Bento de Coimbra, os valores tradicionais referentes à livraria eram por vezes complementados a partir do arrendamento de três casas situadas próximo ao mosteiro. Existiriam casos semelhantes em outras paragens? Os valores-base seriam os mesmos para, digamos, o Colégio de Coimbra ou mosteiros igualmente relevantes como de São Martinho de Tibães, Santo

Tirso e Paço de Sousa? As políticas de compras seguiram um mesmo princípio de acordo, tomando o que fora discriminado nos Estados? Qual seria a influência – se é que existia – da venda dos livros «dobrados» para complementar os gastos da casa? E em relação aos outros elementos administrativos do mosteiro, o que poderíamos dizer, se comparados à questão dos livros? É natural esperar um desequilíbrio na distribuição das fatias procedentes dos depósitos dos mosteiros, mas até que ponto e em que medida, se situava a porção da livraria em vista das demais como, por exemplo, da botica, enfermaria, barbearia, rouparia, hospedaria?

Como se vê, muito ainda pode ser feito na tentativa de recuperar e conhecer o rico universo cultural dos beneditinos e demais religiosos portugueses. Esperamos com este trabalho ter dado um humilde contributo à boa causa do livro, da leitura e das bibliotecas. E fazendo jus a toda uma gama de significados marcados de forma indelével a essas poderosas moradas do saber, esse trabalho nasce não só para o seu fim natural, mas fundamentalmente para explorar, aqui e acolá, essas tantas e muitas inquietantes questões que fazem do querer-saber um estimulante natural para outras mais pesquisas que se colocam adiante. No fim das contas, é mesmo essa a razão de ser das bibliotecas e dos livros, não?

## **Apêndice Documental**

Para a maior facilidade de leitura na transcrição dos documentos, seguimos com as seguintes normas:

1. Desdobram-se as abreviaturas e uniformizam-se as maiúsculas e minúsculas;
2. Ligam-se partes da mesma palavra que se encontram fraccionadas e separam-se as partes ligadas de palavras diferentes;
3. Quando a leitura oferece dúvida, indica-se por (?);
4. Utilização da pontuação consoante os critérios modernos.

## Documento 1

10 de Julho de 1769 – *Editais publicados pela Real Mesa Censória indicando a obrigatoriedade na inventariação dos acervos literários portugueses e para além das extensões de todo o reino.* ANTT, Real Mesa Censória, Editais de Proibições de Livros, mf. 6263.

### Editais

Dom José por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, Senhor de Guiné, etc. Faço saber a todos os que o presente edital virem, que Eu fui informado, que neste Reino, e seus Dominios se introduziram, antes da creação do meu Tribunal da Real Mesa Censória, varios livros corruptores da religião e da moral, destructivos dos direitos, e regalias da Minha Monarquia. E porque seria hum grave discommodo mandar commissarios examinar todas as livrarias, ou fazer transportar com despezas consideraveis os livros dellas para serem examinados, e devendo occorrer aos damnos que se podem seguir de tão prejudiciaes livros por meio da qualificação das mesmas livrarias; e para nellas por huma parte separar os livros, que forem nocivos á religião, e ao estado; e pela outra parte permitir aquelles, que lhes forem uteis, e que Eu julgar convenientes á saudavel, e proveitosa instrução dos Meus vassallos: mando que todos os livreiros, impressores, mercadores de livros, universidades, religiões, comunidades, corporações e pessoas particulares, assim desta corte, como de todos os meus reinos e domínios, sejam obrigados a formarem hum catalogo fiel de todos os livros impressos, ou manuscriptos, scientificos, e literarios, que tiverem nas suas casas, logeas, officinas, e livrarias, o qual será reduzido a sete classes, a saber: theologia, jurisprudencia, filosofia, mathematica, medicina, história e belas letras. Em cada huma das classes se assentarão por ordem Alfabetica, primeiramente os livros de folio, seguindo-se logo os de quarto, a estes os de oitavo, etc., declarando-se em todos, e cada hum delles os nomes proprios dos Authores, principiando pelos primeiros appellidos, e cognomes, ou por aquelles, que os fizerem mais conhecidos; depois do que se especificarão os titulos de cada hum; o numero da edição, e dos tomos; o lugar e o tempo da impressão; e no fim de todos, dentro de cada huma das respectivas classes, com sufficiente separação, se descreverão pela mesma ordem os livros anonymos, principiando pelos titulos, sendo tudo feito com certeza, e boa letra. E pelo que pertence aos que houverem obtidos breves, e licenças apostólicas para lerem livros prohibidos, com as causas de conterem os mesmos livros máximas contrarias á pureza da fé, aos dogmas Sagrados da Religião, e á constante disciplina da igreja. Mando, que todas as sobreditas licenças sejam apresentadas no Meu referido Tribunal, para nelle serem vistas, e examinadas em execução das Minhas Reaes Ordens, e se lhes permitir a sua observancia, achando-se que os impetrantes dellas as houverem com boa fé, sem obpreção, ou subreção, e que nelles concorrem todos os requisitos necessarios; por não ser justo, nem conforme a santa intenção dos Summos Pontifices,

em cujos nomes se concedêram as ditas licenças, que ellas valham, e tenham execução, no caso de se não verificarem as premissas, e haver perigo no effeito das graças. O que tudo se cumprirá inviolavelmente dentro do prefixo termo de seis mezes continuos, e succetivos depois da publicação deste, debaixo da pena de perdimento dos livros, e das mais impostas pelas Minhas Reaes Leis. E para que venha á noticia de todos, e não possam allegar ignorancia, determino, que este, depois de impresso, e affixado nos lugares públicos, seja logo remettido a todas as cabeças de comarca, e villas notaveis dellas. E a todos os corregedores, e mais ministros mando o façam dar á sua devida execução, remettendo á secretaria do mesmo Tribunal, com toda a segurança, assim as dittas licenças, e breves apostólicos, como os catálogos, que por observancia deste se lhes entregarem, com declaração das pessoas, e lugares, a que pertencem. El-Rei Nosso Senhor o mandou pelo seu Tribunal da Real Meza Censoria. Dado nesta cidade de Lisboa aos dez do mes de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e setecentos sessenta e nove. E eu José Bernardo da Gama e Ataíde, deputado, e secretario do mesmo Tribunal, o fiz escrever.

ARCEBISPO REGEDOR P.

**Documento 2**

*Inventário da livraria do mosteiro de S. Bento da Vitória do Porto.* Reprodução a partir do acervo da Torre do Tombo.

ANTT, Real Mesa Censória, Biblioteca, Temas Diversos, cx. 499, doc. n. 421.

Disponível em:

<https://drive.google.com/open?id=1QxLGOoYn3tdR6Q4RSpNYMZgAf420bsna>



### Documento 3

Transcrição integral dos catálogos de alguns dos religiosos habitantes do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto que legaram suas colecções de livros para a casa beneditina portuense. Dada a extensão dos documentos, optamos por disponibilizar as planilhas relativas aos inventários dos religiosos em link navegável pelo Google Drive.

*Catalogo dos livros que por ordem de sua Magestade Fidelissima manda fazer a Real Meza Censoria, que pertencem a frei Manoel de S. Thiago Monge de S. Bento do mosteiro de s. Bentoda Vitória da cidade do Porto.*

ANTT, Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2061.

*Livros do padre frei Manoel de S. Felix monge beneditino assistente no mosteiro de S. Bento da Vitória do Porto.*

ANTT, Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2065.

*Cathalogo dos livros de frei Manoel de S. Rosa, conventual em o mosteiro de S. Bento da Vitória do Porto.*

ANTT, Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2083.

*Cathalogo dos livros pertencentes ao padre frei Manoel de Santa Clara, monge beneditino e conventual no mosteiro de S. Bento da Vitória do Porto.*

ANTT, Real Mesa Censória, cx 128, n. 2085.

Disponível em:

<https://drive.google.com/open?id=18cdBWbZ8VIW8SyFAyBBi5S0oSwQywkCC>

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Manuscritas

#### ADB – Arquivo Distrital de Braga

CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1629.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1653.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1656.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1719.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1722.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1725.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1728.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1731.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1734.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1740.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1743.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1746.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1749.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1752.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1755.  
 CSB 104, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1764.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1767.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1770.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1773.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1776.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1779.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1783.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1786.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1789.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1792.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1795.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1798.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1801.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1804.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1810.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1813.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1816.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1819.  
 CSB 105, Estados de Tibães, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1822.  
 CSB 129, Estados de Tibães, Colégio de São Bento de Coimbra, 1734.  
 CSB 129, Estados de Tibães, Colégio de São Bento de Coimbra, 1740.  
 CSB 129, Estados de Tibães, Colégio de São Bento de Coimbra, 1743.

#### ADP – Arquivo Distrital do Porto

Fundos Monásticos, Convento de São Bento da Vitória, Livro da Livraria, K/18/7-74.

#### ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Real Mesa Censória, Biblioteca, Temas Diversos, cx. 499, doc. n. 421.  
 Real Mesa Censória, cx. 1.  
 Real Mesa Censória, cx. 114.  
 Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2061.  
 Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2083.

Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2085.  
 Real Mesa Censória, cx. 128, n. 2065.  
 Real Mesa Censória, Editais de Proibições de Livros, mf. 6263.  
 Real Mesa Censória, liv. 1.

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto  
 BPMP, Ms. 373.

### Fontes Impressas

#### ACADEMIA REALDE SCIENCIAS DE LISBOA

*Memórias de literatura portugueza*, vol. 8, pt. 1, Lisboa, na Officina da Academia Real de Sciencias, 1821.

ALMEYDA, Teodoro de, C.O.

*Recreação filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*, vol. 1, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1786.

BAYAM, José Pereira

*Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escreeveo Fernão Lopes [...]*, Lisboa, Officina de Manoel Fernandes Costa, 1735.

DESLANDES, Venâncio Augusto

*Documentos para a história da Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

FREIRE, Anselmo Bramcaamp

«Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel». *Archivo Historico Portuguez*, vol. 2, 1904, pp. 318-417.

GOUVEA, Caetano

«Censura do M.R.P.D. Caetano de Gouvea», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp XLIII-XLIV.

MENDONÇA, Joaquim José Moreira de

*Historia universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua creação até o seculo presente. Com huma narraçam individual do terremoto do primeiro de novembro de 1755., e noticia verdadeira dos seus effeitos em Lisboa, todo Portugal, Algarves, e mais partes da Europa, Africa, e América, aonde se estendeu: e huma dissertação phisica sobre as causas geraes dos terremotos, seus effeitos, differenças, e prognosticos; e as particulares do ultimo*, Lisboa, Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758.

NÚRSIA, Bento, O.S.B.

*Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento. Tirada de latim em lingoajem portuguesa por industria do muito R. P. F. Placido Villalobos, Geral nesta Congregação de Portugal*, Lisboa, por António Ribeiro, 1586.

# ORDEM DE SÃO BENTO

*Constituições da Ordem de São Bento de Portugal destes Reynos de Portugal...*, Lisboa, Antonio Alvares, 1590.

# PORTUGAL E CASTRO, José Miguel de, Conde do Vimioso,

«Cartado Ilustrissimo, e Excelentissimo Senhor Conde do Vimioso», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLIX-L.

# RUDERS, Carl Israel

*Viagem em Portugal. 1798-1802*, 2 vols., Lisboa Biblioteca Nacional de Portugal, 2002.

# S. BOAVENTURA, Agostinho de

«Do Ordinário», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLV-XLVII.

# SÁ, Diogo Correia de, Visconde de Asseca

Visconde de Asseca, «Do Paço», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLVIII.

# SACRAMENTO, António, O.P.

«Licenças do Santo Officio», *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Organização de Diogo Barbosa Machado, vol. 1, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. XLI-XLII.

# SYLVA, Innocencio Francisco da

*Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

## Estudos

# AMARAL, Idílio do

*As Bíblias e outras raridades das colecções do Frei Manuel do Cenáculo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, Edições Colibri, 2012.

# ANSELMO, Artur

*O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

-----, *Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.

-----, *O impressor Johann Gherlinc e o breviarium bracharense de 1494*, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1984.

ARAUJO, Ana Paula Azevedo Duarte de

«A matéria médica e farmacêutica na livraria do Mosteiro de Tibães». In: *A Arte de Curar no Mosteiro de Tibães*. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2010. Dissertação de mestrado em História (Área de Especialização em Culturas e Poderes), pp. 111-119.

ARAUJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro da

*Inventário do fundo monástico conventual, Braga*, Braga, Edições do Arquivo Distrital – Universidade do Minho, 1985.

ARAUJO, Valdei Lopes de; GIANEZ, Bruno

A emergência do discurso histórico na Crónica de Fernão Lopes, *Fenix - Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 3, n. 2, 2006, pp. 1-20.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (Org.)

*O Mosteiro de S. Bento da Vitória: 400 anos*, Porto, Edições Afrontamento, 1997

ARTUR, António Paulo Ubieto

«Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 36, 1991, pp. 395-408.

BARATA, Paulo J. S.

«As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer». *Lusitania Sacra*, n. 24, jul.-dez., 2011, pp. 125-152.

-----, *Os livros e o liberalismo. Da livraria conventual à Biblioteca Pública. Uma alteração de paradigma*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2003.

BARREIRA, Catarina Fernandes

«Questões em torno da unanimidade litúrgica no mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n. 16, 2016, pp.

BAUDRY, Hervé

«A censura dos livros de médicos portugueses: descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra», *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 30, 2015, pp. 1-13.

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*Publicações Periódicas Portuguesas Existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910)*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983.

BONMATI SÁNCHEZ, Virginia

El Tratado de la Esfera (1250) de Juan de Sacrobosco en el Introductorium Cosmographiae de Antonio de Nebrija c. 1498, *Cuadernos de Filología Classica. Estudos*, n. 15, 1998, pp. 509-513.

BRAGA, Isabel Drumond

«As Realidades Culturais», *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII – Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil.

Coordenação de Avelino de Freitas Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2011, pp. 465-565.

BUTLER, Cuthbert, O.S.B.

*Benedictine monachism. Studies in Benedictine life and rule*, London, Longmans, Green and Co., 1919.

BUESCU, Ana Isabel

«Aspectos da livreria de D. Teodósio: uma grande biblioteca do renascimento». *De todas as partes do mundo. O Património do 5º Duque de Bragança*. Coordenação de Jessica Hallett e Nuno Santos, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018, pp. 281-299.

-----, *A Livreria Renascentista de D. Teodósio I, Duque de Bragança*, Lisboa, BNP, 2016.

-----, «Livros e livrerias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI: algumas notas», *eHumanista*, vol. 8, 2007, pp. 143-170.

CABRAL, Maria Luísa

*A Real Biblioteca e os seus criadores*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

CALONGE GARCIA, Genoveva

«El Teatro de los Dioses de la Gentilidad y sus fuentes: Bartolomé Cassaneo», *Cuadernos de Filologia Classica, Estudos Latinos*, n. 3, 1992, pp. 159-170.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de

*A ordem das ordens religiosas. Roteiro identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017.

CARDOSO, António M. de Barros

«Frei Francisco de São Luís Saraiva. O homem e os livros», *Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!*, n. 2, maio, 2017, pp. 45-62.

-----, «O Cardeal Saraiva e os livros interditos», *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, n. 14, 1997, pp. 429-464.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de

*A livreria do mosteiro de S. Cruz de Coimbra. Estudo dos seus catálogos, livros de música e Coro, incunáveis, raridades bibliográficas, ex-libris, e curiosidades históricas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

CONDE, António Linage

*São Bento e os beneditinos*, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1989.

CORREIA, Francisco. Carvalho

«Capítulo 1. A disciplina interna no mosteiro de Santo Tirso e a visita de 1437». In *O Mosteiro de Santo Tirso, de 987 a 1588. A Silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Santo Tirso, Câmara Municipal, 2009, Segunda Parte, A Decadência na baixa Idade Média e os primórdios da Congregação, 1402-1588, vol. 1, pp. 376-390.

-----, «A organização dos estudos no mosteiro de Santo Tirso», *Hymnitas*, vol. 63, 2011, pp. 427-450.

COSTA, Avelino de Jesus da

*A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV ao XVIII*. Braga, [s.n.], 1984.

-----, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI ao XVI*. Coimbra, [s.n.], 1983.

CURTO, Diogo Ramada; et. al.

*As gentes do livro. Lisboa Século XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2003.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho, O.S.B.

«As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa», *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, n. 2, Porto, 2012, pp. 137-150.

-----, Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo, Porto, CITCEM, Edições Afrontamento, 2011.

-----, «A Regra de S. Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em Português. ‘Rectissima norma vitae’, RB. 73.13., *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Série, vol. 3, Porto, 2002, pp. 09-48.

-----, «O Programa da edição de livros na antiga Congregação Beneditina Portuguesa», *Revista Portuguesa de História do Livro*, ano 5, n. 9. Lisboa, Edições da Távola Redonda, 2001, pp. 77-109.

-----, «Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos Beneditinos. Generosidade régia e poder monástico», *2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*, Actas do Congresso, vol. 4, Guimarães, Universidade do Minho, 1996, pp. 331-345.

-----, «O culto popular de S. Bento: uma forma de terapêutica religiosa», *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 10, 1993, pp. 233-244.

-----, «Frei João dos Prazeres, O.S.B.: a polémica monástica e a literatura emblemática», *Revista de História*, n. 2, Porto, 1979, pp. 351-364.

DIAS, João Alves

*Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal. elementos para seu estudo*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

DIAS, Paula Barata

«O lugar da Regula monástica communis no Monaquismo Hispânico», *Hvmanitas*, vol. LI, Coimbra, 2000, pp. 213-239.

DOMINGUES, Francisco Contente

*João Baptista Lavanha e o Ensino de Náutica na Península Ibérica, In As Novidades do Mundo. Conhecimento e Representação da Época Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

FERRÃO, Pedro Miguel

«A Casa da Livraria da Universidade de Coimbra ao tempo de D. João V», *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. 46/47, 2015/2016, pp.63-72.

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues

«O catálogo da livraria do extinto convento de S. Bento de Avis». *Lusitania Sacra*, n. 25, jan.-jun., 2012, pp. 247-279.

FRANCO, José Eduardo

José Eduardo Franco, «O mito dos jesuítas em Portugal: séculos XVI-XX», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano V, n.º 9/10, 2006, pp. 303-314.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique

*Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*, Coleção Fontes para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja, n. 1, Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

GOMES, Saul António

«Livros e alfaías litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188», *Hvmanitas*, vol. 54, 2002, pp. 269-281.

GONZÁLES PALENCIA, Ángel

«Alonso Chirino, médico de Juan II y padre de Mosén Diego de Valera», *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, 1924.

GUARANHA, Manoel Francisco

«Fernão Lopes: imbricamento entre história e literatura na construção do ethos discursivo na Crônica de D. Pedro», *Ângulo*, n. 125/126, abr.-set., 2011, pp. 16-20.

GUEDES, Fernando

*Livreiros Franceses no Delfinado em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.

-----, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*, 2 ed., Lisboa, Editorial Verbo, 2005.

LE GOFF, Jacques

*Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varazze e a Lenda Dourada*, 2 ed., São Paulo, Civilização Brasileira, 2017.

LEON ROMEO, Rogelio Ponce de

«João de Moraes Feijó. Ortografia, ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa...», *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, vol. 4, 2009, pp. 169-173.

LEZCANO TOSCA, Hugo

«Lecturas espirituales prohibidas en la Real Biblioteca de El Escorial (Siglo XVI), *Librosdelacorte.es*, n. 6, año 5, 2013, pp. 76-120.

LOUREIRO, Olimpia Maria da Cunha

*O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

-----, «O livro das monjas do Convento de S. Bento da Ave-Maria do Porto (finais do século XVIII)», *Revista de Ciências Históricas*, n. 12, 1997, pp. 227-237.

MANGUEIJO, Custódio

«Introdução Geral». In Luciano de Samosata, *Luciano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coleção Autores Gregos e Latinos, Série Textos, 2012, pp. 13-21.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro.



*História da inquisição portuguesa. 1536-1821*, 2 ed. rev. e ampl., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador

*Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória*, Lisboa, [s.n.], 1982.

-----, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Coimbra, [s.n.], 1963.

MARTINS, Maria Teresa Payan

*Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

MATOS, Manuel Cadafaz

«Erasmus e os índices inquisitoriais portugueses no século XVI», *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Coordenação de Luís A. de Oliveira Ramos e Jorge Martins Ribeiro Amélia, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [s.d.], pp. 131-146.

MAXWELL, Kenneth

*O Marquês de Pombal: ascensão e queda*, Lisboa, Manuscrito, 2015.

MELO, Francisco

«Aos Leitores Desta Carta», In Francisco Manuel de Melo, *Carta de guia de cazados*, Lisboa, Typ. Rollandiana 1827.

MENDES, Paula Almeida

«Vidas», «Histórias», «Crónicas», «Tratados»: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI -XVIII)», *Lusitana Sacra*, n. 28, jul.-dez., 2013, pp. 173-215.

MOLINA, Matias M.

*História dos jornais no Brasil: da era Colonial à Regência (1500-1840)*, vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

NASCIMENTO, Aires Augusto

«Diogo de Sousa (1460-1532), Bispo do Porto, homem de livros e leitor de Savonarola», *Hvmanitas*, vol. L, 1998, pp. 701-708.

-----, «Livros e claustro no séc. XIII em Portugal o inventário de S Vicente de Fora», *Didaskalia*, n. XV, 1985, pp. 229-241.

-----, «Em busca dos códigos alcobacenses perdidos», *Didaskalia*, n. 9, 1979, pp. 279-288.

NELSON, Bernadette

«Livros de música na biblioteca de D. Teodósio, *De todas as partes do mundo.*» *O Património do 5º Duque de Bragança*. Coordenação de Jessica Hallett e Nuno Santos, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018, pp. 307-316.

PEREIRA, Belmiro Fernandes

«Duas Bibliotecas Humanísticas: Alguns Livros Doados à Cartuxa de Évora por Diogo Mendes de Vasconcelos e por D. Teotónio de Bragança», *Hvmanitas*, n. 47, 1995, pp. 845-860.

-----, «A Livraria de Aquiles Estaço: Librovm Venator et Hellvo», *Hvmanitas*, n. 45, 1993, pp. 255-305.

PEREIRA, Isaias da Rosa

«Livros de Direito na Idade Media», *Lusitania Sacra*, t. VII, 1964/66, pp. 7-60; t. VIII, 1970, pp. 81-96.

-----, «Dos livros e dos nomes: Bibliotecas litúrgicas medievais», *SIGNO Revista de História de la Cultura Escrita*, n. 3, 1996, pp. 133-161.

PEREZ CAMACHO, Juan Joze

«Domingo de Soto en el origen de la ciência moderna», *Revista de Filosofia*, vol. 7, n. 12, Madrid, 1994, pp. 27-49.

PINA, Madalena Esperança

Os livros de medicina de D. Teodósio, *De todas as partes do mundo. O Património do 5º Duque de Bragança*. Coordenação de Jessica Hallett e Nuno Santos, Lisboa, Edições Tinta da China, 2018, pp. 301-306.

RAMOS, Maria Teresa Figueiredo de Oliveira

«A biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XIII». In *Bracara Augusta*. Número monográfico, Braga, Câmara Municipal de Braga, n. 55, 2007, pp. 110-223.

RASQUILHO, Rui,

«A livraria de Alcobaça e suas andanças», *História*, n. 65, março, 1984, p. 78-83.

RODRIGUES, Manuel Augusto

«O colégio de S. Bento de Coimbra», *Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 30, Lisboa, 1985.

SÁNCHEZ GURRUCHAGA, Marina

Nuevos datos acerca del Ms. 370 de la Biblioteca de Menéndez Palayo de Santander (Menor daño de Medicina) de Alonso Chirino de Cuenca, *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, n. LXXIII, 1997, pp. 227-243.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da

*A longa viagem da Biblioteca dos Reis. Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, 2 ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

SERES, Guillermo

«El enciclopedismo mitográfico de Baltasar de Vitoria», *La Perinola, Revista de Investigación Quevediana*, n. 7, 2003, pp. 397-421.

SINGER, Maria Cavalloro

*Dois teorizadores do Barroco. Emanuele Tesauro e Francisco Leitão Ferreira*, Lisboa, Pap. Fernandes, 1980.

SOUSA VITERBO, Francisco Marques de

*A livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel. Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typographia da Academia, 1901.

SMITH, Robert

*A igreja de S. Bento da Vitória à luz dos «Estados» de Tibães*, Porto, Gráfica do Porto, 1966.

TAVARES, Rui

*O censor iluminado. Ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*, Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

-----, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China Edições, 2012.

TERREIRO, Álvaro

*Frei Bernardo de Brito: historiador profético da resistência. Uma leitura para o nosso tempo*, Almeida, Câmara Municipal, 1992.

VAZ, Francisco António Lourenço

«A ideia de biblioteca pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX», *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Avelino de Freitas de Meneses (ed.); João Paulo Oliveira e Costa (ed.), Centro de História de Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007, pp. 169-184.

-----, «A ideia de Biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo», *Acervos Patrimoniais novas perspectivas e abordagens*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2012, pp. 79-96.

-----, «A fundação da Biblioteca Pública de Évora», Évora, [s.n.], [s.d.], p. 3.

VOGEL, Christine

*Guerra aos jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores, 2017.

## Estudos On-line

BAUR, Chrysostom

«St. John Chrysostom», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 8, New York, Robert Appleton Company, 1910. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/08452b.htm>>

BIBLIOTECA VIRTUAL MIGUEL DE CERVANTES

«Lope da Veiga». Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/lope-de-vega---su-vida-y-su-obra-0/html/ff6cd9f4-82b1-11df-acc7-002185ce6064.html>>

-----, «Sor Juana Inés de la Cruz». Disponível em: <[http://www.cervantesvirtual.com/portales/sor\\_juana\\_ines\\_de\\_la\\_cruz/](http://www.cervantesvirtual.com/portales/sor_juana_ines_de_la_cruz/)>

CAMPBELL, Thomas.

«Jeremias Drechsel», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 5, New York, Robert Appleton Company, 1909. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/05156a.htm>>

CARVALHO, Joaquim de

«Livros de D. Manuel II- Manuscritos, Incunábulo, Edições Quinhentistas, Camoniana e Estudos de Consulta Bibliográfica», *Joaquim de Carvalho Org – Vida e Obra*. Disponível em: <<http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/99-Livros-de-D.-Manuel-II-Manuscritos-Incunabulos-Edicoes-Quinhentistas-Camoniana-e-Estudos-de-Consulta-Bibliografica-pag-1>>

CERL Thesaurus

«Angelus Paciuchelli». Disponível em: <<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01903343>>

-----, «Ferdinando Franceso Ávalos». Disponível em:  
<<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp00562532>>

-----, «Giovanni Battista Benedetti (1530-1590)». Disponível em:  
<<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01880790>>

-----, «Giovanni Battista Benedetti (1622-1706)». Disponível em:  
<<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01320598>>

-----, «Juan de Castro Palau». Disponível em:  
<<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp00104182>>

-----, «Juan Pérez de Montalbán». Disponível em:  
<<https://data.cerl.org/thesaurus/cnp01316248>>

CHAPMAN, John

«Tertullian», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 14, New York, Robert Appleton Company, 1912. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/14520c.htm>>

COBO SANPEDRO, Ramon

*Ambrósio de Morales: apuntes biográficos*, Córdoba, Imprenta Libreira y Litografía del Diario, 1879. Disponível em:  
<[https://biblioteca.cordoba.es/BibDigital/OCR/1879\\_cobo\\_ambrosio\\_morales\\_apuntes\\_biograf-OCR.pdf](https://biblioteca.cordoba.es/BibDigital/OCR/1879_cobo_ambrosio_morales_apuntes_biograf-OCR.pdf)>

CRIVELLI, Camillus

«Enrico Martín», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 16, New York, Robert Appleton Company, 1914. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/16060d.htm>>

DUBRAY, Charles Albert

«Egidio Colonna», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4, New York, Robert Appleton Company, 1908. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/04127a.htm>>

-----, «Josse Clichtove», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4, New York, Robert Appleton Company, 1908. Disponível em:  
<<http://www.newadvent.org/cathen/04058a.htm>>

GREGÓRIO I, Papa

*Diálogos. Livro 2*, [s.l.], [s.d.] Disponível em: <<http://www.osb.org/gen/greg/>>

HARVEY, Francis.

«Clement of Alexandria», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4, New York, Robert Appleton Company, 1908. Disponível em:  
<<http://www.newadvent.org/cathen/04045a.htm>>

LEE, Sidney

«Thomas Farnaby», *The Dictionary of National Biography*, Organização de George Smith, vol. VI, Londres, Oxford University Press, 1917, pp. 1081-1082. Disponível em:  
<<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.210447>>

LOUGHLIN, James.

«St. Ambrose», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 1, New York, Robert Appleton Company, 1907. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/01383c.htm>>

MEEHAM, Andrew.

«Agostino Barbosa», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 2, New York, Robert Appleton Company, 1907. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/02287b.htm>>

NEMÉSIO, Maria Inês

«Índices de livros proibidos no século XVI em Portugal: à procura da ‘Literatura’», Porto, Universidade do Porto, CITCEM, [s.d.], pp. 1-11. Disponível em: <<http://web.letras.up.pt/gel/I%20Encontro/Maria%20Inês%20Nemésio.pdf>>

ORDEM DE S. BASÍLIO MAGNO (BRASIL)

«S. Basílio Magno». Disponível em: <<https://osbm.org.br/sao-basilio-magno/>>

OVIEDO ENCICLOPEDIA

«Frey Antonio de Yepes». Disponível em:

<[http://el.tesorodeoviedo.es/index.php?title=Fray\\_Antonio\\_de\\_Yepes](http://el.tesorodeoviedo.es/index.php?title=Fray_Antonio_de_Yepes)>

OTT, Michael

«Magnaold Ziegelbauer», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 15, New York, Robert Appleton Company, 1912. Disponível em:

<<http://www.newadvent.org/cathen/15758a.htm>>

PETERSON, John B.

«Laurentio Beyerlinck», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 2, 1913. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/02540c.htm>>

POHLE, Joseph

«Molinism», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 10, New York, Robert Appleton Company, 1911. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/10437a.htm>>

PORTALIÉ, Eugène.

«Life of St. Augustine of Hippo», *The Catholic Encyclopedia*, vol. 2, New York, Robert Appleton Company, 1907. Disponível em:

<<http://www.newadvent.org/cathen/02084a.htm>>

PORTUGAL DICIONÁRIO HISTÓRICO

Ericeira (D. Fernando de Meneses 2.º conde da). Disponível em:

<<http://www.arqnet.pt/dicionario/ericeira2c.html>>

-----, «Ignácio Barbosa Machado». Disponível em:

<<http://www.arqnet.pt/dicionario/barbosamachadoi.html>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO

«Ribeirão Preto e seus fundadores». Disponível em:

<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71fundadores.php>>

REDEL, Enrique

*Ambrósio de Morales: estudo biográfico*, Córdoba, Imprensa del Diálogo 1909. Disponível em: <<https://archive.org/details/ambrosiodemoral00aguigoog/page/n11>>

RIBEIRO, Rodrigo Bentes

*Biblioteca Nacional do Brasil*, «Diogo Barbosa Machado». Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/diogoBarbosa.html>>

UNIVERSIDADE DO MINHO

*Projeto Vercial*, «Francisco de Pina e Melo», Disponível em:  
<<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/pmelo.htm>>

VIVANCOS GOMES, Miguel C, O.S.B,

*Real Academia de La História*, «Diego de Mecoleta». Disponível em:  
<<http://dbe.rah.es/biografias/50831/diego-de-mecoleta>>

WRIGHT, Elisabeth R.

«Entre épica y picaresca: la Jerusalén Conquistada de Lope de Vega», *Actas XIV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, New York, 16-21 de Julho. Coordenação de Isaias Lerner, Roberto Nival e Alejandro Alonso, vol. 2 (Literatura española, siglos XVI y XVII), 2004, pp. 589-594. Disponível em:  
<[https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/14/aih\\_14\\_2\\_065.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/14/aih_14_2_065.pdf)>